

# Dossie Ambiente 2015

Extractos da  
imprensa Angolana  
sobre questões sociais  
e de desenvolvimento

CEDOC Development Workshop - Angola

**DW CEDOC**

Centro de Documentação e Informação  
Development Workshop  
Luanda - Angola



## DEVELOPMENT WORKSHOP CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO

O Extracto de notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Janeiro de 2001 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socio-economico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e eletronicamente, e está disponível para consulta para as entidades interessadas. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este Jornal monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais.

1. [Redução da Pobreza e Economia](#)
2. [Microfinanças](#)
3. [Mercado Informal](#)
4. [OGE investimens públicos e transparência](#)
5. [Governança descentralização e cidadania](#)
6. [Urbanismo e habitação](#)
7. [Terra](#)
8. [Serviços básicos](#)
9. [Género e Violência](#)
10. [Ambiente](#)

As fontes monitoradas são:

- Jornais: Jornal de Angola, Agora, Semanário, Angolense, Folha 8, Terra Angolana, Actual, A Capital, Chela Press, O Independente, Angolense, e o Semanário Africa.
- Websites: ANGOP, Angonoticias, Radio Nacional de Angola, Ibinda.
- Publicações Comunitárias como ONDAKA, Ecos da Henda, InfoSambila, Voz de Cacucaco e Jornal Vida Kilamba e Chella.

O Corpo das notícias não é alterado. Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. No âmbito de sempre melhorar os nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Grato pela atenção.

A Redação

[Redação](#)

Helga Silveira

[Conselho de Edição](#)

Allan Cain, Jose Tiago  
e Massomba Dominique

[Editado por](#)

Development Workshop Angola

[Endereço](#)

Rua Rei Katyavala 113,  
C. P. 3360, Luanda — Angola

[Telefone](#) +(244 2) 448371 / 77 / 66

[Email](#) [cedoc.dwang@angonet.Org](mailto:cedoc.dwang@angonet.Org)

[Com apoio de](#)

Development Workshop  
OXFAM Novib  
Fundação Bill & Melinda Gates  
International Development Research Centre  
Civil Society Challenge Fund  
Norwegian & The Netherlands Embassies  
European Union

[Disclaimer](#)

1. Content

DW – CEDOC provides this service solely for academic and research purposes. The articles are displayed as originally published, with reference to the source and date. DW – CEDOC does not give any guarantee for the accuracy of the transcription or its completeness.

2. References and Links

The content of the articles do not necessarily represent the views or opinions of DW-CEDOC. DW-CEDOC reserves the right to change, complete or delete parts or the whole website without prior announcement.

3. References to Articles

DW-CEDOC facilitates this information library service and sets an example to mention the original source and date of the articles. If (parts of) articles are referred to in other documents, original sources should be cited.

# INDÍCE

## I. JANEIRO

1.1	Habitantes de Ondjiva plantam árvores	1
1.2	Chuva desaloja famílias	1
1.3	Gestão Sustentável das Cidades e Municípios	2
1.4	Moradores do Kilamba Kiaxi preocupados com mau estado das vias de acesso	2
1.5	Ravina engole casas em Cacuaco	3
1.6	Rua Machado Saldanha continua um inferno	3
1.7	Falta de chuva no Amboim coloca em risco as colheitas	5
1.8	Chuvas torrenciais matam e destroem bens	5
1.9	Muitas pessoas precisam de ajuda urgente	6
1.10	Polígono Florestal é o maior viveiro do país	7
1.11	Lunda Sul vai criar polígonos florestais	8
1.12	Seca compromete produção	8
1.13	Chuvas atrasam obras das estradas	9
1.14	Chuva desabriga 654 pessoas no Zaire	9

## 2. FEVEREIRO

2.1	Habitantes de Ondjiva plantam árvores	11
2.2	Falta de valas de drenagem deixa casas e ruas inundadas	11
2.3	Chuva volta a causar mortes no município do Longonjo	12
2.4	Seca compromete campanha agrícola	12
2.5	Vítimas da chuva receberam apoios	13
2.6	Chuvas desalojam famílias	13
2.7	Apoio às vítimas das chuvas	13

## 3. MARÇO

3.1	Chuvas provocam caos em Luanda	15
3.2	Falta de chuvas compromete as colheitas	15
3.3	Famílias desalojadas pelas chuvas	16
3.4	Ó chuva por favor, não nos castigues mais	16
3.5	A chuva miúda que se agigantou	17
3.6	Chuva coloca em estado de sítio moradores do Km9-A em Viana	18
3.7	Chuva mata no lobito	19
3.8	Chuva tira sono às autoridades	20
3.9	Chuvas semeiam' destruição e dor no Lobito	21
3.10	Enxurrada vitima três pessoas em Luanda	22
3.11	GPL e SPCB saem em socorro	23
3.12	PR orienta "medidas consentâneas"	24
3.13	Chuvas em Luanda impedem travessia	25
3.14	Chuva inunda lobito de aflição	25
3.15	Chuvas causam quase 70 mortos	28
3.16	Chuvas da desgraça	28
3.17	Lições a extrair da tragédia do Lobito	29
3.18	Lições a extrair da tragédia do Lobito	31

3.19	Luanda continua na mesma	32
3.20	Vítimas das enxurradas foram a enterrar no Lobito	33
3.21	Distrito em alerta para o combate as doenças graves	35
3.22	Executivo trabalha para realojar as vítimas	36
3.23	Reunião técnica sobre calamidades em Mbanza Congo	37
3.24	Uma lição dramática no Lobito	38
3.25	Arvores no Bié são dizimadas	39
3.26	Evitar ou proibir	39
3.27	Administração trava a exploração ilegal	39
3.28	Governador Denuncia “falência administrativa”	40
3.29	Tragédia do Lobito une angolanos de todo o país	41
3.30	Repovoamento florestal sem programa	43
3.31	Danos da chuva foram avaliados	44
3.32	Governo entrega bens às vítimas do Lobito	44
3.33	Governo trava construção de casas em zonas de risco	45
3.34	A chuva é obra da natureza, mas os impactos humanos e económicos não	45
3.35	Entrevista - Espero mesmo que a tragédia do Lobito	46
3.36	Isaac dos Anjos culpa administração do Lobito pela tragédia	47
3.37	Isaac e Amaro divergem	48
3.38	O dilúvio no Lobito	49
3.39	Sambizanga “castigado” por São Pedro	50
3.40	Senhor governador, vêm aí as chuvas	51
3.41	Lobito uma tragédia há muito anunciada	51
3.42	Morros da Boa Vista, Luz e Samba só esperam desabamento	53
3.43	O dia que lobito parou	53
3.44	Os cacos da tragédia do Lobito	55
3.45	Populares no zango IV	58
3.46	Vidas esquecidas no ermo	58
3.47	Projeções meteorológicas são credíveis	59
3.48	Angola têm radares meteorológicos	59
3.49	Famílias vítimas das chuvas recebem casas nas Mabubas	60
3.50	10.110 A noite em que a água Chegou	60
3.51	A propósito da tragédia do Lobito	62
3.52	Administração tem mais meios	63
3.53	Benguela entre lágrimas e água	64
3.54	Dique do rio Lengue cedeu a água arrasou tudo	65
3.55	Lobito sem sossego	67
3.56	Os “Lobitos” de Luanda	69
3.57	Saga mortal continua em Benguela	70
3.58	À espera da próxima desgraça?	72
3.59	Beneficiários por indicação	72
3.60	Chuva intensa para os próximos dias	73
3.61	Entre a demora e a garantia de assistência humanitária	74
3.62	Graciano “afogado” por são Pedro	75
3.63	«Mais de metade dos desabrigados ainda está fora do acampamento»	76
3.64	«O Governo não vai construir mas sim dar o apoio em meios»	78
3.65	Tragédia “centrar” choca Benguela	79
3.66	Moradores do distrito da Samba em desespero	81
3.67	Sector do Ambiente exige maior rigor	82
3.68	Administração tem mais meios	82
3.69	Cubatas em zonas de risco na capital	82
3.70	10.129 Ó chuva por favor, não nos castigues mais Jornal Agora	83
3.71	10.130 Arvores no Bié são dizimadas Jornal de Angola 16 de Março 2015	84

3.72	10.130 Evitar ou proibir	84
------	--------------------------	----

## 4. ABRIL 85

4.1	Os Planos de urbanização devem ser mais rigorosos	85
4.2	Populações ribeirinhas estão protegidas	85
4.3	Governador do Cuanza Sul transfere serviços técnicos para Pomba Nova	86
4.4	Município dos Gambos (Huíla) avança na plantação de árvores	86
4.5	Sistemas de alerta serão instalados nos rios	86
4.6	Presos pelas Chuvas	87
4.7	Bairro Popular vive um mar de dificuldades	88
4.8	Pressão popular leva abertura de breche no dique Rio Cavaco	89
4.9	Chuva destrói plantações e condena época agrícola	91
4.10	Moradores do distrito da Samba em desespero	91
4.11	Quinta Avenida está intransitável	92
4.12	Bairros poupados	92
4.13	Espaços do mercado disputados	93
4.14	Falta de Chuva ameaça Colheitas e Pastagens do Gado	94
4.15	Sinistrados descontentes com distribuição de bens	95
4.16	Soba revela verdadeiras causas da tragédia em Benguela	97
4.17	Unita denúncia oportunistas entre os sinistrados das chuvas	98
4.18	A chuva não mata!	99
4.19	INAMET trabalha apenas com oito Meteorologistas	99
4.20	Chuvas constantes alegram agricultores do Piri	100

## 5. MAIO 102

5.1	Caçadores furtivos incorrem em crime	102
5.2	Mudanças climáticas juntam especialistas	102
5.3	Apelo à cultura preventiva e formação de quadros	102
5.4	Identificadas as zonas de risco na província	103
5.5	Invasão habitacional ameaça espécies	104
5.6	Sistema inovador limpa os oceanos	105
5.7	Autoridades de Cabinda apertam o cerco à exploração ilegal da madeira	105
5.8	Huambo vai analisar impacto das queimadas no ecossistema	106
5.9	Congo. Desastre ambiental aqui mesmo ao lado na floresta tropical	107
5.10	Palanca Negra Gigante corre perigo	109

## 6. JUNHO 110

6.1	Degradação afecta maioria das províncias	110
6.2	Luta contra a desertificação absorve 20 milhões de dólares	110
6.3	Ações humanas sobre ambiente aceleram seca e desertificação	111
6.4	A defesa do Ambiente	112
6.5	Mais de 9 mil toneladas de resíduos hospitalares serão produzido ainda este ano	113
6.6	Oceanos e resíduos sólidos	114
6.7	Crescimento urbano invade habitat de animais selvagens	115
6.8	Buscar saúde entre o mar e o lixo	116
6.9	Milhares de pessoas são afectadas pela seca	117
6.10	Município de Namacunde é o mais afectado pela seca	117
6.11	Consumo racional da água garante futuro	118

6.12	Governo Provincial do Bié reforça acções de combate	119
6.13	Total arrebatou troféu em Luanda	119
6.14	África, a maior vítima do aquecimento global	120
6.15	Já se percebe a incapacidade dos sinistrados	121
6.16	Angola lidera projecto Okavango-Zambeze	122
6.17	Recursos florestais são fontes seguras de receitas públicas	122
6.18	A importância da população na preservação do ambiente	123
6.19	Cegueira dos rios faz dezenas de vítimas	123
6.20	Consumo racional da água garante futuro	124
6.21	Governo Provincial do Bié reforça acções de combate	125
6.22	Total arrebatou troféu em Luanda	125
6.23	África, a maior vítima do aquecimento global	126
6.24	'Alterações climáticas é um assunto de bandeira em todos os países'	127
6.25	“ O lixo electrónico vai ser um problema em Angola nos próximos anos”	129
6.26	Protecção e melhoria do meio ambiente na ordem do dia	133
6.27	Executivo combate alterações climáticas	134
6.28	Queimadas de cacimbo devastam florestas	135

## 7. JULHO

137

7.1	Benguela investe milhões de kwanzas	137
7.2	Drenagem de águas pluviais antes do início das chuvas	137
7.3	Nevoeiro denso é causador da chuva fraca em Luanda	137
7.4	Elisal não consegue dar soluções na recolha de lixo no Distrito Urbano do Sambizanga.	138
7.5	Senhor Governador, vem aí as chuvas	139
7.6	Produtos que não ajudam a economia da província	139
7.7	Governo combate corte ilegal de madeira	140
7.8	Ministério desencoraja uso de plásticos	141
7.9	Produção de madeira atrai empresas do sector	142
7.10	Mais de 750 mil pessoas afectadas pela seca	143
7.11	Cabinda Forma Activistas Ambientais	144
7.12	Administrações devem impedir novas tragédias	144
7.13	Fome e seca agravam nos Gambos	145

## 8. AGOSTO

148

8.1	Cortina florestal trava desertificação	148
8.2	Huambo intensifica fiscalização das obras	148
8.3	Angola com níveis aceitáveis de emissão de gases de efeito de estufa	149
8.4	Lixo e insegurança nas praias de Luanda	149
8.5	Sector da agricultura com futuro ameaçado	150
8.6	«Ingestão de água salobra provoca problemas graves à saúde»	151
8.7	«Ingestão de água salobra provoca problemas graves à saúde»	152
8.8	Água salobra obriga moradores do Rangel a abandonar as suas residências	153
8.9	Bairro da Polícia está intransitável e cheira muito mal	154
8.10	Cenário triste de alguns bairros de Luanda	155
8.11	Enquanto isso a malária continua a matar	156
8.12	Aceitar viver mal na Boavista	156
8.13	Associação ambiental elogia o novo modelo	157
8.14	Cortina florestal trava desertificação	157
8.15	Huambo intensifica fiscalização das obras	158
8.16	Cortina florestal trava desertificação	158

8.17	Huambo intensifica fiscalização das obras	159
8.18	Nós e os efeitos das alterações climáticas	160
8.19	Angola com níveis aceitáveis de emissão de gases de efeito de estufa	161
8.20	Lixo e insegurança nas praias de Luanda	162
8.21	Sector da agricultura com futuro ameaçado	162
8.22	Madeireiros são obrigados a substituírem árvores abatidas	163

## 9. SETEMBRO 165

9.1	Madeireiros aconselhados a repovoarem as áreas de exploração	165
9.2	Limpeza nas valas para escoamento da água das chuvas	165
9.3	O Cansaço das Vítimas De Sempre	166
9.4	País caminha perigosamente para a desertificação	167
9.5	Estudos analisam motivos do uso excessivo do carvão	169
9.6	Cuanza Norte pode ter sistema de alerta	171
9.7	Chuvas chegam a 'matar'	172
9.8	Época Chuvosa. São Pedro ensaia na Luanda Sul	173
9.9	Equilíbrio ecológico cria ambiente saudável a sociedades	173
9.10	Governo recua e constrói para sinistrados	174
9.11	Construção de casas para vítimas das cheias	175
9.12	Governo corrige obras dos diques do rio Cavaco	175
9.13	Alterações climáticas pesam na agricultura	176
9.14	Alterações climáticas pesam na agricultura	177

## 10. OUTUBRO 179

10.1	Actos de vandalismo com dias contados	179
10.2	Praias de Luanda devem ser evitadas	179
10.3	Calemas continuam a fustigar a Camuxiba	180
10.4	Fortes chuvas destroem casas	181
10.5	Fundo Soberano fica com Eucaliptos	181
10.6	PGC oferece árvores aos cidadão	182
10.7	Produção petrolífera fomenta alterações climáticas	182
10.8	Arborização vai proteger ambiente	183
10.9	Actos de vandalismo com dias contados	184
10.10	As calemas continuam a fustigar a Camuxiba	184
10.11	Fortes chuvas deixam 34 famílias sem casas	185
10.12	Cunene arboriza centros urbanos	185
10.13	Eugénio Laborinho defende a adopção de medidas de construção de resilientes	186
10.14	Secretário de estado do interior defende a adopção de medidas de construção de resilientes	186
10.15	Lixo virou obra	187
10.16	Representante das Nações Unidas para o Ambiente Regional em Luanda	187
10.17	Vítimas da seca recebem apoio	188

## 11. NOVEMBRO 190

11.1	Zonas verdes do Lubango reforçadas	190
11.2	Seca provoca desistência escolar a muitas crianças	191
11.3	Seca provoca deslocções	191
11.4	Província de Luanda sem casos de cólera	191
11.5	Centenas de habitações derrubadas pelas chuvas	192

11.6	Angola apresenta propostas para o novo acordo climático	192
11.7	Desafios ambientais	193
11.8	Árvores são abatidas sem controlo	194
11.9	Acordo com Inamet vai avançar	195
11.10	Novos espaços verdes	196
11.11	Seca afecta população e gado em Olupale	196
11.12	Luanda responde a calamidades naturais	198
11.13	Chuvas deixam ao relento 40 famílias na província da Huíla	199
11.14	Mudanças climáticas mitigadas	200
11.15	Um olhar sobre um "bairro de tropas" na cidade do Lobito	200
11.16	Ausência de chuvas dificulta abertura da campanha agrícola	201
11.17	Construção em áreas de risco é sancionada	203

## 12. DEZEMBRO

205

12.1	Baixo nível de água reduz produção de energia	205
12.2	Milhares de pessoas infectadas pela seca	206
12.3	Falta de recursos para combater a seca	206
12.4	Plantados milhares de eucaliptos	207
12.5	Cuidado com a chuva	207
12.6	Luanda precisa de sistema de alerta	209
12.7	Cerca 31 por cento da superfície do País está afectado pela seca	209
12.8	Ninguém impede a chuva"	210
12.9	Seca arrasa Cunene	211
12.10	Zonas de risco são mapeadas	211
12.11	Chuva em Luanda destapa os mesmos problemas	212
12.12	Chuva volta a destapar a precariedade das obras realizadas	213
12.13	Grupo de jovens lança campanha de solidariedade	213
12.14	Regresso das chuvas satisfaz a população	214
12.15	Chuva em Malanje fora do normal	215
12.16	O acordo do clima de Paris e a sua eficácia em Angola	216
12.17	Chuvas ameaçam a circulação rodoviária	217
12.18	Chuvas estragam as festas	218
12.19	Cartoon	219



# I. JANEIRO

## I.1 Habitantes de Ondjiva plantam árvores

*Jornal de Angola*  
03 De Janeiro de 2014

Os habitantes da cidade de Ondjiva, capital da província do Cunene, foram incentivados a plantar árvores nos quintais das suas residências, tendo em conta a sua importância para o meio ambiente.

O director municipal da Repartição do Ordenamento do Território, Urbanismo e Ambiente, Yanes da Conceição Lupeke, manifestou, propósito do 31 de Janeiro, Dia Nacional do Ambiente, a sua preocupação, por haver poucas árvores na urbe e por isso, a necessidade de consciencializar a população para participar em actividades relacionadas com plantação, multiplicação e preservação.

As autoridades estão preocupadas com políticas públicas que combatam a exploração ilegal de árvores.

A moringa oleífera e o eucalipto são importantes, têm funções benéficas para o meio ambiente, recuperando áreas degradadas, e para a saúde humana.

Os países em todo o mundo desenvolvem acções para a preservação do meio ambiente. Uma das acções passa pela plantação de árvores e redução dos actos que colocam em perigo a biodiversidade.

Angolacomemora31 de Janeiro o Dia Nacional do Ambiente. Foi nesta data que terminou a primeira semana de conservação da natureza, decorrida de 26 a 31 de Janeiro, em 1976, em Luanda. A efeméride visa chamar a atenção dos sectores políticos e sociais sobre a necessidade de se criar medidas e padrões de vida sustentáveis para uma gestão equilibrada dos recursos naturais e melhoria da qualidade de vida das populações.

### Arborização em Benguela

O programa de arborização da cidade de Benguela, "Acácias Rubras", foi apresentado no sábado pelo administrador municipal, no âmbito do Dia

Nacional do Ambiente, assinalado em 31 de Janeiro.

Leopoldo Muhongo disse, no âmbito do programa, são feitas este ano pelo menos 800 mudas, o que permite a plantação de múltiplas espécies, maioritariamente acácias rubras.

A Administração Municipal, afirmou, está a ensaiar um modelo de gestão dos espaços verdes que inclui o acompanhamento de ruas arborizadas e por arborizar por determinadas pessoas, escolhidas como padrinhos, que se responsabilizam pela rega e tratamento das plantas.

Os camiões cisterna, que prejudicavam o trânsito automóvel, foram substituídos por motorizadas de três rodas equipadas com um depósito de 500 litros. A Administração entregou plantas diversas a residentes das seis zonas do município.

Leopoldo Muhongo mencionou "o débil saneamento básico, a qualidade dos solos argilosos e a acumulação de resíduos sólidos em alguns mercados informais", como os principais problemas. "Estamos a trabalhar com as entidades responsáveis pela recolha e foram introduzidas agora empresas de fiscalização para melhorar o processo.

## I.2 Chuva desaloja famílias

*Jornal de Angola*  
07 De Janeiro de 2015

As intensas chuvas acompanhadas de ventos fortes que se abateram nos últimos dias sobre o Andulo, na província do Bié, destruíram 83 casas de construção precária (adobe e pau a pique), deixando ao relento igual número de famílias, segundo o porta-voz do comando municipal da Polícia Nacional.

Ernesto Canganjo acrescentou que as fortes chuvas provocaram também a destruição de uma igreja e o derrube de várias árvores nas artérias da cidade do Andulo.

O porta-voz do comando municipal da Polícia Nacional afirmou que os bairros Económico, Chivili, Canana, Seabra, Cariongo, Silva e Agostinho Neto eram os mais afectadas.

Segundo Ernesto Canganjo, devido à insuficiência de meios por parte dos serviços locais de Protecção Civil, as autoridades da província e as estruturas centrais estão a trabalhar no sentido de garantir o apoio necessário às populações sinistradas, que precisam fundamentalmente de comida e de material de construção.

Já enviámos a mensagem às estruturas centrais para que, em conjunto com o Governo Provincial, se encontre uma solução imediata para resolver o problema da população desabrigada, com a distribuição, numa primeira fase, de chapas de zinco" assegurou o responsável.

Ernesto Canganjo informou que os responsáveis da Administração Municipal estão a envidar esforços para se tomar providências que façam com que a chuva deixe de causar desastres.

O porta-voz do comando municipal da Polícia Nacional defendeu a necessidade de se "apetrechar a logística local com a aquisição de meios como chapas de zinco, cobertores e produtos alimentares, para assistir as pessoas afectadas pelas fortes chuvas que se abatem sobre a região".

Os trabalhos continuam no local, visando saber o número exacto das residências destruídas pelas chuvas e encontrar solução para apoiar as famílias sinistradas.

Aconselhou a população para deixar de construir em áreas de risco, para não colocar as suas vidas em perigo.

### **I.3 Gestão Sustentável das Cidades e Municípios**

*Jornal Continente*

*16 De Janeiro de 2015*

*Texto: Paulo Panguila*

Segundo uma nota chegada à redacção do Continente, o evento integrou-se nas jornadas comemorativas ao 10 de Agosto, data institucionalizada pela União Africana e que serve de oportunidade para uma reflexão sobre as alterações positivas que ocorrem nos países africanos como resultado da implementação de processos de descentralização e de desenvolvimento local.

Segundo a mesma nota, a República de Angola celebra o 10 de Agosto, vincando o seu compromisso com concentração e descentralização administrativa, espírito no qual se enquadrou a realização do Fórum Nacional de Municípios e cidades de Angola.

A edição inaugural decorreu em 2013, em simultâneo com a primeira Feira dos Municípios e Cidades de Angola.

Especialistas internacionais, em matéria de urbanismo e ordenamento do território puderam apresentar as suas ideias e experiências' conferindo a devida dimensão internacional ao evento que se assume como um palco privilegiado para a troca de perspectivas entre governantes, académicos, representantes de associações técnico-profissionais e de cidadãos interessados.

### **I.4 Moradores do Kilamba Kiaxi preocupados com mau estado das vias de acesso**

*Jornal Manchete*

*16 De Janeiro de 2015*

*Texto: João Nhanga*

A reclamação surge pelo facto de várias vias do referido disto estarem degradadas desde os bairros Palanca, Neves Bendinha, Golfes um e dois, Retunda do Camama e Calemba dois.

Segundo João Francisco, asseguram que por falta de vias de acesso tem percorrido longas distâncias porque os taxistas, vulgo candongueiros, que fazem o trajecto Avó Cumbi, Congolenses, Palanca, Cassequel, Gamek cobram entre 200 a 150 Kwanzas por cada viagem, situação que preocupa os moradores daquela zona.

João Francisco asseverou que muitas destas vias foram reabilitadas recentemente para facilitar a vida dos munícipes mas não resultaram em melhorias. Por outro lado disse que para facilitar alguns trabalhadores os moradores construíram duas pontes pré-fabricadas para ajudar a vida dos mesmos. Quem também mostrou a sua preocupação é o senhor Pedro Candela, funcionário público morador do Golf 1, que apelou ao Executivo a fiscalizar as vias de acesso

para facilitar a vida dos munícipes em causa. A nossa equipa de reportagem foi até ao local para conversar com alguns moradores que fizeram a ponte pré-fabricada.

De acordo com Ricardo Dembo, estudante universitário, morador daquela zona, disse ao Continente que esta ponte visa facilitar a vida dos moradores tendo em conta que as vias estão interditas.

Ricardo Dembo diz que no distrito urbano existem duas pontes, da zona do Cantiton e dos Rastas, que têm ajudado a vida da população daquela circunscrição.

## 1.5 Ravina engole casas em Cacucaco

*Jornal República*

*16 De Janeiro de 2015*

*Texto: Inácio Cândido e Rita Fernando*

Os populares daquela circunscrição de queixam-se de viver momento difícil por causa das ravinas que estão a engolir as suas casas cada dia que passa. Os munícipes dizem que só estão aí porque não têm onde ir. Rosa Janota João dos Santos, antiga administradora de Cacucaco, havia prometido que eles iriam ser retirados daquela zona do Maiombe.

Salvador Agostinho, morador daquela zona desde 2003, disse que ninguém gosta do mal. Pelo contrário, todos gostam do bem e de viver bem. Todo o mundo está esperançoso em viver dias melhores, mas com esta situação menos boa, ninguém está a viver numa situação de paz.

"Nós estamos a esperar que o governo nos dê um espaço para viver porque já tivemos promessa da antiga administradora de nos retirar daqui, isto é, para irmos na zona do Maiombe, mas até agora estamos à espera", disse.

Ainda segundo o morador, tiveram a referida promessa em 2013. Mas, até à data presente, nunca tiveram contacto com os terrenos.

Os moradores só estão aí porque não têm onde ir. Se aparecer terrenos ou mesmo casas, porque neste lugar já várias crianças tiveram a sorte de não perder vida com estes problemas, estão dispostos a sair. Também o saneamento básico é débil, ou seja, não tem água potável e energia eléctrica.

Teresa Viera Agostinho, por seu turno, disse que estão a viver momento de muito sofrimento. Em 2013, deram-lhes terrenos na zona do Maiombe. "Nós todos fomos para lá, recebemos os terrenos apenas, passaram oito meses, disseram que ninguém deve meter casas de bloco naqueles espaços que foram dados, porque o governo vai dar as casas e ficamos à espera. E, depois, veio novas ordens, isto é, quem meter casas deve dar oitenta mil kwanzas. Tivemos a esperar a segunda ordem, mas até agora nem água vai nem água vem", disse.

Fenícia Albino José, porém, disse que, as pessoas que começaram a entregar os terrenos, fizeram vista grossa. Daí que outros tiveram oportunidades, ou melhor, estão sempre à espera dos elementos, estão a fazer a levantamento das casas dos moradores.

Mas, a bem da lógica, teriam de dar oportunidades aos estão nas ravinas, já que as mesmas estão a aumentar cada dia que passa, principalmente quando chove.

" Nós já reclamamos muito. Eles só falam que vão dar, mas até agora nada foi resolvido. Outros tiveram a sorte de ter, mas outros não porque estamos a ser chamados que somos da oposição", disse.

## 1.6 Rua Machado Saldanha continua um inferno

*Jornal Manchete*

*16 De Janeiro de 2015*

*Testo: Luís Caetano*

O continente depois de ter noticiado em primeira mão o péssimo estado da rua Machado Saldanha, um ano depois, a equipa de reportagem volta e fez uma ronda ao longo da via e constatou, em grande, que nada mudou para se pôr termo à péssima situação que domina a via. A verdade é que as coisas pioraram.

Depois de tantas promessas, a administração local e Governo da Província de Luanda não conseguem fazer as melhorias necessárias e muito menos executarem o que prevê o Orçamento Geral do Estado com a verba para reabilitar as ruas secundárias e terciárias de Luanda, num valor

de 31.673 milhões, 881 mil e 54 Kwanzas. Está prevista ainda uma verba para fundos rodoviários estipulada em 480 milhões, 336 mil e 691 Kwanzas.

O OGE de 2014 atribui à província de Luanda uma verba para o programa de reabilitação e construção de infra-estruturas de transportes rodoviários no valor de 10.474 milhões, 395 mil e 823 Kwanzas. Esta triste situação deixa o público e automobilistas em desespero.

Assim permanece a via, num estado deplorável, desolador, sem asfalto, misturada com águas salobras que invadem as casas do bairro.

Mesmo durante o tempo seco, está intransitável, a pé ou de carro, as pessoas não conseguem andar à vontade.

Os taxistas que servem aquela linha Congolenses/Avó Kumbi/Golf e vice-versa, assim como os alunos que estudam no IMEK, para chegarem e saírem só Deus sabe a ginástica que fazem!

Os moradores não conseguem nem ao menos parquear as suas viaturas nos quintais. Esta via está esquecida, até o diabo está de costas viradas!

De acordo com os automobilistas o mau estado da via já dura muito tempo e agora já não há condições em utilizarem aquele troço e em função dessa desordem os munícipes culpam a administração local de que deveria ser mais actuante, cuidadosa e supervisionar todas as ruas do bairro e depois resolver os problemas existentes na zona.

Os moradores e automobilistas afirmaram ao Jornal Continente que estão desapontados e agastados com a triste situação reinante na rua e acusam a administração e assim como o GPL por não fazerem nada em prol do bairro.

Sublinharam ainda que o tempo avança e os moradores e utentes de viaturas desesperam-se, perante a passividade das autoridades.

"Estamos a viver tempos difíceis com todas as ruas esburacadas, principalmente esta Machado Saldanha que constitui uma tristeza para os moradores desta área, sentimo-nos esquecidos em relação a outros bairros", disse Miguel da Costa.

O morador pede encarecidamente a quem de direito para intervir, porque a estrada está totalmente destruída e coberta de lama misturada com água estagnada e esverdeada que constitui um verdadeiro atentado à saúde pública.

A senhora Isabel Paulo disse que a estrada deve ser fechada urgentemente para ser reabilitada no seu todo e para melhorar o trânsito rodoviário.

Suzana Pedro da Costa, moradora, disse não entender o comportamento e o silêncio da administração e do governo provincial, que até agora não dizem nada sobre o encerramento e arranque das obras da rua.

"A rua está neste estado há bastante tempo e até agora nada feito, pergunto o que está a fazer a administração local?" Interroga-se Suzana.

Isabel Fernandes alerta às autoridades sanitárias, que águas estagnadas cobertas de lama nesta rua estão a provocar muitos mosquitos e em função disso tem provocado muitas doenças e enlutado muitas famílias.

Isabel Fernandes informa que o paludismo é a doença que mais ataca os munícipes desta área e que têm ceifado muitas vias.

Para os "teimosos" que insistem usar a rua arriscam-se em ultrapassar os enormes buracos misturados com montanhas de lama e águas esverdeadas, assim como danificar as suas viaturas.

Em função disso, os automobilistas têm de parar para ceder prioridade a outros carros que circulam noutro sentido, uma vez que a via se tornou estreita, complicada e causa dores de cabeça para os utentes de viaturas e moradores.

As ruas do bairro Popular ou Neves Bendinha que serviam de alternativa aos automobilistas também não se encontram em bom estado e clamam também por reabilitação urgente antes que as chuvas comecem a dar o ar da sua graça.

Sandra Graciete da Piedade, funcionária pública e moradora da referida rua, pede às autoridades locais e centrais no sentido de uma intervenção urgente e sublinha que, se a situação se mantiver até ao cair

das chuvas as águas poderão invadir as residências todas que estão ao longo da via.

Facturação no meio da tristeza

Neste cenário, enquanto uns lamentam o mau estado da via e que tem provocado muitos acidentes, outros fazem da tristeza dos outros um meio que garante facturamento.

Adão Celestino, mecânico de profissão, disse que é lamentável o estado em que se encontra a rua Machado Saldanha, a verdade é que geralmente tem ficado ao longo da referida via e aproveita-se dos carros acidentados para consertá-los, assim consegue algum dinheiro para o sustento da família.

"Tenho quatro filhos e não tenho emprego, no meio de tanta desgraça aproveito os carros acidentados e conserto-os, assim consigo algum dinheiro para o sustento da família" fez saber.

Adão Celestino avançou ainda dizendo que para alimentar a família faz tudo menos roubar ou matar.

### 1.7 Falta de chuva no Amboim coloca em risco as colheitas

*Jornal de Angola*  
19 De Janeiro de 2015  
Texto: Victor Pedro

A falta de chuva na província, o Cuanza Sul está a preocupar os camponeses da região, porque pode comprometer as colheitas na primeira época agrícola deste ano.

Segundo dados da repartição municipal do Amboim do Instituto de Desenvolvimento Agrário, para a presente campanha agrícola foram preparados 13.191 hectares, com previsão de colher 12.127 toneladas de produto do campo.

O documento do Instituto de Desenvolvimento Agrário refere que foram distribuídas sementes de milho e batata, além de fertilizantes, que beneficiaram 8.858 famílias camponesas, enquadradas em associações e cooperativas.

O agricultor Sabino Morais Quilembe disse que desde o final do ano passado que não chove e se a

situação continuar assim, a primeira época agrícola está seriamente comprometida. O agricultor referiu que o milho está entre as culturas mais afectadas:

"As hortícolas, como repolho, pimento, cenoura e cebola, por serem produtos que precisam de rega e por serem produzidas em grandes quantidades nas margens dos rios e riachos, não estão tão afectadas com a falta de chuvas". Sabino Quilembe afirmou que as culturas produzidas através do sistema de irrigação são onerosas, devido à subida do preço do combustível para o abastecimento das motobombas.

### 1.8 Chuvas torrenciais matam e destroem bens

*Jornal de Angola*  
21 De Janeiro de 2015  
Texto: João Constantino

Fortes chuvas, acompanhadas de descargas eléctricas, continuam a causar vítimas na província do Bié e danos materiais, segundo dados dos Serviços de Protecção Civil e Bombeiros.

No último semestre do ano, passado, refere o documento dos Serviços de Protecção Civil e Bombeiros, 350 habitações foram destruídas e 14 pessoas morreram vítimas de descargas eléctricas, em vários municípios da província do Bié, uma situação que tem preocupado as autoridades.

No ano passado, segundo o chefe das acções comunitárias dos Serviços de Protecção Civil e Bombeiros, Adilson Bumba, cinco pessoas ficaram feridas por descargas eléctricas e mais de mil desabrigadas, na sequência das fortes chuvas que se abateram sobre a região.

"Ternos 350 famílias, 1.755 pessoas, que vivem nesse momento em condições difíceis de habitabilidade, em consequência das enxurradas", disse.

O responsável das acções comunitárias dos Serviços de Protecção Civil e Bombeiros disse ainda que duas igrejas e 12 escolas foram também destruídas pelas fortes chuvas, durante os últimos seis meses do, ano transacto.

As chuvas que cáram no princípio deste mês desabrigaram 18 famílias no município do Cunje,

segundo o relatório dos Serviço de Protecção Civil e Bombeiros, que alerta as pessoas a não construírem em zonas de risco. Para combater as chuvas torrenciais, descargas eléctricas e ravinas, o Governo Provincial do Bié criou o Conselho Técnico e Infra-estruturas, que realizou o seu primeiro encontro de trabalho, onde foram estabelecidas as prioridades para este ano.

#### Estragos em Menongue

As salas de internamento do Hospital Pediátrico de Menongue, no Cuando Cuabango, ficaram completamente danificadas, em consequência das fortes chuvas acompanhadas de ventos que caem sobre a região, informou a directora da unidade sanitária.

EIsa Kalenga disse que em função do actual quadro, o hospital reduziu a sua capacidade de internamento e os doentes que dão entrada recebem assistência médica nos corredores por não haver mais espaço para internamento, correndo o risco de contrair outras doenças.

O Hospital Pediátrico de Menongue tem capacidade para internar 100 pacientes, mas neste momento foi reduzido para apenas 70 camas, devido aos danos causados pelas chuvas.

A directora do hospital explicou que diariamente a unidade sanitária interna de 20 a 25 pacientes, sobretudo diagnosticados com doenças diarreicas e respiratórias agudas, malária, parasitoses, sarampo, anemia e má nutrição.

Neste momento a unidade sanitária está a beneficiar de obras de reabilitação e ampliação. O Hospital Pediátrico de Menongue atendeu em 2014, 40.582 crianças com diferentes patologias, 7.160 das quais foram internadas e 238 faleceram.

Entre as patologias mais frequente na região, está a malária com um registo de 26.167 ocorrências, doenças diarreicas agudas com 4.461 casos, doenças respiratórias agudas com 2.821, sarampo 1.133 e a parasitose com 882 casos.

A directora do Hospital Pediátrico, Eisa Kalenga, reprovou a atitude de muitos pais que, em primeira instância, optam por consulta caseira e só levam os filhos ao hospital quando se encontram num estado crítico da doença, o que dificulta o trabalho dos técnicos da saúde. A unidade

sanitária é assegurada por cinco médicos e 64 enfermeiros.

### 1.9 Muitas pessoas precisam de ajuda urgente

*Jornal de Angola*

*22 De Janeiro d 2015*

*Texto: CARLOS Paulino*

Mais de 50 mil pessoas da província do Cuando Cubango têm escassez de alimentos, devido à estiagem que atinge alguns municípios, anunciou o director provincial em exercício do Ministério da Assistência e Reinserção Social (MINARS).

Os municípios mais afectados são os de Cuangar, Calai, Dirico, Rivungo, Mavinga e Nancova que necessitam do apoio urgente para debelar a situação provocada por este fenómeno natural.

José Martins disse, num encontro da comissão técnica de estiagem, dirigida pelo vice-governador para o sector económico e produtivo, que devido à sua localização as zonas afectadas sofrem a influência do deserto do Kalahari, Namíbia, fenómeno que se regista de dois anos nesta parte do Cuando Cubango, onde as temperaturas variam entre 30 e 40 graus.

O director do MINARS declarou que houve necessidade de realizar um encontro de emergência para avaliar os resultados provocados naqueles municípios e traçar medidas para a mobilização de recursos financeiros ou bens alimentares para atenuar o sofrimento população.

Os membros da comissão técnica sublinharam a importância da necessidade de se fazer um trabalho pedagógico nas comunidades sobre as vantagens da agricultura nas zonas ribeirinhas para manter as suas culturas e alimentos.

José Martins, que mencionou potencial da província em termos hídricos, disse que em função disso os camponeses devem tirar proveito deste potencial, cultivando em zonas mais baixas para não dependerem apenas das chuvas.

#### População afectada

No ano passado, 77.641 mil pessoas da província foram afectadas pela estiagem, o que levou o

Executivo, por intermédio do MINARS e da Comissão Nacional de Protecção Civil e Bombeiros, a enviar para o Cuando Cubango mais de 67 toneladas de alimentos para as vítimas da seca. José Martins disse ser urgente que se voltem a mobilizar meios para minimizar as dificuldades de 55 mil pessoas afectadas pela estiagem e que o Governo Provincial não tem capacidade para dar resposta à situação.

O vice-governador provincial para o sector económico e produtivo, Ernesto Kiteculo, afirmou que estão a ser desenvolvidos esforços para a chegada urgente de apoio aos sinistrados, muitos dos quais não têm de comer e alimentam-se apenas de tubérculos.

Outra atenção do Governo Provincial é o incremento da actividade agrícola e pecuária nas localidades mais afectadas pela estiagem, tendo em conta a presença de grandes rios q há Cuando Cubango.

### **I.10 Polígono Florestal é o maior viveiro do país**

*Jornal de Angola*

*22 De Janeiro de 2015*

*Texto: Adolfo Mundombe*

O Polígono Florestal do Mundundu, na comuna com o mesmo nome, na província do Huambo, conta com o maior viveiro ambiental do país, com capacidade de 140.000 plantas das espécies de pinheiros e eucaliptos.

A floresta ocupa uma área de 11.872 hectares, constituída fundamentalmente pelas espécies de eucalipto e pinheiro e é uma das grandes fornecedoras de toros para o fabrico da madeira a nível do país.

O viveiro, que suporta a actividade de repovoamento do polígono depois da exploração, é renovado de seis em seis meses com mudas novas. A semente de eucalipto utilizada para renovar a floresta provém das espécies do mesmo polígono e a do pinheiro é adquirida a partir do Zimbabwe.

A produção é feita por equivalência em toro, através do tamanho das árvores, e quanto maior for o tamanho maior é a produção. O director

administrativo da empresa Marco-services, dedicada à exploração de madeira do polígono, Eduardo (\$issungu, disse que a floresta fornece em média 30.000 metros cúbicos de madeira por mês, que é vendida no mercado nacional. A empresa Marco-services explora as espécies de eucalipto e pinheiro desde o início de 2010, num processo que começa com o abate de árvores, passando pelo corte dos toros, posteriormente transportados para a máquina de serração, onde são transformados em madeira, e culmina com a cubicagem, antes serem levados para as indústrias transformadoras.

De acordo com o administrador da empresa, já foi repovoada uma área de 150 hectares de pinheiro, cortado em 2009 e, para este ano, está prevista a plantação de mais pinheiros, numa área de 100 hectares. A empresa dedica-se actualmente mais à exploração do eucalipto, enquanto o pinheiro se desenvolve. A actividade é acompanhada por um engenheiro agrónomo e começa a partir do viveiro e termina com a plantação.

Eduardo Kissungu informou que das duas espécies, o eucalipto é a que menos trabalho dá por não precisar de viveiros, pois a sua produção é natural. Basta a semente cair ao solo, que logo germina, e é aproveitada para a plantação. Entre as duas espécies, afirmou que o pinheiro tem um crescimento mais lento, o seu ciclo de vida é muito lento em relação ao eucalipto, razão pela qual o repovoamento do eucalipto é feito em menos tempo.

A mão-de-obra é constituída principalmente por nacionais, capacitados tecnicamente para o corte de toros e cinco por cento por cidadãos chineses.

A floresta do Mundundu é propriedade da empresa Celulose, que cedeu temporariamente à empresa Marco-services, mediante contrato. "No início do contrato a intenção era de reabilitar as rotas e as infra-estruturas da empresa, mas depois efectuou-se um outro para a exploração de madeira por um período de sete anos, que termina este ano", disse o administrador.

A província do Huambo conta com quatro grandes polígonos florestais: Sanguengue e Alto Chiumbo, no município do Catchiungo, Cuima na Caála, e Mundundu, no município do Ucuma, para além dos pequenos, espalhados pelos vários municípios e outros localizados nas fazendas de

Chinguri, Bonga e Pelisa, bem como os polígonos que se estendem ao longo do Caminho-de-Ferro de Benguela. ~

### 1.11 Lunda Sul vai criar polígonos florestais

*Jornal Economia e Finanças*  
23 De Janeiro de 2015

O Instituto de Desenvolvimento Florestal (IDF) prevê para este ano, a criação de novos polígonos florestais, em quatro municípios da província da Lunda Sul, designadamente Cacolo, Dala, Muconda e Saurimo.

Segundo o responsável provincial do IDF, Afonso Maquecha, que falava à Angop, entre as prioridades da instituição estão também o relançamento do programa de combate à desertificação e a construção de viveiros.

Espécies de árvore

Prevê-se produzir nos polígonos espécies de árvore como jácarandás, eucaliptos, acácias, ligustros, destinadas ao repovoamento dos municípios que integram a província, salientou.

A intenção, prosseguiu, é repovoar a província da Lunda Sul e reduzir o impacto adverso do abate de árvores e das queimadas de zonas verdes.

Receitas

As multas e apreensões contra pessoas singulares, por inobservância dos regulamentos florestais, aplicadas no decurso de 2014, na Lunda Sul, renderam ao Instituto de Desenvolvimento Florestal (IDF) o valor de 2,3 mil milhões de kwanzas.

O valor é o resultado de 15 multas e apreensões, informou o responsável provincial do IDF, Afonso Maquecha, tendo acrescentado terem sido notificados no mesmo período 22 cidadãos.

Afonso Maquecha afirmou ser uma das preocupações da instituição, desencorajar o abate indiscriminado de árvores, queimadas e o fabrico anárquico de carvão.

"Deixamos de atribuir licenças de abate e de corte de madeira, mas ainda assim essa actividade continua de forma clandestina", ressaltou.

Para pôr fim a essa prática clandestina Afonso Maquecha promete que o IDF vai tomar medidas cada vez mais duras contra os infractores.

Potencialidades

Angola conta com uma extensão florestal de aproximadamente 53 milhões de hectares, o que corresponde a 43,3 por cento da sua superfície territorial. As formações florestais são bastante diferenciadas e incluem, entre outras, a floresta densa húmida de alta produtividade, que corresponde a cerca de 2 por cento da área florestal. Estas formações situam-se nas províncias de Cabinda, Zaire, Bengo e Cuanza Norte.

Mais de 80 por cento da superfície florestal, estendem-se formações de floresta aberta ou miombo, mosaicos de floresta seca e savanas de média produtividade e alto valor social em termos de combustível lenhoso, materiais de construção, pastos, alimentos e plantas medicinais.

As restantes formações florestais são de baixa produtividade estando constituídas, entre outras, por prados, formações herbáceas das superfícies inundáveis, estepes das faixas subdesértica e desértica, formações herbáceas do deserto e mangais.

Em termo de plantações florestais de espécies exóticas, tais como eucaliptos e pinus, o país tem demarcada uma área aproximada de 148.000 hectares, da qual cerca de 70.000 encontra-se coberta com plantações.

### 1.12 Seca compromete produção

*Jornal de Angola*  
26 De Janeiro de 2015

A falta de chuva, que há mais de um mês afecta a faixa sul do Cuando Cubango, provocou perdas consideráveis das culturas do milho, massango e massambala, disse o governador provincial em exercício.

Ernesto Kiteculo visitou o Cuangar, onde analisou com a Administração Municipal as possíveis soluções para mitigar os efeitos da falta de chuvas, que afectam principalmente os habitantes das localidades do Bondo-Caila, Savate e Olupale.



O governador provincial em exercício afirmou que a Administração Municipal se vai reunir com as 35 associações e cooperativas, de que fazem parte no total 770 camponeses, para dentro de dias se realizar uma reunião para a tomada de decisões. Ernesto Kiteculo declarou que a Administração Municipal vai também fazer o levantamento dos afectados pela estiagem e enquanto esperam o apoio da Direcção Provincial do Ministério de Assistência e Reinserção Social, os camponeses vão aproveitar as zonas ribeirinhas, onde se pode cultivar milho, massango, massambala, mandioca e hortícolas.

O administrador do Cuangar, Manuel Franessa, disse que estiagem que se verifica há mais de um mês afecta não somente o seu município, como Dirico, Calai, Rivungo e Nankova.

### 1.13 Chuvas atrasam obras das estradas

*Jornal de Angola*  
28 De Janeiro de 2014  
Texto: Lino Vieira

A chuva na província do Moxico está a provocar o atraso das obras de construção e reabilitação de estradas secundárias e terciárias, disse ao Jornal de Angola o director provincial do Instituto de Estradas de Angola (INEA).

No Moxico estão a ser intervencionadas desde o ano passado as estradas secundárias Luau/Cazombo, Lucusse/Lumbala Nguimbo, Lucusse/Lumbala Caquengue, Lucusse/Cangamba, Lumbala Nguibo/Ninda e Luena/Leua.

Em curso estão também obras nas vias terciárias Lumege Pinto/Luangrico, Luangrico/Luchia, Camanongue/Lumege Cameia, Luena/Missão do Boma, Luena/Ichafinda.

David Tito afirmou que apesar dos atrasos, as empresas continuam empenhadas em cumprir os prazos e apresentarem obras de qualidade.

Sobre as estradas terciárias em requalificação, disse já terem sido terraplanados 67 quilómetros e que apesar das obras terem começado há pouco tempo já revelam vantagens, principalmente para os camponeses que tinham muitos problemas no

escoamento dos produtos para os grandes mercados.

As obras em curso, afirmou David Tito, estão incluídas nas estratégias de melhorar a circulação de pessoas e mercadorias na região e a vida dos habitantes das comunidades.

As obras na estrada Lumbala Nguimbo/Ninda, de 80 quilómetros, estão praticamente concluídas faltando apenas a sinalização e a construção de valas de drenagem e na Luzi/Cangamba foram desmatados 45 dos 150 quilómetros previstos.

No troço Luau/Cazombo, de 272 quilómetros, as obras continuam paradas desde o ano passado depois de terem sido asfaltados 85 quilómetros e terraplanados 187.

Desde o início do programa de reabilitação das vias de acesso, a província do Moxico tem 500 quilómetros de troços asfaltados e 300 terraplanados.

Também foram construídas nove pontes de betão armado e estão a ser instaladas de dez David Tito lembrou que o Executivo continua empenhado em construir e reconstruir vias que garantam um trânsito seguro e facilite a circulação entre municípios e comunas.

O director provincial de INEA, referiu que a reabilitação das vias secundárias e terciárias está concluída até 2017.

### 1.14 Chuva desabriga 654 pessoas no Zaire

*Jornal Continente*  
30 De Janeiro de 2015

De acordo com o porta-voz interino do Serviço de Protecção Civil e Bombeiros, agente de segunda Miguel Freitas Neyandu, o município do Soyo reportou a destruição de 108 residências, com saldo de 648 pessoas sem-abrigo, ao passo que Mbanza Congo registou apenas a destruição de uma casa onde residia uma família de seis membros.

A enxurrada provocou também prejuízos materiais às casas que foram inundadas, segundo ainda a fonte, mas sem reportar vítimas humanas.

Informou ainda que a chuva deixou às escuras a cidade de Mbanza Congo, por inundar o local onde está implantada a única central eléctrica que fornece energia eléctrica à sede capital da Província do Zaire. Acrescentou que o Serviço de Protecção Civil e Bombeiros na região começou a assistir as famílias desalojadas.

## 2. FEVEREIRO

### 2.1 Habitantes de Ondjiva plantam árvores

*Jornal de Angola*  
03 De Fevereiro de 2015

Os habitantes da cidade de Ondjiva, capital da província do Cunene, foram incentivados a plantar árvores nos quintais das suas residências, tendo em conta a sua importância para o meio ambiente.

O director municipal da Repartição do Ordenamento do Território, Urbanismo e Ambiente, Yanes da Conceição Lupeke, manifestou, propósito do 31 de Janeiro, Dia Nacional do Ambiente, a sua preocupação por haver poucas árvores na urbe e por isso, a necessidade de consciencializar a população para participar em actividades relacionadas com plantação, multiplicação e preservação.

As autoridades estão preocupadas com políticas públicas que combatam a exploração ilegal de árvores.

A moringa oleífera e o eucalipto são importantes, têm funções benéficas para o meio ambiente, recuperando áreas degradadas, e para a saúde humana.

Os países em todo o mundo desenvolvem acções para a preservação do meio ambiente. Uma das acções passa pela plantação de árvores e redução dos actos que colocam em perigo a biodiversidade.

Angola comemora a 31 de Janeiro o Dia Nacional do Ambiente. Foi nesta data que terminou a primeira semana de conservação da natureza, decorrida de 26 a 31 de Janeiro, em 1976, em Luanda. A efeméride visa chamar a atenção dos sectores políticos e sociais sobre a necessidade de se criar medidas e padrões de vida sustentáveis para uma gestão equilibrada dos recursos naturais e melhoria da qualidade de vida das populações.

#### Arborização em Benguela

O programa de arborização da cidade de Benguela, "Acácias Rubras", foi apresentado no sábado pelo administrador municipal, no âmbito do Dia

Nacional do Ambiente, assinalado em 31 de Janeiro.

Leopoldo Muhongo disse, no âmbito do programa, são feitas este ano pelo menos 800 mudas, o que permite a plantação de múltiplas espécies, maioritariamente acácias rubras.

A Administração Municipal, afirmou, está a ensaiar um modelo de gestão dos espaços verdes que inclui o acompanhamento de ruas arborizadas e por arborizar por determinadas pessoas, escolhidas como padrinhos, que se responsabilizam pela rega e tratamento das plantas.

Os camiões cisterna, que prejudicavam o trânsito automóvel, foram substituídos por motorizadas de três rodas equipadas com um depósito de 500 litros. A Administração entregou plantas diversas a residentes das seis zonas do município

Leopoldo Muhongo mencionou "o débil saneamento básico, a qualidade dos solos argiloso a acumulação de resíduos sólidos em alguns mercados informais", como os principais problemas. "Estamos a trabalhar com as entidades responsável pela recolha e foram introduzidas agora empresas de fiscalização para melhorar o processo.

### 2.2 Falta de valas de drenagem deixa casas e ruas inundadas

*Jornal de Angola*  
09 De Fevereiro de 2015  
*Texto: Elautério Sillpuleni*

As fortes chuvas que se abateram nos últimos dias sobre a cidade de Ondjiva, no Cunene, deixaram várias casas e ruas dos bairros Pioneiro Zeca, Castilhos e Naipalala inundadas, criando dificuldades aos moradores e na circulação de viaturas.

A estagnação da água nas ruas deve-se em grande parte à falta de um sistema de drenagem, mas é causada também pela construção desordenada de habitações em alguns bairros.

A situação repete-se todos os anos. As ruas tornam-se intransitáveis devido à exposição de cabos eléctricos e de excrementos provenientes de fossas das residências.

Uma consequência das enxurradas nas ruas Hojiya-Henda e 8 de Março, no bairro Pioneiro Zeca, foram as grandes quantidades de águas da chuva paradas que invadiram algumas residências, dificultando quem quisesse sair para se dirigir para o trabalho.

José do Nascimento e Filomena Patrícia, moradores há mais de 10 anos neste bairro afectado, defenderam a colocação de valas de drenagem para que as chuvas não venham a causar danos, como o que aconteceu. Nos bairros Castilhos e NaipalaIa, a situação ainda mais preocupante, já que além das águas pluviais estagnadas, existem muitos buracos que formaram grandes lagoas que impedem a circulação de viaturas de pequeno porte.

O saneamento básico nalguns bairros periféricos da cidade de Ondjiva é ainda deficiente e a situação se agrava nesta época chuvosa. O lixo é arrastado e espalhado pelas águas.

José Kundi, morador do bairro Castilhos, disse que a conhecida rua da "Valmim", onde estão concentradas algumas instituições do governo, como a Direcção Provincial da Saúde, os transeuntes e viaturas circulam com muita dificuldade. "A situação é precária.

## 2.3 Chuva volta a causar mortes no município do Longonjo

*Jornal de Angola*  
20 De Fevereiro de 2015

Uma mulher perdeu a vida na comuna do Lépi, município do Longonjo, 64 quilómetros da cidade do Huambo, ao ser atingida, na tarde de terça-feira, por uma descarga eléctrica, sendo a segunda em menos de uma semana.

O facto foi confirmado pelo administrador comunal adjunto do Lépi, Aurélio Luciano, realçando que a vítima, de 34 anos, foi surpreendida pela fâsca, às 17 horas, quando se protegia da chuva debaixo de uma árvore, ao regressar da lavra. Aurélio Luciano disse ainda que o temporal danificou um computador e a placa solar da administração comunal do Lépi. Com esta morte eleva-se para 11 o número de vítimas por descargas eléctricas no município do Longonjo, desde o princípio desta estação chuvosa.

Moto-taxistas.

Por outro lado, 61 moto-taxistas do município do Longonjo receberam segunda-feira as suas cartas, após concluírem o curso de condução, que durou três meses. O administrador municipal, António Caviendi, que apelou os moto-taxistas para prevenirem os acidentes rodoviários e evitar mortes.

## 2.4 Seca compromete campanha agrícola

*Jornal de Angola*  
20 De Fevereiro de 2015

A campanha agrícola de 2014/2015 na Ganda, Benguela, está praticamente comprometida devido à seca, pois onde a última vez que choveu foi 21 de Dezembro, disse à Angop o responsável municipal da Agricultura e Desenvolvimento Rural.

Manuel Tchitumba afirmou que 61 hectares de milho e mais de 90 por cento dos 5.059 plantados de feijão secaram, o que afectou as comunas do Casseque, Ebanga, Babaera e a sede municipal.

Naquelas localidades, referiu responsável, o prejuízo da primeira época foi de entre 65 e 75 por cento do cultivo, embora na comuna da Chicuma os danos se tenham ficado por um quarto da produção.

O responsável disse que a esperança agora é que os agricultores consigam ao menos produzir o indispensável para a sua alimentação, especialmente feijão, batata rena, batata-doce e hortícolas, mas que para isso que para isso é preciso recuperar represas e açudes.

Uma equipa técnica, chefiada por Manuel Tchitumba, constituída por técnicos das Estações de Desenvolvimento Agrário das cinco comunas, é responsável por fazer um levantamento da situação.

Aprender a regar

A acção de formação, que se realiza há três dias em Benguela, sobre o uso correcto da água no regadio, na qual participam responsáveis institucionais, técnicos e agricultores sobre o uso eficiente da água para regadio termina amanhã.

Na iniciativa, promovida pela Direcção Provincial da Agricultura e Desenvolvimento Rural, são dadas noções do uso e gestão da água, sistemas de regadio, estações de bombagem e mediação.

O prelector do seminário, engenheiro agrónomo Isaurindo Oliveira, disse que o objectivo é o de ensinar quem está directamente envolvido na produção agrícola a determinar o momento e em que quantidade deve ser armazenada a água, o teor dela no solo e saberem o momento próprio da rega.

## 2.5 Vítimas da chuva receberam apoios

*Jornal de Angola*  
20 De Janeiro de 2015

As 21 famílias do Luele, Lunda Sul, afectadas pela chuva receberam da Administração Municipal de Dala chapas de zinco, utensílios de cozinha, colchões, cobertores e alimentos, bens indispensáveis para quem perdeu quase tudo.

A chuva, que desalojou 81 pessoas, quatro das quais ficaram feridas, destruiu também uma escola primária, o mercado, as instalações da Igreja Adventista do Sétimo Dia.

Administração do Uíge

As 13 famílias da comuna de Quinvuenga, Uíge, cujas casas foram destruídas pela chuva de sábado, receberam da Administração Municipal do Songó, no Uíge, alguns bens, entre os quais chapas de zinco.

A administradora municipal do Songó disse que a oferta serviu para acudir às situações mais prementes, mas garantiu mais apoios nos próximos dias. "Vamos continuar a prestar uma melhor assistência a estas famílias", precisou.

Adelina Pinto afirmou que as autoridades continuam a desenvolver esforços para "as famílias poderem reabilitar ou construir casas e continuar a vida".

A chuva destruiu igualmente um posto policial, casas dos funcionários da Administração Comunal e o alpendre de uma escola do 11 ciclo do ensino secundário.

## 2.6 Chuvas desalojam famílias

*Jornal de Angola*  
23 De Fevereiro de 2015

As chuvas da semana passada desalojaram 485 pessoas de 140 famílias dos municípios de Cazengo e Lucala, disse aos jornalistas o porta-voz do Serviço provincial de Protecção Civil e Bombeiros.

André da Costa, fez o anúncio ao apresentar o balanço das ocorrências daquela semana, afirmou que as chuvas fizeram com que 237 casas particulares, duas escolas, duas igrejas e um restaurante ficassem sem telhado. O Serviço de Protecção Civil e Bombeiros está a proceder ao registo das pessoas afectadas para serem assistidas com géneros de primeira necessidade. André da Costa referiu que as chuvas também derrubaram 16 árvores que deixaram temporariamente intransitáveis alguns troços da Estrada Nacional 230-A.

No mesmo período, declarou porta-voz, foram registados nos mesmos municípios dois incêndios, provavelmente provocados por negligência e fogo posto, que originaram danos materiais de 285 mil kwanzas.

O serviço de Bombeiros também registou a por afogamento, no município de Quiculungo, de um homem, de 42 anos.

## 2.7 Apoio às vítimas das chuvas

*Jornal de Angola*  
27 De Fevereiro de 2014  
Texto: Justino Vitorino

Um total de 40 famílias da aldeia de Kanjonde, município da Chicala Chohohanga, província do Huambo, beneficiou de chapas de zinco, cimento, portas, janelas e bens alimentares, para minimizar a carência e assegurar o seu realojamento.

As famílias beneficiárias ficaram sem as suas residências, em consequência das fortes chuvas que caem intensamente na região. A população também recebeu outros bens de primeira necessidade, dados pela Administração Municipal.

A administradora, Luísa Ngueve, informou que no quadro do programa de serviços de protecção

civil, as famílias sinistradas receberam chapas de zinco, portas, janelas, cimento, bens alimentares e outros meios para assegurar o realojamento nas suas comunidades.

"A situação é preocupante e é nosso dever acudir às populações afectadas", frisou a administradora. Em Dezembro do ano passado, a chuva destruiu centenas de habitações, escolas, centros e postos de saúde, postos de iluminação pública, pontes e muitas plantações. O município regista também algumas mortes por descargas eléctricas e outras ocorrências, resultantes das quedas pluviométricas, mas assegurou que tudo está a ser feito para minimizar a situação e acautelar outras que possam ocorrer nos próximos tempos.

As populações foram orientadas a não construir próximo dos cabos eléctricos, enquanto estiver a chover e os adultos devem evitar que as crianças frequentem ou se aproximem das valas de drenagem.

O regedor da aldeia Canjonde, João Comandala, apontou também as puxadas anárquicas dos cabos de energia eléctrica e a fixação de residências nas zonas consideradas de grande risco e à beira dos rios e terrenos inclinados como outras causas das mortes no município.

A autoridade tradicional aconselha as populações a plantar árvores, sobretudo eucaliptos, em zonas consideradas de risco, para combater certas tragédias nas comunidades.

As construções feitas em áreas de risco preocupam as autoridades. O Executivo já gastou somas elevadas para o realojamento..

## 3. MARÇO

### 3.1 Chuvas provocam caos em Luanda

*Jornal República*

*06 De Março de 2015*

*Texto: Moreira Mário*

Luanda não está preparada para receber chuvas. É nestes termos que os cidadãos se pronunciam, para mencionar os constrangimentos que as enxurradas têm causado à cidade capital, o cenário que se repete sempre que chove.

Com efeito, basta cárem alguns chuviscos é suficiente para deixar Luanda em apuros, como foi o exemplo nas manhãs de segunda-feira, 3 e terça-feira, 4. Os resultados foram quase nefastos, tendo sido mais visível na periferia onde várias ruas a nível dos bairros ficaram intransitáveis, devido a lama e as águas paradas o que também tomou salientes pequenos focos de lixo um pouco por todos os cantos.

Já nas principais vias, em muitas delas abriram-se os buracos provocando sérios transtornos à circulação do tráfego rodoviário.

Na avenida Hojia Ya Henda, Rua do Comandos, Rua gola Kiluanje, Rua da Brigada, Rua Cónego Manuel das Neves, entre outras, os congestionamentos no trânsito automóvel fez sentir durante todo dia. O grande sobressalto veio mesmo dos candongueiros (taxistas) sobre aqueles que dependem desses meios para as suas deslocações. Os homens das viaturas azul e branco passaram a encurtar as rotas ou aumentar o preço da corrida, a pretexto do mau estado das vias, O que provocou grandes enchentes nas paragens. Muita gente foi obrigada a chegar atrasada no local de trabalho e em suas casa na hora do regresso. O mais caricato é que nesses dias os agentes reguladores de trânsito, se fizeram ausente em muitos locais onde habitualmente são vistos a ordenar o trânsito.

Fruto disto, na Rua dos Comandos, concretamente na zona da Frescangol, instalou-se uma confusão enorme entre os automobilistas, tudo, porque os mais apressados ao procurarem

alternativas para fugir dos engarrafamentos, no final acabavam por criar afunilamento na via.

### 3.2 Falta de chuvas compromete as colheitas

*Jornal de Angola*

*06 De Março de 2015*

*Texto: Elautério Siupuleni*

A falta de chuvas que se regista nos últimos meses está a comprometer a colheita de milho, massango, massambala, feijão e outros cereais no município da Cahama, a 202 quilómetros da cidade de Ondjiva, situação que preocupa a administração municipal e os camponeses da circunscrição, constatou o Jornal de Angola.

Camponeses do Município da Cahama disseram que nas lavras familiares as plantações estão a secar. Para o administrador municipal da Cahama, Lopo Bravo da Costa "Chachado", caso persista a situação, a colheita dos cereais vai estar comprometida e a crise alimentar pode voltar a assolar a população.

O administrador acrescentou que os homens do campo lançaram as sementes em tempo oportuno, mas as condições climáticas estão a impedir o desenvolvimento das culturas.

Lopo Bravo da Costa adiantou que a falta de chuvas pode comprometer a campanha agrícola 2014-2015, visto que as sementes já foram lançadas à terra. "Estamos esperançados em que a qualquer momento possa começar a chover com regularidade, mas a colheita não é a desejada pelos camponeses do município", acrescentou.

Para o administrador, a situação começa a preocupar as autoridades, porque caso não chova nos próximos dias todas as culturas correm o risco de se perder, o que pode causar o surgimento da fome como nos anos anteriores. A previsão de colheita para a campanha agrícola 2014-2015 no município é de mais de 300 mil toneladas de produtos diversos. No Município da Cahama, além de massango, massambala, milho e feijão, os camponeses dedicam-se também à produção de batata, abóbora, mandioca e hortícolas.

### 3.3 Famílias desalojadas pelas chuvas

*Jornal de Angola*

*11 De Março de 2015*

*Texto: Cristina Da Silva*

Centenas de famílias estão desabrigadas em consequência da chuva que caiu sobre Luanda. Muitas ruas e residências ficaram inundadas nos bairros da cidade capital. A nossa reportagem apurou que 4250 casas foram inundadas, 177 desabaram o que levou 800 famílias a ficarem desabrigadas.

O vice-governador de Luanda, Agostinho da Silva, disse ao *Jornal de Angola* que as famílias afectadas estão a receber todo o apoio "e em breve vamos distribuir chapas e materiais de construção para refazerem as suas casas".

No que diz respeito às ruas e estradas inundadas e com o piso afectado, Agostinho da Silva informou que "já estão em acção máquinas para escoar a água e reparação dos pavimentos". O porta-voz do Serviço de Protecção Civil e Bombeiros, Francisco Minguengi, fez um balanço dos prejuízos causados pela chuva e informou que os municípios de Viana, Cacucaco e Belas foram os mais afectados, com ruas e estradas completamente intransitáveis, residências inundadas, bens materiais deteriorados pela água e moradores isolados. Por esse facto, um posto de comando dos serviços de protecção civil foi instalado no Zango I, coordenado pelo vice-governador provincial de Luanda para a Área Técnica, Agostinho da Silva, e pelo comandante provincial dos Serviços de Protecção Civil e Bombeiros, José Caculo.

"A comissão que foi criada está a analisar as formas mais viáveis de se dar assistência rápida aos mais afectados e, paulatina e sequencialmente, apoiar outras", disse Francisco Minguengi. A obstrução da passagem das águas com inertes e detritos está na base das inundações de algumas residências, ruas e muitas estradas. No Cazenga, o quadro provocado pela chuva era ontem desolador. Casas inundadas, ruas cobertas de lama impedem a movimentação automóvel. As áreas mais afectadas foram as do Cazenga Popular, junto ao mercado Asa Branca, Catumbela, Terra Vermelha, Mabululo, Velho Kimbundu, Vila Flor, Cah Wenda, Quinta, Sexta e Sétima Avenida.

### 3.4 Ó chuva por favor, não nos castigues mais

*Jornal Agora*

*13 De Março de 2015*

*Texto: Ramiro Aleixo*

O país está de luto. As buscas ainda não terminaram, mas tudo aponta que as chuvas torrenciais que se abateram na madrugada da passada quinta-feira sobre o litoral de Benguela causaram a morte de 64 compatriotas e de entre as vítimas, 25 são crianças.

O momento é de profunda consternação, particularmente porque, de acordo alguns relatos que nos foram chegando, nalguns casos pareceram famílias inteiras.

E, deste canto, até porque nos ligam laços de afectividade a essa pitoresca localidade, este colectivo apresenta às famílias enlutadas os seus sentimentos de profundo pesar. Do mesmo modo, coloca-se à disposição das autoridades lobitangas e não só, para o que julgarem necessário, por fazermos parte dessa onda de solidariedade que vai crescendo e que é necessária, para que se possa acudir e confortar as centenas de vítimas das enxurradas. Todos devemos fazer a nossa parte, no que for possível, uma vez que, há inúmeros desabrigados e tudo o que for possível para a satisfação de tantas necessidades, entendemos que será bem recebido por quem perdeu quase tudo (ou tudo).

Se é verdade que os efeitos da chuva podem, nalguns casos, ser minimizados, não há como travar a força da natureza. E dizem os mais-velhos que há cerca de 43 anos que não chovia assim, ou seja, desde 1972. Por isso, é desnecessário, tendo em conta alguns comentários que lemos e ouvimos, tentar encontrar culpados, porque não há Nem mesmo a própria natureza ao descarregar a sua força sobre quem já não tem nada deve ser considerada culpada, visto que ela própria é a expressão da liberdade que procuramos, mas que, nalguns casos, lhe foi retirada pelo próprio homem, por necessidade, por negligência ou por apetite exagerado, ou de luta pela sobrevivência, desde os tempos mais remotos. Esses estragos fazem parte de ciclos que se repetem a cada cinco anos, a 10 ou 20. Chega sempre o dia E foi o que aconteceu. Somente isso. Contudo, não deixa de



ser perceptível ainda certa indiferença de uma boa parte de nós mesmos para com o infortúnio que se abate sobre várias famílias.

E não é só neste caso. Tem sido patente também em acidentes de viação que ceifam dezenas de vidas. Durante algum tempo até falamos nele, procura-se fazer a correcção de erros, mas logo de seguida voltamos à rotina como se não tivesse ocorrido nada. Quem sabe-se a natureza não está a castigar-nos para que possamos abrir as nossas cabeças e perceber que, com o que fazemos de mal, podemos na mesma dimensão fazer o bem, começando em primeiro lugar por proteger o que é mais sagrado: a vida. Até mesmo o domador de leões sabe que envolve grande risco, por vezes incontrollável, colocar a cabeça na boca da fera. Isso para dizer que, independentemente das razões que servem de pretexto para a satisfação de necessidades primárias como ter residência própria, isso não tem ser feito até no meio de um rio só, porque está seco.

Essa consciência e esse espírito têm de ser passados com frequência para o cidadão e com exercício de autoridade, porque não será amanhã que todos os pobres ou necessitados terão essa questão resolvida. Há demasiados factores que interferem, mas, também, reconhecemos, o Governo não é detentor de nenhuma varinha mágica que dia para a noite transformará o que é feio em belo.

Logo, tudo começa pelo nível de consciência e de conhecimento do próprio cidadão. Elevá-la em primeiro lugar é que deve sim, estar entre as prioridades de quem governa. E oxalá, para o bem de todos a bendita chuva não castigue mais. Senão, afundamos!

### 3.5 A chuva miúda que se agigantou

*13 De Maio de 2015*

*Jornal O PAÍS*

Em pouco mais de três horas as águas provocaram o desabamento de casas e arrastaram e mataram mais de 60 pessoas. Alguns corpos foram encontrados a três quilómetros das suas residências.

Tudo começou às 20h30 do dia 11, nada faria pensar que aquela chuva, aparentemente miúda, aumentaria de intensidade e deixaria muitas famílias enlutadas entre os moradores do Atra,

Wakongo e de outras áreas da zona alta do Lobito. Mas a tragédia aconteceu, com pessoas assistirem, impotentes, os seus ente-queridos a serem arrastados pela correnteza da água. A maior parte das pessoas demorou muito tempo até perceber a situação por que passavam, no fim, consumada a tragédia, nada mais restava que a lamentação pelas perdas irreparáveis. A O PAÍS, outras pessoas contavam assustadas: "No Wakongo, há muitos mortos, tem muita água e muita lama".

Um outro jovem, testemunha do que acontecera naquela noite, disse: "ontem transportámos 17 mortos, os bombeiros vieram mais tarde, depois de nós termos recolhido os cadáveres até às 5h"

O soba Paulo Penda confirmou à imprensa que a chuva só começou a diminuir de intensidade às zero horas. Na qualidade de autoridade tradicional' andou de um lado para outro a fim de se inteirar dos danos que as águas causaram aos moradores e, para seu espanto, deu de caras com corpos espalhados no chão, provenientes da zona alta do Lobito. "Esses corpos foram recuperados, uns encontramos aqui no Kero, a volta das 3 às 4 horas da madrugada e até às 5h conseguimos recuperar o resto das pessoas. Há ainda pessoas desaparecidas, porque ainda não encontramos o lugar onde se encontram as crianças que desapareceram" disse.

Segundo o administrador municipal do Lobito, Amaro Ricardo, que falou à imprensa a meio da manhã, no termo da reunião da Equipa Técnica Avançada a que presidiu o vice-governador para o sector técnico e infra-estruturas, Victor Moita, as quedas pluviométricas causaram, pelo menos, 47 vidas humanas, dentre as quais 24 crianças e 23 adultos, além de 28 residências destruídas (números que à noite subiriam para 63 mortos). A tragédia deveu-se, de acordo com Amaro Ricardo, à sensibilidade das zona do Senhor Pedro da Quileva, a zona alta, por ter "Uma geografia complexa com montes e vales, e, infelizmente, por razões de contexto. Ainda temos muitas casas construídas nessas linhas de água.

Os corpos até agora recolhidos foram encontrados a 2 ou 3 quilómetros da área em que habitavam, repare-se que muitos corpos foram recolhidos aqui na Estrada Nacional nº 100" pontualizou. Ao longo do dia, a principal atenção da administração local continuava virada para os mortos e na busca de pessoas desaparecidas. Sem avançar a data dos

funerais, o administrador garantiu todo apoio do Governo às famílias, a fim de "executar com dignidade o enterro das pessoas mortas, nomeadamente na logística, alimentação e urnas". A maior parte das mortes ocorreram do Morro da rádio, no bairro do Vikungo, tendo sido encontrados os corpos no bairro da Santa Cruz, no campo desportivo do Buraco.

Até ao fecho desta edição, este jornal soube de fontes da protecção Civil no Lobito que o número de vítimas mortais poderia chegar às 72, com a possibilidade de registar ainda mais, por haver muita gente desaparecida e os bombeiros debatiam-se com a falta meios para as localizar.

Para Amaro Ricardo, olhando para as causas da tragédia, por um lado existe a construção em zonas consideradas de risco e, por outro, há o chamado sistema de macro drenagem; com vários canais de escoamento das águas pluviais para a Baía do Lobito e para a contra costa da Restinga, inseridos no projecto integrado de infra-estruturas de Benguela que, todavia, "pelas razões conhecidas, o mesmo não tem estado a ser desenvolvidos na velocidade requerida e os canais não estão operacionais". "Os canais não provocaram mortos, mas provocaram muitos constrangimentos e algumas inundações, nomeadamente nos bairros mais baixos: Luz e 4 de Fevereiro, onde houve inundações".

#### Morgue abarrotada

A morgue do hospital do Lobito revelou-se pequena para a quantidade de corpos que chegavam. Nesta Quinta-feira assistia-se a um entra e sai bastante frenético e pouco habitual naquela área hospitalar. De acordo com o chefe da secção municipal do Lobito, Zeferino Joaquim, nas duas morgues havia 32 mortos expostos, para permitir que os familiares os identificassem e conseqüente serem passadas as certidões de óbito.

A meio da manhã de Quinta-feira Zeferino Joaquim admitiu a hipóteses de alguns cadáveres serem transferidos para outras localidades. "Há essa orientação de, se por acaso as morgues não suportarem, transportar corpos para outras cidades do litoral". O profissional de saúde teme que corpos não encontrados possam pôr em perigo a saúde pública, pelo que defendeu a necessidade "urgente" de se redobram os esforços no sentido de localizá-los. "Há uma

orientação e neste momento, estamos a solicitar apoio das morgues da Catumbela e de Benguela.

### 3.6 Chuva coloca em estado de sítio moradores do Km9-A em Viana

*Jornal Manchete*

*13 De Março de 2015*

*Texto: Francisco Cabila*

Os moradores do bairro Km 9- A, em Viana, Luanda, ficaram sitiados no último fim-de-semana, até esta quarta-feira, 11, na sequência das chuvas que se abateram por toda Luanda.

Segundo apurou o Manchete, no local, enquanto o vice-governador provincial de Luanda para a Área Técnica, Agostinho da Silva, tinha montado o seu "Quartel General" no Zango, onde com os elementos dos Serviços de Protecção e Bombeiros faziam a avaliação dos danos causados pelas enxurradas, os moradores do Km 9-A clamavam por socorro, não tendo as suas vozes sido ouvidas. De acordo com as vítimas, trata-se da quarta época consecutiva que os residentes ficam sitiados, sempre que chove.

Contaram, adiante, que o assunto há muito que é do conhecimento das autoridades governamentais, tendo estas, por várias ocasiões, prometido dar solução, o que não aconteceu até agora. "O Governo Provincial de Luanda e a Administração Municipal de Viana quando postos ao corrente deste cenário calamitoso, haviam dito que as coisas deveriam ser resolvidas o mais rápido possível, pois, segundo estas instituições, haviam todas as condições criadas para o efeito mas, até agora, nem um passo foi dado neste sentido", denunciaram os moradores que, disseram, de seguida, terem já identificado o problema e a respectiva solução, faltando lhes apenas meios técnicos para a sua resolução. "A água senta nesta zona por falta de valas, mas, basta colocarem ao nosso dispor uma máquina Riper para aprofundar em, pelo menos 40 centímetros as rua e tudo volta ao normal", advogaram.

Por outro lado, questionaram-se sobre o destino dado aos meios/equipamentos que haviam sido entregues a Administração Municipal de Viana, à semelhança dos outros municípios e distritos de Luanda, com vista à resolução de problemas do género.

Outra grande preocupação dos moradores prende-se com as crianças, que estão impossibilitadas de ir à escola. "Se nós os pais não conseguimos sair de casa, o que será das crianças?", questionou um residente, acrescentando que "desde ontem (Domingo) que entrei em casa, não consigo sair".

Para si, esta situação poderá ter contornos alarmantes, sobretudo, no que à saúde pública diz respeito. "Estamos expostos a várias doenças, com realce para as diarreicas e paludismo. A situação é de facto calamitosa e pedimos as autoridades no sentido de cumprirem com as promessas feitas para a resolução do problema".

O Manchete apurou, por outro lado que, um dos engenheiros da área técnica da Administração Municipal de Viana havia sido convidado para visitar a zona, no sentido de constatar "in loco" a veracidade dos factos, tendo este prometido solução, cuja promessa não passou disto mesmo. Recorda-se que o bairro km 9-A, está localizado depois da Zona dos Quartéis, ao lado direito quem sai de Luanda.

### 3.7 Chuva mata no lobito

*Jornal O PAÍS*

*13 De Março de 2015*

*Texto: Zuleide de Carvalho*

O país está de luto. Benguela é uma cidade em que pouco se vê de cargas pluviométricas, contudo, quando ocorrem, os seus efeitos são devastadores. a noite de 11 de Março, fortíssimas descargas de chuva inundaram o município do Lobito, causaram múltiplas mortes e infindáveis danos materiais, tornando a localidade completa e totalmente irreconhecível, não só pelo elevado nível de destruição que se constata em cada bairro, em cada casa, em cada esquina, mas, principalmente, pela tristeza, angústia, dor, desespero, sofrimento e desolação que são encontrados nos rostos e almas dos parentes das vítimas, que ficaram em vida.

A chuva começou a meio da noite e fez-se acompanhar de vigorosas rajadas de vento demolidor, essa combinação de factores resultou numa catástrofe natural que é já parte da história da província de Benguela. A configuração geográfica da cidade do Labito não joga em seu favor quando de massas chuvosas se trata, foi o

que se verificou na noite da passada Quarta-feira, em que os destroços das casas derrubadas foram arrastados encosta abaixo, levando vidas, habitações e outros bens.

Por isso, o país hoje veste-se de luto!

As autoridades regionais cedo se aperceberam do desastre demolidor que assolou o município do Lobito, dentre eles, o Administrador Municipal do Labito. Amara Ricardo encontrava-se na sede da Administração que rege às 2h da madrugada, aguardando que os demais elementos da sua gestão administrativa se lhe juntassem, o que sucedeu às 5h da manhã, para que as medidas de intervenção fossem estrategicamente elaboradas e accionadas.

Uma comissão que partiu do Governo Provincial de Benguela, dirigida por Victor Sardinha Moita, Vice-governador para a Área Técnica e Infra-estruturas, ocupando também o cargo de Governador interino, uma vez que o Sr. Governador Provincial se encontra ausente, foi composta por diversos dirigentes, representantes das múltiplas direcções provinciais, a fim de assentarem instalações provisórias na Administração Municipal do Labito, de forma a cooperar com a equipa regional, gerida por Amara Ricardo. Postos no local, foram subdivididos em três pequenas subcomissões, uma, regida pelo Director Municipal dos Assuntos Sociais, Alberto Ngongo, encarregada de prestar apoio alimentar e material às famílias dos sinistrados, adquirir as urnas e cuidar dos demais procedimentos para possibilitar a realização dos actos fúnebres com a maior brevidade, conferindo alguma paz de espírito aos familiares arruinados; a outra, dirigida pela chefe dos Espaços Verdes, Graciosa Sequeira, foi incumbida de devolver um aspecto são à cidade, cuidando da recolha dos resíduos espalhados por toda a parte; à restante comitiva, relativa aos serviços de saúde, administrada por Dr. Zeferino, foi confiada a responsabilidade de dar o adequado e respeitoso tratamento aos cadáveres, e cuidar dos eventuais feridos.

Na morgue do Hospital Geral do Labito foi possível ter acesso à informações concretas sobre o número de vitimados mortalmente, 64, e, até ao momento, foi atendido no hospital apenas um ferido sem gravidade.

Registou-se uma larga onda de colaboração entre as administrações dos diversos bairros e a

Administração Municipal, para que as primeiras se ocupassem com o registo estatístico dos dados levantados localmente, para que os remetessem à última, de forma a permitir a elaboração de um índice estatístico global dos danos sofridos em todos os bairros do município do Labito.

Segundo Eugénio Laborinho, Secretário de Estado para os Serviços de Protecção Civil e Bombeiros, até à data, foram contabilizadas 119 casas derrubadas, 46 casas sofreram a remoção dos tectos, por acção dos ventos fortes e quedas de água, 8 escolas foram totalmente inundadas e 1 igreja foi destruída.

No município de Benguela, no acesso para a praia da Caotinha, uma ponte desabou e os escombros arrastaram automóveis, fazendo mais do que uma vítima mortal. No bairro Acongo, uma família inteira foi dizimada, um casal e os seus dois filhos não foram apupados pela força da chuva! Já bairro do Lira, onde se registou a morte de uma gestante de 6 meses e dos 4 filhos que com ela viviam, tendo sido derrubadas 3 casas, constatou-se alguma revolta por parte dos populares para com a nula intervenção da Administração Municipal, uma vez que é de opinião geral que os habitantes se dedicaram à limpeza da zona por conta própria, não só das suas casas, como das vias, pois, segundo constou, um dos residentes contratou os serviços prestados por dois tractores e um camião para desimpedir as vias da região, pois a acção do Governo, segundo os populares, não se fez sentir naquela zona.

### 3.8 Chuva tira sono às autoridades

*Novo Jornal*

*13 De Março de 2015*

A CIDADE DE LUANDA vai continuar a enfrentar os problemas de inundações enquanto chover. Admitiu, esta semana, o vice-governador para o sector técnico da Província, Agostinho Silva quando fazia balanço das últimas enxurradas que se abateram pela cidade capital.

Quatro mil e 250 residências inundadas, 137 residências desabadas, 417 famílias desalojadas e ainda a confirmação de duas mortes, são os danos provocados pelas chuvas que caíram sobre a capital do país, Segunda-Feira passada, dia 9. Os municípios de Viana Cacuaco e Belas, são as áreas

mais críticas, de acordo com balanço da Comissão Provincial de Protecção Civil de Luanda.

O Vice-governador para o sector técnico, Agostinho da Silva, promete que depois das chuvas, a Comissão, dará solução definitiva aos factores que provocam tais consequências. "Queremos dar solução definitiva aos problemas, quer da construção de passagem hidráulica. Quer de desassoreamento que será feito em grande dimensão. Isto será atacado futuramente, depois das chuvas", afirmou o governante.

Agostinho da Silva disse ainda que das visitas efectuadas, após as quedas pluviométricas, a comissão de Protecção Civil de Luanda, constatou-se que as zonas mais críticas são aquelas que apresentam "grandes bacias de água e que por sua vez transbordaram.

"Estamos a falar de bacias que estão assoreadas e precisam de ser desassoreadas. Há muitas construções informais em zonas que não há acesso, onde até não possível passar as máquinas para dar resolução de limpeza a essas valas. Então, o grande objectivo da Comissão de Protecção a nível da província, com todos organismos é de criar condições para podermos resolver o problema das populações", disse o responsável.

A requalificação de bairros e municípios que capital beneficia é para o responsável do gabinete técnico provincial, uma das amostras para a melhoria da urbe Luandina. "Os nossos municípios são canteiros de muitas obras. Vários bairros estão em requalificação, a Terra Nova, o Palanca, estamos a falar das infra-estruturas integradas de toda extensão de Viana sede.

Estamos a falar do município da Quiçama. Portanto, estamos a falar de várias obras quer no domínio mani-viário, quer no domínio da construção de passagem hidráulica. Isto quer seja na periferia e não só", afirmou Agostinho da Silva.

Enquanto isso, as ruas da periferia de Luanda, apresentam-se inundadas, com casa submersas em consequência das últimas chuvas. O cenário que se repete todos anos, apesar de se assistir varias mudança na governação do palácio da Mutamba, está a deixar aborrecidos os populares aflitos.

Dona Rita moradora de Cacuaco disse estar desolada com a situação. "A minha rua está mal, está cheia de água. A pessoa não consegue ir trabalhar por causa da água, nem na escola nem nada. Toda mobília estragou", desabafou.

Para Joel Augusto do mesmo município, a situação é crítica, uma vez que "as coisas repetem-se sempre. Isto, não é de hoje, vem acontecendo sempre. Tantas inundações, os moradores estão aflitos que já não sabem, o que fazer", lamentou.

Por fim, Joana Armando, do município de Viana pelou ao governo, a dar solução "ao velho problema" das consequências das chuvas. "Estou a falar da vala de drenagem para escoar a águas das chuvas", atirou, a cidadã visivelmente aborrecida.

#### Soluções pontuais

Enquanto a população aguarda pela solução imediata dos problemas em época chuvosa, as administrações municipais, minimizam o sofrimento da população sinistrada com "soluções pontuais".

O administrador de Cacuaco Carlos Cavukila disse que a sua administração, esta acudir as populações com bens alimentares e promete, nos próximos dias, distribuir lotes de terra aos populares que vivem em zonas de risco.

"Vamos conceder lotes as populações, e em acto contínuo terá de ser partir aquelas casas. Vamos dar os lotes e não vamos dar mais nada porque as pessoas sabiam que estavam a construir em zonas erradas", avisou o administrador.

Já no município de Viana, onde um total de 800 residências ficou inundada, a administração esta apoiar as famílias desalojadas com chapas, e bens alimentares, segundo revelou a imprensa, o director da unidade técnica comunitária do município, Fernando Binge que reclama da falta de meios para acudir a situação.

"Temos perto de 800 casas inundadas em vários bairros. A situação é bastante crítica. Os meios que temos são escassos. Temos uma moto-bomba - potente, temos dois tractores de sucção, o que é bastante reduzido para acudir o elevado número de inundações de casas registadas", finalizou. A.P

### 3.9 Chuvas semeiam' destruição e dor no Lobito

*Jornal Agora*

*13 De Março de 2015*

*Texto: Ramiro Aleixo*

Vão hoje a enterrar as 64 vítimas já encontradas que morreram na sequência das fortes chuvas que deixaram igualmente centenas de casas e empreendimentos inundados e destruídos. Segundo a comissão multisectorial organizada para tomar conta da situação, no período da manhã, decorrerão as exéquias das 25 crianças e, no da tarde, as dos adultos.

De acordo com informações que nos chegaram até ao fecho desta edição, os esforços para encontrar outros corpos prosseguirão hoje e nos próximos dias, já que há ainda inúmeras pessoas que não encontram nem sabem do paradeiro dos seus familiares, muitos dos quais foram arrastados nos deslizos das águas misturadas com objectos de vários tipos, particularmente lixo, que acabou por bloquear os canais de escoamento que conduzem para mar.

Conforme relatos, a maioria das vítimas mortais residia na Zona Alta da cidade do Lobito, onde a chuva deixou um raio de destruição sem precedentes, principalmente nos bairros Alto Acongo, Vicongo, Bela Vista e Novo, atingindo, nalguns casos, os três metros de altura, inundando e destruindo residências.

Em contrapartida, o administrador municipal do Lobito, Amaro Ricardo, deu ontem conta que, por enquanto, os dados são provisórios, já que, no lamaçal, existem pessoas eventualmente mortas e soterradas, o que poderá ainda aumentar o número de vítimas nas próximas horas.

O administrador salientou que a comissão criada pelo Governo de Benguela, que integra a Protecção Civil, Região Naval Sul das FAA, está a trabalhar no sentido de identificar, o mais rápido possível, não só as pessoas que eventualmente estejam desaparecidas, mas também as casas desabadas.

Reconheceu ser prioridade identificar cidadãos que, eventualmente, estejam mortos e soterrados num conjunto de lixo e lama que vieram da parte alta da cidade para a baixa.

"Este trabalho requer paciência", como explicou Amaro Ricardo, para quem o número de casas ainda é indeterminado, e, à medida que o tempo passa, outras irão desabar.

Amaro Ricardo considerou, igualmente, que a questão de saúde pública ocupa lugar de primazia no plano da comissão de intervenção, de modo a atender rápido ao enterro digno das vítimas.

Avançou que a quantidade de cadáveres está aquém da capacidade do Lobito, por isso os corpos foram distribuídos por outras morgues dos municípios vizinhos: Benguela e Catumbela.

Os bairros mais afectados são Liro, Santa Cruz, Canata, Zona Comercial, Bairro Novo, Lixeira e Alto Acongo.

As informações que nos chegam dão, igualmente, conta que ocorreram outras situações na província de Benguela. No município-sede, a chuva provocou um morto e igual número em Caimbambo, neste último, por descarga eléctrica enquanto chovia.

Recordamos que os Serviços de Protecção Civil instalaram, há cerca de quatro anos, nas duas principais cidades do litoral benguelense, sistemas modernos de alerta, que não terá funcionado neste caso.

O Agora soube também que as FM já começaram por movimentar meios da Base Naval Sul e do Comando da Região Militar, para auxiliar no que for possível.

Numa comunicação chegada ontem ao fim da manhã à nossa redacção, quando não se tinha realizado ainda a última reunião de balanço da comissão multisectorial, a Casa Civil do Presidente da República dá conta que "José Eduardo dos Santos tomou conhecimento com bastante preocupação e tristeza da situação ocorrida na província de Benguela, em virtude das fortes chuvas" que provocaram inúmeros mortos e danos materiais.

De acordo com a nota, "o Presidente da de Benguela, no sentido de adoptar medidas consentâneas com este momento difícil, principalmente de apoio material e moral às famílias desalojadas e afectadas pelo desaparecimento dos seus entes queridos, e

também de protecção civil, de forma a minimizar os prejuízos sofridos".

A terminar, a nota refere que "o Presidente da República se solidariza com todas as famílias enlutadas, às quais apresenta as mais sentidas condolências".

Onda de solidariedade. Em contrapartida um pouco por todo o lado vai crescendo a onda de solidariedade para com as vítimas das chuvas de Benguela. Há já várias iniciativas de empresas e de pessoas singulares, solicitando contribuições de bens alimentares, roupas e utensílios de primeira necessidade, que se juntam aos esforços do Governo Central e local.

Um dos meios utilizados para disseminar a informação tem sido o Facebook. Alguns dos contactos fornecidos pelos promotores são: 9232214849 - 923654545 -923794479 e 924070709, e deixam claro que não "aceitam valores monetários.

Noutra nota chegada ao nosso conhecimento, a ministra do Ambiente, Fátima Jardim apela para o espírito de solidariedade empresários, da sociedade, em geral, e países desenvolvidos, no sentido de juntar, esforços para minimizar os danos causal às famílias enlutadas.

A cidade do Lobito está situada a 30 quilómetros do Noroeste de Benguela, sede provincial, e tem nove zonas administrativas além das comunas da Canjala e do Egij Praia, localizadas no interior.

### 3.10 Enxurrada vitima três pessoas em Luanda

*Jornal O PAÍS*

*13 De Março de 2015*

*Texto: Afrodite Zumba*

Os destroços de chapas entre os blocos espalha-os pelo chão lembram a tragédia que assolou a noite de Segunda-feira, o bairro dos "Bois" em Kalatomana, no município de Cacucaco.

A chuva que caiu, horas a fio, em Luanda, devastou os muros que cercavam o casebre de chapa, que servia de abrigo para a família da pequena Cristina Makandala.

A mãe, Benvinda Teresa, de 26 anos, residente na zona há mais de dois anos, em declarações a O PAÍS, narrou com tristeza os minutos que antecederam ao desastre.

Segundo explicou, a precipitação teve início às 17 horas, período em que se encontrava no interior da sua casa de chapas, vulgo "bate-chapa", situada por de trás da residência de blocos do seu sogro.

A nossa entrevistada disse que no momento, fazia-se acompanhar dos seus cinco filhos, Lúcia de 10 anos, Michele de seis anos, a pequena Mica de quatro anos, Márcia de dois anos e oito meses bem como a vítima de três meses.

Acrescentou dizendo que estava a embalar o iogurte que a mesma confecciona para comercializar e garantir os 1500 kwanzas que ganha diariamente para o auxílio do rendimento da sua família, tendo a pequena ao colo.

Disse ainda que ao se aperceber que a mesma adormecera, colocou-a na cama, de modo a dar sequência às actividades com mais dinamismo, uma vez que os outros filhos também já se encontravam acomodados.

"Baixei para contar os iogurtes já embalados, quando de repente, senti algo que caiu por cima de mim. Perdi os sentidos por alguns minutos, tão logo despertei, gritei por socorro", lembrou.

Salientou também que prontamente os seus familiares e vizinhos atenderam o seu pedido, removeram os destroços para efectuarem o resgate dos mesmos, visto que estavam presos sem ter como saírem.

A progenitora realçou que pelas circunstâncias, não acreditava que os seus filhos pudessem sobreviver ao desabamento, mas surpreendeu-se ao ver os quatro pequenos salvos, apesar de a recém-nascida ter perdido a vida no momento.

De acordo com Benvinda Teresa, as vizinhas ao fazerem o resgate de Cristina Makandala, logo constataram que a mesma já havia falecido. " Com a precipitação, sem transporte pessoal, não tivemos como sair de casa para levá-la ao hospital bem como às autoridades competentes, para os devidos procedimentos".

O chefe de família Luvumbo Mateus, de 35 anos, funcionário da empresa de segurança privada não se fazia presente em casa, pois passara à noite prestando serviços, tal como fez saber a sua esposa.

A mãe frisou também que por falta de electricidade no bairro já há dois dias, o seu companheiro não se fazia acompanhar do telemóvel e por conseguinte ficou privado de comunicações.

Prosseguiu dizendo que na manhã de terça-feira, 10, levaram o corpo da sua filha à morgue de Caxito, alegando ser a mais próximo de casa, uma vez que a chuva deixara as ruas intransitáveis.

Benvinda Teresa esclareceu também que os representantes da Direcção Nacional de Investigação Criminal, DNIC repreenderam a atitude da família, pois que não deram a conhecer às autoridades o infortúnio em questão, levando o corpo da menor sem prévia autorização.

"Foi a DNIC que fez a transferência do cadáver da morgue de Caxito para a gaveta cinco do hospital Josina Machel", destacou.

Por sua vez, Lúcia Makandala de 10 anos, estudante do ensino primário, ao confirmar os relatos de sua mãe, acrescentou que "a estante caiu por cima da sua irmã Cristina Makandala".

O Porta-voz dos Serviços de Protecção Civil e Bombeiros, SPCB, Faustino Miguens, em depoimentos a O PAÍS disse que o organismo que representa registou também a morte de uma criança de 10 anos no município da Kissama e de um indivíduo do sexo masculino, de 35 anos no município de Viana.

E as roupas dos meus filhos. Graças a Deus estamos vivos. Neste momento não tenho lágrimas para chorar. Estou a depender da ajuda dos meus vizinhos que trouxeram-nos um colchão onde dormimos", lamentou.

### 3.11 GPL e SPCB saem em socorro

*Jornal Manchete*  
13 De Março de 2015

Sobre as consequências das últimas chuvas que caíram em Luanda, não nos devemos apegar

apenas ao bairro Km9-A uma vez que dados oficiais, dos Serviços de Protecção Civil e Bombeiros, dão conta de que 425 residências foram inundadas, 177 desabaram, obrigando ao desalojamento de 800 famílias. Os municípios de Viana, Cazenga, Cacuco e Belas foram os mais afectados, com ruas e estradas completamente intransitáveis, residências inundadas, bens materiais deteriorados pela água e moradores impossibilitados de se deslocar.

Preocupadas com a situação reinante, as autoridades governamentais, através do GPL e os SPCB deslocaram nesta quarta-feira, 11, ao Zango I, onde está montado o "Quartel-General" para acolher as vítimas, tendo distribuído bens materiais e alimentares. A delegação governamental foi encabeçada pelo secretário de Estado do Interior, Eugénio Laborinho.

Na terça-feira, no entanto, a comissão criada para o efeito começou por analisar as formas mais viáveis de se dar assistência rápida aos mais afectados e paulatina e sequencialmente apoiarem outras.

Entrevistado pelo Jornal de Angola, o vice-governador de Luanda para a Área Técnica, Agostinho da Silva, disse que as ruas e estradas inundadas, estão já a beneficiar de trabalhos que visam o escoamento das águas, bem como à reparação dos pavimentos.

### 3.12 PR orienta "medidas consentâneas"

*Novo Jornal*

*13 De Março de 2015*

O CHEFE DO EXECUTIVO angolano, José

Eduardo dos Santos, orientou ontem, em Luanda, o governo da província de Benguela, para "tomar medidas consentâneas", em consequência das fortes chuvas que causaram a morte de 63 pessoas.

José Eduardo dos Santos recomendou a criação de condições para o apoio material e moral às famílias desalojadas e afectadas pelo desaparecimento dos seus entes queridos.

As medidas consentâneas, de acordo com a nota da Presidência da República, devem ser extensivas

à protecção civil, por forma a minimizar os prejuízos sofridos.

O Presidente da República solidariza-se com todas as famílias enlutadas, às quais endereçou as mais sentidas condolências.

Várias pessoas ainda estão desaparecidas e muitas ficaram sem abrigo, na sequência dessas chuvas.

Na quarta-feira, pelo menos 47 morreram de acordo com o balanço provisório de fortes chuvas sobre o município do Lobito, província de Benguela.

Segundo o governador em exercício da província de Benguela, Vítor Moita, a chuva que começou por volta das 21 horas de quarta-feira, matou 24 crianças e 23 adultos, no município do Lobito.

Vítor Moita informou ainda que também em Benguela uma pessoa morreu em consequência da chuva e igual número no município de Caimbambo, o que perfaz um total de 49 mortos devido às fortes enxurradas.

O responsável adiantou que continuam as operações no terreno para o levantamento dos estragos, o que já permitiu o registo da destruição de 28 residências.

O governante angolano adiantou ainda que o incidente ocorreu numa zona de risco onde as populações construíram as suas residências, causando a tragédia.

Vítor Moita referiu que há mais de dez anos o governo provincial de Benguela leva a cabo um plano de retirada da população das zonas de risco para áreas de maior segurança.

"Este ano fizemos a entrega no Lobito de seis mil lotes em áreas seguras para a construção de casas", disse o responsável em declarações à rádio estatal angolana.

Por sua vez, o Secretário de Estado para área de Protecção Civil e Bombeiros do Ministério do Interior de Angola, Eugénio Laborinho, disse que a situação está a ser acompanhada a nível central.

"Estamos a monitorizar à distância.

Temos no nosso controlo 47 mortos, continua o balanço e há tendência a subir", referiu o governante.



De acordo com Eugénio Laborinho, a intervenção ainda é local, mas foram já mobilizados meios alimentares e não alimentares para fazer face à situação.

"A comissão provincial já reuniu, já mobilizaram os parceiros, empresas privadas para a obtenção de basculantes, retroescavadoras para fazer a intervenção nas áreas e também o apoio psicossocial às famílias, o fornecimento de urnas e alimentação", disse.

A partir de Luanda, a comissão nacional do serviço de protecção civil e bombeiros já mobilizou algumas toneladas de arroz, óleo, caixas de sardinha, toneladas de farinha de milho, feijão, 2.000 chapas, tendas, cobertores e quites de sobrevivência.

"Estamos a acompanhar a situação e estamos a preparar condições para um grupo técnico, chefiado por mim, para avançar para Benguela, para melhor verificar a situação e tomar medidas", frisou Eugénio Laborinho.

### 3.13 Chuvas em Luanda impedem travessia

*Jornal de Angola*  
14 de Março de 2015

O chefe da unidade técnica do Distrito Urbano da Maianga, Município de Luanda, Júlio Raimundo, pediu aos munícipes para evitarem a travessia nas pontes do Balumuka e Catinton em período chuvoso.

Júlio Raimundo explicou que devido às grandes correntezas que se registam no local durante as chuvas, torna-se muito perigosa a travessia nessas pontes, devido ao transbordo da água.

Disse que a ponte do Balumuka encontra-se parcialmente destruída há algum tempo, tendo os moradores dos arredores do Cassequel e do Distrito Urbano do Kilamba Kiaxi colocado algumas chapas com vista a facilitar a sua circulação.

### 3.14 Chuva inunda lobito de aflição

*Jornal A Capital*  
14 De Março de 2015

*Texto: Marcos António*

Texto: Santa Cruz, um dos bairros encravados entre Lobito e Catumbela, funcionou, quinta-feira última, 12, como uma paragem obrigatória para quem deixava Benguela em direcção à cidade portuária, assolada pela tragédia que resultou em mais de 63 mortos, entre os quais inúmeras crianças.

Para lá, bem nas imediações do estádio do Buraco, acorriam centenas de cidadãos preocupados com os estragos provocados pelas chuvas que caíram um dia antes, tal como documentam as imagens que exibimos. Até chegar ao local de convergência, a nossa reportagem foi, se quisermos, avisada para o cenário que encontraria, ao testemunhar o rasto de destruição patente nos cerca de 25 quilómetros percorridos.

À saída de Benguela, ainda antes de ter constatado as infra-estruturas parcialmente quebradas, sobretudo no perímetro do Pólo Industrial da Catumbela, e muito lixo na via pública, tomava conhecimento da morte de uma cidadã na Caota, arredores das Acácias Rubras, e da destruição da passagem hidráulica que ligava a pequena localidade à capital da província.

Era, sem dúvida, o prenúncio de um cenário bem mais desolador, traduzido, como se sabe, na morte de dezenas de pessoas arrastadas das chamadas zonas de risco do Lobito para a parte baixa. As chuvas destroçaram a zona alta do Lobito, provocando centenas de desalojados, agora à espera de alternativas à destruição das suas moradias.

Perante a dor de familiares das vítimas, o soba do Wacongo, Pedro Penda, dizia a efectivos dos Serviços de Protecção Civil que tinha participado em buscas que permitiram remover cerca de trinta corpos até às primeiras horas da manhã. O senhor Penda preferia não acreditar, daí os constantes solavancos no seu discurso, mas não teve como fugir da real.

Afinal, tinha acabado de participar numa operação de quase cinco horas, que teve início à meia-noite, com as fortes chuvas transformadas já em pequenas pingas. As pessoas foram arrastadas do Alto Esperança, do Bairro Novo e do Wacanga para valas e para junto de uma escola primária e

do super mercado Kero, que teve as portas fechadas devido à calamidade.

"Existem ainda muitas pessoas desaparecidas. A chuva, senhores jornalistas, começou a cair por volta das 21 horas, tendo normalizado no início da madrugada", contou o soba, pouco antes de ter avançado para a procura de duas crianças. Dirigente do Wacongo, Paulo Penda disse que o espírito de irmandade e de liderança determinou a sua 'aventura', realizada nas vestes de pai e de ser humano.

Enquanto nos preparávamos para uma viagem em direcção a outros pontos críticos, ouvíamos a revolta de jovens ali concentrados, muitos deles empenhados na recolha de cadáveres, motivada por uma pretensa passividade de oficiais do Copo de e Bombeiros.

Depois de terem retirado um total de 17 cadáveres, eles lamentavam o facto de não se ter verificado efectivos em zonas onde se supunha existir perigo. Daí que, O ironicamente, foram reclamando emprego no Serviço de Protecção Civil, uma vez que funcionários deste organismo, pagos para missões de salvamento, pouco ou nada faziam para justificar a remuneração que recebiam.

Apesar do convite, os efectivos presentes no bairro Santa Cruz não quiseram prestar declarações ao nosso jornal.

Casa mortuária rebenta pelas costuras

A meio da manhã, com o sol a dar o ar da sua graça, chegávamos à casa mortuária do Hospital Regional do Lobito, vencida que estava a batalha do engarrafamento que naquela altura ia tomando conta da cidade.

Gritos de dor, lágrimas e desespero eram, sem surpresa nenhuma, mais do que evidentes. Todos queriam identificar familiares desaparecidos. Apesar do corre-corre, o chefe da Secção Municipal de Saúde, Dr. Zeferino Joaquim, teve tempo para explicar que existiam já 32 cadáveres, que sobrelotavam as 17 morgues existentes. "A situação torna-se bem mais preocupante porque o número deve aumentar a qualquer momento", salientava o responsável, que tratou de apelar à celeridade na hora da identificação de cadáveres para a emissão de certidões de óbito.

De acordo com Zeferino Joaquim, o quadro do momento, verificado quando se estava muito longe dos 62 mortos anunciados na altura em que fechávamos esta edição, condicionava a conservação dos corpos.

Rendido às evidências, disse que seria necessária a trasladação de corpos para as morgues da Catumbela, da Graça e de Benguela.

"Pedimos que os familiares localizem as vítimas", reafirmou, ciente de que o Hospital deveria se manter o contacto com as equipas que trabalhavam no terreno. 'Há casas sobre linhas de água', diz administrador na hora do anúncio da criação de uma comissão governamental para a gestão da crise, logo à saída de uma reunião com o vice-governador Vítor Sardinha Moita, o administrador do Lobito falava em 28 casas destruídas, com as pessoas desalojadas à espera da mão caridosa das autoridades.

Os números, sabendo-se que é preciso rezar ai para que os próximos dias sejam de trégua, parecem irrelevantes quando analisado o cerne do discurso de Amaro Ricardo Segunda.

O administrador assinala que toda a zona alta, bastante sensível, tem uma geografia complexa, com montes e valas. "Temos casas construídas sobre linhas de água", reforça o dirigente, que recorda a 'viagem' de 2 ou 3 quilómetros - feita pelos corpos até à estrada nacional nº 100, entre a Catumbela e o Lobito.

Acrescentou que existem centenas de casas em linhas de água localizadas na Santa Cruz, onde teve início a nossa incursão, e advertiu que estes acidentes geográficos são rios secos que parecem seguros enquanto não chove.

Lançados estes elementos, o administrador municipal fez saber que o momento é de preocupação face aos desaparecidos, provavelmente soterrados pela lama, e garantiu que a equipa do Governo vai providenciar a logística (alimentação, transporte e umas) para a realização das exéquias fúnebres.

Governo submerso numa 'chuva de críticas'

O administrador do Lobito colocou o acento tónico no que considera ser a problemática da construção em zonas de risco, num pronunciamento feito já depois de alguns

analistas, entre os quais o jurista Branco Lima e o jornalista Jaime Azulay, terem questionado a fiscalização do Governo ao longo de vários anos.

Analisando as coisas por este prisma, não há como ignorar as advertências que vinham sendo feitas pelo arquitecto Felisberto Amado, que voltou, em declarações ao A Capital, a tecer críticas à actuação das autoridades.

Com as cidades do Lobito e de Benguela no centro das atenções, o professor universitário foi peremptório em afirmar que a fiscalização tem vindo a falhar. Mais do que isto, e numa perspectiva mais política, lembrou que um determinado povo dá o voto de confiança a dirigentes que julgam capazes de satisfazer os seus anseios.

Ao transferir esta máxima para o assunto em causa, afirmou, também de forma contundente, que as autoridades perderam o desafio da criação de infra-estruturas que possam resistir a intempéries.

Na óptica de Felisberto Amado, insistir na questão de construções em linhas de água é, como se diz, 'sacudir 'a água do capote'.

Situações ocorridas há poucos anos levam o académico a acreditar num Executivo passivo daqui a algum tempo, ignorando a necessidade de uma forte aposta na criação de urbanizações com equipamentos que garantam segurança e comodidade.

Amado, antigo quadro das Obras Públicas, considera haver uma nítida impressão de que os responsáveis das Administrações Municipais trabalham para satisfazer quem os nomeia, passando ao lado dos problemas do povo.

"Tudo isto porque ainda não temos as autarquias, não existem dúvidas. Os administradores devem começar a ser eleitos", sustentou, para mais adiante, em jeito de remate, realçar que a população deve rezar para não chover.

Marcha-atrás na história calamitosa

Diz quem sabe, salvaguardando as devidas diferenças, que esta tragédia, a maior dos últimos anos, pode ser equiparada a uma outra, ocorrida em 1972, quando o governo colonial proibiu a construção em zonas onde se pode, hoje, verificar centenas de moradias.

Este dado, muito evocado durante as discussões sobre o assunto actual, serve de mote para, em jeito de memórias, recuarmos até aos maiores estragos que a acção das chuvas já provocou em Angola.

Ao que tudo indica, este caso de Lobito, na província de Benguela, corresponde ao maior número de mortes como consequência de fortes chuvas registadas em Angola do pós-independência. A Terra das Acácias Rubras é, habitualmente, confrontada com algumas enchentes, tendo como caso mais conhecido a do rio Cuporolo, resultando em milhares de desalojados, sem que, todavia, houvesse um rasto tão grande de mortos.

Tão pouco as enchentes do rio Kwanza, na província do Kwanza Norte, na vila do Dondo fizeram semelhante número de vítimas. Mais próximo da tragédia actual, foi a de 2007, na província de Luanda, quando as fortes chuvas que se abateram sobre a capital do país fizeram 34 mortos, tratando-se de populares que residiam em zonas de risco no município de Cacuaco.

Em 2011, a chuva voltou a ser letal em Luanda, levando a morte a 11 pessoas em várias partes da cidade. Em 2014, foi a vez da província do Moxico sofrer com as enxurradas que mataram seis pessoas e deixaram outras 400 desalojadas.

Do Huambo, surgiam informações que apontavam

para cinco mortos, mais de 1100 casas destruídas e 8500 desalojados, em Abril do recuado ano de 2013.

Executivo em Benguela

Sob o fecho da presente edição, o semanário A Capital soube que os ministros da Administração do Território, Bornito de Sousa, e da Assistência e Reinserção Social, João Baptista Kussumwa, deslocaram-se sexta-feira, 13, a Benguela, para constatar o grau de destruição e traçar estratégia para minimizar os respectivos efeitos.

Soube-se, por outro lado, que a Casa Civil informou que o Presidente José Eduardo dos Santos tomou conhecimento com bastante preocupação e tristeza da situação ocorrida na

provincia de Benguela, em virtude das fortes chuvas que provocaram dezenas de mortos e avultados danos materiais. Várias pessoas ainda estão desaparecidas e muitas ficaram sem abrigo.

O Presidente da República instruiu Governo Provincial de Benguela no sentido de adoptar medidas consentâneas com esse momento difícil, principalmente de apoio material e moral às famílias desalojadas e afectadas pelo desaparecimento dos seus ente queridos, e também de protecção civil, por forma a minimizar os prejuízos sofridos.

O Presidente da República, segundo a nota, solidariza-se com todas as famílias enlutadas, às quais apresenta as mais sentidas condolências.

### 3.15 Chuvas causam quase 70 mortos

*Semanário Angolense*

*14 De Março de 2015*

Um balanço provisório obtido à hora do fecho desta edição, na noite de quinta-feira, 12, apontava para sessenta mortos e mais de uma centena de feridos como resultado das enxurradas registadas na véspera na cidade portuária do Lobito.

Uma fonte afecta ao Serviço de Protecção Civil e Bombeiros (SNPCB) revelou que o número de vítimas mortais podia ascender a mais de uma centena, já que muitos cadáveres se encontravam soterrados na lama ou sob os escombros das casas destruídas pelas fortes correntes das águas pluviais.

«À medida que o tempo vai passando, temos estado a encontrar mais cadáveres, sobretudo de crianças. Há um número considerável de desaparecidos», adicionou a fonte do SA, que falava ao telefone, com a voz embargada.

Circulavam notícias de que alguns corpos teriam sido arrastados pela força das águas em direcção ao mar.

Este jornal apurou que muitos dos corpos encontrados sem vida estavam a ser levados para as morgues da cidade de Benguela e da Catumbela devido às limitações de conservação de cadáveres no Lobito.

Os bairros São João, Alto Acongo, Lixeira, Canata e Novo tinham sido os mais fustigados

pelas águas chuvas, que, à sua passagem, foram destruindo casas, levando pessoas, e animais domésticos e lixo.

Na quinta-feira, o administrador municipal Lobito, Amaro Ricardo admitiu num contacto com a imprensa que muitas pessoas se encontravam ainda no lamaçal. «Há pessoas eventualmente, mortas e soterradas, o que poderá ainda aumentar o número de vítimas nas próximas horas», revelou.

Deu a conhecer a existência de uma comissão que tinha sido criada pelo governo de Benguela, e que integrava elementos de Protecção Civil e Bombeiros e da Região Naval Sul das FAA.

Segundo o edil municipal, a comissão está a «trabalhar no sentido de identificar o mais rápido possível não só as pessoas que, eventualmente, estejam desaparecidas, mas também as casas desabadas».

«Este trabalho requer alguma paciência», como explicou Amaro Ricardo, para quem o número de casas ainda é indeterminado e à medida que o tempo passa outras irão desabar.

Segundo ele, a comissão deve agir com alguma celeridade em relação aos cadáveres espalhados pelas ruas, de forma a evitar a emergência de surtos epidémicos.

### 3.16 Chuvas da desgraça

*Semanário Angolense*

*14 De Março de 2015*

Luanda voltou a mergulhar no caos em consequência das últimas enxurradas que se abateram sobre a cidade capital, e que, segundo dados oficiais disponíveis, causaram dois mortos, destruíram milhares de residências e tornaram centenas de ruas e avenidas intransitáveis.

As imagens de casas em escombros, de populares atirados ao relento, montanhas de lixo a céu aberto, árvores vergadas à força das águas; bairros e ruas completamente inundados, viaturas imobilizadas em águas imundas e na lama remeteram os luandenses para um passado recente de triste memória.

As enxurradas trouxeram novamente à superfície as debilidades das infra-estruturas de uma cidade que quase se desfaz como se de um castelo de cartas se tratasse, à mínima chuva, e que necessita urgentemente de encontrar soluções para minimizar os efeitos dessas calamidades naturais.

Apesar de alguns esforços do Executivo, no sentido de inverter a situação, com a construção de valas de drenagem e esgotos, os resultados tardam a aparecer e o calvário parece não ter um fim à vista, pelo menos, a curto ou médio prazo.

Uma das causas que têm contribuído para o agravamento da situação deve-se, em grande parte, ao atraso crónico que se regista na conclusão de algumas obras públicas destinadas ao escoamento das águas, assim como de algumas vias de circulação e esgotos que já deveriam estar prontas há «séculos».

As culpas pelo estado calamitoso da cidade não devem, no entanto, ser assacadas apenas ao Executivo, mas também à sua população, que, por falta de civismo e urbanidade, transformou os canais de escoamento em depósitos de resíduos sólidos, a ponto de impedir o livre curso das águas pluviais e residuais.

As últimas enxurradas colocaram a descoberto as vulnerabilidades de algumas vias executadas às pressas, mais concretamente as estradas do Camama, do Lar do Patriota e da «ponte molhada», cujas obras foram feitas no âmbito do Campeonato Africano das Nações (CAN), que Angola acolhera em 2010.

Como resultado de políticas mal concebidas ou de decisões tomadas em cima do joelho, milhares de luandenses, que residem nos municípios de Belas, Viana e Cacuaco, tiveram de enfrentar engarrafamentos infernais, para chegar ao centro da cidade ou casa, em sentido inverso, nestes vaivéns.

Diante do cenário dramático que Luanda viveu, foi notória a ausência ou a deficiente intervenção das administrações municipais e comunais, no sentido de resolver questões básicas dos aflitos, tais como a sucção de água ou de terraplanagem das vias danificadas pelas chuvas.

Durante as várias horas que as chuvas cáíram sobre a cidade, não se verificou a presença nas ruas

de efectivos e de meios do corpo do Serviço de Protecção Civil e Bombeiros para acudir aos sinistrados, como se eles estivessem em cima do muro à espera para, depois aparecerem a fim de contar os cadáveres...

Daí que soa ao ridículo, os conselhos que esta instituição dirigiu aos cidadãos nos dias subseqüentes às enxurradas, ou seja, depois de as «águas serenarem» para que eles evitassem abrigar-se debaixo das árvores, postes de energia eléctrica ou falarem ao telefone.

O cenário dramático que se viveu nestes dias poderá constituir um sério aviso à navegação, um sinal de que a situação poderá agravar-se dentro das próximas semanas, tendo em conta que Abril é considerado como o mês das «chuvas mil». Há que fazer qualquer coisa, antes que seja tarde.

### 3.17 Lições a extrair da tragédia do Lobito

*Semanário Angolense*  
14 De Março de 2015

Corno várias pessoas na diáspora angolana, o meu pensamento está nas famílias em Benguela abaladas pela tragédia das chuvas, que, ao momento que estou a escrever, já resultou na morte de 60 pessoas, uma boa parte delas crianças. As fotos que nos chegam de lá são horríveis. Os momentos de tragédia e dor são também oportunos para uma profunda introspecção.

O Lobito figura fugazmente nas memórias da minha infância. A minha falecida irmã, Fernanda Chimbili, e o seu esposo, o Mano Justo, ainda no tempo colonial, viviam no Alto Liro. Lembro-me da viagem do Huambo ao Lobito, num comboio do CFB, com a minha mãe. Quando chegamos à Catumbela, o comboio foi invadido pelo cheiro da cana-de-açúcar que estava a ser queimada numa plantação. Lembro-me que da nossa casa se via os barcos no porto. A minha irmã e o seu marido tinham uma vida social muito activa. Lembro-me de ter ido com eles para a famosa Igreja Evangélica da Canata. Nas minhas memórias do Lobito figuram também várias festas e casamentos.

Na Zâmbia, onde passei parte da minha infância, havia os manos do Lobito que falavam da sua cidade como se fosse uma Hollywood. Lembro-

me tão bem dos manos a falarem do bairro Compão, onde vivia a elite que trabalhava no CFB, que produzia, segundo eles, as mulheres mais lindas no mundo. O Mano Lito então fechava os olhos, beijava os dedos e lançava o beijo a Oeste em direcção ao Lobito. Havia até um mano que gostava muito de fado da música fado e dos Lusíadas; ele recitava versos e cantava o fado com o Lobito na sua mente. Sempre houve, em mim, uma parte que viu o Lobito como uma cidade muito romântica, cheia de mistérios.

Durante as eleições de 2008, surgiu por lá o Dr. Jorge Valentim, cujas efusões contra a UNITA eram emitidas ao vivo, pela RNA, a partir da casa onde ele nasceu, na Canata. Então, ele dizia que a UNITA não iria ter nenhum voto. Foi da Canata, nos anos cinquenta, que muitos nacionalistas partiram para o exterior. Lembro-me de um almoço na capital da Costa do Marfim, Abidjan, em que o falecido [oao Marques Kakumba, o grande diplomata da UNIT A, que era nativo da Catumbela, nos falava do Lobito da sua infância; dos barcos que lá escalavam e do intercâmbio entre os indígenas e marinheiros vindos de outras partes do mundo. O Lobito foi sempre, para mim, um local com uma história riquíssima.

No Lobito da minha infância, a miséria e o desespero já estavam patentes. Em frente da nossa casa, havia bairros com casas construídas precariamente na encosta.

Para alguém habituado à vastidão do Planalto Central, onde andávamos de bicicleta e jogávamos ao futebol, havia partes que pareciam ser terreno fraco e cheiíssima de gente. Ultimamente, a situação deve ter piorado. Por causa da guerra, muitos cidadãos do interior refugiaram-se no litoral; Benguela, Catumbela e Lobito devem figurar hoje na lista de localidades angolanas com um número de habitantes elevado.

Infelizmente, há uns tempos, não tive a oportunidade de conhecer bem a região em questão. Porém, há na YouTube vários clipes sobre Lobito e Benguela onde se vê a arquitectura, bastante arrojada, do tempo colonial. Muitos destes clipes são obviamente de gente que vê o Lobito e Benguela do tempo colonial com um certo saudosismo, como os manos com quem cresci na Zâmbia. Mas há também outros clipes que mostram as novas construções - algumas delas parecendo caixas autênticas, num sinal de que os

seus construtores darão pouca importância à estética.

Segundo os clipes na YouTube, a vida nos bairros da periferia do Lobito é péssima. Nestes clipes, vemos estradas, agora sem alcatrão, cheias de buracos que ajudam na drenagem da água vinda das casas. Vê-se, nos clipes, que o sistema de saneamento básico em muitas áreas já não funciona. Aí não há árvores, jardins ou campos de jogos para as crianças. Os kupapatas parecem estar em todo lado. Não é nada surpreendente que as chuvas tenham resultado na morte de tanta gente.

Uma pergunta chave que deve se fazer é se as autoridades locais estavam preparadas para enfrentar este desastre. E será que as autoridades em várias outras cidades angolanas se preparam para enfrentar com firmeza calamidades do género?

Uma das coisas que deveríamos aprender dos americanos, em cujo país ocorrem muitas catástrofes naturais, é a importância que eles dão a isso é a prontidão com que mitigam os seus efeitos. Até hoje, aqui nos Estados Unidos, o debate sobre a forma muito inapta como a administração de George Bush reagiu ao furacão Katrina está a ser analisada seriamente. A falta de coordenação entre as várias entidades e órgãos que deviam assistir os habitantes de Nova Orleans é citada como uma das razões que prejudicou o processo de ajuda. Qual será a lição que as autoridades angolanas vão retirar desta tragédia no Lobito?

Depois há mesmo a questão de ajudar as vítimas da catastrophe. Será que os nossos enfermeiros estão mesmo a altura? A chuva arrastou consigo lama e muitas outras coisas -- incluindo corpos humanos. Temos aqui uma questão de saúde pública. Muita gente ficou sem abrigo. Lembro-me que depois do terramoto no Haiti em 2010, se construiu campos de acolhimento que tiveram consequências inesperadas - abuso sexual a senhoras. Bandos de criminosos começaram a retirar vantagem da anarquia instalada para abusarem dos mais fracos. Até a comida que vinha de fora acabava no mercado negro local.

Como já disse, esta tragédia no Lobito deveria nos fazer reflectir. Todos ficamos animados com a chegada do comboio do CFB ao Luau. Agora, o Porto do Lobito, um dos melhores no continente

africano, poderá entrar seriamente em acção. Isto vai gerar muito emprego. Na gestão de calamidades, a última parte tem sempre sido a normalização da vida das vítimas. Não será esta uma oportunidade para descongestionar o Lobito? O CFB não poderá, por exemplo, transferir certas operações para o Huambo, Cuito e Luena?

E no plano do próprio desenvolvimento de Benguela, não deveria o governo promover seriamente o turismo? Benguela e Lobito possuem ainda lindíssimas praias. Deveríamos também ter uma outra atitude em relação à herança lusa. Maputo é muitas vezes apresentada ao mundo como o local onde as culturas do Leste da Europa se misturaram para produzir a grande culinária que atrai muitos turistas. Como está o hotel Polana do Lobito ou Benguela?

Geridas com seriedade, vejo no Lobito e Benguela localidades de referência no continente africano. Há na Zâmbia e no Congo gente com dólares para gastar que gostariam de viajar e sonhar. Lobito e Benguela poderiam prosperar na venda destes sonhos. Mas para isto se concretizar, vamos ter que aprender seriamente as lições do passado incluído desta tragédia que entristeceu muito boa gente.

### 3.18 Lições a extrair da tragédia do Lobito

*Semanário Angolense*  
14 De Março de 2015

Corno várias pessoas na diáspora angolana, o meu pensamento está nas famílias em Benguela abaladas pela tragédia das chuvas, que, ao momento que estou a escrever, já resultou na morte de 60 pessoas, uma boa parte delas crianças. As fotos que nos chegam de lá são horríveis. Os momentos de tragédia e dor são também oportunos para uma profunda introspecção.

O Lobito figura fugazmente nas memórias da minha infância. A minha falecida irmã, Fernanda Chimbili, e o seu esposo, o Mano Justo, ainda no tempo colonial, viviam no Alto Liro. Lembro-me da viagem do Huambo ao Lobito, num comboio do CFB, com a minha mãe. Quando chegamos à Catumbela, o comboio foi invadido pelo cheiro da cana-de-açúcar que estava a ser queimada numa plantação. Lembro-me que da nossa casa se via os

barcos no porto. A minha irmã e o seu marido tinham uma vida social muito activa. Lembro-me de ter ido com eles para a famosa Igreja Evangélica da Canata. Nas minhas memórias do Lobito figuram também várias festas e casamentos.

Na Zâmbia, onde passei parte da minha infância, havia os manos do Lobito que falavam da sua cidade como se fosse uma Hollywood. Lembro-me tão bem dos manos a falarem do bairro Compão, onde vivia a elite que trabalhava no CFB, que produzia, segundo eles, as mulheres mais lindas no mundo. O Mano Lito então fechava os olhos, beijava os dedos e lançava o beijo a Oeste em direcção ao Lobito. Havia até um mano que gostava muito de fado da música fado e dos Lusíadas; ele recitava versos e cantava o fado com o Lobito na sua mente. Sempre houve, em mim, uma parte que viu o Lobito como uma cidade muito romântica, cheia de mistérios.

Durante as eleições de 2008, surgiu por lá o Dr. Jorge Valentim, cujas efusões contra a UNITA eram emitidas ao vivo, pela RNA, a partir da casa onde ele nasceu, na Canata. Então, ele dizia que a UNITA não iria ter nenhum voto.

Foi da Canata, nos anos cinquenta, que muitos nacionalistas partiram para o exterior. Lembro-me de um almoço na capital da Costa do Marfim, Abidjan, em que o falecido [oao Marques Kakumba, o grande diplomata da UNIT A, que era nativo da Catumbela, nos falava do Lobito da sua infância; dos barcos que lá escalavam e do intercâmbio entre os indígenas e marinheiros vindos de outras partes do mundo. O Lobito foi sempre, para mim, um local com uma história riquíssima.

No Lobito da minha infância, a miséria e o desespero já estavam patentes. Em frente da nossa casa, havia bairros com casas construídas precariamente na encosta.

Para alguém habituado à vastidão do Planalto Central, onde andávamos de bicicleta e jogávamos ao futebol, havia partes que pareciam ser terreno fraco e cheiíssima de gente. Ultimamente, a situação deve ter piorado. Por causa da guerra, muitos cidadãos do interior refugiaram-se no litoral; Benguela, Catumbela e Lobito devem figurar hoje na lista de localidades angolanas com um número de habitantes elevado.

Infelizmente, há uns tempos, não tive a oportunidade de conhecer bem a região em questão. Porém, há na YouTube vários cliques sobre Lobito e Benguela onde se vê a arquitectura, bastante arrojada, do tempo colonial. Muitos destes cliques são obviamente de gente que vê o Lobito e Benguela do tempo colonial com um certo saudosismo, como os manos com quem cresci na Zâmbia. Mas há também outros cliques que mostram as novas construções - algumas delas parecendo caixas autênticas, num sinal de que os seus construtores darão pouca importância à estética.

Segundo os cliques na YouTube, a vida nos bairros da periferia do Lobito é péssima. Nestes cliques, vemos estradas, agora sem alcatrão, cheias de buracos que ajudam na drenagem da água vinda das casas. Vê-se, nos cliques, que o sistema de saneamento básico em muitas áreas já não funciona. Aí não há árvores, jardins ou campos de jogos para as crianças. Os kupapatas parecem estar em todo lado. Não é nada surpreendente que as chuvas tenham resultado na morte de tanta gente.

Uma pergunta chave que deve se fazer é se as autoridades locais estavam preparadas para enfrentar este desastre. E será que as autoridades em várias outras cidades angolanas se preparam para enfrentar com firmeza calamidades do género? Uma das coisas que deveríamos aprender dos americanos, em cujo país ocorrem muitas catástrofes naturais, é a importância que eles dão a isso é a prontidão com que mitigam os seus efeitos. Até hoje, aqui nos Estados Unidos, o debate sobre a forma muito inapta como a administração de George Bush reagiu ao furacão Katrina está a ser analisada seriamente. A falta de coordenação entre as várias entidades e órgãos que deviam assistir os habitantes de Nova Orleans é citada como uma das razões que prejudicou o processo de ajuda. Qual será a lição que as autoridades angolanas vão retirar desta tragédia no Lobito?

Depois há mesmo a questão de ajudar as vítimas da catastrophe. Será que os nossos enfermeiros estão mesmo a altura? A chuva arrastou consigo lama e muitas outras coisas -- incluindo corpos humanos. Temos aqui uma questão de saúde pública. Muita gente ficou sem abrigo. Lembro-me que depois do terramoto no Haiti em 2010, se construiu campos de acolhimento que tiveram consequências

inesperadas - abuso sexual a senhoras. Bandos de criminosos começaram a retirar vantagem da anarquia instalada para abusarem dos mais fracos. Até a comida que vinha de fora acabava no mercado negro local.

Como já disse, esta tragédia no Lobito deveria nos fazer reflectir. Todos ficamos animados com a chegada do comboio do CFB ao Luau. Agora, o Porto do Lobito, um dos melhores no continente africano, poderá entrar seriamente em acção. Isto vai gerar muito emprego. Na gestão de calamidades, a última parte tem sempre sido a normalização da vida das vítimas. Não será esta uma oportunidade para descongestionar o Lobito? O CFB não poderá, por exemplo, transferir certas operações para o Huambo, Cuito e Luena?

E no plano do próprio desenvolvimento de Benguela, não deveria o governo promover seriamente o turismo? Benguela e Lobito possuem ainda lindíssimas praias. Deveríamos também ter uma outra atitude em relação à herança lusa. Maputo é muitas vezes apresentada ao mundo como o local onde as culturas do Leste da Europa se misturaram para produzir a grande culinária que atrai muitos turistas. Como está o hotel Polana do Lobito ou Benguela?

Geridas com seriedade, vejo no Lobito e Benguela localidades de referência no continente africano. Há na Zâmbia e no Congo gente com dólares para gastar que gostariam de viajar e sonhar. Lobito e Benguela poderiam prosperar na venda destes sonhos. Mas para isto se concretizar, vamos ter que aprender seriamente as lições do passado incluído desta tragédia que entristeceu muito boa gente.

### 3.19 Luanda continua na mesma

*Jornal A Capital*

*14 De Março de 2015*

*Texto: Lutock Matokisa e Manuel*

*Alberto*

Quando empossado no papel pelo Presidente da República, (PR), José Eduardo dos Santos, o novo governador provincial, Graciano Francisco Domingos, afirmou nas suas primeiras declarações que um dos objectivos da sua administração seria acabar com o que chamou de "desordem" na capital.



"Notamos que Luanda é um pouco afectada por alguma desordem e que é necessário encontrar, colectivamente, soluções entre a Administração da cidade e os cidadãos", disse aos jornalistas, após assumir oficialmente as funções.

Definiu, igualmente, como áreas prioritárias de actuação, a saúde pública, o saneamento básico e a recolha de lixo, para além da mobilidade, face ao caos diário vivido no trânsito automóvel. O que é facto, porém, é que de lá para cá pouco ou nada se vê, pelo menos de concreto, que não seja muita falácia.

Só foi chegar o já conhecido "fiscal" sincero da governação de Luanda, "São Pedro", para destapar a dantesca realidade sobre aquilo que nunca se tentou fazer. A chuva que se abateu com copiosa intensidade sobre a província, deixou um rasto de estragos, que se fossem antes tomadas medidas cautelares, talvez não tivessem lugar.

Ruas e residências ficaram inundadas. Dados oficiais apontam para quatro mil, 250 casas inundadas, 177 desabadas, deixando 800 famílias sem abrigo. Os municípios de Viana, Cacuaco e Belas foram, de acordo com fonte dos Serviços de Protecção Civil e Bombeiros, os mais afectados, apresentando-se com estradas completamente intransitáveis, residências inundadas, bens materiais estragados e moradores isolados.

No Cazenga o quadro não foi diferente. Casas inundadas, ruas cobertas de lama, inviabilizando qualquer possibilidade de trânsito automóvel. As áreas mais afectadas foram as do Cazenga Popular, junto ao mercado Asa Branca, Catumbela, Terra Vermelha, Mabululo, Velho Kimbundu, Vila Flor e CalaWenda.

O crónico problema das Quinta, Sexta e Sétima avenidas, no Cazenga, voltou a evidenciar-se para o desagrado dos moradores, que não percebem a razão pela qual as autoridades provinciais, sai Governo vem outro, não tomam medidas profiláticas para impedir a repetição dos males, preferindo, ao contrário, remediar, invariavelmente, já em cima da catástrofe, quando tudo é na prática impossível de solucionar.

### 3.20 Vitimas das enxurradas foram a enterrar no Lobito

*Jornal de Angola*

14 De Março de 2015

Texto: Jesus Silva e Maximiano Filipe

As 66 vítimas mortais das chuvas de quarta-feira, na cidade do Lobito, foram ontem a enterrar nos cemitérios do Luongo e do Campo de Ténis, numa cerimónia testemunhada por uma comissão Interministerial, encabeçada pelo ministro da Administração do Território, Bornito de Sousa, em representação do Presidente da República.

O Executivo disponibilizou cem milhões de kwanzas para acudir às vítimas das enxurradas na província de Benguela, anunciou ontem o ministro da Administração do Território, Bornito de Sousa.

O ministro chefia uma delegação que se deslocou à província de Benguela, para constatar e avaliar a situação humanitária causada pelas calamidades no Lobito, Catumbela e Caimbambo.

Bornito de Sousa afirmou que o Presidente da República, através da Casa Civil, disponibilizou recursos para acudir às situações mais prementes.

A equipa governamental instruiu o Governo Provincial de Benguela a dar início ao registo das populações que vivem em zonas de risco e proceder ao loteamento para novas áreas, com vista ao alojamento das famílias afectadas, que receberem, numa primeira fase, tendas. A comissão ministerial integra os ministros do Interior, Construção, Reinserção Social, Educação e da Saúde, avaliou na cidade do Lobito os danos provocados pelas chuvas, nas zonas mais afectadas: Lobito Velho, Canata, Liro e Bela vista.

O administrador municipal do Lobito, Amaro Ricardo, informou que os enterros das vítimas foram feitos em condições condignas e em cemitérios propostos pelos familiares.

Neste momento, a maior preocupação da comissão, tem a ver com a continuidade das acções de limpeza do entulho, para a localização de desaparecidos.

Depois da limpeza das valas e de pontos onde se concentraram toneladas de terra, ainda podem ser encontrados corpos.

O secretário de Estado da Protecção Civil e Bombeiro, Eugénio Laborinho, que coordena os trabalhos, referiu que os dados divulgados ainda são provisórios' uma vez que ainda há pessoas desaparecidas nos municípios do Lobito e da Catumbela, onde também se registaram enxurradas.

Os últimos dados oficiais dão conta de 66 mortos, 119 casas desabadas, 46 sem tecto, uma igreja destruída e oito escolas inundadas. O administrador assegurou que "toda a Nação está solidária com a cidade do Lobito", daí chegarem vários às vítimas de todos os pontos do país.

Um dos exemplos vem da Associação dos Jovens Angolanos Provenientes da Zâmbia, que procedeu ainda ontem à entrega de géneros alimentícios e dinheiro.

O presidente da associação, Bento Raimundo, revelou que a associação disponibilizou urnas para a realização dos funerais e entregou 30 mil kwanzas a cada família enlutada. O músico Matias Damásio, natural da província de Benguela, também efectuou ontem a entrega de um donativo. Além destes apoios, as empresas de vários ramos que operam na província também se associaram à campanha de solidariedade.

Outra corrente de solidariedade está igualmente a ser promovida pela Associação Acácias Rubras, envolvendo entidades de carácter filantrópico, no sentido de prestarem o seu apoio às famílias das vítimas.

#### Buscas continuam

A equipa técnica dos Serviços de Protecção Civil continua a percorrer todas as zonas críticas da região, para a identificação de mais vítimas, com realce para os bairros da Luz, 4 de Fevereiro e Aloco. Na manhã de ontem, além do enterro das crianças, decorreu um encontro na Administração Municipal do Lobito, dirigido pelo governador de Benguela, Isaac dos Anjos, que estava acompanhado do secretário de Estado Eugénio Laborinho e outros representantes ministeriais, onde foi avaliada a situação actual.

No termo da reunião, Eugénio Laborinho informou que o Executivo está a fazer uma intervenção pontual junto das famílias das vítimas e, depois, vai desenvolver acções de sensibilização

para desencorajar as pessoas a enveredarem pela construção de casas em zonas de risco. O administrador municipal do Lobito revelou que existem 450 novos espaços, para realojar a população sinistrada. Amaro Ricardo disse ainda que, no âmbito do Plano de Ordenamento do Território, estão garantidos espaços para construção de habitações, tendo a Administração do Lobito procedido à entrega de 2.500 lotes urbanizados, uma acção que decorre em todo o território da província de Benguela.

#### Mensagens de condolências

O Ministério do Ambiente manifestou a sua solidariedade para com as vítimas. "Ao tomar conhecimento do momento difícil ocorrido em Benguela, provocado pelas fortes chuvas, a ministra do Ambiente, manifesta a sua solidariedade pela forma corajosa e proactiva como esta drástica situação tem sido solucionada", lê-se no documento assinado pela titular da pasta.

Fátima Jardim encoraja todo o esforço empreendido pelo Executivo. A ministra do Ambiente apela às populações para se absterem de construções em áreas de risco e alerta os Governos Provinciais, para intensificarem os seus esforços de fiscalização.

A OMA, através do seu secretariado executivo nacional, também manifestou "profundo sentimento de pesar pelas vítimas mortais", em consequências das chuvas e inundações no Lobito.

A OMA exorta a sociedade a desenvolver todos os esforços para ajudar as vítimas da catástrofe natural, que tem provocado um elevado número de vítimas e avultados prejuízos materiais.

O presidente da UNITA, Isaías Samakuva, expressou igualmente, na cidade do Huambo, a sua solidariedade para com as famílias das vítimas das intensas chuvas de quarta-feira, na cidade do Lobito, que causaram a morte de 66 cidadãos, entre crianças e adultos.

O líder do maior partido da oposição considerou triste a tragédia em Benguela e, em especial no município do Lobito, daí ter exprimido os seus pêsames às famílias a partido FNLA, num documento assinado pelo seu presidente, Lucas Benghy Ngonda, também se juntou à dor da

população de Benguela, manifestando a sua consternação pelo luto que a chuva causou.

A FNLA apela para os angolanos demonstrarem o seu lado patriótico e, na medida das suas possibilidades, prestarem apoio multiforme aos sinistrados.

A Associação de Apoio aos Combatentes das FAPLA solidariza-se com as famílias enlutadas e junta-se aos esforços do Executivo e do Governo Provincial de Benguela.

### 3.21 Distrito em alerta para o combate as doenças graves

*Jornal de Angola*

*15 De Março de 2015*

*Texto: Nilza Massango*

A Samba é um distrito de Luanda com graves problemas de saneamento básico. Tem um lençol de água subterrâneo, muito próximo da superfície o que torna "pantanosas" as áreas ribeirinhas. Por Isso, não precisa de chuva para ter casas, escolas, estabelecimentos comerciais e ruas Inundadas.

O problema das cheias é antigo. As marés "vivas" alagam tudo. Até agora pouco se fez para melhorar o cenário. Os técnicos, desde os anos 60 que deram o seu veredicto: é preciso demolir tudo, porque zonas pantanosas só são boas para morrer. Os bairros mais críticos, onde o saneamento básico é cada vez mais precário, são os da Corimba, Camuxiba, Samba Pequena e Samba Grande. Os moradores pedem uma atenção especial ao distrito por parte das autoridades.

O grito de socorro dos munícipes tem sido ignorado. Quando chove, a situação agrava-se. A água invade as casas. Todos os dias e por meios próprios tentam minimizar o problema das cheias nos quintais e dentro das casas. Há dias em que não conseguem entrar em casa porque têm um lençol de água à porta. Com as chuvas, renovam-se as frustrações de velhos tempos e a esperança de uma solução esmorece.

Na Samba, existem muitas casas, terrenos e estabelecimentos fechados e abandonados por causa das águas que permanecem sem escoamento. Para piorar a situação, valas e esgotos estão entupidos com lixo e todo o tipo de destroços. Os

esgotos correm a céu aberto e mesmo à porta dos moradores.

Os bairros desta zona da Samba nasceram tortos, com casas clandestinas, nos anos 60. Cresceram tortos. E os moradores estão sujeitos a todo o tipo de doenças próprias de quem não tem saneamento básico e vive em cima de pântanos.

E preciso ter estômago forte para respirar o ambiente poluído das ruas da Samba, que cada vez mais se afundam na podridão. Portas e janelas estão sempre fechadas, para atenuar o mau cheiro que vem dos esgotos. Em alguns bairros da Samba, nunca ninguém sentiu "uma lufada de ar puro". Só existem ruas com grandes crateras, lamaçais e pequenas lagoas formadas com as águas podres das valas e esgotos entupidos. Para piorar ainda mais a situação, há quase uma semana que falha a recolha do lixo.

"Muitas famílias fugiram e deixaram as suas casas para atrás", disse um morador da Rua Augusta, que contou os esforços que as pessoas fazem faz todos os dias, com meios próprios, para retirar as águas dos quintais e das ruas inundadas.

Os que resistem às dificuldades esperam dias melhores. Mas muitos já desistiram. As pessoas convivem com o lixo. "Isso não é viver; nós apenas sobrevivemos. E muito duro", disse uma moradora.

O quintal da casa de Bruno Rodrigues está sempre inundado. Não há nada a fazer, apenas dormir e acordar no meio da água". Mesmo assim, abandonar o bairro não é opção da família: "não temos para onde ir".

#### Requalificação dos bairros

Todas as reclamações recaem na Administração Distrital que pouco pode fazer diante de um problema que carece de uma intervenção com profundidade, disse o administrador Adão Malungo ao Jornal de Angola. "Solucionar os problemas das valas de drenagem, recolha do lixo, esgotos entupidos, buracos e lamaçais ainda não é da competência das administrações municipais ou distritais", sublinhou.

Os meios de que a Administração dispõe são para intervir em pequenas calamidades em tempo de

chuva, como disponibilizar carros "sucula" que também são insuficientes para acudir o distrito todo.

As acções são paliativas, admitiu o administrador, defendendo que o problema do saneamento básico só pode ser resolvido com a requalificação completa do distrito. "Todos os anos, a Samba tem problemas de inundações. As águas nascem nos quintais das casas e nas ruas. Apesar dos graves problemas, ainda aparecem muitas construções anárquicas", acrescentou.

Adão Malungo diz que a solução passa por encontrar zonas seguras para o realojamento das famílias, demolir as casas e requalificar os bairros mais críticos. "Nos bairros do Samba, algumas casas são antigas, com mais de 60 anos de existência, e para piorar estão permanentemente com as paredes húmidas", disse.

Uma luz verde

Para uma vida sadia e digna dos munícipes, a requalificação da Samba é vista como prioridade pela Administração Distrital, que tem exposto o problema aos órgãos da administração central. "O que acontece nos distritos do Sambizanga e Cazenga, em termos de requalificação, é de invejar", disse.

O administrador, Adão Malungo falou da construção da futura marginal sudoeste que numa primeira fase vai cobrir uma extensão da orla marítima que vai do Zamba 11 à Corimba. Os bairros adjacentes podem beneficiar de uma requalificação, como o caso da Samba Grande, Samba Pequena, Camuxiba e Corimba. Nada há de concreto, mas o administrador acredita que as zonas adjacentes vão merecer alguma atenção em função da construção da marginal, informação obtida depois de uma reunião com técnicos, que fazem estudos e levantamentos. Afinal de nada vale ter uma marginal com todo o requinte, quando ao lado existem bairros mergulhados na podridão.

Alerta permanente

A Repartição de Saúde da Samba está em alerta permanente. Desde 2010, não se registam casos de cólera no distrito.

Tem apostado, desde sempre, na sensibilização dos moradores, com campanhas de prevenção contra as doenças resultantes da falta de saneamento.

O chefe da repartição, Miguel Maiandi, disse que existem equipas de educadores nas comunidades que informam as medidas de higiene, que passam por lavar as mãos antes de comer; depois de usar as latrinas, tratar a água com gotas de lixívia.

O trabalho tem dado bons resultados. Miguel Maiandi apelou à administração distrital, para continuar a trabalhar em campanhas de limpeza das valas e na recolha de lixo, que são as maiores preocupações e ameaças à saúde pública.

Todos os dias, informou Miguel Maiandi, são feitos levantamentos nas áreas mais críticas do distrito. Em tempo de chuva, são intensificadas as campanhas de prevenção das doenças e distribuída lixívia para desinfectar a água.

O aconselhamento é dirigido às mães. Todas devem evitar que as crianças brinquem nas águas sujas, para evitarem doenças. No âmbito do programa de prevenção da cólera, a Camuxiba é um dos bairros privilegiados do distrito, com a construção de chafarizes, que mesmo assim, são insuficientes.

O administrador do Distrito da Samba, Adão Malungo assegurou que os esforços vão continuar junto da Empresa Pública de Águas de Luanda para a melhoria no abastecimento de água canalizada. Tem havido, também por parte da administração distrital, a distribuição de água potável com camiões cisternas em vários bairros.

### 3.22 Executivo trabalha para realojar as vítimas

*Jornal de Angola*  
15 De Março de 2015

A comissão ministerial criada pelo Presidente da República para apoiar as vítimas das enxurradas das cidades do Lobito e da Catumbela trabalha no realojamento e na avaliação de outras ajudas que lhes minimizem o sofrimento.

Coordenada pelo ministro da Administração do Território, Bornito de Sousa, e integrada pelos titulares das pastas do Interior, Construção, Reinserção Social e da Saúde, a comissão visitou as

zonas mais afectadas, Lobito Velho, Canata, Liro e Bela Vista.

Após o encontro com o governador Isaac dos Anjos, o ministro da Construção, Waldemar Pires Alexandre, colocou à disposição do Governo Provincial técnicos para trabalharem no realojamento. Neste trabalho participam igualmente técnicos do Ministério da Reinserção Social e de outros departamentos do Estado. O ministro da Construção anunciou a intensificação do trabalho de saneamento básico e das campanhas de sensibilização que permita proporcionar as mínimas condições de habitabilidade às vítimas e prometeu em colaboração com outras instituições tentar impedir que as zonas de risco voltem a ser habitadas.

#### Evitar doenças

Técnicos do Ministério da Saúde estão empenhados em água potável em quantidade e qualidade, bem uma alimentação equilibrada, para evitar casos de má nutrição e o possível surgimento de um surto de cólera.

José Van-Dúnem alertou para perigo de se construir em zonas de linha de água e ministro da Administração do Território, Bornito de Sousa, referiu que o Executivo disponibilizou cem milhões de kwanzas para apoiar as famílias afectadas.

"O Presidente da República expressou as condolências aos familiares e disponibilizou, imediatamente recursos na ordem dos cem milhões de kwanzas para acudir às situações mais prementes", disse e sublinhou que o Executivo tomou medidas preventivas para garantir o realojamento das famílias afectadas e das que continuam a viver em zonas de risco.

Ao Jornal de Angola continuam a chegar mensagens de condolências pelas vítimas das chuvas que se abateram sobre a província de Benguela, O Ministério do Interior expressa num comunicado, em nome de todo o efectivo, "as mais sentidas e profundas condolências" às famílias enlutadas, a quem manifesta total solidariedade, bem como aos que perderam tudo. O Ministério do Interior lembra que fez deslocar a Benguela uma equipa de intervenção especializada

em situações calamitosas coordenada pelo secretário de Estado Eugénio Laborinho.

#### MPLA solidário

O Secretariado do bureau político do comité central do MPLA manifesta, igualmente em comunicado, tristeza pela tragédia e exorta as autoridades provincial de Benguela e a sociedade civil a prestarem apoio material e moral às famílias afectadas pelo sinistro, proporcionando funerais dignos e criando condições que evitem efeitos negativos que situações idênticas possam vir a causar à população.

O MPLA pede a todos que tenham um comportamento de acordo com as orientações da Administração Pública e não construam casas ou outras estruturas físicas em zonas de risco e em linhas de escoamento de águas.

O Conselho Nacional de Juventude (CNJ) considera ser uma tragédia para todo o povo angolano os danos causados pelas fortes chuvas e associa-se às famílias enlutadas, bem como a todos os afectados, nesse "momento difícil", que "deve servir para mobilizar todas as forças vivas da nação de modo a ultrapassar -se este desafio que é de todos os angolanos".

O Conselho Nacional de Juventude encoraja as autoridades a prosseguirem o apoio que está a ser prestado aos sinistrados e com "o árduo trabalho" para encontrar os desaparecidos. O Governo Provincial da Lunda Norte também se manifestou solidário com todas as vítimas das enxurradas de Benguela.

Em todo o país, mobilizam-se os apoios em alimentos e bens materiais para as vítimas. Em Luanda, várias pessoas acorreram ontem ao campo Manuel Berenguel, na Rádio Nacional de Angola, para entregar donativos. Noutros pontos da cidade, também foram instalados centros de recolha.

### 3.23 Reunião técnica sobre calamidades em Mbanza Congo

*Jornal Angola*

*15 De Março de 2015*

*Texto: Victor Mayala*

A Organização Internacional para as Migrações (OIM) promoveu, em Mbanza Congo, em parceria com a Comissão Nacional de Protecção Civil, um seminário sobre coordenação e gestão de centros de acolhimento de vítimas de calamidades.

A coordenadora de projectos da OIM, Suzete Ferreira, referiu que a organização vai realizar acções do género noutras províncias, onde haja vítimas das chuvas.

No seminário foram analisados assuntos relacionados com a introdução à gestão dos centros de acolhimento, bem como as funções e responsabilidades que têm.

O vice-governador para o sector Económico, Alberto Sabino, realçou a pertinência dos temas tratados no seminário, pois a província regista com frequência inundações, que provocam deslocações de pessoas à procura de zonas seguras.

No seminário participaram elementos da Comissão Provincial da Protecção Civil e responsáveis de instituições religiosas e de organizações da sociedade civil.

### 3.24 Uma lição dramática no Lobito

*Jornal de Angola*  
15 De Março de 2015

O país está de luto com a tragédia do Lobito. As intensas chuvas que caíram sobre a cidade na noite de quarta-feira, 11.03, resultaram na morte de 69 pessoas, 120 casas desabadas, 46 sem tecto, uma igreja destruída e oito escolas inundadas.

A pouco menos de uma semana e meia de o Parlamento angolano ter realizado o debate sobre o tema "Demolições, Direito à Habitação e à Qualidade de Vida", a tragédia do Lobito encarregou-se de, de modo dramático, alertar para a problemática das construções precárias e desordenadas em todo o país e, por conseguinte, para a premência de se cumprir um plano de assentamento populacional devidamente orientado, em terrenos previamente infra-estruturados. Paralelamente a isso, deve-se dar prosseguimento às demolições de habitações erguidas em áreas de risco, porque é preciso salvaguardar a vida das pessoas, que é o bem maior que está em causa.

Sabemos de antemão que alguns partidos da oposição vão procurar fazer campanha política contra essas demolições. Sabemos ainda que nesse jogo vão procurar arrastar certas organizações que se reclamam da "sociedade civil" e envolver a media, para ganhar projecção e tirar dividendos políticos.

Mas são esses partidos e essas organizações que incitam as populações a construírem ali onde não é permitido, por razões que os especialistas previamente identificaram e as autoridades tratam de transmitir aos cidadãos. Não é nova a postura de contrariar as acções do Executivo no sentido de colocar em local seguro populações em risco. Quando populares das barrocas da Boavista, no Miramar, começaram a ser transferidos para a zona do Zango, devido às frequentes tragédias que ocorriam no tempo das chuvas e levavam várias famílias a perderem os seus ente queridos e diversos bens, certas organizações que aparentavam estar a agir de boa-fé insurgiram-se e concitavam os cidadãos a desobedecerem às autoridades.

O objectivo era impedir que o Governo materializasse o seu plano de dar melhores condições de vida a esses cidadãos, por um lado, e, por outro, procurarem continuar a ter visibilidade política à custa dessas tragédias.

O tempo passou e acabou por dar plena razão ao Executivo. Prova provada é que desde que existem os bairros Zango nunca se ouviu falar de novas tragédias como as que, em tempo de chuvas, ocorriam nas barrocas da Boavista e noutras zonas de onde os populares foram providencialmente retirados.

A tragédia do Lobito obriga-nos a retomar uma afirmação de um deputado da UNITA, feita no debate no Parlamento, segundo a qual "não se pode culpabilizar a população pelas construções em zonas de risco", e que neste mesmo espaço refutamos e dissemos que esse tipo de pensamento "é uma forma de pactuar com a irresponsabilidade e a negligência, que estão na base do surgimento de catástrofes que, sobretudo no tempo de chuva, têm vitimado várias famílias angolanas e resultado em prejuízos humanos e materiais".

Portanto a UNITA é moralmente responsável quando essas tragédias ocorrem, porque está precisamente a aconselhar mal as populações, a

dizer-lhes que podem construir ali onde o Executivo já estabeleceu que é proibido. E má política aconselhar os populares a cometerem erros para depois, na hora do infortúnio, fingir que se está solidário com eles.

O que aconteceu no Lobito, que todos de boa-fé lamentam com sinceridade, tem também a força de alertar as populações, da forma que menos gostaríamos, porque houve perda de vidas humanas e elevados danos, para a necessidade de observarem e cumprirem as orientações das autoridades.

Sabendo também que a nossa capacidade de construção de fogos habitacionais é inferior ao crescimento da população, os governos provinciais devem esmerar-se em trabalhar para a identificação de novas áreas de assentamento na perspectiva da sua evolução em termos de qualidade de vida. Isso requer, como é óbvio, que equipas multissetoriais laborem em projectos que devem ser contemplados nos planos directores que vão nortear o desenvolvimento integrado da província, de tal sorte que o natural evoluir da sua execução vai se encarregar de, no final, consumir a sua plena inserção no todo.

O que se passou no Lobito pode bem repetir-se noutra província qualquer do país. Esperemos que os partidos da oposição saibam tirar desta tragédia as lições que se impõem, e deixar de fazer da problemática da habitação um terreno para campanhas políticas destinadas a atacar de forma gratuita o Executivo.

### 3.25 Árvores no Bié são dizimadas

*Jornal de Angola*  
16 De Março 2015

O Instituto de Desenvolvimento Florestal (IDF) no Bié está preocupado com o abate ilegal de árvores, sobretudo em Camacupa, Andulo e Chitembo para produção de carvão, disse o chefe de departamento provincial.

Rosário Teixeira afirmou, na ocasião, que há árvores, como o ombango, ossesse e omanda, usadas para a produção de madeira e carvão, que estão em vias de extinção.

Para alterar a situação, referiu, foi reforçada a fiscalização das florestas, decorre uma campanha de sensibilização sobre a importância das árvores no eco sistema e outra de plantação de pinheiros, cedros, eucaliptos, acácias, ombangoss, ossesse e omandas.

### 3.26 Evitar ou proibir

*Jornal de Angola*  
16 de Março de 2015

As autoridades provinciais, municipais e comunais têm responsabilidades directas em cada casebre que é construído numa zona de risco. Não é preciso ser perito em nada, para saber onde corremos perigo de morte. Nas encostas íngremes, junto a pequenos riachos que no tempo da chuva ficam rios caudalosos, ou nas margens das valas de drenagem que transbordam, quando a água é muita ou o lixo provoca "barragens" facilmente arrastadas pela força das águas, quando chove mais do que o costume.

Por isso, quando ouvimos dizer que as pessoas devem "evitar" construir em zonas de risco vemos logo à memória a tragédia do Lobito que enlutou Angola. Hoje estamos a chorar dezenas de vidas estupidamente desaparecidas porque viviam em casas erguidas na encosta de um morro junto a uma vala de drenagem e no leito de riachos ocasionais. Um administrador comunal ou municipal, um governador ou ministro não podem dizer que é preciso "evitar" construir em zonas de risco. Têm de afirmar, sem medo, que é proibido. E exige-se muito mais de todos os que têm responsabilidades nesta área: que castiguem exemplarmente quem "levantar" casas onde os moradores correm perigo de vida. A tragédia do Lobito tem de servir de ponto final nas construções em zonas perigosas.

### 3.27 Administração trava a exploração ilegal

*Jornal de Angola*  
17 De Março de 2015

As autoridades da Banga, no Cuanza Norte, estão a tentar conter a exploração ilegal de madeira que provoca danos económicos e ambientais,

informou o responsável dos serviços económicos da região.

Domingos Gomes afirmou que madeireiros estão a operar sem pagar os impostos devidos ao Estado, que recebe frequentes denúncias de populares que vêm desconhecidos a abater árvores de forma indiscriminada para transformar em madeira e carvão, sem autorização prévia da administração local e do Instituto de Desenvolvimento Florestal (IDF).

O abate ilegal ocorre principalmente nas comunas da Aldeia-Nova, Cariamba e Caculo Cabaça, apontou o responsável da Banga, que anunciou a criação de uma comissão encarregue de formular programas de intervenção, levantamento das áreas visadas e o reforço da fiscalização para conter a exploração ilegal de madeira.

Disse que a Administração Municipal vai contar o apoio da Polícia Nacional na interpelação de viaturas que transportem madeira, sobretudo no período noturno, para fugirem da fiscalização.

#### Produção em Quiculungo

Os camponeses de Quiculungo solicitaram à Administração Municipal uma unidade do Programa de Aquisição de Produtos Agro-Pecuários (AAPAGRO) na região, com o objectivo de escoar a produção para os principais centros de consumo e protegê-los nas questões relativas aos preços e a conservação.

A informação foi prestada, ontem, pelo administrador municipal de Quiculungo, Gaspar João António, que informou que o município regista actualmente níveis elevados de produção agrícola, que necessitam de escoamento para os principais centros de consumo.

Gaspar João António apontou o novo mercado da sede municipal, com capacidade para 150 vendedores e dotado de quatro armazéns e outras estruturas de apoio, como o local apropriado para receber parte da produção. Mas, advertiu Gaspar João António, o mercado de Quiculungo é limitado em dimensão e número de consumidores, uma vez que a população local é geralmente composta por agricultores, cada um dos quais possui a sua própria produção para consumo.

Além da inexistência do Programa de Aquisição de Produtos Agro-Pecuários, Gaspar António

apontou o mau estado das vias de acesso como impedimento para o escoamento da produção local, o que se reflecte em baixos rendimentos para a população e na incapacidade de pagar o crédito de campanha.

### 3.28 Governador Denuncia “falência administrativa”

*Jornal de Angola*

*17 de Março de 2015*

*Texto: António Gonçalves - Benguela*

As centenas de pessoas desalojadas pelas chuvas no Lobito, Catumbela e Calmbambo começaram a ser alojadas em acampamentos montados em zonas seguras, onde permanecem durante quatro meses, anunciou o governador Isaac dos Anjos que responsabilizou serviços da administração e operacionais pela tragédia.

O governador provincial de Benguela realçou que as famílias desalojadas pelas chuvas, que já provocaram 74 mortes, segundo dados provisórios divulgados até domingo pelos Serviços de Protecção Civil, são alojados na zona das Antenas e de Bango Bango, no município do Lobito. Posteriormente, referiu o governador, as famílias vão beneficiar de lotes de terreno em áreas seguras, para erguerem definitivamente as suas casas, logo que recebam os materiais de construção.

Isaac dos Anjos, que visitava os locais para o acolhimento temporário dos sinistrados no Lobito, disse que outras 50 famílias da Catumbela vão ser igualmente realojadas, no bairro do Alto Niva

Em termos de prejuízos, o governador provincial de Benguela informou que a avaliação ainda não está concluída. A preocupação das autoridades, neste momento, é trabalhar na localização e identificação de cadáveres, alojamento dos sobreviventes, contabilizar as pessoas em zonas de risco e criar condições para desalojamento e alojamento em locais mais seguros.

Isaac dos Anjos apontou "a falência administrativa e operacional", falta de limpeza e de manutenção dos canais das águas pluviais como os factores que estiveram na base das enxurradas, principalmente



nos bairros do Liro e da Luz, na cidade do Lobito. "Temos que assumir a responsabilidade por estes males e intervir no sentido de corrigir e monitorar de modo diferente", afirmou o governador, para quem "os bairros periféricos são tão importantes quanto a zona asfaltada, daí que não podem ser esquecidas", refere.

Quanto às escolas que continuam inoperantes, por causa das inundações, o governador de Benguela referiu que "carecem de uma intervenção urgente". Os alunos destas escolas vão ser transferidos para outros estabelecimentos de ensino. O Governo Provincial de Benguela manifestou a sua consternação pelas vítimas das trovoadas na Ganda e em Caimbambo. Sobre esta questão, Isaac dos Anjos afirmou que existe um Decreto Presidencial e uma circular do Ministro do Interior, que obrigam à colocação dos para-raios, principalmente nos estabelecimentos públicos.

#### Solidariedade

O "SOS Benguela Solidária" recolheu 120 toneladas de alimentos para apoiar as vítimas da tragédia provocada pelas chuvas nos municípios do Lobito, Catumbela e Caimbambo. A campanha decorreu até domingo e a população entregou os seus donativos nos postos de recolha montados na RNA, TPA, Praça 10 de Maio, Largo de África, Administração Municipal, bem como em bairros do município de Benguela onde foram recolhidos por várias carrinhas.

O coordenador do "SOS Benguela Solidária", Helende Rasgado, disse que entre os donativos constam bens alimentares, roupa usada e material de construção. O coordenador do projecto "TPA Solidária", jornalista Álvaro Abel, louvou o espírito de solidariedade da população benguelense que está a aderir às acções de socorro dos sobreviventes das enxurradas.

O Ministério dos Assuntos Exteriores e da Cooperação de Espanha lamentou "profundamente" as consequências trágicas provocadas pela chuva sobre o Lobito, cidade com "intensos vínculos" com a Espanha e que provocou dezenas de mortos e danos materiais.

O Governo de Espanha, em comunicado, "apresenta o seu profundo-pesar às famílias das vítimas, a todo o povo e às autoridades angolanas

e faz votos de um rápido restabelecimento do Município do Lobito e de toda a área circundante",

A Fundação Sagrada Esperança manifestou, em comunicado, o seu "profundo pesar" para com o povo e autoridades da Província de Benguela pela tragédia provocada pelas chuvas do dia 11 deste mês, que causaram mais de 70 mortos no Município do Lobito. O conselho de administração da Fundação Sagrada Esperança apresenta a todas as famílias enlutadas as mais sentidas condolências.

As Organizações Kabuscorp vão levar 400 toneladas de bens alimentares à Província de Benguela para apoiar as famílias sinistradas pelas chuvas, que fizeram mais de 70 mortes na madrugada de quinta-feira, no Município do Lobito. O presidente do Kabuscorp, Bento Kangamba, disse que a sua organização vai solidarizar-se com as famílias afectadas e apelou às demais associações que ajudem com o que puderem para acudir física e psicologicamente às vítimas das chuvas.

### 3.29 Tragédia do Lobito une angolanos de todo o país

*Jornal de Angola*  
17 de Março de 2015

A sociedade reagiu em uníssono à tragédia provocada pelas chuvas no Lobito, Catumbela e Calmbambo. Campanhas de solidariedade promovidas por órgãos de Comunicação Social estão a angariar centenas de toneladas de donativos, que vão complementar a verba de cem milhões de kwanzas disponibilizada pelo Executivo para acudir aos sinistrados.

As chuvas que se abateram sobre a cidade do Lobito e bairros periféricos deixaram um cenário de destruição, com 74 mortos confirmados, o desabamento de 119 casas e a inundação de uma dezena de escolas.

As autoridades centrais e da província reagiram de imediato com um plano de socorro às vítimas. A sociedade civil, entidades religiosas, figuras públicas e cidadãos anónimos mobilizaram-se para

ajudar a minorar o sofrimento dos que perderam tudo com as enxurradas.

As redes sociais foram usadas por milhares de angolanos para expressarem solidariedade para com a população do Lobito e passar a informação sobre as campanhas de recolha de donativos.

A população da cidade de Benguela lançou uma campanha "USOS" que já permitiu recolher, só nos dois primeiros dias, 120 toneladas de bens alimentares, roupa e material de construção civil. Postos de recolha de donativos foram criados na delegação da TPA, Praça 10 de Maio, Largo de Africa e Administração Municipal. Carrinhas circulavam pelos bairros a receber as ofertas.

Em Luanda, a Televisão Pública de Angola recolheu até ontem 400 toneladas de donativos. A campanha "TPA Solidária", que mobilizou um grande número de profissionais, criou centros de recepção na sede e no centro de produção do Camama.

Ernesto Bartolomeu, o principal rosto da campanha, disse ao JA que o primeiro carregamento segue hoje para o Lobito nos camiões disponibilizados por várias empresas públicas e privadas, sob coordenação dos Serviços de Protecção Civil e Bombeiros. A campanha prossegue até amanhã e o segundo carregamento deve seguir entre sexta e sábado. O jornalista agradeceu a grande disponibilidade do empresariado nacional e citou o exemplo da Ango-Real, que doou 200 toneladas de produtos diversos.

A campanha da TPA, que também criou centros de recepção de donativos nas delegações provinciais em todo o país, angariou roupa nova e usada, utensílios domésticos, calçado, materiais de construção, com realce para o cimento, e até mobiliário. As doações vieram de pessoas singulares, mas também de grandes grupos empresariais.

#### Momentos de comoção

As campanhas em todo o país estão a ser marcadas por momentos de comoção e demonstrações de profundo sentimento de solidariedade dos angolanos. Políticos' intelectuais, militares, artistas, desportistas e jornalistas juntaram-se ao movimento. Nas redes sociais, centenas de

cidadãos cobriram a foto de identificação com uma tarja de luto, enquanto partilhavam as mensagens de apoio aos sinistrados do Lobito e incentivavam os internautas a levarem donativos aos postos de recolha. No Facebook, um apelo à solidariedade do humorista Gilmário Vemba, do grupo Os Tuneza, teve mais de 2.100 partilhas. No sábado, a Rádio Cinco deu eco à campanha encabeçada pelo antigo capitão dos Palancas Negras Fabrice Maieco "Akwa". Entre as várias manifestações de solidariedade, calou fundo o apelo de um cidadão ao telefone: "Sou paralítico. Vivo na Cidade do Kilamba. Gostava que viessem buscar a minha modesta contribuição para os nossos irmãos do Lobito".

Um morador do Cazenga, bairro de Luanda onde a chuva também provocou estragos há uma semana, levou para doação quatro pacotes de massa alimentar e livros escolares.

O presidente do Kabuscorp, Bento Kangamba, anunciou o envio, nos próximos dias, de 400 toneladas de produtos para o Lobito, além de uma caravana de músicos para aquela cidade, onde vão participar num espetáculo de angariação de fundos. O artista Cirineu Bastos anunciou também a ida de músicos para a realização de um espetáculo de solidariedade no próximo sábado no Lobito. "Continuamos a mobilizar os nossos companheiros e acredito que vamos lá estar em peso", frisou. O valor arrecadado com as entradas no show reverte a favor das vítimas das cheias.

Com forte ligação ao mundo artístico e desportivo, o Movimento Nacional Espontâneo também se juntou à onda de solidariedade. António Fiel "Didi", um dos responsáveis da associação' disse terem sido mobilizados todos os membros e reunido "grandes quantidades de bens alimentares, roupas, material escolar e outros meios para fazermos entrega aos sobreviventes das enxurradas do Lobito, levarmos ao colo os mais pequenos e abraçarmos os sobreviventes".

Na campanha "TPA Solidária", Ernesto Bartolomeu mostrou-se sensibilizado por um caso em particular. O de um jovem paraplégico, que amarrou à cadeira de rodas vários sacos com produtos para doar. "Isso marcou-me profundamente. Foi um gesto de que nunca me vou esquecer", disse.

Unidos na dor e alegria.

Os apelos para ajudas foram uma constante nas cerimónias religiosas das mais diversas congregações durante o último fim-de-semana por todo o país. Em Benguela, o vigário da Diocese local, Eduardo Alexandre, apelou aos fiéis a abraçarem esta causa solidária em todas as paróquias. Em Luanda, o cônego Apolónio Graciano, filho da cidade do Lobito, disse que mesmo distante, continua a rezar pelas famílias enlutadas. "Desde que tomei conhecimento desta notícia, estou com a minha Bíblia aberta pedindo a Deus pelo nosso município, pela nossa gente, mesmo distante, estou unido na dor e na alegria. Tenho esperança que vamos ultrapassar este momento difícil", disse. A resposta aos apelos continua a ser pronta. As entradas nos jogos da quinta e sexta jornada do Girabola vão ser pagos em géneros.

A Federação Angolana de Futebol decidiu que todos quantos se dirigirem aos estádios devem levar produtos alimentares não perecíveis, incluindo água engarrafada, como donativos para os sinistrados do Lobito.

A água é das principais preocupações em situações de emergência, como ocorreu no Lobito. O ministro da Saúde, José Van-Dúnem, que integra a comissão interministerial de emergência criada pelo Presidente da República, José Eduardo dos Santos, disse haver toda a necessidade de criar condições de salubridade para evitar o alastramento de doenças causadas pelo consumo de água imprópria para consumo. "Em situações de emergência e de catástrofe, há que garantir, pelo menos, água potável em quantidade suficiente, que é no momento a nossa maior preocupação. Depois, uma alimentação equilibrada, para evitar casos de má nutrição, mas, fundamentalmente, criar condições para que se evite um surto de cólera", afirmou o ministro da Saúde.

#### Defensores de tragédias

No eixo Lobito-Catumbela-Benguela-Baía Farta milhares de pessoas dão tudo o que podem para minorar o sofrimento das famílias que perderam tudo com as enxurradas. Aqueles que perderam os seus entes queridos são confortados pelos vizinhos, amigos e povo anónimo.

Uma mulher da Catumbela não esconde a sua tristeza mas também não esquece que "os

deputados da UNITA criticaram as demolições dos casebres. São a favor das ocupações selvagens. Mas até agora nenhum dirigente veio aqui dar-nos conforto. Muitos dos que ficaram sem nada, foram instigados pelos ativistas da UNITA a fazerem as suas casas nos lugares de risco. Agora venham dar a cara".

Mas na hora da desgraça, ninguém aparece. Olhamos para o Liro e para o Morro da Catumbela. Lá estão centenas de casas precárias que podem ser levadas nas enxurradas a qualquer momento. Quem for contra as demolições desses "caixões" que troque as suas casas confortáveis pelos casebres. A partir de agora é preciso acabar com todos os casebres erguidos em zonas de risco. Os angolanos não podem chorar mais tragédias que podem ser evitáveis.

### 3.30 Repovoamento florestal sem programa

*Jornal de Angola*

*17 De Março de 2015*

*Afonso Belo e Sérgio V. Dias*

O director do Instituto de Desenvolvimento Florestal (IDF), no Bié, manifestou-se preocupado com a falta de programas para o repovoamento florestal por parte das administrações municipais e de moradores das novas centralidades naquela província.

Rosário Jacinto referiu que, em função da época chuvosa, o director do Instituto de Desenvolvimento Florestal criou vários viveiros com diferentes espécies, entre cedros, eucaliptos e acácias, para serem plantados em cinco hectares por cada um dos nove municípios da província. O responsável do Instituto de Desenvolvimento Florestal frisou que a iniciativa do organismo não teve o respaldo das administrações municipais, para a efectivação do referido programa.

Apenas o Cuito apresentou um programa de plantação de árvores nas proximidades do mercado do Tchissindo, dos cemitérios monumento e municipal e em algumas das artérias da sua cidade. Rosário Jacinto informou que no município do Cuito, os projectos de âmbito ambiental foram concretizados em cooperação com as associações juvenis, como os escuteiros, Conselho Provincial da Juventude e a JMPLA.

O responsável do Instituto de Desenvolvimento Florestal lamentou a falta de colaboração dos moradores das novas centralidade construídas nos municípios do interior, salientando que estes também nunca apresentam programas para a plantação de árvores em forma de cortinas de vento.

#### Abate de árvores

Outra situação que preocupa director do Instituto de Desenvolvimento Florestal no Bié tem a ver com o abate em grande escala de árvores pela população, para a produção de lenha de carvão, comercializado na localidade e serve se sustento das várias famílias.

O director do Instituto de Desenvolvimento Florestal adianta que uma das consequências do abate desordenado de árvores é o surgimento de estiagens, além de ventos fortes que acarretam prejuízos avultados para as comunidades.

Rosário Jacinto aconselha, no entanto, que para cada árvore cortada devia ser obrigatória a plantação de outras cinco. Deste modo, estava garantida a conservação dos ecos sistema.

### 3.31 Danos da chuva foram avaliados

*Jornal de Angola*  
19 De Março de 2015

A chuva e o vento forte de sábado em Luanda, destruiu 12 casas na localidade de Salão, Icolo e Bengo, cujos moradores perderam igualmente todos os outros haveres, disse à Angop o administrador municipal.

Adriano Mendes de Carvalho, que visitou a localidade, ordenou a realização do levantamento das casas destruídas e do número de famílias que ficaram sem tecto para a serem transferidas para local seguro.

O administrador municipal referiu que a ponte que "durante muitos anos permitiu a ligação da zona com outras localidades do município" ficou submersa devido às constantes enchentes da lagoa.

A localidade de Salão, a três quilómetros da sede de Caculo Cahango, é ladeada pelas aldeias de Mutamba, Cajú, Quarta Divisão e Holongo. A

população dedica-se à agricultura, pesca e criação de animais.

### 3.32 Governo entrega bens às vítimas do Lobito

*Jornal de Angola*  
19 De Março de 2015  
Texto: Manuel Fontoura e João Salvo

O Governo da Província do Cuanza Norte entregou bens de primeira necessidade para as vítimas das chuvas do município do Lobito, Província de Benguela, na portaria da Televisão Pública de Angola-TPA, em Ndalatando, no âmbito da campanha solidária que a estação televisiva pública leva a efeito desde a semana passada em todo o território nacional.

O secretário do Governo Provincial do Cuanza Norte, Manuel da Silva Jacinto, que representou na cerimônia o governador provincial Henrique André Júnior, considerou que todos são poucos para ajudar as famílias afectadas do Lobito e Catumbela, daí a participação das autoridades locais para minimizar os efeitos das chuvas.

A JMPIA está igualmente a desenvolver uma corrente de solidariedade junto das instituições de ensino médio e universitário, no sentido de angariar donativos que, em seguida, vão ser canalizados para as vítimas do município do Lobito.

Os interessados em aderir à campanha da JMPIA podem entregar os donativos no secretariado provincial da JMPIA, comité municipal do MPIA do Cazengo e nas igrejas.

#### Lundas apoiam vítimas

Os governos provinciais da Lunda Sul e da Lunda Norte procederam à entrega de um donativo composto por cerca de 80 toneladas de produtos diversos, para as vítimas das chuvas de Benguela.

A entrega dos donativos decorreu no Aeroporto Internacional de Catumbela, numa cerimônia testemunhada pelo governador provincial de Benguela, Isaac dos Anjos, e dos seus homólogos da Lunda Sul, Cândida Narciso, e da Lunda Norte, Ernesto Muangala.

Durante a entrega do donativo, a governadora provincial da Lunda Sul, Cândida Narciso, considerou que o gesto representa uma demonstração de que "os valores morais e éticos deixados pelos nossos antepassados ainda continuam bem firmes, para acudir a população em todos os momentos em que surgirem calamidades naturais".

Acrescentou que a intenção da deslocação governamental a Benguela foi levar carinho, alento e solidariedade às famílias que perderam os seus entes queridos na tragédia.

O governador provincial da Lunda Norte, Ernesto Muangala, disse que a província que dirige contribuiu com mais de 20 toneladas de produtos diversos para apoiar as famílias afectadas.

Encorajou a população a ser determinada e a ajudar o Governo de Benguela a solucionar os problemas deixados pelas enxurradas.

Outra entidade que também contribuiu para minimizar as carências da população afectada pelas chuvas de Lobito foi a Empresa Nacional de Diamantes (ENDIAMA), que disponibilizou um valor de 180 milhões de kwanzas e três camiões com meios de construção e roupa.

A Empresa Nacional de Diamantes mobilizou ainda meios e técnicos da sua clínica Sagrada Esperança para ajudar o Governo Provincial de Benguela.

### 3.33 Governo trava construção de casas em zonas de risco

*Jornal de Angola*  
19 De Março de 2015

O governador provincial do Cuanza Sul, Eusébio de Brito Teixeira, apelou terça-feira às populações da província para evitar construir em zonas de risco, por isso constituir um perigo para vida humana.

Falando à imprensa no final do acto de entrega de um donativo para as vítimas das chuvas no Lobito, Eusébio de Brito Teixeira aconselhou à tomada de consciência do perigo da construção em zonas de risco.

O governador provincial informou que a cidade do Sumbe tem características idênticas às do Lobito e os seus moradores devem evitar essa prática de construção que causou a morte de 74 pessoas no Lobito no dia 11 de Março.

Na cidade do Sumbe, desde Dezembro, o Governo do Cuanza Sul está a realizar um programa de loteamento da área da Pomba, a fim de retirar as famílias de zonas de risco. Daí o governador ter apelado às administrações municipais para serem actantes e fiscalizadoras, por forma a evitar que muitos oportunistas, com objectivo do lucro fácil, comercializem terrenos em locais de passagem das águas pluviais.

O director provincial da Energia e Aguas, José Luís Antunes Amaro e Silva, garantiu entretanto uma melhoria no tratamento e distribuição de água à cidade do Sumbe.

O responsável informou que estão a ser montadas novas condutas domiciliárias na cidade e bairros periféricos e construída uma nova central de captação e bombagem, com capacidade de bombeamento de 15 mil metros cúbicos de água.

"Estão a ser executados trabalhos destinados à melhoria do fornecimento de água à população", garantiu o director provincial, reconhecendo haver problemas na periferia da cidade do Sumbe, porque a conduta é muito antiga e há necessidade de a substituir de forma urgente.

### 3.34 A chuva é obra da natureza, mas os impactos humanos e económicos não

*Novo Jornal*  
20 De Março de 2015

COM AS CHUVAS intensas que se abatem por vários pontos do país, não é somente o número de pessoas vulneráveis (especialmente em áreas urbanas) que aumentou, mas também a frequência e gravidade dos desastres relacionados ao clima, e a incapacidade das instituições públicas para promover a segurança e desenvolvimento das zonas urbanas.

Discordo das ideias segundo a qual, tudo que ocorreu no Lobito e Catumbela, são apenas consequências de um fenómeno natural que ficou

agravado porque determinadas pessoas optaram por erguer as suas habitações em zonas de risco.

Esta é a ideia que subjaz em muitos dos discursos, apelos e notícias que temos estado a acompanhar. De nada vale tentar esconder as demais causas da tragédia, sobretudo aquelas que estão relacionadas com as capacidades institucionais dos governos provinciais, administrações municipais, e tantos outros.

Mesmo que as chuvas tenham sido torrenciais e os ventos ciclónicos como tive oportunidade de ler na imprensa, isto não justifica a morte de cerca de 74 pessoas entre adultos e crianças, o desabamento de mais de 119 casas, a inundaçãõ de 8 escolas, o desalojamento de mais de 100 famílias, sem falar das perdas para economia que raramente são contabilizadas.

Até onde eu sei por mais intensas que as chuvas possam ser, as inundações ou enchentes ocorrem se as águas das chuvas não forem suficientemente absorvidas pelo solo ou outras formas de escoamento. E no Lobito a situação não poderia ter sido diferente.

Em fenómenos naturais como o que aconteceu no Lobito. o número de vítimas e a extensão dos danos materiais, económicos e sociais daí resultantes depende também das capacidades pré-existentes para prevenir e reagir ao desastre e suas consequências, e não apenas da severidade ou intensidade do fenómeno.

Dado o perfil climático do país é muito normal a ocorrência de chuvas', o que não é normal é que se tenham feito poucos investimentos para se reduzir os riscos, evitar os danos e mitigar os impactos negativos das chuvas.

Sabem os Angolanos e as Angolanas que a mitigação ou redução do impacto dos desastres dá-se através de medidas de cunho correctivo, como as obras de engenharia, medidas de carácter preventivo, adequada gestão urbana e municipal, dentre outras.

Entendendo que as medidas estruturais por si só são caras, paliativas, e podem ocasionar impactos ambientais, sociais não desejados, se deveria também investir em medidas educativas, já que estas tendem a ser muito mais baratas.

Avaliar esta tragédia apenas pelo número de vítimas, e pelos extensos danos humanos, ambientais, económicos e sociais que o desastre provocou é tão importante como assumir as responsabilidades e as consequências que dele advém.

A tragédia do Lobito nos ensina que por mais intensa

que possa ser, a chuva se torna um grave problema quando o perigo se encontra com a vulnerabilidade socioeconómica de muitas das suas vítimas. Pois se a chuva é obra da natureza as vítimas e os danos causados por esta são de responsabilidade humana.

### 3.35 Entrevista - Espero mesmo que a tragédia do Lobito

*Novo Jornal*

*20 De Março de 2015*

Ainda sobre a sua publicação no Facebook afirma o seguinte: "Espero mesmo que a tragédia do Lobito nos tenha dado lições sobre a necessidade da promoção do 'bem fazer', em detrimento da nossa cultura de buscar os fracos aos quais a culpa deve caber como uma luva retirada de um "balão de fardo?", Quer falar sobre o destinatário do recado deixado?

Os destinatários somos todos nós na nossa condição de cidadão, eleitor, contribuinte e detentor de direitos. Compete ao cidadão participar nos programas de governo e também fiscalizar a acção do governo. Agora, há vezes que se fazem ouvir "aqui e ali", identificando os culpados pelos resultados da tragédia. E sabemos que o elo mais fraco neste momento são aqueles moradores da região do infortúnio, mas esquecem-se os promotores deste discurso que ao imputarem os cidadãos como culpados, imputam também culpa ao Estado pela sua inépcia em regular a acção dos cidadãos.

Acha que os especialistas da área de ordenamento do território, arquitectura, etc. etc., não têm sido ouvidos ou estes mesmos não têm feito soar a sua voz?

Existem órgãos do governo e ordens profissionais da área. Acredito que em algum momento eles têm participado ou apresentado junto do governo

as suas ideias. Contudo, desconhecemos o grau de assimilação destas ideias pelos programas do governo. Há um 'déficit' de informação sobre a questão.

Quem deveria assumir a responsabilidade numa altura como esta em que teve lugar a tragédia do Lobito?

Definitivamente, a responsabilidade é do Estado, mas isso não o converte em actor solitário no processo.

Voltando à publicação que serviu de mote para esta conversa. Quando afirma que "o princípio que leva o Estado a organizar campanhas de vacinação para salvar as pessoas das doenças e de uma eventual morte é o mesmo que deve ser aplicado com a prática das construções em zonas de risco", não estará a miniaturizar demasiadamente o problema, já que parece que estamos perante um gigantesco problema que transcende, às vezes, as fronteiras do bom senso do cidadão, uma vez que algumas fanúlias se encontram há mais de 20 anos nessas zonas? Não há aqui um problema estruturante da situação?

Apresentado desta maneira, a comparação parece mesmo desproporcional, mas o que queríamos demonstrar com o exemplo é a natureza da responsabilidade 'ex ante facto' do Estado. Ele concebe prognósticos, previsões sobre o resultado das suas acções ou das dos seus cidadãos. Quando essas acções denunciarem eventuais danos à condição humana e/ou atentado à vida, compete ao Estado desenvolver acções preventivas. Reconhecemos que a situação é gigantesca, também reconhecemos que é um problema estruturante, contudo nunca deve o Estado demitir-se das suas responsabilidades seja em que circunstâncias ele se encontre. Temos consciência de como as políticas de governo foram prejudicadas pela conjuntura política do país ao longo dos anos que durou a guerra civil. Sabemos também que a reversão do cenário requer tempo e recursos que não estão disponíveis nas quantidades e qualidades que satisfaçam as expectativas da sociedade. Por isso, o discurso que se espera do Estado é o de convocar sinergias para abordar o fenómeno sem ferir a justiça social, e os seus deveres na sua relação com os cidadãos.

O primeiro secretário do MPLA em Luanda, Bento Bento, "solicitou e alertou para a retirada

imediate de todos os cidadãos em Luanda que vivem em zona de risco", Estes apelos têm maior força quando advêm de entidades políticas do que propriamente da sociedade civil, por exemplo?

Sim, porque a base de governo assenta essencialmente nos políticos; é neles que está concentrado o poder e o controlo dos mecanismos de distribuição dos privilégios conferidos pelo Estado. Agora, sobre o pronunciamento, o mesmo, se acatado, pode prejudicar mais a situação desses cidadãos do que os beneficiar. Para onde iriam esses cidadãos? O que os levou a construir nessas zonas de risco? E qual foi a experiência do senhor secretário sobre a gestão desta questão enquanto governou Luanda?

Como tem acompanhado a onda de solidariedade em relação aos sinistrados do Lobito? Acha que este movimento poderia estender-se igualmente às pessoas que se encontram ainda em zonas de risco, no sentido de se perceber até as motivações que as levaram a construir nesses lugares?

Há muito que não testemunhava um movimento de solidariedade como este em Angola. Temos tido exemplos dignos, como o dos Gambos, Cunene..., mas este talvez - também pela mediatização e pelo aparato da mobilização, a dimensão das "dores" - tenha unido mais os Angolanos. São situações como estas que me fazem sentir orgulho na nossa gente. Sobre o estender do movimento, é preciso compreender que a questão não se resume ao acto de construir em zonas de riscos, é necessário compreender as razões desta prática, até porque essas zonas não são constituídas por condomínios de luxo, ao contrário, por construções precárias. É crença minha que o foco deve primeiro assentar na compreensão das origens do fenómeno para depois se pensar em soluções que não firam a justiça social e os direitos dos cidadãos.

### 3.36 Isaac dos Anjos culpa administração do Lobito pela tragédia

*Jornal República*

*20 De Março de 2015*

O governador provincial de Benguela realçou que as famílias desalojadas pelas chuvas, que já provocaram 74 mortes, segundo dados provisórios divulgados até domingo pelos Serviços de Protecção Civil, são alojados na zona das Antenas e de Bango, no município do Lobito.

Posteriormente, referiu o governador, as famílias vão beneficiar de lotes de terreno em áreas seguras, para erguerem definitivamente as suas casas, logo que recebam os materiais de construção.

Isaac dos Anjos, que visitava os locais para o acolhimento temporário dos sinistrados no Lobito, disse que outras 50 famílias da Catumbela vão ser igualmente realojadas, no bairro do Alto Niva.

Em termos de prejuízos, o governador provincial de Benguela informou que a avaliação ainda não está concluída.

A preocupação das autoridades, neste momento, é trabalhar na localização e identificação de cadáveres, alojamento dos sobreviventes, contabilizar as pessoas em zonas de risco e criar condições para desalojamento e alojamento em locais mais seguros.

Isaac dos Anjos apontou "a falência administrativa e operacional", falta de limpeza e de manutenção dos canais das águas pluviais como os factores que estiveram na base das enxurradas, principalmente nos bairros do Liro e da Luz, na cidade do Lobito. "Temos que assumir a responsabilidade por estes males e intervir no sentido de corrigir e monitorar de modo diferente", afirmou o governador, para quem "os bairros periféricos são tão importantes quanto a zona asfaltada, daí que não podem ser esquecidas", refere.

Quanto às escolas que continuam inoperantes, por causa das inundações, o governador de Benguela referiu que "carecem de uma intervenção urgente".

Os alunos destas escolas vão ser transferidos para outros estabelecimentos de ensino.

O Governo Provincial de Benguela manifestou a sua consternação pelas vítimas das trovoadas na Ganda e em Caimbambo. Sobre esta questão, Isaac dos Anjos afirmou que existe um Decreto Presidencial e uma circular do Ministro do Interior, que obrigam à colocação dos pára-raios, principalmente nos estabelecimentos públicos.

### 3.37 Isaac e Amaro divergem

*Novo Jornal*

*20 De Março de 2015*

A TRAGÉDIA da semana passada em Benguela que vitimou 74 pessoas, dados que são provisórios, em consequência das chuvas que se abateram sobre a província reacendeu mais uma vez o clima tenso entre o governador provincial Isaac dos Anjos e o administrador do Lobito, Amaro Ricardo.

Tudo terá acontecido devido ao pronunciamento de Isaac dos Anjos que sem receios culpou a administração do Lobito pelo sinistro.

De acordo com o responsável máximo da província "a falência administrativa e operacional", do município do Lobito resultou na falta de limpeza e manutenção dos canais de drenagem, contribuindo assim para morte dos cidadãos daquela zona.

O pronunciamento que não agradou o administrador do Lobito, por entender que a situação vivida começa na base e termina em estruturas mais competentes para resolverem os problemas dos canais de drenagem.

"Este é um assunto muito complexo que foge e ultrapassa as competências municipais. É muito maior que isso. Há um projecto integrado de infra-estruturas de Benguela que prevê reabilitar todos os canais de drenagem e a macro drenagem. Este projecto começou e não foi concluído. Existe um conjunto de estruturas e entidades que estão neste processo e no meu entender há uma co-responsabilidade muito ampla", disse Amaro Ricardo.

De acordo com o administrador municipal do Lobito, a sua localidade não reúne, por si só, condições para ultrapassar os problemas dos canais, situação que deve ser abordada com alguma sensatez.

"Municípios como o nosso, com uma dimensão e complexidade infra-estrutural enorme, estão muito longe de ter recursos à sua disposição para cuidar e gerir estruturas complexas como são os canais de drenagem do Lobito", explicou Amaro Ricardo, que concluiu negando a ideia de que os moradores do Lobito morreram nos canais de drenagem.



"Infelizmente os nossos sinistrados não perderam as vidas nos canais de macro drenagem. Perderam as suas vidas nas zonas residenciais, na parte dos morros, e os corpos vieram parar à zona baixa do Lobito pela força das águas", concluiu.

### 3.38 O dilúvio no Lobito

*Jornal República*

*20 De Março de 2015*

*Texto: Francisco Rasgado*

Somos todos culpados pela actual crise nacional? Era o que faltava!

Assistimos diariamente à prepotência, o desprezo, a negligência e o populismo com que os políticos e governantes ditam as regras que mexem no erário público, com justificações ridículas, que visam equilibrar uma instabilidade criada pelas más políticas, que há vários anos tem sido a sua base de intervenção. A preocupação dos governantes angolanos é sustentar uma infinidade de serviços, projectos e programas, muitos deles sem qualquer utilidade pública, mas que a seu bel-prazer promovem carreiras e fortunas aos amigos. Sabemos que para alguns políticos, as verdades nunca são absolutas e mudam consoante as necessidades. O povo, que constitui o rebanho os eleitores, são apenas figurantes de que os políticos se servem para atingir os seus projectos pessoais. Como faz falta a Angola uma entidade de consenso e acima de qualquer suspeita que, atribua responsabilidades aos seus governantes e, os, a pagar pela situação por eles criada no país.

Não digam que a população de Angola não tem o direito de saber onde são gastos os dinheiros da maior fonte de rendimento do país e as contribuições obrigatórias.

Nas outras latitudes, a população tem acesso a todos os gastos do Estado e, podem consultar as despesas de ministros e assessores. Porém, desafio o poder central para que faça o mesmo em Angola. A isto sim, chamaria "coragem política". Mais do que nunca é hora de sermos audazes e reprovamos a política de gestão do país, que não poupa nem atenua a miséria e o sofrimento deste espezinhado povo, da situação da qual está submetida. O que fina no que muda.

A enxurrada caiu dos murros, zonas consideradas de risco, que abalou o mundo, Angola e em particular Benguela.

O povo de Benguela e em particular do Lobito quer a cabeça de Amaro Segunda, administrador do município do Lobito e acusa-o de assassino, potencial responsável pela grande tragédia que se abateu sobre o Lobito, funda mentalmente nas zonas de risco. A ganância exagerada pelo dinheiro (venda de terrenos) levou-o conscientemente a ignorar, permitindo que os vasos comunicantes das valas de drenagens do P.D.I.C - Projecto de Desenvolvimento Industrial da Catumbela e outras, fossem obstruídos para facilitar o assentamento de novos inquilinos. A preocupação com os terrenos que dão muito bom dinheiro tem sido tão grande que o projecto 1000 m2 para cada cidadão para fins habitacionais de Isaac dos Anjos, tem sido de certa maneira ignorado ou implementado de animo leve. Isaac dos Anjos, governador da Província de Benguela, há um tempo a esta parte, orientou expressamente o administrador do Lobito para a necessidade urgente de retirar toda a população das zonas de risco. O que não aconteceu. Pois as preocupações para este administrador, de momento, são outras. E os resultados estão aqui bem visíveis como resultante de uma ausência gritante de poder.

No entanto, importa aqui salientar que, transferir os moradores das zonas de risco para áreas longínquas, distantes do seu mercado de trabalho, sem saneamento básico, água e luz, com apenas meia dúzia de chapas e tijolos, não é nada político e constitui um autêntico atentado a dignidade humana. Na verdade, os espaços dignos são reservados para negociatas e negócios deles. Como é óbvio os moradores voltarão a precedência ou ocupar outros espaços com semelhantes riscos.

Onde estão as centralidades, nada dignificantes para os moradores de baixa renda? Mais uma vez, o lema é baralhar e voltar a dar aos mesmos. A população de Angola só quer actos de e com responsabilidades e respeito pela sua dignidade como tal, - angolana, cidadã e eleitoral.

Benguela, na quarta-feira, dia 11 de Março de 2015, foi arrancada à normalidade e colocada perante a morte. A morte individual e a morte de tudo: "parecia o fim do mundo".

"Dezenas de pessoas foram levadas pela água. Júlio, no meio da torrencial chuvada que abateu sobre o Lobito disse à mulher e aos filhos para saírem do carro - foram arrastados e até o momento, não sabe deles. Kudy viu passar casas inteiras, carros e frigoríficos nas enxurradas".

Uma situação como as dos dias 11 e 12 no Lobito poderá ocorrer uma vez mais nós próximos tempos. Mas a situação excepcional de chuvas foi agravada pela ocupação irregular do terreno e pelo solo tomado permeável pela de florestação e aterros anárquicos dos mangais, ti numa febre louca de acumulação primitiva de capital, levada a cabo por figuras com responsabilidades acrescidas. As ribeiras dos bairros Lira, Alto Liro, Acongo, 4 de Abril, São João, toda zona e, da Santa-Cruz, Belavista e Boavista, nascem nos morros que dominam o Lobito e, por conseguinte, levaram com todas as cargas de água.

A mistura de rochas, lama e água a alta velocidade, fê-las transbordar, rebentar os canais que as contêm e inundar a baixa do Lobito.

Nos últimos anos, no mandato de Amaro Segunda tem havido muitas críticas ao ordenamento do município do Lobito e ao licenciamento de construções próximas do leito das ribeiras e aos aterros abusivos dos mangais impedindo a livre circulação da sua água.

Amaro Segunda administrador do município do Lobito, não obstante, recusar responsabilidades, manifestou estar preocupado com a imagem do Lobito no mundo, pois está com a cabeça a prémio.

Foi uma grande tragédia que deixaria um incalculável número de desalojados e teria matado, segundo dados oficiais, mais de 72 pessoas, das quais 40 crianças e muitos danos materiais. No entanto, ainda há muitos corpos por recolher e encontrar no Lobito. Todavia, os lobitangas do morro, atingidos por está grande tragédia só têm uma terra. Só têm uma casa. Só têm um lar.

Ninguém sugere que se forje uma "unidade Nacional" forçada, ou que se branqueiem escândalos do momento. O que é preciso é que a Protecção Civil e Bombeiros se equipe, e faça formação para funções de intervenção em catástrofe, ou ajuda num ambiente de risco. O governo central e os seus ministros presentes, e o governo da província de Benguela, que se

mobilizem perante o desafio, mostrando que, perante a presente calamidade pública, conseguiram minimizar perdas e danos. Será? Houve sim, muita palhaçada, muito aproveitamento e, como se não bastasse, dos políticos, dos governantes, de supostas organizações sociais, das empresas e entidades individuais descapitalizadas pela crise imposta por eles. Onde está o Fundo Soberano? criado para colmatar as eventuais crises financeiras e calamidades? A oligarquia fez a festa. Porém, ainda há gente "graúda" que encima da tragédia vai "comer".

Sem obras que duraram anos a fazer, sem planeamento que tomou décadas, podíamos hoje ter muito mais mortos, a razia da economia local, o fim do Lobito e o regresso aos mangais. Mas enquanto o mundo não acaba, temos de recomeçar. Desde logo, porque haverá mais, e pode ser pior.

### 3.39 Sambizanga “castigado” por São Pedro

*Jornal Grandes Notícias*  
20 De Março de 2015

O calendário, na sua missão de contagem do tempo, marca ainda o mês de Março, consagrado às mulheres, e, segundo as previsões metrológicas, de chuvas moderadas. Mas, na realidade, São Pedro, o fiscal inatingível dos maus-olhados dos homens, não está com meias medidas contra a cidade da Kianda. Nos últimos, os cidadãos da urbe capital têm vivido praticamente ilhados, em que as ruas se transformam em autênticas piscinas ao ar livre.

Há zonas em que a força da água arrastou tudo que encontrou pela frente. Há pessoas que não saem de casa com o receio da chuva apanhá-los no caminho e ficando, com isto, sem possibilidade de entrar pelo bairro.

Na quinta-feira, numa "missão impossível": de reportagem, o nosso repórter fotográfico, Nzila NZambi, calcorreou, por algumas horas, em zonas "sinistras" do bairro Sambizanga, como nos Cadeiros, largo da Frescura, Santo Rosa e na rua onde funciona o Centro Mário Santiago.

O cicerone, conhecedor das vielas, ruelas, becos e ruas do Sambizanga, não parava de falar, a cada "flash" do fotógrafo, lamentando à falta de acutilância da administradora do distrito, Mara Regina Baptista, asseverando que, "ela não conhece bem o bairro. Da rua de Benguela e arredores não passa", atirada.

Mas o objectivo do GN, nesta incursão ao "coração" do Sambizanga, foi de "auscultar fotograficamente": como tem sido estes tempos de chuva para as pessoas que vivem para além do asfalto, os nossos musseques.

O quadro é degradante. De água estagnada, nas principais ruas do distrito, e "habitar" quintais adentro. O acenou na captação das melhores imagens, para serem publicadas, a fim de chegar ao conhecimento das entidades afins, vinha de todas as partes onde, onde a nossa reportagem percorreu. Nesta edição, eis a primeira parte do trabalho de consulta dos efeitos provocado, à escala planetária, pelo melhor fiscal: a chuva... Sambizanga está submersa: cuidado!

### 3.40 Senhor governador, vêm aí as chuvas

*Jornal República*  
20 De Março de 2015

Com o aproximar do período chuvoso, é relevante realizar-se os devidos trabalhos de profilaxia, antecipação e de protecção do possível temporal chuvoso que pode assolar a província de Luanda, isto é, criando enchentes ao longo do percurso das valas de drenagem que até hoje estão por se construir.

É visivelmente notório a quantidade de lixo que existe nas valas de drenagem entre a zona da Calemba, Catinton até ao Rio Cambamba, aproximadamente na zona do Benfica.

Nesta zona, não existem contentores de lixo expostos, nem muito menos contentores grandes para resíduos (entulhos de obras), fazendo-se as descargas do lixo das obras de construção no decurso das valas de drenagem e obstruindo todo o percurso das possíveis águas pluviais.

Esta situação pode causar enchentes ao longo da trajectória da cova devido ao desaguar das águas da chuva para o percurso da vala de drenagem ainda

não construída. Se não se executar as limpezas e a escavações para tomar possibilidade dos fluxos do caudal, ou as correntes das águas das chuvas possíveis sem obstruções por causa do lixo, possivelmente teremos, mais uma vez, enchentes nas zonas ribeirinhas ao longo do percurso das valas de drenagem ainda não construídas.

Este trabalho deve ser executado com alguma celeridade, para evitar danos maiores que acontecem praticamente todos os anos, ou seja, provocando inundações, destruindo habitações, mortes por afogamento, etc.

Estas pequenas obras de manutenção e de precaução devem ser realizadas com um custo mínimo sem nenhum aproveitamento económico, de maneira a tomar o custo da obra exactamente real e justo. Uma máquina buldózer e 5 camiões podem executar a obra normalmente, sem nenhum custo adicional ao longo de todo o percurso das valas de drenagem ainda por se construir.

É importante que se governe Luanda demonstrando de facto a capacidade e audácia que todos os luandenses esperam da nova governação provincial.

### 3.41 Lobito uma tragédia há muito anunciada

*Jornal A Capital*  
21 De Março de 2015

Os homens, pela sua, razão de existência, pelas experiências há milhares de anos, têm de compreender que a vida humana e o seu "habitat" terá de estar conformado com o meio natural, respeitando-o e principalmente sabendo de que ao longo de milhões de anos, a dinâmica da vida sempre se adaptou à força inquebrantável da natureza que de "per si" alinha o "serpentear" e a cadência do seu próprio "sembar".

Quando, ido de Luanda no último fim-de-semana, me desloquei ao Lobito e deparei-me com a tragédia de quase uma centena de mortos, tentei compreender que tufão, ou tempestade teria passado por esta cidade mítica.

É que nas contrariedades dos anos que lá vão, o Lobito era falado pelo seu Carnaval, Caminho de Ferro, Porto; que encantava pelas suas gentes

resplandecentes com uma personalidade muito própria.

Desta vez, infelizmente, é destacado por uma trágica notícia. Tentei compreender a urbanidade da sua população e os fenómenos que se foram seguindo depois da triste enxurrada do início dos anos 70 que também a história registou como negra, com um número elevado de mortos.

Os registos, nessa altura, não eram muito fiáveis, por deliberadamente a administração colonial ter omitido sob sua responsabilidade os reais mortos, para evitar, eventualmente, outros dissabores pela evidente condenação internacional, não bastasse apenas a colonização e a subjacente discriminação racial e as más condições de vida.

Os factos à época referidos, já intencionalmente indiciavam a precariedade das estruturas de gestão urbana que levariam o Lobito na mais ensobrada noite, que no seu latejar, arrastava sem dó nem piedade dezenas de crianças, mães e outros que impavidamente sentiram-se impotentes ante à força da natureza verdadeiramente arrasadora.

Dizia-me a tia Chiquita, Camutangre de pura gema, também ela até há bem pouco tempo administradora de uma das zonas mais emblemáticas do Lobito, que as estruturas do Governo tentaram e lutaram para que as populações não construíssem nas valas de drenagem, feitas propositadamente no tempo colonial sob a direcção do famoso Engenheiro Falcão. "É que nós destruíamos e dias depois lá estava a população a construir. O mais grave ainda é que o partido na oposição, a Unita, ataçava os populares para que construíssem nessas valas, dizendo que o colono já foi embora e que nós temos de fazer o que queremos". (...) O mais triste é que depois do que aconteceu, a Unita desapareceu e nem deu um pio, porque sabem que foram eles que foram ataçando a população para construir em zonas de risco". Infelizmente essa foi a situação", rematou...

Temos de reconhecer que há muito não via a sociedade angolana tão mobilizada e a responder firmemente aos apelos para a solidariedade com as populações que ficaram sem alojamento, com parentes mortos e desaparecidos. Literalmente, uma resposta enérgica e de elevado valor altruísta.

Mas, quem vive no Lobito sabe que as fortes chuvas que foram caindo não são próprias de cidades do litoral. No interior talvez sim. Mas quando vêm ciclicamente, com rajadas de vento à mistura, para os que vivem nos morros o perigo anda à espreita e construir nas valas de passagem de água é como que construíssemos numa estrada onde os blindados irremediavelmente teriam de passar arrasando tudo e todos.

O "velho" Cristiano Almeida, já bem perto das casa dos oitenta, um dos filhos nascidos no Luau e que fez do Lobito a sua terra natal, comentava há pouco tempo aquando da inauguração das infra-estruturas ferroviárias naquele município do Moxico, que contou com a bênção de uma grande chuvada, que se a mesma caísse no Lobito, as consequências seriam desastrosas. -

Dito e feito! A voz da experiência rogava apenas para que a natureza fosse benevolente. Mas, infelizmente, nada disso aconteceu. Na verdade, o que se passou nessa cidade tem de nos servir de exemplo para que no futuro não voltemos a ter a visão opaca do que é teórica e realisticamente previsível.

É esse o Lobito, com gentes de muita referência pelo estatuto que já gozavam nos anos idos, como a família Paixão Franco, do Compão, Rosa e Silva, actual ministra da Cultura, da Caponte ou o velho Jorge Valentim, da Canata, que saberão provavelmente explicar com vivência, o que levou efectivamente ao extremo,

É que não se pode gerir cidades com muito populismo, deixando que todos façam o que querem, onde querem e da maneira que mais lhe convir, mel" mo que choque com todos os valores de urbanidade.

A dureza nestes casos exige-se sob pena de casos como este virem a acontecer permanentemente, É o que se passa com os mercados nas estradas. Só estamos a espera que um dia desses venha um camião sem travões e ... mais uma catástrofe. Aí, surgirão naturalmente os arautos defensores das violações das regras urbanas, hoje vestidos de pele de cordeiro, pedindo para que se coloque uma tranca na porta depois da casa arrombada.

São os defensores do populismo que, quando acontecem esses acidentes, enterram as suas cabeças como a avestruz e, num silêncio sepulcral,

como se nada tivesse acontecido, fingem a boa maneira "samaritana" eximindo-se de qualquer responsabilidade.

Sabemos e temos conhecimento que a nossa oposição, no caso específico da Unita, tem atizado a população para vender nas ruas, construir em zonas proibidas, pretendendo com isso criar o caos urbano e a ingovernabilidade das grandes cidades. Só que, esta questão também é estratégica. E nessas matérias, para quem luta para governar exige-se um sentido de profunda responsabilidade de forma a credibilizar as suas acções com sentido de Estado e visão futurista.

Vejamos ainda o caso do Lobito. Quem entra nessa cidade vindo de Luanda encontra milhares de pessoas nas bermas da entrada na Bela Vista, no chamado Mercado do Contente, e cá mais abaixo na Rotunda do Africano, transformando estes lugares num verdadeiro "Roque Santeiro", colocando uma das cidades que até bem pouco tempo era o "ex libris" em Angola e um exemplo de urbanidade, na lista "negra".

Há aqui certamente alguma "indigestão" dos munícipes cujos seus nobres expoentes provavelmente pouco ou nada contribuem nas ideias, num eventual Conselho de Concertação Social que, a priori, deveria assumir linhas fortes de organização administrativa. Fico sem entender, até porque o Engenheiro Isaac dos Anjos, o governador de Benguela, é daqueles que "mata a cobra e mostra o pau" e O seu Administrador do Lobito, o Dr. Amare Ricardo também tem tido, ao que se diz, uma governação moderna. Então o que tem faltado? Punho duro? Ideias?

### 3.42 Morros da Boa Vista, Luz e Samba só esperam desabamento

*Jornal A Capital*  
21 De Março de 2015

Nestes locais, não poucas vezes reportados pelo A Capital, a situação afigura-se mais preocupante. Alguns moradores explicaram que são obrigados a se refugiar no topo do morro prevenindo-se de uma possível derrocada.

"Quando surgem as tempestades ficamos sem saber o que fazer. Se olhamos para a casa que pode desabar, se retiramos as águas que inundam o

interior das mesmas ou se corremos com os nossos filhos para o topo do morro", que, alegadamente, oferece alguma segurança.

"O perigo é iminente. Só tem Deus para nos ajudar", rezo Moradora do Morro da Luz, Ângela Trigão explicou que parte da si casa desabou recentemente em consequência das chuvas, o que a forçou refugiar-se em casa de familiares.

"Não temos onde morar, mas também, não podemos ficar para sempre em casa dos parentes", matou.

Grande parte das famílias que vem nestas circunstâncias são provenientes de algumas províncias dopaís, provavelmente, à procura de melhores condições de vida.

### 3.43 O dia que lobito parou

*Jornal O Crime*  
21 De Março de 2015  
Texto: Marcos António

Santa Cruz, um dos bairros encravados entre Lobito e Catumbela, funcionou, quinta-feira última,) 2, como uma paragem obrigatória para quem deixava Benguela em direcção à cidade portuária, assolada pela tragédia que resultou em mais de sessenta mortos, entre os quais inúmeras crianças. Para lá, bem nas imediações do estádio do Buraco, acorriam centenas de cidadãos preocupados com os estragos provocados pelas chuvas que caíram um dia antes, tal como documentam as imagens que exibimos. Até chegar ao local de convergência, a nossa reportagem foi, se quisermos, avisada para cenário que encontraria, ao testemunhar o rasto de destruição patente nos cerca de 25 quilómetros percorridos.

À saída de Benguela, ainda antes de ter constatado infra-estruturas parcialmente quebradas, sobretudo no perímetro do Pólo Industrial da Catumbela, e muito lixo na via pública, tomava conhecimento da morte de uma cidadã na Caota, arredores das Acácias Rubras, e da destruição da passagem hidráulica que ligava a pequena localidade à capital da província. Era, sem dúvida, o prenúncio de um cenário bem mais desolador, traduzido, como se sabe, na morte de dezenas de

peças arrastadas das chamadas zonas de risco do Lobito para a parte baixa.

As chuvas destroçaram a zona alta do Lobito, provocando centenas de desalojados, agora à espera de alternativas à destruição das suas moradias. Perante a dor de familiares das vítimas, o soba do Wacongo, Pedro Penda, dizia a efectivos dos Serviços de Protecção Civil que tinha participado em buscas que permitiram remover cerca de trinta corpos até às primeiras horas da manhã. O senhor Penda preferia não acreditar, daí os constantes solavancos no seu discurso, mas não teve como fugir da real. Afinal, tinha acabado de participar numa operação de quase cinco horas, que teve início à meia-noite, com as fortes chuvas transformadas já em pequenas pingas. As pessoas foram arrastadas do Alto Esperança, do Bairro Novo e do Wacanga para valas e para junto de uma escola primária e do super mercado Kero, que teve as portas fechadas devido à calamidade. "Existem ainda muitas pessoas desaparecidas. A chuva, senhores jornalistas, começou a cair por volta das 2) horas, tendo normalizado no início da madrugada", contou o soba, pouco antes de ter avançado para a procura de duas crianças. Dirigente do Wacongo, Paulo Penda disse que o espírito de irmandade e de liderança determinou a sua "aventura", realizada nas vestes de pai e de ser humano.

Enquanto nos preparávamos para uma viagem em direcção a outros pontos críticos, ouvíamos a revolta de jovens ali concentrados, muitos deles empenhados na recolha de cadáveres, motivada por uma pretensa passividade de oficiais do Copo de Bombeiros. Depois de terem retirado um total de dezassete cadáveres, eles lamentavam o facto de não se ter verificado efectivos em zonas onde se supunha existir perigo. Daí que, ironicamente, foram reclamando emprego no Serviço de Protecção Civil, uma vez que funcionários deste organismo, pagos para missões de salvamento, pouco ou nada faziam para justificar a remuneração. Apesar do convite, os efectivos presentes no bairro Santa Cruz não quiseram prestar declarações ao nosso jornal.

O choro da madrugada

A meio da manhã, com o sol a dar o ar da sua graça, chegávamos à casa mortuária do Hospital Regional do Lobito, vencida que estava a batalha do engarrafamento ia tomando conta da cidade.

Gritos de dor, lágrimas e desespero eram, sem surpresa nenhuma, mais do que evidentes. Todos queriam identificar familiares desaparecidos.

Apesar do corre-corre, o chefe da Secção Municipal de Saúde, Dr. Zeferino Joaquim, teve tempo para explicar que existiam já 32 cadáveres, que sobrelotavam as 17 morgues existentes. "A situação torna-se bem mais preocupante porque o número deve aumentar a qualquer momento", salientava o responsável, que tratou de apelar à celeridade na hora da identificação de cadáveres para a emissão de certidões de óbito.

De acordo com Zeferino Joaquim, quadro do momento, verificado quando se estava muito longe dos 62 mortos anunciados na altura em que fechávamos esta edição, condicionava a conservação dos corpos.

Rendido às evidências, disse que seria necessária a trasladação de corpos para as morgues da Catumbela, da Graça e de Benguela. "Pedimos que os familiares localizem as vítimas", reafirmou, ciente de que o Hospital deveria manter o contacto com as equipas que trabalhavam no terreno.

Administrador apela por intervenção divina

“É preciso rezarmos”

Na hora do anúncio da criação de uma comissão governamental para a gestão da crise, logo à saída de uma reunião com o vice-governador Vítor Sardinha Moita, o administrador do Lobito falava em 28 casas destruídas, com as pessoas desalojadas à espera da mão caridosa das autoridades.

Os números, sabendo-se que é preciso rezar para que os próximos dias sejam de trégua, parecem irrelevantes quando analisado o cerne do discurso de Amaro Ricardo Segunda.

O administrador assinala que toda a zona alta, bastante sensível, tem uma geografia complexa, com montes e valores. “temos casas construídas sobre linhas de água”, reforça o dirigente, que recorda a "viagem" - de 2 ou 3 quilómetros - feita pelos corpos até à estrada nacional n.º 100, entre a Catumbela e o Lobito.

Acrescentou que existem centenas de casas em linhas de água localizadas na Santa Cruz, onde teve início a nossa incursão, e advertiu que estes

acidentes geográficos são rios secos que parecem seguros enquanto não chove. Lançados estes elementos, o administrador municipal fez saber que o momento é de preocupação face aos desaparecidos, provavelmente soterrados pela lama, e garantiu que a equipa do Governo vai providenciar a logística (alimentação, transporte e urnas) para a realização das exéquias fúnebres.

Governo apanhado em contra mão

O administrador do Lobito colocou o acento tónico no que considera ser a problemática da construção em zonas de risco, num pronunciamento feito já depois de alguns analistas, entre os quais o jurista Branco Lima e o jornalista Jaime Azulay, terem questionado a fiscalização do Governo ao longo de vários anos.

Analisando as coisas por este prisma, não há como ignorar as advertências que vinham sendo feitas pelo arquitecto Felisberto Amado, que voltou, em declarações ao *A Capital*, a tecer críticas à actuação das autoridades.

Com as cidades do Lobito e de Benguela no centro das atenções, o professor universitário foi peremptório em afirmar que a fiscalização tem vindo a falhar.

Mais do que isto, e numa perspectiva mais política, lembrou que um determinado povo dá o voto de confiança a dirigentes que julgam capazes de satisfazer os seus anseios. Ao transferir esta máxima para o assunto em causa, afirmou, também de forma contundente, que as autoridades perderam o desafio da criação de infra-estruturas que possam resistir a intempéries. Na óptica de Felisberto Amado, insistir na questão de construções em linhas de água é, como se diz, "sacudir a água do capote".

Situações ocorridas há poucos anos levam o académico a acreditar num Executivo passivo daqui a algum tempo, ignorando a necessidade de uma forte aposta na criação de urbanizações com equipamentos que garantam segurança e comodidade.

Amado, antigo quadro das Obras Públicas, considera haver uma nítida impressão de que os responsáveis das Administrações Municipais trabalham para satisfazer quem os nomeia, passando ao lado dos problemas do povo. "Tudo

isto porque ainda não temos as autarquias, não existem dúvidas, os administradores devem começar a ser eleitos", sustentou, para mais adiante, em jeito de remate, realçar que a população deve rezar para não chover.

### 3.44 Os cacós da tragédia do Lobito

*Jornal A Capital*

*21 De Março de 2015*

*Texto: Marcos António*

Cidade traída por acidentes geográficos como montanhas e valas, de onde foi retirada a maior parte das mais de setenta vítimas da tragédia, Lobito não merecia um alarme tão estrondoso para dar início ao árduo trabalho tendente a identificar áreas para o realojamento de famílias em zonas de risco, transferi das para as tendas que o Governo de Benguela instalou em pontos seguros.

Admite-se que o momento não seja para uma operação de "caça culpados", como sugere o administrador municipal, mas não há como fugir de um elemento consensual, até mesmo entre governantes, agora debaixo da crítica de especialistas que conhecem as características da cidade como as palmas das suas próprias mãos.

A este respeito, o governador Isaac Maria dos Anjos refere que o seu posicionamento será conhecido só quando a assistência estiver concluída, uma vez que o quadro actual é propenso a "aproveitamentos políticos". Foi, sem dúvida, a demonstração de que a responsabilização e a identificação de culpados são contas para outros rosários, pelo menos nas hostes do seu Executivo. Para já, percebe-se, a prioridade consiste em distribuir à população sinistrada a assistência que chega de vários quadrantes. Hoje, 21, deve ser concluída a operação de limpeza da cidade, para a qual foram chamados cerca de trezentos efectivos das Forças Armadas Angolanas, após as queixas relativas a um pretenso atraso na entrega do apoio.

No passado domingo, quatro dias depois, eram várias as famílias que viviam em casas parcialmente destruídas, queixando-se de falta de comida e de vestuário. Mais do que isso, os populares solicitavam celeridade na estratégia para a sua acomodação, dando mostras de que o

importante era, se é que havia margem para tal, proporcionar alguma dignidade a quem perdeu a casa e os seus haveres. A 'quem perdeu, acima de tudo, o orgulho e a esperança num amanhã diferente, mesmo com as inúmeras mensagens de consolo, acompanhadas de promessas das autoridades.

Até quarta-feira, ainda antes do início da transferência de populares para as tendas, haviam duzentas e cinquenta famílias em zonas perigosas, categorizadas, conforme os riscos, em níveis vermelho, amarelo e laranja.

A acompanhar o rumo dos acontecimentos, o arquitecto Felisberto Amado volta a falar das características geológicas do Lobito, uma cidade muito acidentada, para reafirmar a tese de que a administração moderna exige um instrumento de gestão do território. Amado, antigo quadro das Obras Públicas, refere-se a planos directores de drenagem urbana, a partir dos quais se pode identificar áreas de risco. Convicto de que "as autoridades falharam", assinalou que estas medidas impediriam as construções ao lado de linhas de água e em outras zonas de risco. "É necessário limpar as valas", observa, para mais adiante, relativamente a pontos perigosos, indicar a zona alta, com bastante declive, e a parte baixa da cidade (litoral), susceptível a calemas. "As pessoas foram construindo com muito sacrifício, subindo morros com cimento, blocos, água e tijolos, às vezes com o consentimento da Administração", notou o técnico, professor da Universidade Católica.

Sobre esta e outras matérias, Amaro Ricardo lembra que a periferia, não tendo sido criada há dez ou quinze anos, é consequência do passado, quando as pessoas, saídas do Bocoio, Balombo e até do Huambo, construíam nas linhas de água. "Vieram ao encontro de estabilidade e de oportunidades económicas. Devo recordar, a título elucidativo, que a Administração do Huambo funcionou aqui neste edifício", defendeu-se.

#### Centralidades, coincidências e infractores

Estão em zonas de risco duzentas e cinquenta famílias, mais ou menos o número de casas sociais prontas na centralidade do Lobito. Os sinistrados sairão das tendas daqui a 4 meses, trinta dias antes do início do processo de inscrições para o acesso às centralidades, conforme estipulou a Imogestin.

Estas coincidências podem parecer descontextualizadas, pelo menos à primeira vista, mas representam mais do que um balão de ensaio para o debate sobre o processo de realojamento, com o mote a ser dado pelo jurista Francisco Viena.

O secretário provincial da CASA-CE, que visitou o local definido para o realojamento em companhia de Abel Chivukuvuku, afirmou que os mais de duzentos fogos disponíveis são a solução imediata para o problema. "O mais importante é proporcionar tecto a estas pessoas", reafirma o político, para quem o reassentamento em tendas representa um atentado à cidadania.

Francisco Viena acrescenta que existe dinheiro para uma assistência social condigna, uma vez que o país foi acumulando divisas ao longo de vários anos. Alguns dos sinistrados, que se encontravam a observar os preparativos para a sua nova morada, diziam ter condições para ir pagando as casas. "Somos funcionários públicos, temos capacidade para pagar as mensalidades. Aqui, distante dos locais de serviço, sem condições, a nossa vida vai regredir", lamentou uma cidadã. Houve quem, alheio às modalidades para o acesso às centralidades, insistisse no apoio do Estado para a autoconstrução dirigida, com realce para o cimento, a areia e os blocos. Um antigo combatente lembrou que as pessoas foram parar a zonas de risco justamente porque não tinham condições para fazer melhor. "Em quatro meses, o tempo que ficaremos aqui até à entrega de lotes nas novas urbanizações, são insuficientes para amealhar dinheiro. Ninguém constrói uma casa em quatro meses", sustentou.

Confrontado com o cerne da polémica, o administrador do Lobito limitou-se a referir que as centralidades, de um modo geral, têm um modelo de gestão próprio. "Não cabe, a nível das minhas competências, tecer qualquer consideração sobre este assunto", salientou.

Já o governador provincial, Isaac dos Anjos, considera que distribuir as casas aos sinistrados seria como que "beneficiar os infractores". A posição do governante foi transmitida ao líder da CASA-CE, Abel Chivukuvuku, que preferiu não acreditar no que tinha acabado de ouvir. Contundente, afirmou que o Governo começou a falhar a partir do momento em que não criou infra-estruturas adequadas, forçando a população a



acorrer para as zonas em causa. Agora, salienta o político, não consegue mecanismos para fazer chegar a ajuda, deixando as pessoas numa situação miserável.

#### Governo arruma a casa

A cerca de vinte quilómetros da cidade do Lobito, para quem segue em direcção às comunas do Culango e da Canjala, estão treze hectares de terra para as primeiras 120 famílias, as que fazem parte da linha vermelha, completamente arrasadas pelas enxurradas. Cada tenda, para não mais de seis pessoas, tem uma dimensão de 12 metros quadrados. Na hora da apresentação da parte técnica, o director provincial do Urbanismo e Ambiente, Elmano Inácio, disse que estava garantida a água e a iluminação pública. "Hoje (quarta-feira), quando recebermos as primeiras pessoas, já este acampamento terá água, luz e outros serviços", notou, acenando para os postes de iluminação, tanques e estiramentos para as condutas de água.

Elmano Inácio revelou que as condições mínimas de saneamento implicam latrinas, zonas de banho e uma fossa para receber toda a água.

As demais famílias, numa situação menos embaraçosa, deverão receber lotes para a autoconstrução dirigida. O director do Urbanismo e Ambiente, que esteve a dar explicações a uma representante das Nações Unidas para questões ambientais, lembrou que a província de Benguela conseguiu preparar 40 mil hectares em pouco mais de um ano. "Estas pessoas serão abrangidas no quadro do trabalho que temos vindo a desenvolver", reforçou.

Por seu turno, a directora da Reinserção Social, Marinela Sendala, assegurou que não faltarão bens como alimentação, vestuário e colchões até daqui a cento e vinte dias, tendo em conta as doações que chegam de vários quadrantes e dos meios da Comissão provincial de Protecção Civil. Segundo Marinela Sendala, seis quilos de arroz, igual número em relação à fuga e um litro de arroz serão distribuídos a cada pessoa. "Analisaremos, posteriormente, o número de membros das famílias. Devo dizer que foi tudo acautelado", frisou.

Depois da visita, a representante da ONU para questões ambientais, Cecília Kinuthia-Njenga,

enalteceu o esforço do Governo de Benguela, particularizando a criação de escola e de um posto de saúde no local de reassentamento. A diplomata refere que é necessária mais assistência social, mas destaca a existência do mais importante em casos do género, nomeadamente o abrigo, a água, a luz e o saneamento. "Está-se a fazer um bom trabalho", resumiu Cecília Njenga, que teve a companhia de José Sacó, assessora da ministra do Ambiente, também "impressionada" com o que observou em matéria de realojamento.

#### Quem andou a enganar o país?

Principal beneficiário do Programa Integrado de Infra-estruturas de Benguela (PIIB), o bairro da Luz, à entrada da cidade do Lobito para quem sai do município sede da província, é a amostra fiel do muito propalado espírito de deixa andar que faz morada entre os decisores. Constitui também, numa perspectiva mais reprovável, uma demonstração do que é descrito por falta de rigor na gestão das contas públicas.

Inundado, cheio de lama e com focos de lixo em tudo quanto é canto, o bairro acolheu, há seis anos, a cerimónia de lançamento do PIIB, da qual surgiram garantias de que cenários como estes não mais voltariam a acontecer. Uma enorme equipa da Direcção Nacional de Infra-estruturas Públicas, liderada pelo agora governador do Zaire, joannes André, gabava-se diante de dezenas de observadores atentos, entre os quais jornalistas, com discursos que envolviam o Presidente da República enquanto "mentor de todas as transformações".

Fonte ligada ao círculo governamental, que falava na sequência das declarações do administrador, confidenciou que o trabalho não foi concluído devido a actos de má gestão, insignificantes, se calhar, para um país que via o petróleo em alta a cada amanhecer. "Ninguém pensou, como é óbvio, que estas chuvas fossem descortinar as debilidades que vemos", sustentou, pouco antes de ter avançado em direcção ao Lobito, numa das várias delegações que tratam da assistência aos sinistrados.

Na verdade, quem ouviu o discurso politicamente correcto, na altura do extinto Ministério das Obras Públicas, que teve como empreiteiro a construtora brasileira Odebrecht, fica com a sensação de que as conquistas, aparentes, acabam

diluídas com a chegada do senhor fiscal, sendo necessário voltar à estaca zero e, como é óbvio, gastar outros milhões de dólares.

Ao administrador Amaro Ricardo, que nada tem a ver com os programas de subordinação central, coube dizer, em suma, que o Lobito, detentor de 40 ou 50 quilómetros de canais de drenagem, tem um sistema complexo, cuja gestão está ao alcance somente de Luanda.

De acordo com o responsável, foram reparados 842 metros de um canal de drenagem com 3,5 quilómetros de extensão, que começa no bairro Santa Cruz e termina no mar, na zona da Cabaia. "Em consequência do trabalho incompleto, as águas ficaram presas nos 842 metros cimentados. Colocou-se apenas uma rede de drenagem de águas fluviais, asfalto, passeios e lancis", pontualizou.

### 3.45 Populares no zango IV

*Jornal A Capital*  
21 De Março de 2015

Depois de desalojados do local onde crescem actualmente imponentes prédios, que deram lugar ao Complexo Gika, os antigos inquilinos viveram durante seis anos nos arredores do cemitério municipal de Viana. Hoje, continuam a viver em pleno separador físico da estrada.

A chuva não é um dos factores que mais apoquentam aqueles moradores, porque têm telheiros de residências ou barracas para se refugiarem. Já os mosquitos, doenças respiratórias, abandono e estigmatização social, são os principais inimigos.

Isto foi, pelo menos, o que contou a anciã llondina Pupi.

"O Governo tirou-nos das nossas casas, levou-nos para a zona da «Terra perdida», em Viana, com a promessa de nos darem residências. Ficamos lá durante seis anos. Depois que veio um projecto de construção de um banco dos chineses, mandaram-nos retirar", relatou.

Lembra-se de que era numa quinta-feira, 23 de Fevereiro de 2012, quando lhes foi feita a promessa de serem retirados da rua em dois dias, o que nunca mais viria a acontecer.

"Quando chegamos aqui não havia casas acabadas nem moradores. Encontramos mata. Não havia água nem electricidade", recordou, insatisfeita com o facto de, aos seus olhos, já lá vão quase três anos, assistem as casas a serem ocupadas por pessoas de outros pontos de Luanda.

Os casebres por si improvisados são de aproximadamente um metro quadrado e meio.

"As crianças não estudam. Volta e meia são atropeladas, porque não tendo um quintal para brincar, fazem da via pública, parque infantil", ilustrou a anciã, lamentando que o modo de vida que levam, faz com que "as pessoas que passam por cá nos vejam como mendigos, quando, na verdade, tínhamos casas antes de sermos desalojados".

### 3.46 Vidas esquecidas no ermo

*Jornal A Capital*  
21 De Março de 2015  
Texto: Osvaldo de Nascimento

Numa altura em que o país vive momentos de consternação pelas vítimas perecidas na cidade do Lobito, em Benguela, eis que muitas almas, em Luanda, já nem mais acenam a quem de direito para uma intervenção urgente, pois, há bastante tempo clamam, sem que lhes dêem ouvidos.

"Eles regressam sempre que são alojados noutras zonas". Este é o argumento das entidades administrativas, para justificar a situação. Mas, a verdade é que o mal continua, pondo em evidência a velha máxima. "Não será que vale a pena prevenir para não remediar amanhã?". A grande questão.

No município da Quissama, 126 quilómetros de Luanda, pouco mais de 100 famílias vivem em casebres de chapas, num local sem condições de habitabilidade. Num morro, famílias levadas da Chicala 2 e do Kilombo (Ilha de Luanda) esperam impacientes por alojamento em moradias.

Entre aqueles populares está Mateus Marcelo, 35 anos. Diz estar há um ano e três meses na Quissama com a vida empatada. Segundo ele, não consegue fazer nada para sustentar a família tudo, porque aquilo em que se especializou, há muito tempo lhe foi retirado.

"Sou pescador e sempre vivi da pesca. Quando nos trouxeram para aqui ainda pensei que podia uma ou outra vez regressar à Ilha, pescar e depois vender o peixe", contudo, viu suas pretensões goradas, uma vez que, a distância é grande.

"Só consegui ir por duas vezes, mas tive que dormir dois dias ao relento por falta de dinheiro para o regresso", disse.

A reportagem A Capital encontrou acampamento quase despovoado, facto justificado pelos presentes devido a precariedade da vida no local, o que forçou a que muita gente abandonasse o bairro.

"Estamos a passar fome. Toda hora a comer katato e grilos, é difícil. Graças a igreja que nos tem apoiado. Recebemos um "cartão kikuia" com um saldo de 10 mil kwanzas. Porém, as compras equivalem a quase sete mil kwanzas", queixou-se, notando que por isso e por muito mais, grande número de famílias preferiu ir para junto de familiares, na cidade.

Ao que podemos constatar, as casas foram construídas pelos próprios populares, depois de receberem das autoridades kites de 30 chapas, seis barrotes e oito ripas.

Há um gerador de grande porte para iluminar o local, contudo, faz uma semana que deixou de trabalhar por suposta falta de combustível.

### 3.47 Projecções meteorológicas são credíveis

*Jornal de Angola*

*24 De Março de 2015*

*Texto: Cristina Da Silva*

O director nacional da Sociedade de Informação e Meteorologia, Miguel Cazevo, garantiu "serem confiáveis" as projecções meteorológicas divulgadas pelos especialistas nacionais.

Miguel Cazevo, que falava no acto que marcou o Dia Mundial da Meteorologia, explicou que os conhecimentos meteorológicos permitem que as pessoas reduzam os riscos sobre as mudanças climáticas. "Hoje, a sociedade, os decisores políticos e os governos precisam de conhecimentos sobre o clima para a tomada de decisões", frisou.

O Plano Nacional de Desenvolvimento 2012-2017 prevê a realização de estudos e projectos necessários para o desenvolvimento dos serviços de comunicações e de meteorologia e geofísica, o reforço da capacidade do Instituto Nacional de Meteorologia (INAME1) na área da previsão sazonal e previsão climática com a criação do Projecto Precip, a modernização e desenvolvimento estratégico do Instituto Nacional de Meteorologia (INAME1), bem como a construção, reabilitação e apetrechamento dos centros provinciais meteorológicos. Miguel Cazevo considerou positivas as acções do Instituto Nacional de Meteorologia (INAME1) nas tarefas de monitorização e previsão do tempo, proporcionando a protecção humana e de propriedades a nível nacional e regional. "As acções desenvolvidas pelo Instituto Nacional de Meteorologia (INAME1) ao longo dos anos têm contribuído para a redução da perda de vidas humanas, bem como ajuda na tomada de decisões no sector agrícola e pecuário".

O director do Instituto Nacional de Meteorologia (INAME1), Domingos do Nascimento, disse que os desastres provocados pelas chuvas "aumentam o grau de responsabilidade da instituição na tarefa da previsão do tempo".

### 3.48 Angola têm radares meteorológicos

*Jornal de Angola*

*26 De Março de 2015*

*Texto: Walter António*

Angola vai Instalar até 2017, dois radares meteorológicos para obter previsões do tempo em menos de 24 horas, anunciou o director do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica (INAMET).

Em declarações ao Jornal de Angola, Domingos do Nascimento assegurou que actualmente o país tem informação sobre a previsão do tempo das dezoito províncias, com meios modernos, em 24 horas, e com a instalação de radares a previsão do tempo é a curto prazo, três em três horas.

Quando os radares entrarem em funcionamento, o grau de acerto na previsão do tempo passa dos actuais 65 para 90 por cento.

Os radares vão servir também para melhorar o grau de acerto das previsões do tempo e quantificar os elementos meteorológicos, a intensidade e quantidade das chuvas para uma região.

Garantiu que o projecto do Executivo prevê a instalação, até 2025, de um total de nove radares. O projecto foi aprovado no ano passado pelo Conselho de Ministros e está enquadrado no Plano de Desenvolvimento Estratégico (PDE) do INAMET, afecto ao Ministério das Telecomunicações e Tecnologia de Informação, com o objectivo de modernizar os serviços de meteorologia no país.

Domingos do Nascimento disse que a direcção do INAMET espera que tão logo o país consiga superar tragédia do Lobito possa começar a ter algum financiamento para arrancar com o mega projecto de instalação dos radares. O INAMET controla o país com base nas estações meteorológicas automáticas convencionais e no sistema de captação de tempo.

Vantagens dos radares

Domingos do Nascimento disse que com a entrada em funcionamento de radares, os utilizadores vão beneficiar mais da informação do INAMET, já que a mesma é transversal e abrange a saúde, construção civil, agricultura, navegação marítima, prevenção rodoviária e uma série de utilizadores. O director esclareceu que os dados do tempo nos telefones nem sempre são fiáveis, "porque a previsão é feita com base nos modelos globais e não locais". Domingos do Nascimento apelou aos órgãos de comunicação para informarem mais a população sobre a previsão do tempo e levar a informação às zonas recônditas.

Ao mesmo tempo apelou à população para construir em lugares seguros, para se evitar tragédias como a que aconteceu no Lobito, a 11 de Março.

O Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica, segundo o seu director, está trabalhar em micro projectos e formou, recentemente, quatro jovens em Portugal, para trabalhar nos modelos WRF (que tem a ver com a previsão do tempo) e Wave Watch III (previsão marítima). "Esses modelos são mais uma ferramenta para suportar os serviços de previsão de tempo", disse Domingos nascimento.

No passado, a previsão do tempo, segundo o director, fazia-se com base no sistema MDD-PDUS e actualmente utiliza-se o sistema Messir. Angola é membro da Organização Mundial de Meteorologia (OMM) e tem acesso ao satélite meteorológico (Meteosat) com base no sistema de captação de imagem de satélite. Deste modo, tem acesso a vários canais mundiais de 15 em 15 minutos que fornecem imagens da atmosfera em tempo real.

### 3.49 Famílias vítimas das chuvas recebem casas nas Mabubas

*Jornal de Angola*

*26 De Março de 2015*

*Texto: Alfredo Ferreira*

As 73 famílias que viviam em tendas após terem sido desalojadas pela chuva, em Dezembro de 2013, na localidade de Mifuma, município do Dande, receberam já as novas moradias na zona das Mabubas. O governador provincial do Bengo, João Bernardo de Miranda, fez a entrega simbólica das residências de tipo T2 às famílias sinistradas.

"A grande preocupação do governo era tirar as famílias das tendas para coloca-las em melhores condições de habitabilidade", disse o governador provincial do Bengo.

A par das casas, o governador provincial João Bernardo de Miranda assegurou que as 54 crianças sinistradas vão estudar este ano, uma vez que as autoridades criaram salas improvisadas em quatro residências.

As chuvas destruíram casas nos bairros Quitonhi, Quimaria, Mubungo, Mifuma, Quijoão Mendes, Riceno, Quitogola, Quingombe e Cauango, deixando dezenas de famílias ao relento.

### 3.50 10.110 A noite em que a água Chegou

*Jornal O PAÍS*

*27 De Março de 2015*

*Texto: Carlos Gonçalves e José Kaliengue*

Pouco depois das oito horas da noite três jornalistas, um da Rádio Mais e dois de O PAÍS,

faziam-se a Benguela pela entrada Sul, como quem vem do Lubango. Subitamente o carro começa a "tropeçar" em objectos debaixo da água (chovia havia cerca de uma hora). Seriam pedras vindas não se via de onde, dado que o entorno estava completamente escuro. Mas sabia-se haver um bairro mais acima, à direita.

Avançava-se com cuidado, procurando adivinhar os lances dos passeios que delimitavam a estrada. A corrente da água era cada vez mais forte. E foi quando se viu que as luzes dos automóveis antecedentes passaram do vermelho dos travões e reflectores para o branco da marcha atrás. Caminho impedido. Toda agente a recuar. Dizia-se que lá de cima tinha vindo um carro preto, trazido pelas águas. E eram tanques de plástico e um sem número de objectos, entre os quais electrodomésticos.

Os carros acumulavam-se. Havia os que não acreditavam que não pudessem passar, tentavam, avançavam e recuavam. A corrente era demasiado forte. Mas havia mais: troncos de árvores atravessados. Coisas monstruosas.

Não havia como passar naquela via com duas faixas de rodagem em cada sentido. Houve que esperar até que voluntários, bombeiros e agentes da Polícia conseguissem, depois de a chuva ter cessado e o caudal do novo rio ter baixado, abrir uma passagem estreita para dar vazão ao tráfego.

Depois foi seguir para a cidade e ver que aqui e acolá ruas estavam completamente inundadas. Na manhã seguinte alguns operadores comerciais faziam contas sobre prejuízos.

Seguiu-se o Lobito, passando pela ponte sobre o rio Cavaco que mereceria depois uma paragem mais demorada. No Lobito um polícia diria aos jornalistas que "desta vez fomos poupados, a desgraça coube à Benguela", o mote para uma quase desmobilização. Mas havia que dar uma volta ao Chapanguel, ao menos. De facto, o Lobito não parecia todo ele em estado de sítio. O regresso a Benguela impunha-se a primeira rotunda da cidade, logo depois da ponte sobre o rio Cavaco, centenas, senão milhares de pessoas com os rostos destroçados agarravam-se a dois únicos bens: a vida e uma trocha contendo o que puderam salvar.

O bairro Calomburaco, diziam, estava todo submerso. A água do rio tinha subido, havia casas destruídas. Tratou-se de uma fuga em massa como não se via desde o tempo da guerra, crianças ao relento, pais sem nada. Velhos com os olhos cansados de perdas incontáveis. Os jornalistas aventuraram-se, o carro foi até onde pôde.

O cenário era desolador. O flash da máquina fotográfica recebia como reacções desde insultos ao virar do rosto de quem se envergonha da pobreza súbita (momentânea, espera-se). Houve quem visse no clarão uma muleta para expressar desabafos e palavras de protesto. Houve quem visse também uma janela para comunicar com as autoridades. "Mostrem mesmo que precisamos de ajuda, estamos a sofrer e nem sabemos se amanhã teremos mais casa".

Havia quem se dissesse abandonado pelas autoridades, mas havia também quem afirmasse que os bombeiros tinham evacuado quase toda a gente mal se percebeu que o nível da água do rio estava a subir. "Só queremos que a Cruz Vermelha venha nos ajudar", disse um homem que tinha ao colo um menino de dois anos com tronco nu e que tossia".

Jaime Joaquim, o soba da área, disse ter alertado as autoridades sobre a eventualidade desta ocorrência mal viu que se estava a obstruir uma passagem da água perto do rio Cavaco:

"Eu avisei, não me quiseram ouvir e agora é isto o que temos". Não distante de si chorava uma mulher já velha, Rosalina Chipembe. Está doente, não sabe se se cura ou se a sua vida vai com tudo que acabara de perder, dizia.

Passavam de mil as pessoas cá fora, no asfalto. Longe das suas casas, tentando sobreviver. Quem tinha familiares perto já tinha abalado com a sua trouxa à cabeça. Quando finalmente o sol raiou os jornalistas perceberam haver uma única história naquele lugar, um drama comum a milhares de pessoas cuja narração apenas as imagens podem contar com toda a fidelidade.

Horas depois chegavam os números oficiais a dar corpos às suspeitas e queixumes de muita gente: havia desaparecidos. Haveria mortos.

### 3.51 A propósito da tragédia do Lobito

*Novo Jornal*

*27 De Março de 2015*

A TRAGÉDIA DO LOBITO merece uma reflexão séria sobre alguns assuntos que têm a ver com a vida das pessoas, mas também sobre o modo como as pessoas vivem.

Como de hábito, certas vozes não perderam tempo e vieram a terreiro acusar aqueles que "teimam" em construir casebres em zonas de risco, pondo-se ajeito para serem vítimas da força destruidora das águas. Como se tais pessoas procurassem o seu próprio mal ou desejassem morrer. E de esquebra, responsabilizam quem defende tais pessoas dos males que acontecem, pois o Estado, esse, confundido com o Governo, tem feito "tudo" para que a vida desses cidadãos seja a melhor possível.

Impõe-se pois, uma reflexão mais profunda sobre o assunto, não sem antes confessar a minha profunda desilusão pelo modo como o MPLA, outrora assumido defensor dos segmentos sociais historicamente mais injustiçados, se está a transformar num agrupamento cínico, cada vez menos preocupado com a sorte desse tipo de cidadãos, e mesmo quando se esboçam algumas acções de solidariedade, estas são de uma timidez confrangedora e visam, sobretudo, a propaganda e o aproveitamento político. Um exemplo? O que se tem passado com as vítimas das irregularidades climáticas nas províncias do sul nos últimos anos.

Se queremos encontrar verdadeiramente as razões para estas situações, e pondo de lado a guerra de que nunca me esqueço e cujo peso é já suficientemente conhecido - comecemos por analisar as políticas seguidas pelo Executivo em vários sectores económicos e sociais desde 2003, que fizeram com que a população rural esteja a protagonizar uma migração para os centros urbanos que um dia será encarada como um estudo de caso de referência mundial. Os dados do Censo de 2014 estão aí a comprovar. A falta de referência à palavra "camponês", outrora venerada, nos documentos oficiais do Executivo e do partido governante, é confrangedora. As cooperativas e associações de camponeses, salvo algumas excepções, são uma ficção. Não me' alongo mais, pois este tema tem vindo a ser

abordado por mim de modo insistente e mesmo assim não vejo respostas adequadas aos meus alertas, "e la nave vâ", como diria Fellini.

Esta migração para as cidades teria de ser encarada de modo mais sério pelas autoridades urbanas - e isto traz à colação, como é moda dizer, um segundo elemento de análise. Todos sabemos como vivem as pessoas nas periferias. A falta de habitação é apenas um elemento, entre muitos, que os grupos migrantes procuram resolver pelos seus próprios meios, pois ninguém se preocupa verdadeiramente com os seus problemas, de emprego, de cuidados de saúde, de acesso à escola e a água potável enfim, com a sua sobrevivência. Na realidade, este tipo de pessoas só merece atenção quando há más notícias, quando atrapalham, por algum motivo, a acção governativa, ou quando há eleições ou algum acto de propaganda política.

Estes fenómenos devem ser enquadrados nas políticas públicas a nível urbano, que explicam o quase ausente planeamento, a deficiente gestão e o conseqüente crescimento desordenado e mesmo caótico. Há anos que ouvimos falar de planos directores que nunca são concluídos ou materializados - e as cidades e vilas crescem praticamente à toa.

A construção de habitações no âmbito do programa das "200 casas" em todos os municípios que não são sede de província, com algumas excepções que mostram que as coisas poderiam ser feitas de outro modo, constitui um bom exemplo de pouca competência e de falta de criatividade em matéria de planeamento e gestão urbana. Quando surgiu a febre das reservas fundiárias, constatei numa cidade do interior que havia 35 mil pedidos de terrenos para auto construção acumulados desde 2004, sem qualquer resposta, e as autoridades estavam preocupadas com as ditas novas reservas que na maioria dos casos estão sem qualquer aproveitamento.

Assim, como se pode aceitar que nas análises ao que aconteceu no Lobito, como noutras situações idênticas, se apresse a apontar o dedo aos cidadãos teimosos e incumpridores que insistem em desafiar as autoridades? Porque os fiscais das Administrações não agem de imediato quando os casebres são construídos em zonas de risco? Porque, pelo menos, nos meses de Janeiro e Fevereiro de cada ano não se tomam medidas,

como desentupir valas de drenagem, para prevenir os efeitos das chuvas de Março e Abril? As respostas só podem ser encontradas na fragilidade das instituições, que não me canso de denunciar perante a passividade de quem faz e aprova os sucessivos OGE, mas também na incúria como se tratam os cidadãos hoje designados como "desfavorecidos". Designação que poderá ser acertada se encaramos a questão sob o prisma do "favor" que o Executivo faz quando decide resolver algum problema concreto desse segmento do povo.

Um terceiro elemento de análise é a política habitacional. Apesar de alguns - sim, alguns, pois estatisticamente representam muito pouco sucessos pontuais, essa política tem de ser considerada não satisfatória.

Quando soube da meta de um milhão de casas, apesar do meu cepticismo, tentei encarar a situação pelo lado positivo: impulso da indústria de materiais de construção e uma enorme oportunidade de criação de emprego. Infelizmente, as famosas centralidades foram ou têm sido construídas com recurso a material, digamos, pré-fabricado importado da China.

Por outro lado, não posso concordar com o modelo de construção das habitações. Desde logo, porque a opção por edifícios, que ainda se podem aceitar para o caso de Luanda, são descabidos para o Dundo e outras cidades de menor dimensão. Também pela "arrumação" das já aludidas "200 casas", na maior parte dos casos fora das vilas, sem infra-estruturas e sem enquadramento urbanístico, amontoadas em espaços reduzidos que inviabilizam os pretendidos quintais, numa incrível manifestação de falta de senso e de bom gosto.

O caos reinante no modo de gestão do acesso às casas é outro aspecto desolador. O desastre provocado pela introdução da Sonangol num assunto que não lhe dizia respeito foi apenas um caso entre muitos, que poderá ser corrigido com a passagem da responsabilidade para outra empresa. Mas isso não muda o figurino. Afinal, percebe-se, por exemplo, a vandalização que ocorreu há semanas nas "200" de Cacuso, em Malanje. E por quase todo o lado as "200" permanecem

desabitadas, sem infra-estruturas e sem critérios para a sua utilização.

Parece que começam finalmente a surgir outras ideias, que apontam para uma solução que deveria ter sido encarada desde o início - a venda ou atribuição de lotes de terreno para a auto-construção. Mas só acreditarei nelas quando, de facto, for encarada de modo sério a construção de infra-estruturas básicas.

Entre as possíveis conclusões desta análise, saliento duas. Primeiro, o Executivo tem de arrepiar caminho com urgência relativamente ao modo de governar, fazer mais consulta (como mandam as regras), ser mais competente e criativo e envolver pessoas e instituições com outras ideias. A outra é que as instituições públicas têm sérios problemas a nível de autoridade. Falo de autoridade para fazer cumprir as suas decisões e a lei, não apenas em relação aos cidadãos em geral, mas também, e em primeiro lugar, no interior delas próprias. A que tem saído a público sobre o possível envolvimento de pessoas ligadas à Polícia, às Forças Armadas, às Administrações e ao partido no poder na ocupação anárquica de terrenos é muito preocupante.

PS. Porque a Presidente Dilma só decidiu lançar medidas contra a corrupção depois das manifestações, que ela reconheceu legítimas em democracia, que ameaçaram a sua destituição?

### 3.52 Administração tem mais meios

*Jornal de Angola*

*27 De Março de 2015*

Os problemas causados pela chuva no Cazenga passam a ser em parte resolvidos com recurso a uma retroescavadora, moto niveladora, pá carregadora, dois camiões basculantes e dois camiões cisterna, disse o administrador municipal à Angop.

O administrador do Cazenga Nataniel Narciso afirmou que a aquisição daqueles meios permite à Administração Municipal ser autónoma na resolução dos problemas causados pela chuva.

O porta-voz do Serviço de Protecção Civil e Bombeiros, Faustino Sebastião, informou recentemente, que a chuva que se abateu sobre Luanda nos últimos dias foi acompanhada de

vento forte e trovoadas, o que provocou a morte de dois menores nos municípios do Cazenga e Sambizanga respectivamente, com inundações de 15 residências em Cacucaco.

### 3.53 Benguela entre lágrimas e água

*Jornal O PAÍS*

*27 De Março de 2015*

*Texto: Constantino Eduardo*

O balanço provisório falava em 12 mortos nesta Quinta - feira, mas havia ainda crianças desaparecidas. A linha de fibra óptica ficou danificada e impediu a comunicação com Katengue, bairros ficaram inacessíveis e o asfalto destruído em algumas áreas: isto era Benguela na manhã desta Quinta - feira, 26, depois da chuva da noite anterior. O Largo da peça, em Benguela, tornou-se subitamente, na noite desta Quarta - feira, no lugar de recolhimento de centenas de famílias de bairros ao redor, nomeadamente o Kalomanga, Fronteira, Caponte Citi, Kalombutão, que ficaram ficarem complementarmente inundados.

O ambiente era de desespero, se uns procuravam abrigo, outros lançavam-se na corrente de água, sobretudo no Coringe, na tentativa de reaver os seus bens arrastados, pondo em risco as suas próprias vidas. Mas que abrigo, o que se buscava era ficar longe da enchente, muitas pessoas pernoverem nas estradas, linha do caminho-de-ferro, além de um cidadão que perdeu a sua casa e única alternativa imediata para ele foi o cimo de uma árvore.

A Administração Municipal de Benguela definiu alguns mercados como zonas de acolhimento da população sinistrada, todavia, o processo de entrega de terrenos vai continuar, com particular destaque aos que vivem em zonas consideradas de risco. Leopoldo Muhongo, administrador de Benguela, garantiu nesta Quinta-feira que foram de imediato accionados os mecanismos de apoio logístico sinistrados e para os funerais das vítimas mortais.

Muhongo revelou, em conferência de imprensa no salão nobre da Administração, que as enxurradas causaram a morte a 5 pessoas, fundamentalmente na zona D, onde, na tentativa de fazer a travessia do rio Huchi, três viaturas foram arrastadas pela

corrente de água. Porém, segundo o administrador, ainda não era possível avançar dados mais efectivos nesta Quinta-feira, sobre as casas que poderão ter sido arrasadas pela força da água, um pouco por todas as zonas do município. "Como temos ainda o caudal ligeiramente alto, e a água continua a vir do interior, entendemos que devemos continuar, com os Serviços de protecção Civil e Bombeiro' a trabalhar na perspectiva de que tão logo exista algum abaixamento do caudal da água, possamos ir contabilizando efectivamente aquilo que são os números de casas inundadas, arrasadas pela força da água e, eventualmente' termos um registo dos danos materiais".

As chuvas provocaram danos nalgumas vias do município. Destaca-se a cedência do asfalto sobre as passagens hidráulicas no Mercado da Paz, Bela Vista e Caota, o que em dificuldades na circulação entre Benguela e o município vizinho da Baía Farta ao longo da noite de Quarta-feira e manhã de Quinta - feira, 26. "Também registámos um défice no acesso ao bairro da Kapelongo, onde a passagem cedeu e registamos o arrastão de contentores que nesta altura obstruem a circulação", adiantou Muhongo.

#### Solidários

Benguela mobiliza-se toda. No Largo da Peça, por exemplo, empresas e cidadãos anónimos foram na manhã de Quinta-feira servir o pequeno-almoço (pão, chá e sopa) aos desabrigados. Apesar dessa sensibilidade, os sinistrados clamam por outras ajudas, à semelhança das vítimas da tragédia do vizinho Lobito há duas semanas.

" Neste momento há pessoas do Wasseque à procura de ajuda, nós viemos de lá, está mesmo mal. Nós não temos nada, estamos a precisar de ajuda, só ficamos com a roupa do corpo.

Estamos mal. A população passou praticamente a noite aqui" lamentou a moradora do Kalomburaco Ngueve Joana. Por sua vez, Júlia Malumba, outra desabrigada diz ter perdido tudo. "Não aproveitamos nada".

Famílias há que perderam quase tudo e foram obrigadas a pernover ao relento. Estima-se que cinco mil pessoas estejam nesta situação. "Nós perdemos quase tudo, só queremos que as pessoas nos ajudem. As nossas coisas foram com a água, são arcas, televisores, geleira que vimos a ir com a



água. Algumas obras que fizeram próximo do rio Cavaco taparam a passagem da água e a água agora já não tem passagem e foi nas nossas casas. Perdemos tudo!" contou uma senhora.

Algumas escolas de Benguela, foram encerradas na Quinta-feira por causa da água que as invadiu. Lito Garcia, o estudante da escola do Gaiato, disse a O PAÍS que ele e os seus colegas não conseguiram chegar à escola porque a zona que estava completamente inundada.

Por outro lado, há relatos de que um dique do rio Cavaco não foi poupado e muitas culturas encontram -se submersas, causando enormes prejuízos financeiros a alguns agricultores daquele perímetro irrigado. O presidente da cooperativa agrícola local, Nelito Monteiro, apelou à intervenção urgente do Ministério das Obras Públicas e da construtora ODEBRECHT.

#### Litoral afectado

As cidades da Baía Farta e do Lobito, dois municípios do litoral, também tiveram danos materiais causados pela chuva. A Baía Farta viu-se privada de fornecimento de água potável por a sala de operações do principal do seu reservatório (R4), que abastece também a Baía Azul e a Caota ter ficado inundada. No Lobito, depois da enxurrada que matou 72 pessoas há duas semanas, voltou a registar a morte de 2 pessoa e avultados danos materiais.

### 3.54 Dique do rio Lengue cedeu a água arrasou tudo

*Jornal de Angola*  
27 De Março de 2015  
Texto: Jaime Azulay

As autoridades confirmam cinco mortos nas inundações de ontem em Benguela. Buscas prosseguem para encontrar pessoas desaparecidas. Equipas técnicas trabalham para a reposição do dique do rio Lengue, que cedeu à pressão da água e originou a enxurrada que alagou as margens do Cavaco. As chuvas vão prosseguir nos próximos dias, informa o Instituto Nacional de Meteorologia.

As primeiras horas de ontem, começava a desenhar-se uma nova tragédia na província de Benguela: milhares de pessoas iniciavam uma fuga desesperada das áreas inundadas da periferia da cidade, na sequência de uma chuva torrencial que castigava teimosamente o litoral centro desde o final da tarde do dia anterior.

Era gente e mais gente a correr do bairro do Calomburaco e Pecuária com as parcas imbambas que podiam transportar à cabeça e nas mãos. Procuravam refúgio e abrigo em zonas altas, ao longo do tabuleiro da ponte sobre o rio Cavaco, no morro da igreja de Nossa Senhora da Graça e no Largo da Peça. Todos fugiam da fúria das águas provenientes das montanhas, na zona do Capelongo.

Por volta das quatro da manhã, no meio do desespero dos pais que procuravam pelos filhos, os gritos de mulheres chorando os maridos desaparecidos, a nossa reportagem conseguiu chegar à ponte sobre o rio Cavaco. No meio do caos causado pelo formigueiro humano, era difícil trabalhar. Apenas ouvíamos gritos de desespero, clamando por socorro. Todas as pessoas falavam numa enxurrada que arrastava tudo no seu caminho e estava agora a aproximar-se da cidade.

Com a experiência dos acontecimentos ocorridos há 15 dias no Lobito, onde morreram mais de 70 pessoas durante as inundações, os responsáveis de diversos sectores de bairros situados nas duas margens do rio Cavaco, ordenaram a evacuação dos habitantes para o morro da Nossa Senhora da Graça, Estádio de Ombaka e a ponte sobre o rio, Cavaco. Ali ficaram a salvo. "As duas horas da manhã fomos avisados, começámos a sair das casas e a andar, foi isso que evitou que morresse muita gente, mas alguns teimosos não quiseram deixar os bens", desabafou Nacita, que encontrámos no meio da multidão acampada na relva da Rotunda da Ponte. As pessoas lamentavam ter deixado todos os seus haveres, porque "não houve tempo para mais nada", acrescentou Nacita.

#### O colapso do dique

Só mais tarde a dimensão do desastre foi anunciada na Rádio Benguela na voz do presidente das Cooperativas Agrícolas, Manuel Monteiro: rompeu-se o dique do rio Lengue, que em princípio devia canalizar as águas para o leito do Cavaco. O Lengue é um rio sazonal e apenas na

época das chuvas recebe as águas de diversos cursos irregulares que se localizam entre Catengue e Uche. No Lengue foi construída uma represa para reter as águas pluviais, com o fim de aproveitá-las para irrigação do Vale do Cavaco.

O dique não foi suficientemente forte para suportar a pressão gerada por horas consecutivas de chuva torrencial. Assim começou o dilúvio que atingiu o seu ponto alto a meio da manhã de ontem. Toda a zona da cintura verde de Benguela tinha ficado submersa, destruindo milhares de hectares de culturas, habitações, cemitérios, árvores, tudo. Nada era capaz de fazer parar a torrente de água e destroços, que atravessou a cidade de Benguela, ao ponto de inundar alguns sectores do Hospital Provincial, próximo à praia do Quioche. Os prejuízos são imensos e só dentro de dias podem ser contabilizados.

Uma desgraça nunca vem só, diz a sabedoria popular. As más notícias espalham-se rapidamente. Um cemitério semi-clandestino, no bairro Capululu acabava de ser varrido pela enxurrada e as sepulturas destruídas. "Existem caixões a serem arrastados pelas águas e até corpos em decomposição", disse Didi Chilumbu aos microfones da Rádio Benguela, que durante os acontecimentos manteve uma emissão ininterrupta com informações de grande utilidade para os benguelenses.

#### Estrada cortada

Com os primeiros raios da manhã, a chuva tinha cessado completamente, após horas seguidas a cair. A nossa reportagem rumou para a zona Sul da cidade, uma área constituída por aglomerados populacionais recentes, de onde chegavam notícias preocupantes do transbordo do rio Uche. Havia notícias do desmoronamento de uma passagem hidráulica, instalada numa rede de estradas recentemente asfaltadas e que constituem o principal eixo de mobilidade de milhares de pessoas que habitam os novos bairros de Benguela Sul. Muitas viaturas estavam paradas nas bermas e as pessoas olhavam incrédulas para a destruição ocorrida de madrugada. Todos se queixam do prejuízo que adivinham para os próximos dias. Chegar aos postos de trabalho no centro da cidade e no Lobito é mais difícil, se não houver uma intervenção pronta, a fim de se restabelecer a circulação nesta faixa.

Ao circularmos pela via rápida de acesso à estrada nacional que liga às províncias da Huila e do Huambo, o cenário revelava a destruição causada pelo impacto das águas que arrastaram todo tipo de detritos. No meio da via e nas bermas vários troncos de árvores, chapas e lixo. Estávamos a aproximar-nos do Bairro Miramar.

Com água pelos joelhos, um homem apontou-nos um automóvel que tinha sido arrastado pela corrente até ficar pendurado no meio da vegetação. Foi neste local que nos deparámos com um grande corte na estrada que impedia a passagem de qualquer veículo, nem sequer as motorizadas dos conhecidos kupapatas.

"A causa dessa desgraça são as árvores grandes que existem no leito do rio. Aqui podem passar cinco anos sem chover, mas quando chove, a água arrasta as árvores que destroem tudo pelo caminho", disse à nossa reportagem Fernando Correia, um industrial de camionagem. Pela sua experiência, disse que as árvores deviam ser retiradas e o leito do rio ser desassoreado com regularidade para impedir que durante a época chuvosa a água transborde.

Pelo cenário que encontrámos na passadeira que liga as zonas populosas do Miramar e Calombutão, pareceu-nos ser elementar a explicação. A força da água arrancou as árvores e arremessou-as contra as manilhas da passadeira, obstruindo-as, o que fez aumentar a pressão da água até ao seu rompimento. Até aqui não tínhamos tido notícias de nenhuma morte confirmada. Várias famílias procuravam desaparecidos que não tinham chegado a casa durante a noite. As pessoas vasculhavam os entulhos de terra e vegetação.

No sector do Asseque do Bairro "17 de Setembro" encontrámos o primeiro óbito. Uma estudante de 16 anos, de nome Glória Chafunda, saiu de casa para a escola na tarde anterior. No regresso, foi surpreendida pela chuva torrencial e não conseguiu mais chegar a casa.

Amigos e voluntários tinham conseguido resgatar o corpo da menina no meio dos destroços. O pai, Avelino Palanca, estava inconsolável. "Passámos toda a noite a ligar para o telemóvel dela mas não atendia, temos azar na família, ainda na semana passada enterrámos a minha tia no Cubal", disse o pai entre soluços.

Nada se podia fazer pela infeliz menina de 16 anos que estudava no Colégio Dom Bosco do Casseque e que sonhou um dia ser alguém. A força destruidora da natureza não permitiu que concretizasse o seu sonho de menina.

Cinco mortos

"Confirmamos cinco mortes das inundações em Benguela", disse o administrador Leopoldo Muhongo, durante um encontro com os jornalistas, ao início da tarde de ontem.

"As vítimas são pessoas que tentaram atravessar o rio Uche, no período em que se registou a cheia". Acrescentou que as operações de resgate prosseguem.

Leopoldo Muhongo revelou que a grande prioridade é a reparação do dique do rio Lengue, para que "na eventualidade de mais chuvas a água seja canalizada para o rio Cavaco e não em direcção à cidade".

O Instituto de Meteorologia e Geofísica anunciou a previsão de chuvas fortes em praticamente todo o país.

### 3.55 Lobito sem sossego

*Jornal O PAÍS*  
27 De Março de 2015  
Texto: Luís Fernando

Quando se chega ao bairro de Acongo, um emaranhado de casas maioritariamente levantadas com adobe argiloso num perímetro de geografia improvável, tem -se a sensação de se entrar para um imenso campo que testemunhou uma batalha guerreira com pouquíssimos sobreviventes. O forasteiro fica sem saber se retém a mensagem da vida que não se esgotou e recobra pujança no meio dos escombros ou se se condói com a paisagem lunar, dominada por pedregulhos e destroços de carpintaria, já livre dos cadáveres é certo mas presa ainda, sem esquivas, aos sussurros dos seus fantasmas inquietos.

Este bairro da periferia da linda e rica cidade do Lobito, que com régua e esquadro não empírico teria sido um portento de arquitectura vanguardista devido à singularidade do terreno

que ocupa, será lembrado agora e sempre pela sua estatística macabra: dos setenta habitantes que a chuva matou na noite de li de Março, a grande maioria era ali que residia.

É um lugar pobre, arrojado, de visível desenrasque em tempos de calamidade ou de paz diária. Numa rápida e severa sentença: só se instala num sítio como aquele - na verdade uma imensa linha de água delimitado por dois morros colossais - quem, acossado pelo premente desafio da sobrevivência, não tem tempo nem estofos vitais para pensar se a morte também pesa nas escolhas.

Joaquina Nassapalo Quarta Upite é uma mulher nova, com uma pele e textura de cabelo que lhe denunciam os estragos de uma vida sofrida, de limitações, marcada pela dureza de lutas diárias sob sol inclemente. Como é apanágio dos microcosmos modestos, arrasta inúmeros sonhos por materializar, pesem as rezas e as súplicas. A soma dos tormentos, é a soma falseada dos anos que lhe presenteou com uma aparência que não alinha com o tempo.

Olha-se para ela e é uma adolescente disfarçada de anciã que se descobre!

Ao repórter, que ela mesma tem a iniciativa de abordar oferecendo-se como entrevistada voluntária de uma hora de queixas e lamúrias, confessa que tem um foco, uma meta, que aspira a uma condição de vida melhor. Talvez tenha elegido Acongo apenas como um bairro de passagem, de transição, até reunir melhores condições e sonhar com uma habitação decente e segura longe dali. Ela e o marido ergueram as paredes e o tecto possíveis uns quantos metros para lá das traseiras do estádio do Buraco, a toca do mais tradicional clube de futebol do Lobito, a Académica. No melhora-condições não-melhora, entre chuvas mansas e cacimbos de poeira intensa por obra dos solos argilosos, lá nasceram quatro filhos. Muitos, poderia pensar-se, se a lógica de Joaquina e seu companheiro fosse a dos homens e mulheres de melhor condição social, que vivem fora dali, sem os riscos de um dia a casa ruir, como ruiu a deles.

"A nossa casa tinha três quartos, onde vivia toda a minha família: o meu esposo e os nossos quatro filhos", relata sem que qualquer pergunta prévia lhe fosse colocada, uma demonstração de que o desespero do pós-tragédia que tomou conta do

lugar é, na verdade, uma manifestação cruel de síndrome colectivo. Toda a gente que passa e vê o repórter de colete e câmara fotográfica em riste, tem recados para a governação. "Ajudem-nos, precisamos mesmo muito, não estar-nos a receber apoios".

A noite do pesadelo

"Eu estava a regressar da escola, à noite, e quando abri a porta, reparei que a minha casa estava cheia de água que me chegava ao peito. Só foi tirar a correr os miúdos com a ajuda dos vizinhos e fugimos para a montanha. Nem vimos quando a casa caiu", recorda à reportagem de O PAÍS uma mulher de futuro destroçado, que mesmo assim louva a Deus por poder olhar, feliz, para a sua família completa. "Somos seis e graças ao Deus Pai estamos todos bem".

Queixa-se, contudo, da demora nos apoios. Dorme com o resto da família no quintal de outra família que se mostrou solidária, à cautela na parte mais alta do perímetro (bairro Alto Liro) e só se queixa dos vazios de cada dia:

"Nos ajuda só. Não estamos a receber nada de ajuda. Com as crianças, fome é fome. Só estamos a ouvir falar de ajuda, talvez estão a dar noutras pessoas que não foram afectadas" .

Sem sairmos do local, conversámos com outra habitante de Acongo, Victorina Domingas. Por coincidência, é a mãe de Joaquina Nassapalo Quarta Upite, a primeira entrevistada. Não tem, como toda a gente ali, nenhuma história de conforto a relatar, a não ser o facto milagroso de ter sobrevivido ao colossal volume de água que fez as casas do bairro caírem como fichas de um jogo de dominó.

"O meu negócio foi todo com a água. Eu vendia perfumes, cremes e material escolar, cadernos, lápis, lapiseiras, borrachas... essas coisas", lamenta-se.

Com o dedo, aponta para uma cratera a poucos metros da vala aberta pela Natureza desde sempre para escape das águas pluviométricas. "Ali era a casa da minha tia, a água levou". Claro que nem adiantava referir -lhe que tinha sido ousadia a mais da tia, entretanto salva por um milagre (andava por outras paragens na noite fatídica), construir justamente ali a habitação que hoje lhe falta.

Liro: o bairro incólume

O Alto Liro, bairro Icónico da cidade que fazia dançar nas décadas de sessenta e setenta o mais garboso e exuberante carnaval do mundo, é um caso nítido de sobrevivência colectiva. Não registou qualquer perda de vidas nessa catástrofe que Benguela não esquece, mais a mais com a persistência das chuvas que, duas semanas depois da noite de luto, voltaram a matar (vide estatísticas noutra página desta edição)

É ali que vive Femando Agostinho, mais um dos milhares de cidadãos da circunscrição do Lobito que viram o futuro atrapalhado na sequência da chuva intensa que enlutou a terra dos flamingos. Funcionário da SONAMET, um dos mais valiosos activos da pujante indústria do município, salvou-se por uma dessas intuições que dificilmente se explicam. Conta que quando se apercebeu das primeiras bâtegas, abandonou a casa e decidiu ir dar uma volta de carro. Depois... foi o que já se sabe: "A vala transbordou, a água que vinha da montanha fez crescer o caudal muito rapidamente; viu-se perfeitamente que a água não tinha por onde escoar. As águas tinham tanta força que levaram o contentor que estava entre a minha casa e a escola. A casa foi invadida por água e lodo. O muro da unidade da polícia cedeu, a viatura de patrulha foi arrastada. Pouco sobrou em minha casa".

Elogia o apoio que recebeu da empresa onde dá o melhor do seu saber e dedicação, a SONAMET: "deram-me um apoio de 100 mil Kwanzas para tentar reaver algumas coisas essenciais' dispensaram-me também um tractor que ajudou muito na limpeza da rua que leva até à minha casa. Só estou preocupado com a demora nos outros apoios. O soba, três dias depois da tragédia, pediu que nos cadastrássemos, fizemos isso, mas nada recebemos até hoje, estar-nos entregues à nossa sorte" .

De Femando Agostinho, o homem da SONAMET que gaba a condição estrutural da sua casa ("construção definitiva' bem feita, aguenta-se bem em situações destas"), veio também um reparo positivo ao modo como o governador Isaac dos Anjos diligenciou o restabelecimento do inadiável no Lira.

"Domingo passado o senhor governador veio ao terreno e logo depois pegaram na vala, para a limparem".

Travados pela chuva...

A reportagem de O PAÍS não foi, como o desejou ardentemente, a todos os ângulos do prisma. Tinha tudo para se deslocar até Kamulungue, o ponto onde as autoridades criaram soluções emergências para que os sinistrados do Lobito tenham onde refazer, nos termos possíveis, as suas vidas. Uma mão cheia de indagações seriam ali feitas, nomeadamente confirmar (ou não) a tese que nos pareceu provável de que estarão ali concentradas as ajudas que em torrentes volumosas chegaram de toda Angola, num gigantesco movimento de solidariedade. Se mais pessoas iriam para as tendas; de que modo o fruto das campanhas que mobilizaram Angola acodem quem precisa; o que ali existe, água, energia, saneamento básico; enfim, como é sair dos destroços físicos e espirituais, esquecer o luto e recuperar-se para o amanhã de luta.

Uma brutal chuvada caiu sobre Lobito quinta-feira à tarde, deixando a meio o palmilhar da rota do luto e da vida que nos poderia ter proporcionado um conjunto de informações valiosas.

Como se a Natureza se quisesse insinuar para a mudança de desígnios que reservara para a província de Benguela, que fomos todos viver horas depois. É o êxodo dos novos sinistrados, numa épica reportagem de outra equipa deste jornal liderada pelo seu director, José Kaliengue.

### 3.56 Os “Lobitos” de Luanda

*Novo Jornal*

*17 De Março de 2015*

*Texto: António Paulo*

HÁ MUITO QUE O Executivo angolano projecta a transferência dos moradores destas áreas para zonas mais seguras. Infelizmente, o "nó não ata e nem desata". Enquanto isso, o INAMET prevê mais chuvas para a presente temporada e os habitantes das zonas em perigo receiam um episódio semelhante ao do Lobito, que vitimou mais de 70 pessoas e destruiu acima de 100 moradias.

O Novo Jornal andou por alguns bairros onde constatou o perigo que enfrentam aquelas populações que há muitos anos aguardam pela falada transferência. Um dos exemplos é a Samba Pequena, um bairro erguido na montanha, onde o risco está sempre à espreita. A transferência dos moradores para outras zonas ainda é incerta. Por enquanto, só há a "velha promessa" do governo provincial de Luanda.

O bairro está erguido numa gigantesca montanha bem à entrada do distrito da Samba, localizado a norte de Luanda. Reza a história que a urbe começou a ser habitada no início da década de 70 por condenados moçambicanos que cumpriam as suas penas em Angola.

O cogumelo habitacional cresceu e dispersa-se por todo o tipo de residências, desde casebres a edifícios. O bairro possui apenas duas escolas públicas, sendo uma primária, uma outra secundária e uns poucos colégios privados. O único centro de saúde foi recentemente reabilitado, dando assim alguma satisfação aos moradores.

Ladeado por três estradas principais - a via principal da Samba, na parte frontal, a estrada comandante Arguelles, na parte lateral, e a rua Heróis do Kanganba, na parte traseira, O bairro é fechado e quase sem ruas, sendo constituído maioritariamente por becos em toda a sua extensão, devido às construções desordenadas.

Logo à entrada da comuna, é possível observar a subida das construções Casas ergui das de baixo para cima à medida que a montanha se eleva. A zona possui água canalizada mas a luz eléctrica é deficiente.

Os mais sortudos são os residentes na parte de baixo, onde a água chega sem dificuldades, ao passo que os moradores de cima vêem-se obrigados a escalar a montanha com bidões e banheiras à cabeça. A luz eléctrica também é mais fraca e quase não chega para todos.

A zona já foi tranquila, mas agora a criminalidade faz morada segundo os residentes. "Aqui há muita criminalidade. Há sempre lutas de grupos. Lutam com catanas e partem os vidros dos carros. Esta é uma das nossas maiores preocupações", revelou Júnior Ribeiro um morador da zona há 30 anos.

O excessivo consumo de álcool entre a juventude é uma outra realidade que requer atenção. A nossa reportagem constatou a situação in loco. Por várias ruas por onde passámos, foi possível observar alguns jovens consumindo cervejas e outras bebidas alcoólicas.

### VALAS A CÉU ABERTO

O saneamento básico há muito' que desapareceu da zona. Perde-se no tempo a altura em que as obras das valas de drenagem pararam. Por falta de contentores, os moradores deitam o lixo numa vala em construção. Por todo o bairro, observam-se focos de lixo espalhados.

A maioria das casas na Samba pequena não possui fossas residuais, devido ao lençol freático de água salubre que envolve o terreno. Na parte baixa da montanha, as fezes circulam por ligações de canos abertos, uma espécie de valas pequenas cavadas na rua, que se ligam entre si e escoam os detritos para uma conduta grande que dá para o mar. As crianças são as mais penalizadas pois estão limitadas nos seus espaços de circulação

O descuido é total e qualquer uma delas pode brincar com as fezes na vala feita a céu aberto. Antigamente, para se evitar o cheiro, a população desinfectava os buracos com alguns produtos químicos, como insecticidas que eram fornecidos pela administração e algumas vezes com carros de fumo. "Mas já há algum tempo que os carros não passam e o produto desinfectante desapareceu", reclamaram os moradores.

### DESABAMENTOS E MAIS QUEDAS

É no ponto mais alto da montanha que os acidentes ocorrem com maior frequência, segundo relataram alguns moradores da Samba Pequena. A presente época chuvosa é a mais dramática para os populares. As pedras rolam, as pessoas caem e as casas desabam. As vítimas humanas, como sempre, não faltam.

"A situação é séria quando chove. As casas aqui na montanha desabam, as que estão em baixo são inundadas e há sempre mortes. Dizem sempre que nos vão tirar daqui, mas há quase dez que só ouvimos promessas", lamentou Helena Vanda, moradora da zona.

Esmeraldo de Oliveira, outro morador, contou à nossa reportagem que, recentemente, uma criança ficou presa debaixo de uma pedra, após o desabamento da residência em que vivia. "Os bombeiros retiraram o seu corpo em pedaços", testemunhou o jovem, apelando à transferência imediata dos moradores para locais mais seguros.

"O que aconteceu na cidade do Lobito é um exemplo claro para nós. Estamos dentro da cidade e somos vistos por todos, mas ninguém toma medidas. Só depois de um desastre é que vão aparecer como solidários. Isto é triste", lamentou.

O cenário repete-se todos os anos. Os acidentes nas montanhas já provocaram várias mortes. Algumas pessoas, temendo pelas suas vidas, optaram por abandonar as suas residências, indo para outras partes da província. Alguns moradores dizem aguardar pela prometida evacuação.

Algumas casas no morro há muito que estão sinalizadas com as inscrições do Governo da Província de Luanda (GPL). " No ano passado, eles numeraram mais algumas casas e continuamos a aguardar", afirmou dona Catarina, uma residente de longa data na montanha.

Os moradores afirmaram estar preparados para abandonar o local a qualquer instante, desde que lhes sejam atribuídas novas residências em sítios mais seguros. É o caso do "tio" Vicente, de 36 anos, que habita com a sua família de sete pessoas, num casebre de chapa há vários anos. "Eles constroem condomínios de luxo e nós continuamos nesta miséria. Nós também queremos casa", desabafou o tio Vicente, que aguarda com ansiedade o dia da sua transferência. " A esperança é a última a morrer", afirmou, esperançado, o cidadão.

Enquanto isso, os moradores do bairro Samba Pequena, onde o actual vice-presidente do MPLA, Roberto de Almeida, deu uns toques de bola no beco do antigo chafariz redondo, como recordam alguns residentes, continuam a aguardar ansiosamente pela retirada da zona de risco em que se encontram, "sem eira nem beira".

### 3.57 Saga mortal continua em Benguela

*Jornal O PAÍS*

*27 De Março de 2015*

*Texto: Zuleide de Carvalho*

De acordo com o que se tem constatado, as noites de Quarta - feira têm vindo a constituir datas que não se quer recordar na cidade das acácias rubras que está pintada de preto, de luto, há 2 (duas) semanas. A primeira dia 11, agora, a 25 de Março, noites devastadoramente destrutivas. Todavia, a história tem essa característica, quando é desconsiderada ou desconhecida, tende a repetir-se! Não se quer recordar, quanto mais reviver, porém, infeliz e drasticamente, é Isso que se tem verificado. Até quando?

Pelo que se vê, enquanto chover na província de Benguela, haverá mortes para chorar, desaparecidos para contabilizar, feridos para cuidar, desalojados para acolher e desesperados para acalmar... Será minimamente justo? Se antes, nos empregos ouvia -se a desculpa "Não se trabalhou porque choveu... Com ruas alagadas é impossível sair de casa a pé..." , agora, poder-se-á dizer, "Não vim trabalhar porque a minha casa e todos os meus pertences foram levados pela chuva...", ou, no pior dos casos, "Excelentíssimo Sr.(a), venho por este meio informar que o meu parente não voltará a trabalhar porque faleceu de regresso a casa, arrastado pela enxurrada da chuva." Até quando? Há males que vêm por bem, é o que se diz, neste caso, a mesquinhez foi completa e totalmente substituída por solidariedade, é o que se vê. Mas, e então!? Os idosos não voltarão, crianças que foram dolorosamente cedo, pais que não presenciaram o sucesso conquistado pelos filhos, casas destruídas outrora erguidas com desumano esforço, e a lista negra continua... Até quando?

Os acolhimentos e abrigos estão a postos. No bairro da Peça, município de Benguela, um grupo de locais filantrópicos reuniu-se e preparou, bem como serviu, pequenos-almoços e almoços a cerca de 300 populares que por lá se concentraram, pessoas que são vítimas directas da catástrofe, famílias que não escaparam à tragédia.

Em conversa com Leopoldo Muhongo, Administrador Municipal de Benguela, obtiveram-se dados estatísticos temporários, uma vez que os trabalhos de campo ainda decorrem, foi possível averiguar que "Estão confirmadas 12 (doze) mortes, respectivas a 3 (três) crianças e 9 (nove)

adultos, e registados 7 indivíduos desaparecidos." Quanto às consequências imputáveis à força da água que contornou os canais normais por onde deveria circular, responsável pela inundação de inúmeras habitações, principalmente na zona adjacente ao rio Cavaco, foi dito pelo Administrador que, "As elevadas quedas pluviométricas nesta região induziram à saturação das nossas linhas de água.

Continuaremos a trabalhar e, com baixar do caudal das águas, durante a remoção dos detritos, iremos aprofundar as buscas por possíveis corpos." Outro factor impiedosamente relevante no contributo à destruição foi a obstrução dos canais de escoamento de água, a reduzida proporção que comportam há-de ter sido um dos motivos para o culminar dos estragos arrasadores que se apresentam, de tal modo que, "Foram destruídas passagens hidráulicas, fundamentalmente no acesso ao Mercado da Paz, bairro Capilongo, nas povoações da Caota, bem como no acesso à Bela Vista baixa. Temos as atenções direccionadas para os bairros do Calomburaco, Calilongo e Pecuária, que registam graves acumulações de água.

Vazaram imensas quantidades de água do rio Wengue, estamos a intervir no rio Cavaco para criar pontos de respiração, de forma a possibilitar que as águas sejam drenadas para o seu leito." A população, traumatizada pela anterior calamidade, mostrou-se empenhada em aderir no cumprimento das orientações da Administração Municipal pois, abandonaram as suas casas e abrigaram-se nas zonas de segurança destacadas. Estamos certos que o facto de o número de vítimas mortais ser reduzido, (até agora), deveu-se em muito ao comportamento cívico da população, que reagiu de forma positiva aos alertas lançados pelas autoridades locais. Criámos 3 abrigos nas Zonas B e D, com alimentação assegurada pelo MINARS e a Protecção Civil. Contamos também com o apoio da Cruz Vermelha que se voluntariou e a nós se juntou", relatou, por fim, Leopoldo Muhongo.

O bairro do Calilongo, onde se situa a fábrica "África Têxtil", foi a localidade maioritariamente afectada pela força esmagadora do elemento com máximo poder de aniquilação, denominado água, pois, até ao momento, foram já enumeradas mais

de 2 centenas de habitações completa e totalmente desmoronadas.

### 3.58 À espera da próxima desgraça?

*Semanário Angolense*

*28 De Março de 2015*

*Texto: N. Talapaxi S.*

Enquanto na vizinha cidade de Benguela, a forte chuva que caiu na noite de quarta-feira (25), até ao fim do dia seguinte contabilizava doze mortos e sete pessoas desaparecidas, além de mais de 180 famílias desalojadas, no Lobito a situação continuava a ser de apreensão e de susto.

Na verdade, diante da tragédia de há 15 dias ainda fresquinha na memória, todo e qualquer chuvisco que caia com certa força sobre a cidade já é motivo de aflição. Assim aconteceu na quarta-feira, e não foi por menos, se tivermos em conta que as Zonas de Risco (ZR), assinaladas depois do funesto 11 de Março, suscitam toda a atenção.

Rodrino Catito, que mora há 13 anos na Boa Vista e disse ao SA ter sido desalojado pelas chuvas, foi taxativo quando afirmou que, no seu bairro, a noite de quarta para quinta-feira foi de total assombramento, de quem tem ainda a casa inteira, porém marcada com letras e números vermelhos, com medo de ver a sua habitação sendo arrastada pelas águas.

Ao longo da vala gigante que «nasce» no alto do Boa Vista e «morre» na baixa do Akongo, no vasto espaço que se abre à frente do campo do Académica de Lobito, o número de casas interdadas e assinaladas com a «matrícula» vermelha não deixa dúvidas de que há urgência em resolver a maka daquela população.

Isso deixa mais evidente a revelação feita por um dos sobas responsáveis pela região, segundo a qual entre os corpos retirados do meio da lama após a enxurrada mortal do dia 11, poucos são dos que realmente morava nas extremidades do enorme canal, na parte do bairro Akongo.

De acordo com o responsável tradicional, pelo menos cerca de 35 mortos terão sido arrastados desde o cume do Boa Vista, ao longo do canal, até o planalto do Akongo, onde foram recolhidos.

No parecer extasiado de Rodrigo Catito, enquanto morador ora desalojado pelas chuvas, só a parte das encostas boa-vistenses da referida vala deve comportar mais de uma centena' de gente que mora mal pela forma como está instalada. Essa estimativa, no entanto, pode não estar tão longínqua assim de um quadro mais ou menos realista.

Acima das considerações apresentadas oficialmente pelas autoridades' administrativas do município, que estimam um número de pessoas afectadas em torno de 1.130, que esperam ser acomodadas no Centro de reassentamento, a avaliação que os sob as deram a entender, numa explanação no acampamento, estipula, bem por cima, perto de duas mil pessoas atingidas.

A perspectiva surge a partir do facto de que a lista nominal de famílias cujas habitações estarão comprometidas, relação exibida pelas autoridades tradicionais, regista pelo menos 835 casas em risco.

E já que as famílias, de um modo geral, são numerosas, com o aval dos comentários dos próprios kotas, não é difícil que um ajuntamento de 835 casas se transforme num destacamento de quase duas mil pessoas.

Poderia ser até que esses números fossem simplesmente teóricos, mas o que não será somente teórico é a eminência de uma chuva como a do dia 11 de Março voltar a acontecer e provocar uma tragédia como a que aconteceu. Ou pior.

É comum que muitos supersticiosos acreditem que um raio não cai duas vezes no mesmo lugar. Todavia, se as providências de desalojamento das áreas em perigo - sejam ZR (zonas de risco) ou ZV (zonas vermelhas) - não forem tomadas com a devida emergência, pode-se afirmar que estamos à espera da próxima desgraça.

### 3.59 Beneficiários por indicação

*Semanário Angolense*

*28 De Março de 2015*

O campo da Académica é o ponto de encontro marcado para que o grupo de pessoas desabrigadas



pelas chuvas no Akongo apanhe o autocarro que o governo municipal prometeu disponibilizar, rumo ao acampamento, onde as tendas serão a sua habitação, no mais tardar, até Julho, segundo a previsão das autoridades.

Mas há ordens a seguir para se embarcar nesse autocarro. «Se o teu nome não está na lista do soba, não vale a pena só tentar se meter numa 'pimpa' na bicha dos que vão para o acampamento para conseguir um terreno de borla». O soba é a autoridade encarregada de apontar quem é que precisa ou não precisa de ajuda, de acordo com o que ele e a sua equipa averiguam.

Contam os moradores que, assim que ocorreu o nefasto evento, várias instituições seguiram-se no cadastramento das pessoas e das casas sinistradas, com direito a registos fotográficos e tudo. Desse modo, por ali passaram as autoridades da administração municipal, os bombeiros e até a Casa Militar. E depois a malta da Direcção Provincial de Assistência e Reinserção Social e, por fim, a listagem do soba.

Mas, o dia dos «akongos» desalojados ainda tarda a chegar. Nem mesmo o próprio soba-adjunto, o Papá Tchikapa (que substitui o soba grande, afastado das suas funções por doença) sabe quando é que o seu povo, carente de abrigo e de outras necessidades, vai subir para o acampamento e ter a assistência que se espera.

Falamos em «subir para o acampamento» porque o Centro de reassentamento está situado numa região acima desses bairros duramente castigados pelas águas que caíram do céu no dia 11 de Março.

Para as autoridades governamentais do município, contactadas pelo SA, a situação dos desabrigados que ainda não foram acolhidos no reassentamento é uma maka a ser resolvida em pouquíssimo tempo. Tão logo as tendas sejam montadas. E a distribuição da ajuda-alimentar à essa população poderá até nem esperar o acampamento.

Em entrevista ao SA, o Coordenador da Subcomissão de Assistência as Famílias vítimas dessa tragédia do dia 11 garantiu que nessa semana que agora termina seria já possível começar a fornecer a ajuda alimentar às pessoas despejadas pelas chuvas no Akongo. Deduz-se que o arranque não se vai limitar aos «akongos».

### 3.60 Chuva intensa para os próximos dias

*Semanário Angolense*

*28 De Outubro de 2015*

*Texto: Rui Albino*

As chuvas que nos últimos dias têm caído impiedosamente sobre o país, particularmente em Luanda, têm trazido à tona as grandes debilidades e deficiências das infraestruturas públicas como, por exemplo, a Avenida Deolinda Rodrigues, estrada do Camama e a estrada da Boavista, vias que já se tornaram um «cancro» para os luandenses.

Apesar das dificuldades de circulação nesses troços serem já do conhecimento das autoridades competentes, a verdade é que todos os anos os automobilistas e transeuntes são obrigados a enfrentar as mesmas dificuldades diante do olhar silencioso das autoridades.

Em alguns troços, até mesmo soluções paliativas de tapa-buracos podiam ajudar a minimizar o sofrimento dos cidadãos. Mas nem isso, apesar de as autoridades, nesta altura, andarem de reuniões em reuniões, mas as soluções para este problema tardam a chegar.

O INAMET já lançou o alerta de que as chuvas podem continuar a cair e, em alguns casos, com alguma intensidade. Mesmo com este alerta, as administrações que já lutam pela vida para dar resposta às cargas pluviométricas, ainda contabilizam-se os estragos já provocados.

Os Serviços de Protecção Civil e Bombeiros anunciaram, na quarta-feira (25) que, como consequência da última enxurrada, duas crianças perderam a Vida. Já tinham sido registadas, até àquela altura, cerca de 8 mil casas destruídas, sendo os municípios de Viana, Cacuaco, Cazenga e o Distrito Urbano do Sambizanga, os mais afectados, tendo os dois últimos registado uma morte cada, pelas mesmas circunstâncias, ou seja, o desabamento de parede.

O Semanário Angolense (SA) visitou algumas zonas de Luanda e saltou à vista, em vários pontos da capital angolana, QUE está tudo parado, porque algumas administrações não possuem equipamentos, quando nos parques destas e do próprio GPL e ENCIB, várias máquinas e

equipamentos pesados que ajudariam a desafogar o sufoco das chuvas, encontram-se a apanhar poeira.

No município de Cacucó, a administração debate-se com a falta de equipamentos, socorrendo-se dos empresários do município para apoiarem, nestas alturas, devido a falta de meios. Esta localidade, que já tem o azar de ter solo argiloso, no interior dos bairros da Vidrul, da Boa Esperança e no Bairro dos Pescadores não existem vias estruturantes que permitem a circulação tranquila em época chuvosa, por maior que for o exercício, uma vez que, mesmo com as suas galochas adaptadas ao clima, o administrador municipal não conseguiu entrar na Vidrul. Naquele bairro, quando chove, famílias inteiras quase que ficam em estado de sítio, porque não há por onde passar. É uma lástima!

Na principal via do município, por erro de cálculo, as águas não chegam ao canal de esgoto, a circulação é feita com grandes dificuldades pois, as areias arrastadas pelas correntezas das águas pluviais, invadem impiedosamente o já deficiente tapete asfáltico. Para reparar esses estragos, é necessário interditar a via e o trânsito gême ainda mais, não permitindo movimentar os equipamentos. É uma dor-de-cabeça!

No Cazenga, a situação não foge à regra. Para acudir os estragos das chuvas, os munícipes, em vez de esperarem pelas acções da Administração, mobilizaram-se para juntos defenderem o seu bairro. Com esta acção, conseguiram evitar o corte à circulação de algumas ruas no interior do bairro. Mas no Cazenga existem outros troços que, apesar de se encontrarem em obras, torna cada vez mais difícil o trânsito. Neste capítulo, parecem não haver solução, deixando aquela circunscricção completamente de rastos.

A estrada que liga a vila de Viana à Via Expressa, passando pelo Cemitério Municipal, reveste-se na principal vergonha para a edilidade da circunscricção de Viana.

O troço apresenta interrupções no seu traçado há largos anos. Estudos e mais estudos foram realizados, mas em termos práticos nada.

A circulação, em grande parte dos bairros, está completamente interrompida porque em alguns pontos partiu-se tudo e, noutros, não têm nada de

esgotos, sargetas e com a agravante de se bloquearem os locais de passagem das águas.

A estrada da Boavista é um autêntico atestado de incompetência para as autoridades da cidade capital. Várias vezes reparada e nunca se resolve o problema do trânsito caótico naquele troço. O problema daquele piso é conhecido, mas nem com isso as autoridades decidem em exigir dos empreiteiros que ali ganharam alguns milhões, no sentido de aplicarem como tapete asfáltico material mais resistente. Perante esta ignorância, os buracos de ontem, hoje tornaram-se em crateras e a circulação faz-se apenas num sentido, porque parte do pouco asfalto que existia foi engolido pelas areias do Morro da Boavista. No morro vêem-se casas erguidas que, para além de estarem construídas em local de risco, estão também edificadas com material altamente precário.

### 3.61 Entre a demora e a garantia de assistência humanitária

*Semanário Angolense*

*28 De Março de 2015*

*Texto: N. Talapaxi S.*

Há cerca de duas semanas que a vida de Paulo André (\*), um jovem de vinte e poucos anos de idade, deu uma volta inimaginável de 360 graus. Ele era o pai de uma menina e um menino de tenra idade. Tinha uma motorizada com a qual fintava a falta de emprego e podia sustentar minimamente a sua família - a mulher e os filhos. Pagava as contas do seu «cúbico». E não era de graça que se esforçava para pôr os estudos em dia. Esse cenário aflagava o seu sonho de melhorias, o seu sonho de um mar de rosas.

No entanto, no passado dia 11 de Março, depois que estiou a trágica chuva que se abateu sobre o seu Lobito, que de noite tinha arrastado tudo o que encontrou no caminho da gigantesca vala que desce a rasgar o bairro do Akongo em duas perigosas encostas, do meio do lamaçal criado pelas enxurradas, o sonho de Paulo André acabou por se transformar em pesadelo.

Entre os cerca de 70 corpos achados, estavam também os dos seus dois filhos. No meio dos escombros estava inteiramente desaparecido o «cúbico» que era o seu lar. E com ele todos os seus pertences ficaram ali soterrados. O inferno

daquele jovem só não terá sido pior porque restou-lhe a mulher, para juntos contarem a amargura dessa história.

Paulo André e a esposa fazem parte de uma massa populacional fixada em 1.130 pessoas, pelas autoridades do município de Lobito, que constituem a soma do número de indivíduos que ficaram sem as 199 casas e da cifra de populares que está à beira de outra desgraça, caso as providências de salvá-los não sejam tomadas com a devida urgência.

Reconhece-se que Akongo é o bairro que mais sofreu com a fatalidade, onde, na parte baixa da localidade, em que fica situado o campo de futebol do Académica Petróleo do Lobito, foi encontrada grande parte dos corpos arremessados pelas cascatas das chuvas.

Além dessa, a Canata, o Boa Vista, a Santa Cruz e o São João são as outras localidades que também foram duramente atingidas, deixando um monte de desabrigados.

Todavia, passados então 14 dias desde o funesto acontecimento, até a passada quinta-feira, conforme o Semanário Angolense constatou, as vítimas sobreviventes do Akongo ainda não estavam contabilizadas entre as cerca de 80 famílias que já se encontravam minimamente albergadas em tendas de um acampamento montado pelo governo local, naquilo que é o Centro de reassentamento das famílias desalojadas pela chuva.

Como o critério de assistência às vítimas, pelo que se vê no local e é confirmado oficialmente, implica a presença dessas pessoas no sítio do reassentamento, onde suposta mente se tem mais facilidade de controlo da distribuição de tudo o que seja necessário, então todos os sinistrados que até agora ainda não foram acampados têm estado totalmente de fora da ajuda.

O jovem Paulo André confirmou ter recebido um apoio do governo municipal logo após a tragédia, tal como afirmado ao SA pelo Director Municipal do Lobito dos Assuntos Sociais, Alberto Gongo. A administração municipal arcou com os custos dos caixões, disponibilizou transporte para os funerais e ajudou nas «sentadas» dos óbitos com um saco de arroz e um de fuba. Depois disso, nenhum outro apoio foi registado para ninguém

no Akongo, assim como em alguns outros bairros em que a chuva também fez sem-tecto.

(\*)Paulo André é um nome fictício, mas a pessoa é real. O jovem pediu o anonimato com medo de sobre alguma represália e perder o direito aos benefícios que lhe são devidos, enquanto sinistrado.

### 3.62 Graciano “afogado” por São Pedro

*Jornal A Capital*

*28 De Março de 2015*

*Texto: José Dos Santos*

Se há algo que as figuras chamadas a governar Luanda mais abominam, esta é certamente a chuva. Numa altura como esta, em que a capital do país é fortemente fustigada por enxurradas que, uma vez mais, vêm destapar as já fétidas feridas da 'sala de visitas' de Angola, Graciano Domingos estará certamente a observar alguns períodos de insónia.

Mas isso não é propriamente algo que o edil de Luanda desconhecerá, uma vez que se trata de alguém que conhece os quatro cantos da casa e sabe de antemão o quanto ela gasta.

Ao mesmo tempo sabe que tem sido mais ou menos em tempos como os que se vivem actualmente (o INAMET prevê ainda a ocorrência de chuvas mais fortes nos próximos dias) que os homens chamados a governar acabam por ver as suas cabeças a prémios. Por isso, Domingos estará, se não tanto, entre o martelo e a bigorna. Em boa verdade, o homem estará nesses dias a sentir os efeitos do mesmo veneno tragados pelos seus antecessores.

O homem que entrara com o rótulo de uma espécie de messias, começa agora a aperceber-se que mais do que uma ascensão, Luanda representa mais uma queda. É que quando se fez à porta principal do Palácio da Mutamba na pele de substituto de Bento Bento, GD sabia automaticamente ao que ia, de tal forma que prometera por altura do seu empossamento colocar cobro à desordem.

"Notamos que Luanda é um pouco afectada por alguma desordem e que é necessário encontrar,

colectivamente, soluções entre a administração da cidade e os cidadãos", disse à imprensa, mais palavra menos palavra o homem que começa agora a dar sinais claros de estar com as cargas das pilhas que trazia de início totalmente em baixa.

É que não sendo propriamente "duracell", as pilhas de Graciano nem ao sol parecem recarregar-se. Como se não bastasse o seu poder reduzido de que está provido, por conta de um novo desenho administrativo, o governador que praticamente funciona mediante um "controlo remoto" se acha distante da sede do GPL, de forma a evitar uma colisão frontal entre o poder central e o local.

Na verdade, pensava-se que o actual 'número um' de Luanda teria a vida bastante facilitada com o novo modelo de administração local diferenciado, além da desconcentração administrativa, com vista a garantir eficiência e a criação das melhores soluções para a futura administração autárquica.

Mas não é o que tem acontecido na plenitude: Graciano Domingos não esperava, por exemplo, que já no primeiro ano do seu consulado fosse "baptizado" com este furioso 'mau humor' de São Pedro. E pior ainda: no momento que mais precisa sequer vê a cara dos seus coadjuvantes (administradores), que parecem esticar o dedo do meio das mãos ao superior hierárquico. Isto é, supunha-se que os administradores viessem em socorro do chefe com recursos e meios suficientes para o merecido apoio.

Por isso vê-se com as mãos completamente atadas, sem saber o que fazer de concreto, se ri ou se, no entanto, chora ante as impiedosas águas que se abatem sobre a capital angolana.

Ademais, como aconteceu com os colegas de governo que o antecederam, ele também, o governador, arrisca-se a "morrer" da mesma poção envenenada: as gigantescas lixeiras que, vezes sem conta, se apoderam de Luanda de forma ameaçadora por razões que a própria razão teima em desconhecer.

E porque Luanda é um oceano de muitos e periclitantes problemas, a popularidade de Domingos (se é que alguma a teve em alta) revela-se bastante baixa. E não é para menos: além dos intermináveis congestionamentos no trânsito automóvel, que sufoca automobilistas e a cidade no seu todo, a cidade é 'ornamentada' por

profundos buracos que se revelam autênticas armadilhas em época chuvosa.

Acometido certamente de uma melindrosa disfunção arterial provocado por tantos problemas, o governador está a dar sinais evidentes de falta de fôlego. Esta semana (quinta-feira) reuniu-se com responsáveis de algumas empresas para clamar por ajuda, pois percebeu em tempo que sozinho acabará também arrastado pela mesma lama produzida pela chuva.

Ao fazer drapejar a bandeira branca aos munícipes, o inquilino do GPL está seriamente a procurar ganhar alguma carga que possibilite continuar a trabalhar, mesmo com a capital a revelar-se cada vez mais um caso endémico, onde todos os ensaios redundam em fracasso.

De resto, desde a última visita do Presidente da República ao Palácio da Mutamba, pouco ou nada mudou em Luanda, que não seja a saída de Bento Bento e a entrada bastante mediatizada do actual Graciano Domingos. O resto mantém-se como antes.

### 3.63 ««Mais de metade dos desabrigados ainda está fora do acampamento»»

*Semanário Angolense*

*28 De Março de 2015*

*Texto: N. Talapaxi S.*

O historiador Alberto Gongo é o Director Municipal dos Assuntos Sociais do Lobito. Ele é quem coordena a Subcomissão de Assistência às Famílias, criada pelo governo local para acudir aos sinistrados que sobreviveram à tragédia de 11 de Março, por acção das chuvas, naquela cidade portuária da província de Benguela.

Por indicação do administrador Amaro Ricardo, seria o interlocutor do *Semanário Angolense*, para explicar o quadro actual da situação, o que já foi feito pelas autoridades locais diante do sinistro e o que está a ser preparado para a melhoria da vida da população que ficou sem tecto, em especial a dos bairros mais afectados, nomeadamente o Boa Vista e o Akongo, onde foi encontrado o maior número de vítimas mortais.

Afirmando que «o acampamento não tem ainda cinquenta por cento dos desabrigados», Alberto Gongo, admitiu o «atraso» nesse aspecto, garantindo que, no entanto, está em curso o processo de reassentamento paulatino dessas pessoas, à medida que as tendas vão sendo montadas.

Até ao fecho dessa edição do Semanário Angolense, na quinta-feira, a instalação das tendas ainda não estava concluída. De acordo com o que deu a entender o director municipal do Lobito dos Assuntos Sociais, isto por falta de mão-de-obra voluntária, dum lado, e de recursos financeiros adicionais que poderiam garantir a logística (sobretudo alimentação) necessária a essa mão-de-obra, doutro.

Alberto Gongo acredita que a honestidade, a idoneidade e boa gestão, a começar sendo usadas pelas próprias autoridades, vão ajudar a facilitar o trabalho que está a ser levado a cabo pela comissão criada ara acudir à situação, apontando, no entanto, que tem havido casos de gente oportunista infiltrada entre os desabrigados para se aproveitar do que está a ser oferecido aos sinistrados para minimizar as dificuldades por que passam. Segundo ele, desmantelar os «infiltrados» é tarefa da polícia.

Semanário Angolense (SA) - Até agora, desde o dia 11 de Março, qual é concretamente o apoio que tem sido dado às pessoas que perderam tudo?

Alberto Gongo (AG) - As pessoas que estão acampadas no centro de reassentamento, que não fazem ainda cinquenta por cento do numero total de atingidos, têm o mínimo para alimentar-se até ao dia 31, altura que teremos lá mais do que a metade ou mesmo todos lá. Depois disso, a partir do dia 1 de Abril, queremos já dar às "percapitas" alimentares mensais por cada família. Nesse momento, além de distribuímos alimentos às famílias que já lá se encontram, estamos também a arrolar todo o volume de doações que vieram do resto do país e da diáspora, separando aqueles produtos que no mês de Abril podem caducar, para serem consumidos já. O mais perigoso nessa altura de tragédias é alimentar as pessoas com comidas caducadas. E o pior ainda é deitar fora. Queremos evitar isso.

Até ao fecho dessa edição do Semanário Angolense, na quinta-feira, a instalação das tendas

ainda não estava concluída. De acordo com o que deu a entender o director municipal do Lobito dos Assuntos Sociais, isto por falta de mão-de-obra voluntária, dum lado, e de recursos financeiros adicionais que poderiam garantir a logística (sobretudo alimentação) necessária a essa mão-de-obra, doutro.

Alberto Gongo acredita que a honestidade, a idoneidade e boa gestão, a começar sendo usadas pelas próprias autoridades, vão ajudar a facilitar o trabalho que está a ser levado a cabo pela comissão criada ara acudir à situação, apontando, no entanto, que tem havido casos de gente oportunista infiltrada entre os desabrigados para se aproveitar do que está a ser oferecido aos sinistrados para minimizar as dificuldades por que passam. Segundo ele, desmantelar os «infiltrados» é tarefa da polícia.

Semanário Angolense (SA) - Até agora, desde o dia 11 de Março, qual é concretamente o apoio que tem sido dado às pessoas que perderam tudo?

Alberto Gongo (AG) - As pessoas que estão acampadas no centro de reassentamento, que não fazem ainda cinquenta por cento do numero total de atingidos, têm o mínimo para alimentar-se até ao dia 31, altura que teremos lá mais do que a metade ou mesmo todos lá. Depois disso, a partir do dia 1 de Abril, queremos já dar às "percapitas" alimentares mensais por cada família. Nesse momento, além de distribuímos alimentos às famílias que já lá se encontram, estamos também a arrolar todo o volume de doações que vieram do resto do país e da diáspora, separando aqueles produtos que no mês de Abril podem caducar, para serem consumidos já. O mais perigoso nessa altura de tragédias é alimentar as pessoas com comidas caducadas. E o pior ainda é deitar fora. Queremos evitar isso.

SA - Que apoio imediato teve essa' população logo que aconteceu a tragédia?

AG - O apoio que foi dado pelo governo, através do Centro, de Apoios, foi feito em duas fases. Primeiro foi tomar as providências com relação às pessoas falecidas. Dar o tratamento condigno, fazer os funerais humanos, tudo em comunhão com as famílias. O governo apoiou com urnas, num total de 70, com

carrinhas, para os funerais, e apoiou com bens alimentares para os óbitos.

SA - Não houve nenhum o apoio financeiro?

AG - Não quis me referir a esse apoio ainda. Mas, não foi do governo municipal ou provincial. Esse foi um esforço da AJAPRAZ, que deu a cada família enlutada 30 mil kwanzas. E que nós também agradecemos.

SA - Não acha que, de certa forma, estejamos a demorar no apoio que está sendo prestado a essas vítimas?

AG - Eu, acho que não. Se o problema aconteceu no dia 11, nós tivemos que esperar até ao dia 13, numa sexta-feira, para fazer os funerais. No dia 16 começamos com a instalação do acampamento e recepção dos sinistrados. E eu acho que não demoramos. Lá no campo de reassentamento, começamos logo por dar a assistência necessária.

SA - No acampamento provisório, pretende-se montar quantas tendas?

AG - Neste momento, montamos 27 tendas que estão a abrigar aproximadamente 80 famílias - 292 crianças e 198 adultos. {Os dados actualizados até quinta-feira indicavam 134 tendas montadas}.

SA - Constatamos no terreno que já há pessoas abrigadas que são de Catumbela quando soubemos que Lobito foi mais atingido.

AG - Realmente as zonas mais atingidas são do Lobito, mais precisamente da sua região sul - Boa Vista, Santa Cruz, Alto Akongo.

Baixo Akongo e São João. A Catumbela quase tem a metade da população reassentada. Para Lobito, tendo em conta o número maior de sinistrados, nós estamos a acomodar as pessoas à medida que aprontamos as tendas. E o número vai subindo...

SA - Então nesse caso, houve uma prioridade para a população atingida da Catumbela?

AG - Não. É mesmo porque o número de vítimas ali é bastante ' reduzido. Não estão todos, mas quase todos já estão lá.

SA - Então, quais são os critérios?

AG - Estamos a ter em conta os lugares mais afectados. Começamos pelos mais afectados. Mas, em princípio, numa primeira fase, a prioridade é atender todas as famílias que perderam as casas na tragédia.

SA - Todas poderão ser abrigados ate quando?

AG - É um numero aproximado de 250 famílias. Só a medida que vamos montando as tendas é que vamos aumentando o atendimento. Sabe que não há recursos financeiros adicionais. Há aí essa crise. Por isso é que nós estamos a pedir primeiro a voluntariedade, no sentido de se montar as tendas. Os jovens que estavam a ser mobilizados para tal estavam a exigir algumas condições logísticas, para permanecer. E é normal! Só que nós não temos recursos.

SA - Faltam, então, pessoas voluntárias para ajudar na acomodação das vítimas no acampamento?

AG - Nesse momento estamos a mobilizar as forças armadas e os serviços da protecção civil para nos

### 3.64 «O Governo não vai construir mas sim dar o apoio em meios»

*Semanário Angolense*  
28 De Março 2015

SA - Além do socorro que vem sendo dado, que política governamental está em curso para que não volte a ocorrer um desastre como esse, na medida em que estamos ainda em tempo de chuvas?

AG - Assim que aconteceu a tragédia, estamos a comunicar as pessoas. A comissão provincial liderada pelo governador já está a trabalhar no loteamento dos terrenos para se começar com a autoconstrução dirigida. É bom que se note que governo não vai construir as casas. Vai somente dar todo o apoio em meios, instrumentos, enfim, de tudo que há para construir as casas, devendo cada família edificar a sua. Aqueles que são das igrejas e as próprias igrejas vão ajudar. Nós estamos a mobilizar todas as organizações juvenis, pedreiros, carpinteiros, para virem ajudar, prestar essa solidariedade. Aqueles que não puderam dar apoio em produtos, poderão dar apoio em mão-de-obra para que as famílias estejam nas tendas no prazo máximo de quatro meses. E que no quinto mês saiam para as suas casas próprias.

SA - Isso é em curto prazo. Mas o que nós queremos saber é como ficam as famílias que estão nas zonas vermelhas, em risco iminente, uma vez que as chuvas continuam a cair...

AG - Estamos a passar o apelo no sentido de que as pessoas saiam daí. Agora há pessoas que realmente estão a ser um pouco oportunistas. Não querem colaborar. Querem permanecer ai: como sabem que as chuvas vão estar connosco até Abril, querem nos empurrar mais responsabilidade. As casas estão quase a cair, querem tirar um proveito disso. A preocupação do governo é apenas com os cidadãos que perderam famílias, perderam as casas no dia 11 de Março.

SA -Com tudo o que se tem disponível hoje, tendo em conta as doações que foram feitas por todos os quadrantes do país, dá para manter essa população durante os quatro meses que vai permanecer no acampamento?

AG - Vocês acompanharam a manifestação de solidariedade que saiu de todos os cantos do país. Acreditamos que com essa manifestação de unidade nacional, esse fortalecimento da adesão demonstrada pelos angolanos, e com uma boa gestão, vai dar para acomodar as famílias e serem assistidas durante quatro meses, talvez até cinco ou seis meses. O importante é que haja uma boa gestão, um controlo eficaz, que haja idoneidade, começando por nós mesmos. No que estiver ao nosso alcance, nós vamos fazer para que as pessoas não passem fome. No entanto, é bom que se diga também que nós não estamos a prometer dar comida de primeira classe. Estamos a dar comida própria para assistir a pessoas numa situação de tragédia como essa. São as condições básicas que estamos a dar. O que não estiver no leque das doações as famílias podem obtê-lo através de permutas.

SA -E além da doação de alimentos, há a considerar que quem trabalhe continue a fazê-lo?

AG - Sim. Como muitas famílias têm emprego, principalmente os chefes, à medida que se reassentem vão seguir a sua vida normal, vão trabalhando para terem a sua renda mensal. E nessa altura poderão trabalhar para levantarem a sua casa. O governo vai dar o loteamento, vai dar o material de construção, vai dar o protótipo da casa, e vai fazer a infra-estrutura estradas, lojas, hospital e escolas.

SA - Então vai nascer um bairro novo por força das circunstâncias?

AG - Sim! É um bairro novo. Seria em princípio para 250 famílias, mas nós estamos a esticar para 300. Há sempre aqueles imprevistos.

### 3.65 Tragédia “centrar” choca Benguela

*Jornal A Capital*

*28 De Março de 2015*

*Texto: Marcos António*

O relatório com informações pormenorizadas sobre a tragédia do Lobito acabava de chegar às mãos do Presidente José Eduardo dos Santos, quarta-feira, 25, quando a cidade de Benguela era arrasada por fortes chuvas, durante cerca de duas horas, com o balanço - provisório - a apontar para cinco mortos, milhares de desalojados e casas, escolas e unidades sanitárias inundadas.

Horas antes, num encontro com as autoridades tradicionais, o emissor da mensagem, o governador provincial, Isaac Maria dos Anjos, admitia que a província estava a ser bastante fustigada, como que a pedir trégua, mas as suas preces não foram ouvidas.

Inúmeros moradores do Calomburaco, bairro situado nas imediações do rio Cavaco, viram-se obrigados a abandonar as suas casas enquanto chovia, passando ao relento o resto da noite, num jardim, no bairro da Graça e ao lado de um centro comercial, entre as duas horas e as cinco da manhã. Há relatos de estragos em outros bairros, como são os casos da Pecuária, Fronteira e Casseque, mas é o Calomburaco a capitalizar as atenções, uma vez que o rasto de destruição terá partido de um ponto não abrangido pelo programa de regularização dos rios, que custou ao Estado largos milhões de dólares norte-americanos.

Os sinistrados, é certo que desprovidos de elementos técnicos, acenavam para a parte montanhosa, na área das bimbás, de onde a água saiu em direcção às casas e lavras, como adiante veremos no pronunciamento do presidente da Federação de Cooperativas Agropecuárias. "Pensamos que o Governo (central) deve concluir a barreira de forma mais eficaz, partindo de lá,

onde tudo principia. Eles sabem, não consigo definir, mas precisamos de uma barreira a impedir que a água invada as populações e os campos agrícolas", afirmou um chefe de família que tinha abandonado a sua moradia com o caudal ainda em baixa.

Cabisbaixo, ele falava em "enormes prejuízos", ao ressaltar que não existiam sobras dos haveres de uma população que continuava a deixar áreas sob ameaça até ao amanhecer, concentrando-se no centro da cidade. "Corri descalço, aflito, mas consegui salvar as crianças", venceu, pouco antes de ter sido interrompido pelo vizinho, que apontou a parte plana, a precisar de subir, para justificar os estragos. "Se assim fosse, a água teria o rio como destino. Sem isso, nem no próximo ano nos safamos", assinala a fonte, que lamenta a passividade das autoridades tradicionais face a urna falha que parece à vista de todos.

Duas horas depois, já ao amanhecer, era visível um "mar de pessoas" com embrulhos à cabeça, andando sem amparo à procura de abrigo. O aspecto comum é que as centenas de famílias diziam ter perdido tudo, já que as casas se encontravam completamente inundadas, quase que sem acesso. "Vamos ficar à espera do apoio do Governo", diziam jovens e senhoras, que optaram pelo abandono das suas casas, como facilmente se percebe, para evitar o cenário do Lobito.

Agricultor põe o dedo na ferida

Embora centrada em prejuízos no campo agrícola, a primeira reacção do presidente da Federação das Cooperativas Agro-pecuárias, Manuel Monteiro, dá consistência ao que alguns populares chamam de falhas no programa de regularização dos rios.

O empresário falou do rompimento do dique de protecção que fazia o suporte das águas, dando lugar a enchentes em alguns bairros, entre os quais o da Fronteira. Mas não é tudo. Outra vez em consonância com os argumentos de gente que admite não possuir muitos dados técnicos, Manuel Monteiro disse que muita água saiu das montanhas, concretamente do riacho que passa pelas bimbás. "O rio seco transbordou, provocando danos nos acessos e danificando culturas, sistemas de rega, tubos e fitas e irrigação", sustentou o homem que diz nunca ter visto algo similar ao longo dos últimos 25 anos.

O também presidente da Associação dos Agricultores acrescentou que as águas das montanhas embatem no dique que ruiu - recentemente reparado e não entram para o Cavaco, têm a cidade como destino. "A parte central do vale é a que mais sofreu, estou preocupado com o dique que não suportou", assinalou.

Num breve comentário a propósito das pretensas lacunas na regularização do rio, o administrador municipal limitou-se a garantir que as etapas correcionais ou adicionais contarão com um maior envolvimento do seu pelouro. Com várias equipas de trabalho no terreno, Leopoldo Muhongo dava a cara para um balanço provisório dos prejuízos causados pelas cheias, tendo começado com elogios ao comportamento da população que abandonou as zonas de risco. Informou que a solução imediata passa pela criação de albergues provisórios, com as condições básicas para os desalojados. "Estamos a falar da água, da luz e do saneamento. É este o procedimento em casos de emergência", reforçou o administrador, visivelmente abalado face à morte das cinco pessoas, todas arrastadas na tentativa de travessia de uma ponte.

Flagrante delito

Já quase ninguém se lembra da primeira visita de Isaac dos Anjos ao vale do Cavaco, há dois anos, pouco depois da sua chegada do Namibe. Já quase ninguém se lembra, diríamos, das garantias que resultaram da visita, acompanhada por técnicos da construtora brasileira Odebrecht, que trabalhou no programa de regularização dos rios.

As duas primeiras fases do desassoreamento do Cavaco, que implicaram a colocação de diques de protecção (rochas graníticas que formam barreiras de 4 e 5 metros de altura), permitiram dar resposta a calamidades que custavam muitas vidas humanas e destruíam casas e áreas com bens alimentares. Se tiver sido cumprido o acordo, as duas margens do rio contam com 28 quilómetros de diques, tendo em conta as exigências impostas pela terceira e última fase, levada a cabo até 2014.

Os bairros do Quioche e do Kapiandalo, antes confrontados com inundações, foram protegidos, passando a contar com diques que apresentam na parte superior áreas para circulação automóvel. Tratou-se de uma operação que, grosso modo,



trouxe o sossego que a população ribeirinha esperava, mas algo incómoda, diga-se, aos olhos dos homens do campo.

É que alguns dos diques, sobretudo os mais recentes, fazem com que a água bata e se resvale para a margem esquerda, arrastando consigo solos agrícolas. Esta preocupação foi apresentada à Odebrecht por Manuel Monteiro, que disse ter perdido, em consequência deste senão, qualquer coisa como três hectares. Bem mais prejudicado, com 15 hectares perdidos, ficou o agricultor Armando Romeu, defensor de comportas para o aproveitamento da água.

Diante de técnicos do empreiteiro das obras, mostrou que existem diques à beira do desabamento, seguramente sem revisão, que podem deixar de proteger populares e campos cultiváveis.

Solidários com os agricultores, os técnicos brasileiros asseguraram que efectuariam estudos que permitissem intervir a tempo de salvar a semente lançada à terra. Vistas as coisas deste prisma, parecia que estava esgotado o rol de inquietação. A verdade, baseada no que a população e também Manuel Monteiro dizem que deveria ter sido feito, mostra algumas insuficiências, em análise, segundo apurou o A Capital, ao mais alto nível, uma vez que se trata de uma obra de subordinação central.

### 3.66 Moradores do distrito da Samba em desespero

*Jornal de Angola*

*30 De Março de 2015*

*Texto: Cristina Da Silva*

Os moradores do distrito da Samba vivem momentos de desespero com o aumento do nível das águas, em consequência das chuvas que caem constantemente em Luanda.

Se anteriormente o maior problema da Samba consistia no facto de o bairro se situar numa área freática, agora a situação complica-se.

As águas das chuvas deixam as ruas da Samba Grande totalmente intransitáveis.

A par disso, surge um novo cenário. O lixo e o capim invadem o bairro. Em todas as esquinas e ruas a situação é idêntica.

O mais grave é que as crianças aproveitam as águas das chuvas para brincar, o que constitui um atentado à saúde.

Além de consumirem o asfalto em toda a extensão do bairro, as águas estão a destruir as casas. O pequeno bairro de pescadores perde aos poucos a sua imagem tradicional devido a problemas de saneamento básico.

As ruas do Silêncio, Nova Samba e Augusta há muito deixaram de existir. Circular a pé ou de carro tem sido uma dor e cabeça para quem vive naquela zona. Lixo, águas paradas, buracos e capim ocupam as vias.

O esforço dos moradores do bairro que com alguns materiais tentam minimizar o problema tem sido em vão, já que a solução do problema requer uma intervenção de vulto.

"É uma situação que já vem de há muito tempo", disse um dos moradores, considerando como alternativa a reconstrução do bairro e o realojamento dos moradores em zonas seguras.

Na rua Nova Samba, onde os carros já não circulam há muito tempo, os moradores juntaram-se para tentar reduzir o nível de água das chuvas que entram nas casas.

"Podemos passar aqui toda a tarde a tirar a água, mas se voltar a chover, nada estamos a fazer", conta Ermelinda Lima, residente no bairro há mais de 25 anos. "Da administração do distrito não vemos nada e agora com as casas a caírem não sabemos como fazer", lamentou. As ruas da Samba Grande são utilizadas por muitos automobilistas para chegar ao centro da cidade e vice-versa.

Devido ao estado de degradação, muitos automobilistas evitam aquelas ruas.

Sem alternativas

Quem antes usava a rua do Silêncio para desembocar na avenida principal da Samba não tem alternativa senão aguentar o congestionamento. Filipe Guimarães, morador do

bairro do Futungo, município de Belas, considera a situação caótica e inadmissível.

"É sabido que as ruas terciárias ajudam a descongestionar a avenida principal e por não estarem em condições estruturais, somos obrigados a ficar longas horas no trânsito, porque só temos uma via para quem sobe ou desce", disse.

Defendeu a necessidade de um trabalho profundo na zona para ajudar a circulação automóvel e a vida das populações. Rosalina Napoleão, moradora na rua Samba Mar, lamentou a situação que se vive no bairro.

Em companhia de outras moradoras, procura com meios próprios reduzir a água da rua que se encontra intransitável há mais de 15 anos.

Conta que as campanhas de limpeza de lixo e de retirada de água realizam-se constantemente, "mas isso não soluciona problema que enfrentamos".

Podemos usar electrobombas, mas as águas de outras ruas retiradas com o mesmo meio dificulta o nosso trabalho, concluiu Rosalina Napoleão.

### 3.67 Sector do Ambiente exige maior rigor

*Jornal de Angola*  
30 De Março de 2015

A ministra do Ambiente pediu, em Luanda, aos organismos ligados à qualidade ambiental maior rigor nos estudos de impacto ambiental, feitos sobretudo em zonas costeiras.

Fátima Jardim discursava numa reunião com os directores provinciais de Qualidade Ambiental e disse ser necessário lançar planos públicos para fazer frente às chuvas que têm causado, em todo o país muitos danos materiais e humanos.

A ministra frisou ser urgente elucidar as populações sobre os perigos dos assentamentos costeiros e reforçar a fiscalização nestas zonas e pediu aos directores que façam estudos que determinam o valor do clima, da vegetação e da diversidade biológica.

A titular da pasta do Ambiente disse que as chuvas que caem pelo país continuam a causar vítimas,

uma realidade que é, em sua opinião, resultante do "crescimento desregrado" das áreas residencial.

### 3.68 Administração tem mais meios

*Jornal de Angola*  
27 De Março de 2015

Os problemas causados pela chuva no Cazenga passam a ser em parte resolvidos com recurso a uma retro escavadora, moto niveladora, pá carregadora, dois camiões basculantes e dois camiões cisterna, disse o administrador municipal a Angop.

O administrador do Cazenga Nataniel Narciso afirmou que a aquisição daqueles meios permite a Administração Municipal ser autónoma na resolução dos problemas causados pela a chuva.

O porta-voz do Serviço de Protecção Civil e Bombeiros, Faustino Sebastião, informou recentemente, que a chuva que se abateu sobre Luanda nos últimos dias foi acompanhada de vento forte e trovoadas, o que provocou a morte de dois menores nos municípios do Cazenga e Sambizanga respectivamente, com inundação de 15 residências em Cacucaco.

### 3.69 Cubatas em zonas de risco na capital

*Jornal Agora*  
27 De Março de 2015

A Habitação é um direito consagrado na Constituição. Apesar dos esforços, a marcha do estado ao encontro dos mais necessitados ainda é lenta.

Em Luanda, só para ilustrar, milhares de pessoas vivem em cubatas precárias nas zonas consideradas de alto risco. No Morro da Kinanga, há 'chimbecos' construídos no cume da elevação, o que pode ser extremamente perigoso nesta época de chuvas.

Há quem diga, com alguma razão, que, mesmo com o esforço de guerra que o país viveu durante longos anos, na capital os seus efeitos não eram tão marcantes, sendo que a edilidade poderia orientar as pessoas a posicionarem melhor os seus casebres.

A municipalidade deixou que cada construísse, a seu bel-prazer, a sua moradia e hoje está aí a podridão que bem poderia ser evitada, não fossem os administradores os participantes desta anarquia, muitos dos quais acabaram por ficar riquíssimos pela venda de terrenos que poderiam servir o interesse colectivo.

Quem pode acabar com tanta desordem?

### 3.70 10.129 Ó chuva por favor, não nos castigues mais Jornal Agora

*13 De Março de 2015*

*Texto: Ramiro Aleixo*

O país está de luto. As buscas ainda não terminaram, mas tudo aponta que as chuvas torrenciais que se abateram na madrugada da passada quinta-feira sobre o litoral de Benguela causaram a morte de 64 compatriotas e de entre as vítimas, 25 são crianças.

O momento é de profunda consternação, particularmente porque, de acordo alguns relatos que nos foram chegando, nalguns casos pareceram famílias inteiras.

E, deste canto, até porque nos ligam laços de afectividade a essa pitoresca localidade, este colectivo apresenta às famílias enlutadas os seus sentimentos de profundo pesar. Do mesmo modo, coloca-se à disposição das autoridades lobitangas e não só, para o que julgarem necessário, por fazermos parte dessa onda de solidariedade que vai crescendo e que é necessária, para que se possa acudir e confortar as centenas de vítimas das enxurradas. Todos devemos fazer a nossa parte, no que for possível, uma vez que, há inúmeros desabrigados e tudo o que for possível para a satisfação de tantas necessidades, entendemos que será bem recebido por quem perdeu quase tudo (ou tudo).

Se é verdade que os efeitos da chuva podem, nalguns casos, ser minimizados, não há como travar a força da natureza. E dizem os mais-velhos que há cerca de 43 anos que não chovia assim, ou seja, desde 1972. Por isso, é desnecessário, tendo em conta alguns comentários que lemos e ouvimos, tentar encontrar culpa- dos, porque não há Nem mesmo a própria natureza ao descarregar

a sua força sobre quem já não tem nada deve ser considerada culpada, visto que ela própria é a expressão da liberdade que procuramos, mas que, nalguns casos, lhe foi retirada pelo próprio homem, por necessidade, por negligência ou por apetite exagerado, ou de luta pela sobrevivência, desde os tempos mais remotos. Esses estragos fazem parte de ciclos que se repetem a cada cinco anos, a 10 ou 50. Chega sempre o dia E foi o que aconteceu. Somente isso. Contudo, não deixa de ser perceptível ainda certa indiferença de uma boa parte de nós mesmos para com o infortúnio que se abate sobre várias famílias.

E não é só neste caso. Tem sido patente também em acidentes de viação que ceifam dezenas de vidas. Durante algum tempo até falamos nele, procura-se fazer a correcção de erros, mas logo de seguida voltamos à rotina como se não tivesse ocorrido nada. Quem sabe-se a natureza não está a castigar- nos para que possamos abrir as nossas cabeças e perceber que, com o que fazemos de mal, podemos na mesma dimensão fazer o bem, começando em primeiro lugar por proteger o que é mais sagrado: a vida. Até mesmo o domador de leões sabe que envolve grande risco, por vezes incontrolável, colocar a cabeça na boca da fera. Isso para dizer que, independentemente das razões que servem de pretexto para a satisfação de necessidades primárias como ter residência própria, isso não tem ser feito até no meio de um rio só, porque está seco.

Essa consciência e esse espírito têm de ser passados com frequência para o cidadão e com exercício de autoridade, porque não será amanhã que todos os pobres ou necessitados terão essa questão resolvida. Há demasiados factores que interferem, mas, também, reconhecamos, o Governo não é detentor de nenhuma varinha mágica que dia para a noite transformará o que é feio em belo.

Logo, tudo começa pelo nível de consciência e de conhecimento do próprio cidadão. Elevá-la em primeiro lugar é que deve sim, estar entre as prioridades de quem governa. E oxalá, para o bem de todos a bendita chuva não castigue mais. Senão, afundamos!

**3.71 10.130 Árvores no Bié são  
dizimadas**  
**Jornal de Angola**  
**16 de Março 2015**

O Instituto de Desenvolvimento Florestal (IDF) no Bié está preocupado com o abate ilegal de árvores, sobretudo em Camacupa, Andulo e Chitembo para produção de carvão, disse o chefe de departamento provincial.

Rosário Teixeira afirmou, na ocasião, que há árvores, como o ombango, ossesse e omanda, usadas para a produção de madeira e carvão, que estão em vias de extinção.

Para alterar a situação, referiu, foi reforçada a fiscalização das florestas, decorre uma campanha de sensibilização sobre a importância das árvores no eco sistema e outra de plantação de pinheiros, cedros, eucaliptos, acácias, ombangoss, ossesse e omandas.

**3.72 10.130 Evitar ou proibir**  
*Jornal de Angola*  
*16 de Março de 2015*

As autoridades provinciais, municipais e comunais têm responsabilidades directas em cada casebre que é construído numa zona de risco. Não é preciso ser perito em nada, para saber onde corremos perigo de morte. Nas encostas íngremes, junto a pequenos riachos que no tempo da chuva ficam rios caudalosos, ou nas margens das valas de drenagem que transbordam, quando a água é muita ou o lixo provoca "barragens" facilmente arrastadas pela força das águas, quando chove mais do que o costume.

Por isso, quando ouvimos dizer que as pessoas devem "evitar" construir em zonas de risco vemos logo à memória a tragédia do Lobito que enlutou Angola. Hoje estamos a chorar dezenas de vidas estupidamente desaparecidas porque viviam em casas erguidas na encosta de um morro junto a uma vala de drenagem e no leito de riachos ocasionais. Um administrador comunal ou municipal, um governador ou ministro não podem dizer que é preciso "evitar" construir em zonas de risco. Têm de afirmar, sem medo, que é proibido. E exige-se muito mais de todos os que têm responsabilidades nesta área: que castiguem

exemplarmente quem "levantar" casas onde os moradores correm perigo de vida. A tragédia do Lobito tem de servir de ponto final nas construções em zonas perigosas.

## 4. ABRIL

### 4.1 Os Planos de urbanização devem ser mais rigorosos

*Jornal de Angola*  
2 De Abril de 2015 '  
Texto: Manuela Gomes

O director do Gabinete de Alterações Climáticas do Ministério do Ambiente alertou para a necessidade de haver um maior cumprimento dos planos urbanísticos e das normas estabelecidas sobre os ordenamentos municipais.

Giza Martins, que falava no seminário de validação da fase de preparação do projecto "As necessidades de adaptação na orla costeira em Angola", fez o alerta em virtude de haver "edificações com o ordenamento não apropriado".

O projecto, que vai ser desenvolvido nas províncias de Cabinda, Namibe, Cuanza sul e Bengo, visa a melhoria das condições de vida das populações mais vulneráveis, entre as quais as afectadas a nível social, económico e ambiental.

O representante em Angola do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) disse que o projecto levou em consideração as necessidades de diferentes sectores económicos, como os das Pescas, Agricultura e Turismo, afectados pelos efeitos das alterações climáticas. Samuel Mabor salientou a importância que a integração do clima e a componente adaptação nos planos estratégicos, políticas e orçamentos nacionais tem nos processos de planificação nacional.

#### Processos de planificação

Os processos de planificação nacional, acentuou, vão ser apoiados através do projecto e de outras intervenções inseridas na parceria estratégica estabelecida entre o Ministério do Ambiente e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e são fundamentais para a obtenção de um desenvolvimento sustentável e duradouro para o país.

"A complementaridade das várias intervenções que estão a ser executadas ou desenhadas, no âmbito das alterações climáticas, e, ao mesmo

tempo, fundamental para manter a coerência com as prioridades nacionais e assegurar as sinergias entre elas", concluiu Samuel Harbor.

### 4.2 Populações ribeirinhas estão protegidas

*Jornal de Angola*  
2 De Abril de 2015  
Texto: Cristina Da Silva

Quatro províncias vão dispor, a partir de 2016, de estações hidrometeorológicas, vinculadas ao Sistema de Aviso Prévio, já existente, com o objectivo de prevenir o aumento do nível de água em determinados rios e a ocorrência de chuvas Intensas Intercaladas com vento.

Vladimir Russo, consultor do Ministério do Ambiente, que deu a informação no decurso de um seminário sob o lema "Abordar as necessidades urgentes de adaptação nas áreas costeiras e o reforço das capacidades em Angola", realizado na cidade de Luanda, informou que as províncias abrangidas no projecto piloto são as do Bengo, Cuanza Sul, Cabinda e Namibe.

O ambientalista assegurou que as estações hidrometeorológicas vão poder determinar em 24 horas quando e que numa determinada zona pode haver ventos extremos.

O Sistema de Aviso Prévio, acentuou, e codificado com as cores azul, vermelha e laranja e emite informações as autoridades locais que, por sua vez, as fazem chegar as comunidades para estarem prevenidas.

Vladimir Russo explicou que, quando o alerta é azul, o nível da água pode crescer caso continue a chover de forma intensa. A laranja significa aumento do nível das águas, enquanto o alerta vermelho indica a subida extrema do limite do nível da água, o que pode causar catástrofes.

Quando é lançado o alerta azul, o Sistema Nacional de Protecção Civil deve automaticamente alertar as comunidades. O sistema, além de dar a previsão meteorológica, pode prever também a possibilidade de, numa determinada zona, haver estiagem, a fim da população ser alertada para o tipo de culturas que deve utilizar.

"Estes sistemas de alerta podem ajudar os camponeses, porque as culturas que muito dependem de água não podem ser feitas e vão buscar culturas resistentes a seca", disse o consultor Vladimir Russo, sublinhando que, "só com o apoio do Executivo e da sociedade civil, vai ser possível responder as alterações climáticas, estas medidas de segurança possam ocorrer também, nos próximos anos, em zonas como os rios Curoca e Cavaco, nas províncias do Namibe e Benguela. "O Objectivo do projecto é antecipar os problemas onde já existem comunidades", declarou Vladimir Russo.

A instalação das estações meteorológicas está avaliada em seis milhões de dólares, valor que vai ser desembolsado pelo Fundo Global para o Ambiente, pelo Programa das Nações Unidas para o Ambiente e pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

#### 4.3 Governador do Cuanza Sul transfere serviços técnicos para Pomba Nova

*Jornal Agora*  
2 De Abril de 2015

Eusébio de Brito Teixeira orientou, nesta terça-feira, a transferência dos serviços técnicos do Governo da Província e da Administração Municipal do Sumbe, na zona de reassentamento da Pomba Nova, visando prestar uma melhor assistência às populações afectadas pelas chuvas e inundações provocadas pelo rio Cambongo.

O governador diz que os Serviços Técnicos devem estar no local, mormente a Saúde, Educação, a Polícia, os Serviços de Bombeiros, Transportes, Energia e Águas, pois é muita gente por reassentar e urge a necessidade de ser bem acompanhada, para que não volte aos locais de riscos. Já iniciou a montagem de tendas onde deverão funcionar.

O edil aproveitou a ocasião para interagir com a população sobre as vantagens de estes estarem instalados no referido local.

"Neste momento, estamos a distribuir tendas, enquanto os trabalhos de preparação dos talhões decorrem para que possam receber as suas parcelas de terras com documentos, visando a construção das moradias, com uma tipologia já definida pela

administração municipal," observou o governador durante a visita efectuada aos bairros sinistrados, nomeadamente Praia, Antigos Combatentes e Águas, num total de 1.316, que estão sob risco iminente.

#### 4.4 Município dos Gambos (Huíla) avança na plantação de árvores

*Jornal Agora*  
2 De Abril de 2015

Pelo menos quatro mil e 500 árvores serão plantadas a partir deste mês no município dos Gambos, pela Acção de Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA) e Rede Criança, no âmbito do combate à desertificação.

De acordo com o administrador municipal, Elias Sova, serão plantadas, ao longo das principais artérias da vila, eucaliptos, jacarandás, mumi e acácias, num processo que vai contar com a participação da comunidade.

Por esta altura, no município ocorrem fortes chuvas com rajadas de vento, o que deixou destruídas mais de 60 residências, infra-estruturas administrativas e religiosas, devido à ausência de árvores na circunscrição.

#### 4.5 Sistemas de alerta serão instalados nos rios

*Jornal Agora*  
2 De Abril de 2015

Os cursos dos rios Chiloando (Cabinda), Longa (Cuanza Sul), Dande (Bengo) e Bero (Namibe) deverão beneficiar de sistemas de alerta pluviométrica para informar sobre a possibilidade de aumento do caudal e volumes de águas ou presença de fortes chuvas acompanhadas de ventos, disse, em Luanda, nesta terça-feira, o consultor ambiental do Programa das Nações Unidas para o Ambiente, durante um workshop de validação do projecto, denominado 'As necessidades urgentes de adaptação do clima em Angola'.

Vladimir Russo disse o projecto fazer parte da sequência de um plano de adaptação e mitigação que se pretende elaborar no país, face às alterações

climáticas e em resposta às fortes chuvas que ocorrem no país.

O sistema fará parte das estações meteorológicas existentes, cuja codificação usa as cores azul, laranja e vermelha, que é passada às autoridades locais e comunidades para agirem em conformidade,

O ambientalista notou que a ocorrência de chuvas extremas ao longo das duas últimas semanas resultou em mortes, ramificações de terrenos agrícolas e danificação de residências, havendo a necessidade de preparar o país para a mitigação das alterações climáticas e adaptá-lo a estes projectos.

O projecto visa, igualmente, capacitar as administrações municipais e comunais .

#### 4.6 Presos pelas Chuvas

*Novo Jornal*

*3 De Abril de 2015*

A Terceira rua dos seis e arredores dos Mulenvos de Cima esta "completamente" inundada. Os moradores estão "enfurecidos com a quantidade de águas paradas que circundam as suas residências".

Os munícipes revelam que diante da situação, alguns vêem-se mesmo obrigados a "andar de cuecas" na rua, durante a madrugada, para vestir-se num ponto seco da zona e chegar ao trabalho.

Contam que o dilema piorou com as ultimas chuvas que se abateram sobre a capital deixando quintais inundados, ruas intransitáveis e estradas esburacadas como o principal cenário daquelas paragens.

A zona, segundo os munícipes, beneficiou recentemente da construção de uma estrada, mas cuja obra ficou a meio da rua, facto que na visão dos residentes tem contribuído para as inundações das residências que ficam num dos pontos mais baixo da travessa.

"Eles não concluíram o trabalho. A estrada nova que sai do Millennium deveria ligar com a estrada da Recolixo, mas chegou apenas até a rua que dá acesso ao hospital dos Mulenvos. E agora quando chove, toda a água que sai daquela estrada,

desemboca aqui nas nossas casas", explicou D. Ângela, residente há mais de quatro anos na zona.

Sempre que chove, as residências ficam completamente inundadas, o que leva muitas vezes os moradores a socorrerem-se de electrobombas, baldes ou bacias para o escoamento das águas que invadem as moradias. "Mas já não temos força para tirar a água que fica na rua. Uns até hoje, continuam com os quintais inundados, somos que nem presos", lamentou-se D. Gina, que apela a intervenção do governo provincial de Luanda.

A força da correnteza das águas obrigou alguns moradores a barrar as portas das residências com muros, para que a mesma não penetre para dentro, "mas ainda assim, não resolve o problema", disseram.

"Aqui estamos mal. Os carros já não entram. Temos que deixa-los na estrada. Só ficamos bem quando não M chuva. Temos que meter muros nas portas para que a água não entre para dentro de casa, mesmo assim, não conseguimos. A água vem com muita pressão e somos sempre invadidos pela correnteza", explicou a interlocutora.

#### ABANDONO DEMORADAS

A invasão das águas está obrigar alguns moradores a abandonar os seus domicílios para outras zonas de Luanda, segundo revelou o mais velho João, outra vítima das enxurradas.

"A nossa maior preocupação é a inundações. A minha casa M dias ficou toda inundada. A água foi até ao quarto e tivemos de evacuar as crianças para a casa de um familiar. Alguns vizinhos começaram já abandonar as suas habitações. A situação está mal, disse o interlocutor que reclama a presença da administração local.

"Temos levado as nossas preocupações a administração municipal e a comissão de moradores, mas nada é feito ate agora. Nunca tivemos a intervenção de urna viatura da administração para desinfectar ou tirar as águas paradas", reclamou.

"Estou aqui M quatro anos e a situação não era assim. As obras da estrada pioraram a nossa condição. Com tristeza, diz que "temos falta de falta de uma canoa o que seria melhor para nos locomover de um lado para o outro. Uns se não saem de boxes ou de calcinhas ate a rua, não

chegam ao trabalho", desabafou o cidadão, visivelmente aborrecido.

#### Doenças e criminalidade

Uma outra situação que preocupa os moradores e o aumento de doenças diarreicas, acompanhadas de vômitos, devido as água paradas que se estendem pelo bairro, segundo revelaram os entrevistados ao Novo Jornal.

"Estamos a pedir a intervenção de quem de direito para que nos ajudem. Os mosquitos aqui já não se falam. As pessoas estão a adoecer de diarreia, vômitos, paludismos e outras enfermidades. Todos os dias somos obrigados a levar os filhos pequenos as costas para atravessar a água e chegar até a escola.

Os nossos maridos saem de cuecas ou calções curtos para se vestir na rua e ir trabalhar. Desde Novembro que vivemos esta situação. Sempre que chove, a história e a mesma e nenhum governante faz qualquer coisa", resmungou D. Francisca, residente na zona M 15 anos".

Já o cidadão Girão, que lá mora há sete anos, mostra-se também preocupado com o Índice de criminalidade que vai crescendo na localidade, uma situação decorrente da constante falha de luz eléctrica e das inundações que a zona enfrenta.

"O Índice de criminalidade aqui é muito alto. Os bandidos fazem assaltos a mão armada, as casas e as cantinas e até matam pessoas. Aqui há um grupo chamado Bela que não para. Ainda antes de ontem mesmo, por volta das 17 horas, assaltaram um jovem que foi espancado e tiraram-lhe 30 mil kwanzas mais o telefone. Tem havido pouco patrulhamento policial", reclamou o interlocutor.

#### 4.7 Bairro Popular vive um mar de dificuldades

*Jornal De Angola*

*3 De Abril de 2015*

*Texto: Arcângela Rodrigues*

Os problemas causados pela falta de saneamento básico continuam a marcar o quotidiano dos moradores do Bairro Popular. As ruas estão esburacadas e cobertas de lama, as valas de drenagem entupidas e há lixo espalhado por todos os cantos. Em algumas ruas como a Cimex, Neves

Bendinha, Machado Saldanha, Euric, Porto Alexandre e Mora, o trânsito é impossível, principalmente nos dias de chuva. Nem a pé se pode andar.

Os esgotos a céu aberto criam lagoas à porta dos moradores. Quando a chuva é muita, as águas invadem as ruas e casas, causando transtornos e prejuízos. As inundações são frequentes e causam danos a quem já pouco tem. As casas já não arejam devidamente, porque as janelas e as portas estão sempre fechadas, por causa do mau cheiro dos esgotos rebentados.

Na zona Olímpio Macueria algumas ruas já beneficiaram de obras de requalificação. Mas outras ainda estão à espera. Pouco feito e quase tudo por fazer. A degradação continua e afecta a parte já requalificada. Os moradores pedem às autoridades competentes para darem continuidade à obra.

Maria da Conceição vive na Rua do Euric, no Bairro Popular, há 55 anos. Disse à reportagem do Jornal de Angola que desapareceu há muito tudo o que encontrou. Uma zona urbanizada e com todas as infra-estruturas, hoje foi tomada pelo caos urbanístico. Há moradores que constroem no espaço em frente às casas e nos quintais. As casas originais desaparecem na confusão.

O saneamento básico está "rebentado". Os passeios desapareceram e os mais ousados construíram "casas" nos espaços públicos. O Bairro Popular nasceu para alojar gente sem grandes posses. Mas apesar de ter casas modestas, as construções tinham qualidade. São vivendas unifamiliares, quase todas geminadas. Era proibido construir em altura.

#### Modelo de sucesso

O modelo teve tanto sucesso que foi construído o "número dois", com mais habitações que o "número um". Até ao ano de 1975, cresceu sempre e era uma das zonas de Luanda com mais habitantes. Nos meses que antecederam a Independência Nacional houve a debandada geral, porque a maior parte dos moradores era de origem portuguesa. Muitas casas ficaram abandonadas, mas por pouco tempo.

O problema é que desde então, nunca mais houve obras de manutenção nos passeios e arruamentos.



A iluminação pública foi negligenciada. O saneamento ficou assoreado por falta de manutenção. As avarias na rede de água surgem com frequência. O Bairro Popular começou a ser construído nos anos 50 e as canalizações estão "podres". A rede eléctrica há muito que pede substituição. Começou por ser um "dormitório" de Luanda, servido pelo machimbombo da linha 22 (directo) ou da linha 16 (até à Terra Nova).

O gueto hoje está afogado num mar de problemas onde a qualidade de vida se perde.

#### Trabalhos parados

"No ano passado, a Rua do Euric e os arruamentos adjacentes começaram a receber obras de reabilitação, mas este ano as obras paralisaram e ninguém nos informou quais foram os motivos que levaram à suspensão dos trabalhos", explicou Maria da Conceição, uma das veteranas do bairro e que ainda conserva na memória os "tempos áureos".

A suspensão de trabalhos de reabilitação nos bairros sem uma explicação aos moradores, é comum em Luanda. As administrações distritais e municipais nem se dignam dar uma satisfação aos moradores. Do alto da sua arrogância vão iludindo a realidade com discursos políticos, quando as soluções têm de ser técnicas.

#### Mudança de empreiteiro

Maria da Conceição explicou que no começo, as obras estavam à responsabilidade de uma empresa chinesa. Mas sem ninguém perceber como nem porquê, um dia os trabalhos ficaram a cargo de uma empresa portuguesa. Agora nem uns, nem outros. Está tudo parado.

No ano passado, enquanto decorriam os trabalhos, os moradores apresentaram várias reclamações ao encarregado da obra, porque as máquinas rebentaram com as redes de água e luz. O costume. Os empreiteiros até "cortam" os cabos de alta tensão da Edel e ninguém os responsabiliza. "O problema da energia foi solucionado e quanto à água, continuamos com os mesmos problemas. Foram instaladas torneiras na via pública, mas a água sai sem pressão", acrescentou.

"Entre os moradores não há entendimento. Alguns vizinhos ligam mangueiras às torneiras que

foram instaladas junto às paredes ou aos muros e levam nas para dentro das suas casas, todo o dia. Os outros têm de comprar cada bidão a 75 kwanzas", afirmou Maria da Conceição. Mas para as torneiras serem instaladas todos os moradores tiveram que contribuir. Agora alguns fazem deles, o que é de todos. Ninguém actua contra os "gatunos da água".

#### Péssimas condições

No Bairro Popular, quando chove é uma lástima. Ninguém consegue sair de casa e as crianças ficam sem estudar. " Por causa das péssimas condições da via, o meu genro ao sair de casa caiu e partiu o braço", disse Maria da Conceição. Rosa dos Santos é também moradora na Rua Euric, no Bairro Popular, há 41 anos. Explicou à nossa reportagem que por causa das águas paradas, os moradores estão sujeitos a todo tipo de doenças. "Estamos a viver por cima do lixo só não sei até quando vamos aguentar estas condições", acrescentou. A moradora também disse que por causa das águas paradas e do lixo, os vermes estão a invadir as residências e há mosquitos por todos os cantos. "Os esgotos foram mal instalados. Tudo o que é deitado na sanita ou na lava loiça, volta para dentro de casa", realçou. Mas Rosa tem um problema mais grave: "Para sair de casa, como estou cercada por lagoas, tenho de trepar as paredes e a minha idade já não permite".

Rosa dos Santos deixa um conselho: "Para evitarmos situações desagradáveis é importante fazer previsões para o começo das obras. O tempo de cacimbo é o melhor para realização deste tipo de trabalho".

Vendedoras e vendedores ambulantes continuam a fazer os seus negócios em lugares impróprios, ao lado do lixo e das águas paradas. Quem passar pela Rua da Cimex até à zona Olímpio Macueria, que dá acesso ao Hospital Sanatório, só vê "bancadas" de um imenso mercado informal, onde se vende de tudo um pouco. E os moradores do Bairro Popular têm ainda a cereja em cima do bolo: a confusão permanente dos táxis e os engarrafamentos monstruosos.

## 4.8 Pressão popular leva abertura de breche no dique Rio Cavaco

*Jornal O País*

*3 De Abril de 2015*

*Texto: Constantino Eduardo*

Segundo os moradores, isto deveu-se a um alegado erro de engenharia da ODEBRECHT, empresa encarregue da construção dos diques. Águas paradas, casas submersas compõem o cenário no Calomburaco.

Entre a aflição, e a julgar pelos estragos que a água causou, os sinistrados apelaram ao Governo no sentido de intervir na zona, porque, segundo dizem, durante a construção dos diques, a empresa não observou alguns padrões de engenharia e hoje as consequências são nefastas. a altura, dizem, o órgão da administração pública simplesmente não ouviu os seus clamores e remeteu-se ao silêncio.

Diante de tal comportamento, os moradores pegaram em pás, enxadas e outros instrumentos para abrir uma brecha no dique que permitisse o escoamento 'das água.

Chamada a intervir, quando os populares deitavam o dique a baixo, a Polícia de Intervenção Rápida (PIR) apareceu no local e tentou conter a acção dos cidadãos que estavam com os nervos à flor da pele, tendo estes se insurgido contra as forças da ordem, arremessando-lhes pedras e outros objectos.

A Polícia, por sua vez, lançou gás lacrimógeno e os moradores, dispersaram-se." ós aqui só estamos a exigir que o Governo destrua esse troço que não está a possibilitar que a água entre no rio. Há um troço do Cavaco que também não está bom, e nós somos colhidos pela água, o que significa que a água só entra e não sai. Agora a polícia está a vir aqui atirar gás e até fez tiros, só que foi no ar", disse a O PAÍS uma cidadã que não quis ser identificada.

Devido a preocupação, o Governo da província decidiu atender os clamores e, não tardou, apareceram homens e máquinas escavadoras para abrir o canal e facilitar o escoamento das águas para o rio Cavaco e, conseqüentemente, para o mar.

António Rego, director provincial das Obras Públicas, referiu que o momento não era para procurar culpados, mas para corrigir o trabalho.

Segundo Rego, as chuvas tinham caído muito acima do que se previu, sendo esta a razão das inundações.

Com esse gesto, a legalidade foi reposta e a situação foi ultrapassada. Paizinho, um jovem que assistiu ao confronto entre a Polícia e a população, dia achar que "eles (as autoridades) erraram muito quando desassorearam o rio, não deixaram nenhum canal, nenhuma passagem para a água", disse.

Entretanto, assim como o jovem Paizinho, em Benguela muitas vezes também apontavam alguns alegados erros de engenharia cometidos pela ODEBRECHT aquando da execução da obra de desassoreamento do rio Cavaco e os perigos que representava. Caso "um dia Benguela vier a receber grandes chuvas, o bairro do Calomburaco será, naturalmente, muito afectado, porque a água não tem saída".

Desde tempos idos o bairro do Calomburaco vem sendo fustigado pelas águas do rio Cavaco por altura de cheias e, para inverter o constante quadro sinistro, o Governo central acabaria por aprovar programas orçamentais para o desassoreamento do rio, sendo que a tranquilidade se instalou no seio dos moradores. Actualmente, a tranquilidade ora instalada, voltou a desaparecer, porquanto as águas continuam a inundar o bairro.

Desemprego à vista

Segundo as autoridades, vislumbra-se para os próximos tempos, que o desemprego afectará muitos trabalhadores do vale do Cavaco, devido aos enormes estragos causados pelas chuvas, deixando culturas submersas num total de 200 hectares, de onde sairiam, previa-se, 400 mil toneladas de produtos diversos.

O aviário Santa Filomena, situado na margem direita do Rio Cavaco, por exemplo, teve perdas de 11 mil galinhas, ovos e outros produtos; máquinas e equipamentos foram inundados pelas chuvas, facto que vai obrigar a que 50 trabalhadores fiquem no desemprego. A proprietária, Florinda Ramos, clama por apoios e sente-se traumatizada pelos estragos.

"N ão sei se vale a pena insistir, quero desistir! Estou mesmo muito desgostosa. Oito contentares de concentrados, 3 camiões de milho,

equipamento para matadouro no valor de 80 mil USD. Nós pagamos os impostos todos, fartamos-nos de pagar multas e agora quem vai pagar isto?", questiona-se.

Por sua vez, o director provincial da Agricultura, Fernando Assis, garantiu que o governo vai indemnizar os agricultores directamente afectados. "Vai haver, nós não estamos à espera do seguro agrícola, o Estado tem as suas funções, o Governo tem as suas funções e vai haver ajuda e, podem estar cientes, esta é a minha palavra e com a ajuda do Governo provincial, de que faço parte, vão ser ressarcidos os estragos e custos", garantiu o director.

#### 4.9 Chuva destrói plantações e condena época agrícola

*Jornal De Angola*

*4 De Abril de 2015*

*Texto: Arimateia Baptista*

Cerca de 18 mil hectares de plantações de batata-doce, feijão e milho em Benguela estão comprometidos nesta época agrícola devido à abundância chuvas dos últimos dias, disse à Angop o presidente da União Nacional de Camponeses Angolanos (UNACA).

João Januário declarou já ter alertado as Administrações Municipais para o agravamento da situação nos próximos dias, principalmente nas comunidades rurais, onde a colheita daqueles produtos foi nula, apesar de os camponeses terem semeado o suficiente.

O dirigente da UNACA referiu a hipótese de serem aproveitadas grandes quantidades de massambala, o único cereal que se desenvolve com bastante água.

João Januário avisou que pode haver fome em Benguela, pois o alimento básico das famílias camponesas é o milho, cuja produção "foi fustigada de Outubro a Dezembro pela seca e agora pelo excesso de chuva".

Nos vales do Cavaco e Catumbela, os danos estão avaliados num primeiro balanço em 250 milhões de kwanzas devido a inundação de 134 hectares, que afectou dez mil toneladas de tomate, cebola e banana, afirmou o chefe de departamento do

gabinete de estudos e planeamento do Governo Provincial, Domingos Silva.

O chefe de departamento provincial do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica (INAME!), Lutomba Tima, prevê que a pluviosidade aumente de intensidade durante este mês, passando de 120 milímetros para 150 milímetros.

UNACAemBenguelatem 596 associações e cooperativas em todas as comunas.

#### 4.10 Moradores do distrito da Samba em desespero

*Jornal Ntinente*

*9 De Abril de 2015*

Se anteriormente o maior problema da Samba consistia no facto de o bairro se situar numa área freática agora a situação complica-se.

As águas das chuvas deixam as ruas da Samba Grande totalmente intransitáveis.

A par disso, surge um novo cenário. O lixo e o capim invadem o bairro. Em todas as esquinas e ruas a situação é idêntica.

O mais grave é que as crianças aproveitam as águas das chuvas para brincar, o que constitui um atentado à saúde.

Além de consumirem o asfalto em toda a extensão do bairro, as águas estão a destruir as casas. O pequeno bairro de pescadores perde aos poucos a sua imagem tradicional devido a problemas de saneamento básico. As ruas do Silêncio, Nova Samba e Augusta há muito deixaram de existir. Circular a pé ou de carro tem sido uma dor e cabeça para quem vive naquela zona. Lixo, águas paradas, buracos e capim ocupam as vias. O esforço dos moradores do bairro que com alguns materiais tentam minimizar o problema tem sido em vão, já que a solução do problema requer uma intervenção de vulto.

"É uma situação que já vem de há muito tempo", disse um dos moradores, considerando como alternativa a reconstrução do bairro e o realojamento dos moradores em zonas seguras.

Na rua Nova Samba, onde os carros já não circulam há muito tempo, os moradores juntaram-

se para tentar reduzir o nível de água das chuvas que entram nas casas.

"Podemos passar aqui toda a tarde a tirar a água, mas se voltar a chover, nada estamos a fazer", conta Ermelinda Lima, residente no bairro há mais de 25 anos. "Da administração do distrito não vemos nada e agora com as casas a caírem não sabemos como fazer", lamentou. As ruas da Samba Grande são utilizadas por muitos automobilistas para chegar ao centro da cidade e vice-versa. Devido ao estado de degradação, muitos automobilistas evitam aquelas ruas.

Sem alternativas

Quem antes usava a rua do Silêncio para desembocar na avenida principal da Samba não tem alternativa senão aguentar o congestionamento. Filipe Guimarães, morador do bairro do Futungo, município de Belas, considera a situação caótica e inadmissível.

"É sabido que as ruas terciárias ajudam a descongestionar a avenida principal e por não estarem em condições estruturais, somos obrigados a ficar longas horas no trânsito, porque só temos uma via para quem sobe ou desce", disse.

Defendeu a necessidade de um trabalho profundo na zona para ajudar a circulação automóvel e a vida das populações. Rosalina Napoleão, moradora na rua Samba Mar, lamentou a situação que se vive no bairro. Em companhia de outras moradoras, procura com meios próprios reduzir a água da rua que se encontra intransitável há mais de 15 anos.

Conta que as campanhas de limpeza de lixo e de retirada de água realizam-se constantemente, "mas isso não soluciona o problema que enfrentamos".

Podemos usar electrobombas, mas as águas de outras ruas retiradas com o mesmo meio dificulta o nosso trabalho, concluiu Rosalina Napoleão.

#### 4.11 Quinta Avenida está intransitável

*Jornal de Angola*

*10 De Abril de 2015*

*Texto: Mazarino Da Cunha*

A Quinta Avenida, município do Cazenga, Luanda, esta literalmente submersa e a água,

misturada com lama e os amontoados de lixo dificultam a circulação de peões e viaturas.

A Avenida, que começa no bairro Vila da Mata e desemboca na Ngola Kiluanji, no mesmo município, esta 80 por cento intransitável devido ao avançado estado de degradação em quase toda a sua extensão.

O estado da via cria obstáculos diários as viaturas provenientes de Viana com o destino ao centro da cidade de Luanda e zonas periféricas da capital, como e o caso do bairro da Cuca.

Quando chove, quem anda a pé para entrar no bairro tem de usar botas de borracha.

A avenida transformou-se numa vala atulhada de plástico, latas e restos de alimentos.

Como se não bastasse, vendedores na berma da estrada ajuda a torná-la ainda mais suja e a dificultar trânsito automóvel e de peões perante a passividade das autoridades administrativas. Na via e redondezas há "montanhas de lixo", como a que se pode ver ao longo da parede do quintal das instalações da Feira Internacional de Luanda (FIL). João Domingos, morador há 30 anos da Vila da Mata, disse ao Jornal de Angola "a Quinta Avenida foi sempre intransitável devido a arrelhiadora presença de águas sujas, lama preta pegajosa e lixo". "E um cenário desolador, sobretudo na época chuvosa", lamentou o morador.

#### 4.12 Bairros poupados

*Jornal O País*

*10 De Abril de 2015*

Dispostos para mostrar como os bairros da Caponte, Cassoco, São João e Benfíca, por si citados, não foram destino das águas da vala do Lengue, António Capiopio, dirigiu a equipa de O PAÍS para a zona final da linha férrea, que liga a estação ferroviária da sede de Benguela à das Bimbas, tendo explicado, no local, que o limite era o caminho-de-ferro.

"Os bairros do lado esquerdo da linha ficaram livres das inundações, porque a acumulação das águas deu-se no lado direito, mas mesmo assim a

área de manobra do comboio, que era aqui, ficou destruída, todo suporte da linha foi roído", disse, apontando com o dedo em riste para umas pedras, que sobravam do nível da ferrovia.

Domingos Sabalo de 28 anos de idade disse que o seu bairro, Caloneva, que deu nome à região das Bimbas, por ter plantas com o mesmo nome, não foi assolado, pelo facto de não se ter fechado a entrada das águas. "Ai no nosso bairro, não sofremos muito as consequências das chuvas, porque as águas continuam a entrar no rio, não se alterou nada, não houve meio para se conseguir pôr as máquinas na margem direita", relatou o morador, cuja preocupação reside apenas no facto de ficarem sem comunicação com os vizinhos do outro lado.

Em relação às obras, que resultaram na alteração do quadro de 'Vida dos vizinhos e dos bairros próximos da cidade, conforme referiu, Domingos Sabalo atribui culpa aos empreiteiros da obra da estrada e aos que tiveram engajados na construção dos diques, pelas razões já anunciadas pelo soba Capiopio, corno o chamam nessas paragens.

Sabalo revelou que, entre as valas que dão as suas águas ao rio Cavaco, o Lengue é que mais carga transporta, por ser afluente de muitos riachos, daí a razão de lhe ter sido atribuída esta denominação, que, numa das variantes da língua Umbundu, segundo explicou o interlocutor deste jornal, significa "sinais de nervosismo" .

Sobre as possíveis soluções, o camponês mostrou a sua satisfação por estar a ver ao longo do rio Cavaco abertura nos diques, mas apelou aos Órgãos de direito para se apressarem a construir uma ponte alta. no bairro Cambambi, de modo a evitarem-se situações do género.

"Se voltar a chover da mesma maneira, acho que os estragos serão maiores, uma vez que os bairros que ficaram livres, por causa da protecção da linha férrea, já não têm essa protecção, aqui no terminal, vão inundar também", sentenciou o Domingos Sabalo.

#### 4.13 Espaços do mercado disputados

*Jornal O País*

*10 De Abril de 2015*

*Texto: Nilton Moteiro*

Como se sabe, os desalojados dos bairros Calilongue, Chingoma, Pecuária e Fronteira, só para citar os de um corredor, que, depois da enchente, se abrigaram no Largo da Peça, foram colocados no Mercado da Pecuária, onde dividem os espaços intermédios das bancadas, que aí, curiosamente, não são aproveitados como camas.

Entre as 22h:06 e 22h:41, de Quinta-feira, 2, a reportagem de O PAÍS esteve no local, onde abordou alguns sinistrados, que, além de situações previsíveis como o desassossego, falaram da disputa do lugar no período nocturno, a fim de se encontrar um espaço.

José Cinco Reis de 57 anos de idade, 22 dos quais a viver no bairro Pecuária, é soba do referido subúrbio. Ele começou por dizer que a escolha do acampamento recaiu a um mercado do género, por ter condições mínimas de protecção em ocasiões de chuva.

"Lá, no Largo da Peça, estivemos ao ar livre e podíamos molhar, caso chovesse, então nos meteram aqui, por ter cobertura e por facilitar a divisão dos bairros", explicou o líder tradicional", de quem também se ouviram reclamações sobre os mais jovens, que, à noite, ignorando os limites estabelecidos por subúrbios, violam espaços lirnitrofes, partindo para disputa de espaços.

Ouvindo o ataque do soba aos contra a classe juvenil, as senhoras, embora tenham reconhecido que o espaço era aberto, também acusaram os mais novos de atentarem contra o pudor.

"Nós sabemos que perdemos as nossas roupas, mas esses jovens qua- se andam nus, na hora de dormir e ninguém lhes pode chamar atenção, ficam chateados", queixaram-se, apelando ao Governo para lhes tirar do mercado.

Cinco reis, como é carinhosamente chamado do bairro por vizinhos, familiares e amigos, considerou o seu bairro como o um dos mais afectados, por estar a poucos metros da linha férrea.

Antes de tecer suas considerações sobre o estado actual na também conhecida praça da Pecuária, Manuel Macala de 65 anos de idade, mostrou, com o dedo indicador direito, como estavam dispostas as arrumações que faziam de cama.

"Não há espaços entre uma e outra cama, as pessoas dormem quase juntas e aqui não podemos deitar cedo nem acordar tarde", desabafou o soba, informando, logo a seguir, que os vendedores estão a desenvolver as suas actividades comerciais fora do mercado, porém, chegavam muito cedo, causando, deste modo, um incómodo aos sinistrados.

Ao lembrar sobre o sucedido, Manuel Macala disse que as águas que encheram o seu bairro vieram com uma intensidade jamais vista.

De acordo com o chefe de família, bairro Calilongue foi o mais prejudicados' razão pela qual os residentes desta área estavam, no mercado em maior número.

Relativamente às condições, o sinistrado acha que, nas tendas, a privacidade seria salvaguardada com mais facilidade.

Outros afectados pelas chuvas foram os moradores do bairro Calomburaco, visitados pela equipa deste jornal, na manhã de segunda – feira, 6. Os mesmos queixaram-se de estarem teoricamente desapoitados, a comparar com outros sinistrados, como fez questão de referir um indivíduos' que se identificou como integrante da coordenação do bairro.

Reiterando, muitas vezes, a condição de anonimato, anunciou que, no seu bairro, 448 residências tinham sido destruídas pelas chuvas, mas, na paróquia de Nossa Senhora da Graça, onde estavam alojados, não via um número igual.

#### 4.14 Falta de Chuva ameaça Colheitas e Pastagens do Gado

*Jornal de Angola*

*10 De Abril de 2015*

*Texto: Domingos Calucipa*

A ausência prolongada das chuvas que verifica este ano em quase toda a província do Cunene e uma ameaça as colheitas de cereais na presente campanha agrícola, pois as sementes lançadas a terra foram consumidas pelo sol.

Os campos secos desesperam os camponeses, muitos dos quais afirmam que "só mesmo um milagre pode mudar este quadro sombrio das lavras".

A falta de chuva e as consequências que dela se esperam dominam as conversas da população da província, grande parte da qual vive do campo.

Na localidade de Oipembe, a cerca de 15 quilómetros da cidade de Ondjiva, os dias são de sol escaldante a semelhança de tantos outros espaços da região. As irmãs Hilária Kashululu e decidiria Hilinganhe esmeram-se na preparação do omwongo, bebida tradicional da época bastante apreciada, extraída do fruto da árvore omwongo.

Uma sobrinha e duas netas ajudam-nas na recolha dos frutos espalhados pelo chão, debaixo de uma frondosa árvore.

O trabalho da família, em aparente descontração, parece fazer-las esquecer por instantes a seca das lavras que as rodeiam.

A bebida que preparam e depois conservada num moringue, onde fermenta durante dois ou três dias. Destina-se a ser vendida e com o que ganham compram alimentos, que nesta altura escasseia devido a seca.

Ao cumprimentarem os repórteres fazem-no na língua local oshikwanyama, bem dominada por urn de nos. Soa o "bom dia" e o "como passaram". Hilária Kashululu, uma anciã de óculos grossos, não demorou muito e expressar o lamento, com o indicador direito virado para o céu que raiava de azul limpo. O Gesto significa que "O problema esta ali em acima" ou "falta chuva".

"Ainda temos um pouco de forcas para trabalhar na lavra e não dependermos apenas do que os nossos filhos nos dão, mas infelizmente a natureza muitas vezes parece estar contra nos, e urn esforço em vão", sussurrou na língua local Hilária Kashululu, com urn ar triste.

A anciã referiu que "a chuva este ano tem caído muito pouco" e na altura em que ela começava a semear Massango desapareceu e impediu-a de continuar o trabalho, que lhe da o pão, Janeiro e Fevereiro, período das boas chuvas para as lavras, também não caiu o suficiente e a lavoura ficou metade por fazer.

Dos quase três hectares conseguiu lavrar perto de urn e meio. Grande parte do campo não germinou porque assim que lançou a semente a terra "a chuva sumiu".

A outra parte germinou e atingiu "uma certa altura", mas o sol inclemente secou a completamente. Em Oipembe o cenário das lavras e de total desespero. Muitos camponeses não pensam noutra coisa que não seja começar a gritar por socorro.

Bonifácio Manuel, camponês da mesma localidade, contou que apenas conseguiu lavar aproximadamente um terço da lavra "por culpa da pouca chuva". Em Novembro e Dezembro conseguiu lançar algumas.

#### 4.15 Sinistrados descontentes com distribuição de bens

*Jornal O País*

*10 De Abril de 2015*

*Texto: Alberto Bambi*

Segundo apurou O PAÍS, que esteve no centro de realojamento Camulingue, no Lobito, em Benguela, na tarde de Sexta-feira, 3, desde que chegaram ao centro de realojamento, os sinistrados receberam apenas o quite alimentar por duas vezes. A situação está a deixá-los tristes, porque seus familiares têm de cobrir suas necessidades com alguma ajuda.

Miquelina Catale tem 28 anos, está alojada numa tenda com o marido e os três filhos. Ela mostrou à equipa desta reportagem o quite alimentar que recebeu, na semana que antecedeu à desta edição.

"Olha, é isso que nos deram na semana passada, um saco de 25 quilogramas de farinha de milho, vulgo fuba, e outro de arroz, cinco litros de óleo, meio saco de carvão e peixe seco, num saco de cinco quilogramas", detalhou Miquelina, tendo reclamado que, desta vez, recebeu um litro a menos de óleo em relação à primeira.

Além disso, a sinistrada beneficiou de três esponjas, que servem de colchão, dois mosquiteiros, panelas, baldes e bacias, bem como materiais escolares para as crianças, nomeadamente' mochilas e cadernos.

Miquelina Catale está preocupada com o tempo que ficam sem receber alimentos, um período que, segundo a própria, acaba por ser maior do que a dispensa disponibilizada, quinzenalmente' pelos responsáveis do centro.

Outro desassossego da inquilina das tendas tem a ver com o facto de saber que das ajudas prestadas aos sinistrados constam outros produtos que não estão a chegar ao centro dos sinistrados.

Sem querer avançar pormenores, Miquelina Catale, que disse estar bem inteirada sobre as ofertas de Luanda e Benguela, através de familiares e amigos, falou da roupa usada, que, até à data não tinha sido distribuída à sua família.

"Toda gente sabe que não houve só ajuda de comida, nem de outros utensílios que estão aqui, então, era bom que nos dessem as coisas que faltam para não estarmos desconfiados", apelou a sinistrada.

Quem alinhou deste diapasão foi sua ex - vizinha do bairro Novo, Olga Daniel, que confirmou a falta de apoio, no que ao vestuário diz respeito.

"Se eles sabem que nós perdemos a maior parte dos nossos bens, não é preciso dizer-lhes que perdemos também a nossa roupa", reclamou Olga Daniela, adiantando que ela e seus pais conseguem variar a indumentária, graças ao auxílio de alguns familiares que os visitam, regularmente.

A reclamação da jovem não se cingiu apenas no vestuário, ela falou ainda de outros produtos doados que não são distribuídos no centro, como água mineral.

Questionado sobre os frascos do referido líquido que se encontravam em quase todas as tendas onde a equipa desta reportagem foi convidada a entrar, Olga declarou que o donativo tinha sido feito por missionárias de uma congregação religiosa afecta à igreja católica, cujo uniforme era de cor branca e azul.

A reclamante, que agora partilha uma tenda com os pais, aproveitou a ocasião para falar da falta de transporte.

"Esqueceram -se da existência de pessoas que estudam e trabalham, colocaram um meio de transporte que eu acho muito condicionado, porque não consegue servir os trabalhadores e os estudantes" protestou.

Olga frequenta a II a Classe, na Escola Técnica de Saúde, localizada no bairro do Compão, Lobito. Para chegar à sala de aulas, serve-se dos

motoqueiros oportunos que fazem o percurso centro de realojamento Bela Vista, onde toma um táxi para o mercado do Africano, sendo que daí apanha o último para a zona escolar.

Por todo percurso, a aluna da escola do ensino médio do curso de enfermagem tem desembolsar 500 Kwanzas, já que o primeiro trajecto fica a 300, o triplo do valor das duas últimas viagens. Para minimizar os gastos, ultimamente, ela decidiu esperar por boleia, sujeitando-se a alguns atrasos.

Gozando da sua jovialidade, em função da qual justificou seu poder de memória, Olga Daniel censurou a calendarização de distribuição apresentada por Miquelina Catale, alegando que, na semana em que entraram para as tendas, só lhes foi concedido um saco de tuba e outro de arroz. Sete dias depois receberam seis litros de óleo e apenas um pacote 'de massa.

"Na semana passada nos deram a mesma coisa, menos um litro de óleo e massa, e tivemos peixe seco e uma lata de atum, pela primeira vez", asseverou, a jovem que preferiu não falar do carvão cuja quantidade considerou bastante ínfima para a atender as três refeições diárias.

Por causa da necessidade constante de bens alimentares e outros, nas proximidades das tendas passam vendedores ambulantes, aproveitando fazer o seu negócio. O que não falta, no local, é um posto clandestino de venda de bebidas alcoólicas, exactamente à entrada do centro.

Cadeiras plásticas desaparecem do horizonte

Chamada a intervir sobre o assunto, Francisca Rosa, que vive com quatro filhos e o marido, preferiu falar das cadeiras plásticas que estavam para ser distribuídas, no último dia do mês de Março.

"Tinham colocado aí fora, mas, de repente, foram guardar mais. Quando fomos perguntar, disseram que não chegavam para todos", narrou Rosa, questionando qual seria o destino das dessas, se continuassem na mesma quantidade.

A ocupante de uma das tendas que ficam no lado mais a Norte do centro, disse que as coisas entregues aí já davam para remediar.

Embora receie alguma retaliação por parte dos responsáveis, ela não teve receio de cogitar que

havia muita contenção na distribuição dos bens alimentares por parte dos responsáveis.

"Só para ver, em Março, houve sacos de fuba e arroz que molharam com água da chuva" , divulgou a cidadã, que espera mais justiça da parte dos dirigentes em dar as coisas a tempo e hora da necessidade.

Grávida de oito meses, Francisca Rosa, que cumpre com as consultas pré-natais na maternidade da zona baixa, apelou pelo reforço da equipa médica, ao ponto de querer ver técnicos de maternidade e infância.

"Onde está a televisão?"

O pequeno Edimilson de 11 anos, que seguia atentamente a nossa conversa, interrompeu a entrevista para perguntar onde estava a televisão que viu por um meio igual, apresentado como oferta aos sinistrados.

"Quando saímos daqui com os meus encarregados, eu assisti, nos ofereceram televisor, fogão e muita mobília, como é que aqui não estou a ver", interrogou o petiz, tendo propondo a criação de um espaço para assistência.

Preocupado com a segurança do espaço, Edimilson informou sobre as cobras que invadem as tendas e pediu para se disponibilizar pneus usados.

"Podemos queimar para as cobras fugirem daqui", propôs o miúdo, convencido que, deste modo, estaria a contribuir para o bem da comunidade. O pequeno está a frequentar a 6a Classe, na escola de seis salas, improvisada com chapas de zinco, ferro e madeira, localizada ao lado esquerdo da entrada do centro.

Os professores ainda são desalojados, mas está em curso um compartimento para professores, conforme confirmou o responsável pelas obras, cujo nome pediu para não ser citado nessa reportagem.

Tendo vindo do vizinho município do Bocoio, José Feliciano e Rita Chimbala viveram apenas um ano no bairro ovo.

Hoje nas tendas estão desapoitados, por não terem familiares no Lobito. Por isso, queixaram-se de



não terem roupa sequer para mudar de um dia a outro.

"Quando aquela situação aconteceu, ficamos mesmo sem roupa, por isso, aproveitamos para pedir às pessoas de boa-fé, se tiverem algo que já não usam, nos dêem", implorou o sinistrado enquanto mostrava as suas calças de ganga com a qual cobre parte do corpo, na maior parte dos dias.

O casal queixou-se sobre as debilidades das tendas perante as chuvas, tendo revelado que entra água nas dobras.

Quanto aos quartos-de-banho adaptados, que consideraram até haver em número aceitável, pediram para serem seleccionados por género, de modo a evitarem -se a frequência de homens e mulheres.

Para a iluminação nocturna, a zona das tendas beneficia de uma rede eléctrica de fonte alternativa, mas a água está garantida. Foram instaladas torneiras, no local, a fim de facilitar a captação.

Marcada zona de risco

No bairro Novo, as residências que ficaram intactas e parcialmente destruídas foram marcadas com as siglas AML/ZR, a indicar Zona de Risco. Alguns populares não deixam de visitar o seu antigo habitat, onde, muitas vezes, passam o dia todo, como é o caso de José Pacheco Bandeira' que trabalha por conta própria

"Estou nas tendas, mas num sítio onde você viveu durante muito tempo cria saudade, é por isso que eu venho aqui todos dias, também para recolher alguns artigos" desabafou morador da área, desde 2007

Por ter tido a casa localizada próximo da encosta da montanha, José Bandeira, foi um dos primeiros a deslocar-se para a serra, onde ajudou a abrigar seus familiares.

#### 4.16 Soba revela verdadeiras causas da tragédia em Benguela

*Jornal O País*

*10 De Abril de 2015*

*Texto: Alberto Bambi*

O soba do bairro Carobambi, nas imediações das Bimbas, em Benguela, António Capiopio, desmentiu, Sexta-feira, 3, as alegações segundo as quais os bairros Chingoma, Calilongue, Pecúaria, Fronteira, Calomanga e Cotei, além de outros adjacentes teriam sido inundados pelas águas das chuvas, devido ao transbordo do rio Cavaco ou da mudança de direcção do curso das valas próximas, tendo revelado que apenas as do riacho Lengue tinham causado tal situação.

"Aquilo que eu costumo a ouvir na rádio ou de alguns dirigentes que o rio Cavaco é que ficou muito cheio ou as populações construíram no caminho das águas é mentira, a verdade é que fecharam o sítio da entrada das águas do Lengue e, quando chove, este riacho traz muita água para despejar no Cavaco", contou o velho, tendo realçado que a ponte sob a estrada, que dá para as Bimbas, também tinha criado prejuízos enormes.

Tudo isso, porque, ao invés de se construir uma mais alta, conforme defendeu sempre o soba, sob a qual a água e outras coisas arrastadas passariam sem dificuldades, os técnicos destacados no terreno limitaram -se a colocar três tubos, com diâmetro inferior a meio metro, que não facilitaram a passagem de árvores, arbustos e alguns cates, ao ponto de os terem entupido, o que provocou o desvio das águas para as direcções Este e Oeste, em detrimento da habitual, orte (para o rio). Em consequência disso, a parte do bairro Cambambi localizada perto da única estrada asfaltada foi a primeira a inundar e a registar a destruição de algumas residências.

De acordo com o líder da referida comunidade, o seu subúrbio só não ficou totalmente destruído, por possuir outra parte de nível superior em relação ao do lado contrário do riacho, por onde se dirigiram as águas rumo aos bairros mais próximos da zona urbana de Benguela.

Para demonstrar que seus argumentos tinham razão de ser, o velho conduziu, inicialmente, a equipa desta reportagem para a ponte por onde passavam as águas do Lengue e, posteriormente, ao sítio de evacuação para o rio Cavaco.

No primeiro, eram visíveis alguns troncos de árvores e cactos a taparem os tubos, enquanto, no segundo, se observava um trabalho de correcção, que consistia na criação abertura dos diques, a fim de, novamente, dar lugar a passagem das águas.

Ele recordou que, durante a prossecução das obras, repetidas vezes, chamou atenção aos construtores sobre o perigo que a vala do Lengue representaria à sua e às comunidades vizinhas, mas, em resposta, recebia sempre um olhar desprezível dos técnicos, os quais alegavam que tinham qualificações e autorização superior para proceder daquela maneira.

"Nós só pedíamos que eles fizessem uma ponte grande e deixassem as entradas das águas para o rio, mas nos olhavam mal e nos diziam que os engenheiros eram eles", reforçou António Capiopio, tendo acrescentado que, dias depois, notou que os construtores tinham receio de ver o rio cheio, a transbordar por via dos canais solicitados.

Se calhar, o que os obreiros não tinham percebido, disse o sob a de Cambambi, era a forma como deviam manter essas entradas de água para o rio Cavaco. "O canal não pode entrar direito ao rio, mas tem de estar inclinado", observou, para dizer que, ao interceptar o rio, a vala devia ter uma posição oblíqua em relação à direcção da corrente das águas fluviais, de modo que estas não tivessem qualquer possibilidade de escapar para além do limite.

#### 4.17 Unita denúncia oportunistas entre os sinistrados das chuvas

*Jornal O País*

*17 De Abril de 2015*

*Texto: Consta Distino Eduardo*

O secretário provincial da UNITA, Alberto Ngalanera, que apresentou em conferência de imprensa o balance trimestral do desempenho do seu partido e o impacto socioeconómico das chuvas, afirmou que as cidades do litoral de Benguela foram vítimas de inundações devido ao deficiente sistema de saneamento e de recolha de água, reprovando a ideia segundo a qual a maior parte das residências estivessem construídas em zonas de risco.

"Também as obras da empreiteira não foram concluídas. Ou porque o dono da obra não cumpriu com as cláusulas do contrato, que se prendem com o pagamento, ou então algumas foram mal negociadas. Por uma razão muito simples, tanto no Lobito como em Benguela, há

instituições que foram afectadas. Se os populares construíram em áreas de risco, eu não acredito que uma empresa como a AUTO SUECO, no Lobito, como um comando da Policia, que também ficaram inundados de água e também que o quartel da administração militar terão sido construídas em áreas de risco", desafiou Ngalanera.

O político reconhece que as administrações municipais não disponham de tanta capacidade para atender a preocupação dos sinistrados, daí, segundo ele, a necessidade de se implantar já nos pais as autarquias locais. Constata-se, de acordo com Ngalanera, a deslocação dos sinistrados dos pontos de acolhimento definidos pelas administrações as zonas de origem, dada a falta de garantia de apoio por parte do Estado, alertando, todavia, que as chuvas não destruíram só residências, e há outros bens dos cidadãos que devem ser salvaguardados.

Com a convívência das coordenações de bairros e autoridades tradicionais, diz, estavam nalguns centros de acolhimentos muita gente infiltrada, "mas estas pessoas não foram afectadas, encontravam-se ai a pretexto de terem sido afectadas também, para depois receberem alguma coisa do governo como casa ou outros bens", defendendo por isso um trabalho apurado para que os oportunistas não encontrem espaços nestes meios.

Por outro lado, sobre o desempenho do seu partido no presente ano, também deputado a Assembleia Nacional, avança que registou 1517 novos ingressos, dos quais 63% estudantes. Acrescentando ao numero de membros do ano transacto, que e de 154.420, perfaz um total de 155.937. "Queremos aqui recordar que no ano passado a U ITA em Benguela registou 3 mil e 100 novos ingressos, esse semestre, ao registarmos 1517, significa que estamos acima da metade do total que atingimos o ano passado, o que pressupõe um ingresso massivo para as fileiras da UNITA ao nível da província de Benguela. Também ainda nesse semestre, foram implantados oito comités de zonas e 19 comités locais. A U ITA ainda conta com 23 mil e 830 simpatizantes e amigos declarados. Ou seja, aqueles que participam activamente nas actividades do partido e muitos deles já manifestaram o interesse de ingressarem nas fileiras do

partido. A UNITA em Benguela esta implantada em todos os municípios e 31 comunas, politicamente, e em 22 fisicamente", revelou.

#### 4.18 A chuva não mata!

*Jornal Grandes Notícias*  
17 De Abril de 2015

Angola, na plenitude territorial, registou, em Março, fortes quedas pluviométricas o que provocou o luto, a dor e um raio de destruição brutalíssimo. O estrago de uma madrugada de quarta-feira trágica do Lobito ainda estão vivas na memória colectiva.

Os angolanos, de Cabinda ao Cunene, mobilizaram-se para levarem aos lobitangas o que os homens têm de melhor dentro do coração: o amor ao próximo! Na verdade, ficou demonstrado que é nos momentos difíceis que se deve contar com o abraço irmão, amigo e fraterno.

De certeza, dentro da aconchegante generosidade, o Lobito está agradecido por fazer parte de um povo especial. Que sabe abrir as mãos à bondade!

A cidade do Lobito vive - o país, do modo geral, desesperadamente, com o medo da chuva. O tecido humano está a ser devastado por esta força misericordiosa da Natureza. A chuva é uma bênção. É vida!

Mas a chuva, nas "atribuições e responsabilidades" à vida humana, não tem qualquer "culpa" pelas mortes e torrentes de destruições que têm ocorrido um pouco por todo o país. A culpa reside no factor homem.

A governação de um país, sendo uma responsabilidade dos homens, não pode encarar a chuva como um obstáculo. À falta dela, para irrigação dos campos e não só, é que um gravíssimo problema. É preciso cérebros ricos. A chuva não mata! O que mata é a falta de saneamento para a gestão da chuva. O sério aviso à governação está nas casas nos morros e zonas de riscos do Lobito e por esta Angola fora. A culpa não é da chuva. É da má gestão!

#### 4.19 INAMET trabalha apenas com oito Meteorologistas

*Jornal O País*  
17 De Abril de 2015  
Texto: Milton Mança

Domingos do Nascimento revelou, esta Quarta-feira, 14, que só em 2016 e que o instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica (IAMET) será reforçado com novos quadros que se encontram, actualmente, na fase final da sua formação na Republica Federativa do Brasil, para por cobro a carência de recursos humanos registada na instituição.

Os oito engenheiros meteorológicos, segundo a fonte, são responsáveis pela previsão do tempo nas 18 províncias do país, daí a necessidade de alargar este numero, já que o responsável entende que "o país e grande para tão poucos servidores num sector com bastante responsabilidade".

Por esta razão, Domingos do Nascimento referiu que a instituição que dirige está a prestar particular atenção ao curso de meteorologia da Faculdade de Ciências da Universidade Agostinho Neto (UAN ), cujos primeiros licenciados sairão daqui a dois anos.

No âmbito do Programa Nacional de Formação de Quadros (PNFQ) , estamos a criar sinergias com a referida faculdade no sentido de reforçarmos o nosso pessoal técnico e esperamos que a no a instituição possa receber a ajuda devida para fazermos face a adversidades atmosféricas" , apelou.

A meta, segundo a fonte, consiste em duplicar o número de engenheiros meteorológicos nos países, passando dos actuais oito para IS ate 2017, não só para aumentar o número de quadros, mas também para rejuvenescer a instituição.

Por outro lado, há a necessidade da aquisição de mais e melhores equipamentos que garantam maior eficiência nas previsões, tais como radares meteorológicos e sensores que passam fazer a leitura dos fenómenos atmosféricos em curto tempo, instrumentos que, com base nas declarações deste responsável, irão garantir a modernização do IAMET.

Disse ainda que a modernização da sua instituição contribuiria de forma mais celebre para a mitigação dos efeitos provocados pelos fenómenos naturais, já que os Serviços de Protecção Civil e

Bombeiros (SPCB) seriam alertados com mais antecedência e estes, por sua vez, saberiam que medidas adoptar a tempo e horas para evitar situações calamitosas.

Segundo Domingos do Nascimento, os especialistas, que estiveram reunidos a 23 de Marco para comemorar o Dia Mundial da Meteorologia, recomendaram a necessidade de se reforçar a instituição com ferramentas modernas, com vista a dotá-la de maior capacidade e permitir que seja detectado com exactidão o local e a intensidade com que vai ocorrer determinado fenómeno meteorológico.

Mas ainda assim, a fonte referiu que até ao momento o trabalho levado a cabo pela sua instituição e efectivo, graças ao esforço dos funcionários e ao sistema de captação de imagem via satélite, assim como o centro de previsão que tem a responsabilidade de monitorar o estado do tempo 24 horas por dia.

"Actualmente o cidadão atento vê que as previsões do INAMET são muito mais acertadas e próximas da realidade, apesar de desejarmos que elas estejam cada vez mais próxima da verdade", disse Domingos do Nascimento.

Sobre as chuvas do Lobito, o INAMET cumpriu com o seu com o seu dever

Domingos do Nascimento não deixou de falar das chuvas torrenciais de II de Marco que se abateram a província de Benguela, particularmente a cidade do Lobito em que mais de 60 pessoas perderam a vida e tantas outras ficaram desaparecidas.

Para este responsável, o INAMET cumpriu com o seu papel fornecendo antecipadamente a informação as autoridades competentes e aos meios de comunicação social. "Nos preparamos a informação e a canalizamos aos órgãos habituais, quer nos circuitos nacionais como internacionais, mas é preciso ver que a nossa tarefa consiste apenas em prever os acontecimentos e passar a informação".

Acrescentou que no mês de Janeiro INAMET fez sair a sua habitual previsão sazonal para o primeiro trimestre de 2015, tendo-a actualizado em Fevereiro com a inclusão do mês de Abril, e a antevisão dava como certa a intensidade de quedas

pluviométricas inclusive noutros municípios da mesma província.

A fonte entende que "há outras componentes que estiveram na base dos deslizamentos de terra que culminaram nessa calamidade, mas sempre nos mantemos solidários com a população local", tendo acrescentado a necessidade de reforçar os mecanismos de prevenção com a colaboração dos órgãos de comunicação.

#### 4.20 Chuvas constantes alegram agricultores do Piri

*Jornal de Angola*

*19 De Abril de 2015*

*Texto: Pedro Bica*

No Piri, município dos Dembos Quibaxe, província do Bengo, a chuva é motivo de alegria. A comuna tem excelentes solos aráveis, uma bacia hidrográfica rica e uma população camponesa que luta todos os dias para melhorar as condições de vida.

O camponês Domingos Miranda disse ao *Jornal de Angola* que a fome deixou de ser uma preocupação da população. Os apoios em instrumentos e sementes são constantes e as lavras estão a produzir em pleno. Há muita comida. O problema agora está no transporte dos produtos agrícolas para os mercados de Caxito e Luanda. Muitos excedentes apodrecem nos campos agrícolas.

O débil funcionamento do comércio da região faz com que no Piri as transacções ainda sejam feitas na base da permuta. A urn determinado produto manufacturado corresponde uma quantidade de bens do campo.

As chuvas que caem com regularidade nesta época, melhoram a capacidade de desenvolvimento das plantas e fazem aumentar a produção de banana, feijão, laranja, limão e mandioca, de que também se aproveita a quizaca.

Passageiros das carreiras inter-provinciais e turistas que fazem o percurso entre Luanda e o Uíge, encontram no Piri fartos motivos para parar e comprar produtos frescos e a baixo preço.

A reportagem do *Jornal de Angola* constatou que o trabalho nos campos corre bem. Centenas de

camponeses cuidam das lavras. A alegria esta estampada nos rostos dos camponeses que esperam ansiosos pelas colheitas. Para Domingos Miranda, que pratica a agricultura familiar há seis anos, o inicio das chuvas e sempre bem-vindo, pois garante as condições necessárias para as sementeiras. O Agricultor colhe em media, por semana, na sua lavra de 700 metros de comprimento e 300 de largura, 800 cachos de banana. Mas também produz hortícolas para o sustento da família. "Eu ganhei o gosto pela agricultura através do meu pai, já falecido. Nas Forças Armadas Angolanas, antes de ser desmobilizado, trabalhava na lavra da nossa unidade, na província do Uíge, onde estive destacado", contou.

O antigo militar disse observar com tristeza o abandono da agricultura por parte de muita gente que ate e originaria do campo. "Mas, quando chega a colheita, aparecem todos para levar a comida sem fazer nada", ironizou. O Piri, com 117 quilómetros quadrados e quase seis mil habitantes, tem nove aldeias, um centro de saúde e posta médico. A electricidade é fornecida por um grupo gerador de 135KVA.

A água potável é fornecida por um sistema de captação e distribuição, que veio substituir o construído na época colonial e já não respondia as solicitações dos consumidores.

#### Comercio precário

A região tem infra-estruturas comerciais de construção precária, como lanchonete, farmácias e pequenas cantinas. O Desenvolvimento da agricultura e o aumento dos índices de produção que o Piri tem registado nestes últimos anos, trazem a tona outros problemas estruturais, como a falta de crédito e a precariedade do comércio rural. O Sistema de micro crédito rural e a Criação de pequenos ou médios empreendimentos comerciais podem devolver a comuna o orgulho de tempos idos, em que ganhou o estatuto de celeiro agrícola da região dos Dembos Quibaxe. As pequenas barracas ao longo da estrada vendem tudo o que tem aos viajantes. Nelas são servidas pratos típicos da região, entre os quais a carne de caca com funje de bombó e de milho. E também muito famoso o chamado "molho sujo" típico do Piri, com carne de javali ou veado.

A gastronomia local começa a tornar-se um chamariz turístico, fruto da vontade de muitos angolanos em descobrir as delícias da vida rural, graças a paz. "Aqui, com 700 kwanzas, come-se do bom e do melhor e ainda tens ar puro, sossego, diversas frutas, carinho das cozinheiras e o maruvu de primeira", gabou-se uma das vendedoras. Ana Maria da Conceição acrescentou que na comuna ensina-se a amar e a respeitar o próximo. "A quem pede água, damos algo mais para matar a fome", brincou. "Somos muito acolhedores e já agora mandamos a nossa solidariedade para a população do Lobito. O povo do Piri este disposto a contribuir com o que produzimos para ajudar", disse, em tom sério.

#### Falta de bancos

O agricultor Sebastião Adão Pascoal, que também é soba grande, está satisfeito com as chuvas. A maioria dos agricultores da vila do Piri está a colher grandes quantidades de banana, gindungo, tomate, jimboa e quizaca, produtos que são comercializados nos principais mercados de Caxito e Luanda. O soba lamentou a falta de incentivos e créditos dirigidos à produção agrícola. A falta de uma instituição bancária na comuna é uma das preocupações repetidas por professores, funcionários públicos e empresários apostados em investir na região. Os níveis de crescimento populacional e a produção agrícola justificam a presença de instituições bancárias com carteira de crédito, afirmou a autoridade tradicional.

A par dos novos empreendimentos, que crescem ainda de forma tímida, o soba garantiu que a sede comunal do Piri também precisa de mudar para melhor. Por isso, tem-se realizado palestra para sensibilizar as populações para o trabalho.

## 5. MAIO

### 5.1 Caçadores furtivos incorrem em crime

*Jornal de Angola*  
18 De Maio de 2015

Quem for surpreendido com animais e carne de animais cuja caca é proibida em Angola e internacionalmente incorre em multas entre 300 e 600 mil kwanzas e em processos-crime, alerta um comunicado do Ministério do Ambiente.

Os infractores, salienta o documento, são detidos e as armas apreendidas. Elefantes, rinocerontes, todos os felinos, palanca negra, girafas e baleias são algumas das espécies que não podem ser abatidas em Angola.

### 5.2 Mudanças climáticas juntam especialistas

*Jornal de Angola*  
26 De Maio de 2015  
*Texto: Walter António*

Representantes de 191 países participam, desde ontem, no Congresso Mundial de Meteorologia na cidade de Genebra, para traçar estratégias, políticas, prioridades orçamentos para fortalecer os serviços climáticos a escala global.

A conferência realiza-se de quatro em quatro anos e avalia o crescimento da população mundial, as condições extremas do clima e os seus impactos socioeconómicos.

A cimeira estuda as formas de responder as necessidades de uma população global em crescimento e, ao mesmo tempo, lidar com a mudança e a variação do clima, com as condições climáticas extremas e os seus impactos socioeconómicos. O secretário-geral da Organização Mundial de Meteorologia, Michel Jarraud disse que para promover o desenvolvimento sustentável e ajudar a humanidade a lidar com a mudança climática são necessários maiores investimentos e cooperação internacionais.

Michel Jarraud afirmou que até agora, os desastres relacionados com o clima já destruíram ou prejudicaram milhões de vidas.

"A lista de eventos climáticos extremos e longa e há provas científicas de que pelo menos alguns deles não ocorriam se não fosse pela interferência humana", afirmou o secretário-geral do Congresso Mundial de Meteorologia. Michel Jarraud disse que a extensão das geleiras no Ártico, registada em Fevereiro, foi a menor já captada pelas imagens de satélite.

### 5.3 Apelo à cultura preventiva e formação de quadros

*Jornal de Angola*  
27 De Maio de 2015  
*Texto: André Da Costa*

As autoridades locais do Estado foram exortadas, ontem, em Luanda, pelo ministro do Interior, a desenvolverem um maior controlo do território sob sua jurisdição no sentido de evitarem construções ilegais em zonas de risco e prevenirem prejuízos materiais e humanos em caso de desastres naturais.

Ângelo da Veiga Tavares falava na abertura da reunião da Comissão Nacional de Protecção Civil e referiu que a capacidade de gestão dos recursos financeiros deve constituir factor importante na avaliação dos responsáveis dos municípios, comunas e distritos urbanos.

O ministro do Interior, coordenador da Comissão Nacional de Protecção Civil, sublinhou ser necessário que os poucos recursos disponíveis sejam geridos de forma adequada e com parcimónia, evitando dispersões para melhor gestão das situações de crise. "Tal perspectiva impõe que se preste particular atenção ao desenvolvimento das capacidades técnicas, através da formação de quadros e da criação de uma cultura preventiva, com o objectivo de assegurar a sustentabilidade das nossas acções a longo prazo."

No plano internacional, o ministro do Interior disse que Angola faz parte da plataforma global de gestão de riscos e assinou o novo quadro de acção para a redução do risco de desastres, no âmbito da Conferência Mundial realizada este ano no Japão.

"As alterações climáticas provocadas pela acção do homem colocam diante dos Estados membros desafios sem precedentes na história da humanidade", afirmou Ângelo da Veiga Tavares, citando o Presidente da República, José Eduardo dos Santos, durante a sua intervenção na Assembleia-Geral das Nações Unidas.

"Este novo quadro pretende reduzir os danos em eventuais desastres e criar capacidades para resistir, absorver e recuperar de forma eficiente os seus efeitos e de maneira organizada prevenir que vidas humanas e bens sejam perdidos", explicou o ministro do Interior, que acrescentou que as instituições, dirigentes e responsáveis a vários níveis, funcionários municipais, comunais e os cidadãos são capacitadas para adoptar uma postura adequada perante os riscos impostos pelas mudanças climáticas.

Ângelo da Veiga Tavares considerou que as cidades e as áreas modernas representam um sistema denso e complexo de serviços que enfrentam um crescente risco de desastres, pelo que estratégias e políticas públicas devem ser desenvolvidas para a construção de cidades sustentáveis.

Com a adopção desses planos, disse o ministro, a Comissão Nacional de Protecção Civil dá passos fundamentais na protecção da vida, do ambiente e dos investimentos em curso no país.

#### Desastres no mundo

O ministro do Interior sublinhou que a reunião da Comissão Nacional de Protecção Civil se realizou numa altura em que no mundo o risco de desastres é crescente e o seu impacto causa um elevado número de mortes, altos índices de desprotecção social e retrocesso nos processos de desenvolvimento dos países. "Angola regista ainda algumas situações adversas como a seca, as inundações, a pobreza, o êxodo rural, a ocupação anárquica do solos, o crescimento urbano desordenado, situações que impõem a procura de soluções para prevenir e solucionar tais problemas", referiu.

Ângelo da Veiga Tavares frisou que a criação do Sistema Nacional de Protecção Civil reduziu o impacto dos desastres, mas reconheceu que é preciso reforçar e consolidar o sistema, de forma a

melhor proteger a vida, o desenvolvimento e os investimentos públicos e privados.

A reunião da Comissão Nacional de Protecção Civil fez o balanço das actividades realizadas em 2014 e nos primeiros meses do ano, e analisou as acções estratégicas de prevenção e redução de riscos de desastres no quadro do Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017.

Os ministros da Administração do Território, Bornito de Sousa, Energia e Águas, João Baptista Borges, Cultura, Rosa Cruz e Silva, Assistência e Reinserção Social, João Baptista Kussumua, Comunicação Social, José Luís de Matos, e o secretário de Estado da Saúde, Carlos Alberto Maseca, participaram na da reunião da Comissão Nacional de Protecção Civil.

## 5.4 Identificadas as zonas de risco na província

*Jornal de Angola*

*27 De Maio de 2015*

*Texto: Lourenço Bule*

A Comissão Provincial de Protecção Civil do Cuando Cubango identificou 51 zonas de risco iminentes em toda a extensão da província, revelou, em Menongue, o chefe da secção de planeamento e operações do Comando Provincial do órgão da Polícia Nacional.

Francisco Dala disse que as zonas de risco foram identificadas pela comissão no exercício das suas obrigações de localização, constatação, levantamento, prevenção e mitigação dos desastres colectivos de origem natural ou tecnológico.

O chefe da secção de planeamento e operações do Comando Provincial de Protecção Civil e Bombeiros disse que as áreas foram identificadas no município de Menongue, com mais zonas de risco, num total de 12, Calai com nove, Cuito Cuanavale (oito), Cuangar (sete), Cuchi (cinco), Rivungo (quatro), Dirico (dois) e igual número para Nancova e Mavinga.

Estas zonas são consideradas de risco por se situarem próximo dos rios Cuando, Cubango,

Cuchi, Cuebe, Cueleí, Luahúca, Cuito, Cubia e Luengue.

"Quando chove, a tendência é de aumentar o caudal, causando inundações e ataques constantes de jacarés e hipopótamos às populações", disse o chefe de departamento.

Francisco Dala acrescentou que outras zonas de risco estão localizadas ao longo das ravinas, sobretudo no Cuito Cuanavale, áreas de descargas atmosféricas e arenosas, causando assim destruição de casas, escolas, unidades sanitárias, igrejas, pontes, estradas, isolamento de famílias e restrição da circulação de pessoas e bens.

Além destes danos, as inundações podem ainda causar aumento de doenças diarreicas agudas, malária, infecções na pele, febre tifóide, conjuntivite, absentismo elevado no serviço por motivos destas enfermidades ou de mortes, aumento das despesas para aquisição de medicamentos e sobrelotação nos hospitais da região.

#### Estratégias de actuação

Como estratégia, Francisco Dala referiu que a comissão, em casos de calamidades naturais, perspectiva a criação e a aplicação do Plano local de Preparação e Resposta (PPR) e a formação de comissões municipais de protecção civil.

Outras estratégias têm a ver com a potencialização da subcomissão executiva provincial e das comissões municipais de capacidade interventiva, para responderem às exigências do processo de preparação, prevenção e resposta, em colaboração com as organizações da sociedade civil. As operações de protecção civil encontram-se previstas, dispostas e sistematizadas de acordo com a Lei n.º 28/03 de 07 de Novembro, que define no ponto primeiro do artigo 20, que em situação de acidentes graves, catástrofes ou calamidades e de perigo de ocorrência destes fenómenos são desencadeadas acções em harmonia com os programas e planos de emergência previamente elaboradas.

"Em caso de activação do PPR, deve ser articulado com outros planos municipais, provinciais, regionais ou nacionais de emergência, podendo estes ser especiais, expandindo as coordenações

técnicas e operacionais dos meios a empenhar e a adequação das medidas de carácter excepcional a adoptar".

#### Obras em curso

Na região, refira-se, estão em curso diversas acções de impacto social para melhorar a qualidade de vida da população.

Das obras em curso destaque para as dos sectores da Saúde e da Educação, que visam baixar os índices de mortalidade nas comunidades e melhorar o processo de ensino e aprendizagem.

As vias de acesso também estão a ser reabilitadas, para melhorar as trocas comerciais e facilitar o escoamento de produtos agrícolas.

## 5.5 Invasão habitacional ameaça espécies

*Jornal de Angola*

*27 De Maio de 2014*

*Texto: Walter António*

A Administração do Parque Nacional da Quissama está preocupada com o elevado número de pessoas que residem no local, pondo em risco a sobrevivência de muitas espécies, disse, ontem, na Quissama, o administrador do parque.

Miguel Savituma informou que mais de 40 mil pessoas residem no interior da reserva e muitas das quais praticam a caça ilegal e o abate de árvores para fazer lenha.

No interior do parque, referiu, as pessoas habitam em casas de chapa e a maioria é proveniente de outras províncias em busca de melhores condições de vida.

"Temos uma grande preocupação com as pessoas que vivem no bairro da Cabala. Na sua maioria são provenientes da ilha de Luanda e fazem pesca no rio e no mar, dentro do parque, e muitas vezes as redes arrastam animais", disse.

#### Perigo à vida animal

"Os caçadores ilegais constituem um perigo para os animais", referiu o administrador, que apelou à população para ajudar a proteger a biodiversidade combatendo a caça ilegal e o abate de árvores,



factores que podem contribuir para a extinção da fauna e da flora.

Com uma área de 9.960 quilómetros quadrados, o Parque da Quissama é protegido por 31 fiscais e nele vivem centenas de elefantes, olongos, gungas, avestruzes, hipopótamos e milhares de pequenos mamíferos como o bambi, o javali, o veado, além de 36 girafas. Segundo o administrador, semanalmente, o Parque Nacional da Quissama recebe mais de 100 visitantes, número muito superior ao que se registava nos anos anteriores.

#### Apoio da União Europeia

A União Europeia patrocina em Angola, desde 2012, um projecto sobre biodiversidade no valor de três milhões e 900 mil euros.

A gestora de projectos da delegação da União Europeia em Angola, Susana Martins, disse, ontem, em Luanda, que o projecto se destina a reabilitar o Parque Natural do Iona e ao planeamento estratégico da gestão de todos os parques em Angola. O director-geral do Instituto Nacional da Biodiversidade e Áreas de Conservação, Abias Huongo, afirmou que ainda não é conhecido todo o potencial da biodiversidade do país.

"O país tem uma grande diversidade de ecossistemas, cerca de 14 biomas (conjunto de determinadas condições ecológicas climáticas que caracterizam uma determinada região) que durante muito tempo não foram estudados. O estudo começou no tempo colonial e em muitas áreas não se fez trabalho profundo. Os trabalhos feitos actualmente estão a trazer novos elementos à fauna e à flora", acrescentou.

O coordenador do projecto da biodiversidade e conservação do Parque Nacional do Iona, Aristófanis Ponte, revelou que o Ministério tem desenvolvido estrategicamente e de forma integrada diversas acções, projectos e planos para tomar rica a diversidade biológica angolana.

#### 5.6 Sistema inovador limpa os oceanos

*Jornal de Angola*  
27 De Maio de 2015

Um sistema inovador desenvolvido por um jovem holandês de 20 anos vai começar a limpar toneladas de plástico dos oceanos em 2016. O projecto "The Ocean Cleanup", da responsabilidade de Boyan Slat, é lançado no próximo ano na costa de Tsushima, uma ilha localizada entre o Japão e a Coreia do Sul.

O anúncio foi feito, ontem, pelo jovem fundador do projecto, que criou uma plataforma flutuante única capaz de se mover pelos oceanos. Aproveitando a força dos cinco grandes sistemas de correntes marítimas do mundo, o sistema consegue concentrar, para posterior recolha, até 3.000 metros cúbicos de plástico de cada vez, o equivalente a uma piscina olímpica, num único local.

No seu primeiro lançamento, a plataforma limpa uma extensão de cerca de dois mil metros de oceano, e prevê-se que funcione durante, pelo menos, dois anos e apanhe o plástico que ali circula antes de este dar à costa na ilha de Tsushima", que, neste momento, estuda a possível utilização desta matéria-prima como fonte de energia alternativa.

O "The Ocean Cleanup" revelou que o início da aplicação prática do sistema representa um marco importante na missão de limpeza do plástico que polui os oceanos de todo o mundo. Nos próximos anos, Slat quer estender o alcance da plataforma aos mil quilómetros para limpar cerca de metade da "Grande Ilha de Lixo do Pacífico".

#### 5.7 Autoridades de Cabinda apertam o cerco à exploração ilegal da madeira

*Jornal Semanário Económico*  
13 De Maio de 2015  
Texto: Marta Cassinda

O Governo da província de Cabinda adoptou uma estratégia para o combate ao garimpo de madeira, com vista a proteger os recursos florestais na região, principalmente na floresta do Maiombe.

O secretário provincial da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pesca, João Tati Luemba, disse ontem, que em função disso, a partir de agora cada empresa madeireira licenciada é obrigada a ter pelo menos urna serração na sua

área de exploração para absorver parte da força de trabalho desempregada.

A medida visa também beneficiar as populações das respectivas zonas. de corte, de madeira serrada que muito carecem e fazer face à exploração desregrada de madeira em toro.

Em declarações à Angop, o responsável afirma que a solução da problemática do garimpo demadeira em Cabinda depende da criação de postos de trabalho capazes de dar emprego à juventude que encontra no garimpo uma alternativa para sobrevivência.

Tati Luemba adiantou que o plano anual de exploração é de 20 mil metros cúbicos de madeira em toro que, entanto, nunca foi alcançado em virtude da incapacidade técnica das empresas madeireiras.

Como se pode confirmar nas estatísticas disponíveis, em 2013, devido a essa realidade a província produziu 11.875 metros cúbicos.

No Cuanza Norte, por exemplo, comando Municipal da Polícia Nacional da Banga, desencadeou no final do mês de Março uma operação destinada a conter a exploração ilegal de madeira que provoca danos económicos e ambientais, informou o responsável do Gabinete de Estudo de Análise e Informação (GEIA) do comando local da corporação, António Capita Neto.

Segundo o responsável, a operação resultou na apreensão de 196 peças de madeira serrada e quantidades não determinada de barotes, na localidade de Muongo, comuna de Aldeia ova, que se encontrava em posse de madeireiros furtivos igualmente detidos.

Esclareceu que esta é a terceira acção do género realizada desde o início da operação, em princípios deste mês, em que foram apreendidas 170 peças de madeira serrada nos arredores da sede municipal da Banga e outras 80 na localidade de Cacumo Zenza, com vista a desencorajar tal prática.

A exploração ilegal de madeira ocorre principalmente nas comunas da Aldeia-Nova e Cariamba, apontou o responsável. Realçou que a referida prática viola o disposto no artigo 12º da Lei 6/99, de 10 de Setembro (Lei das

infracções contra a economia), publicada no Diário da República nº 30 Iª Serie.

Afirmou que a acção consta das medidas tomadas pela administração municipal que visa a contenção da exploração ilegal de madeira e que conta com o apoio da Polícia Nacional na interpelação de viaturas que transportem madeira, sobretudo no período nocturno, para fugirem da fiscalização.

#### Recursos florestais

O ministério da Agricultura e Pescas está a realizar, a nível nacional' um inventário florestal para determinar a quantidade de florestas que o país possui. Consta que o processo de elaboração do inventário será um banco de dados que vai permitir divulgar a quantidade do recurso que o país possui, pois só assim se poderá começar a sua exploração de forma objectiva, em quantidade e qualidade, correspondendo com as exigências nacionais e internacionais.

Dados oficiais indicam que em Angola são registadas queimadas anárquicas e não autorizadas principalmente nas regiões do centro e norte sem se medir as consequências que estas podem transmitir ao ecossistema.

Angola possui florestas artificiais e naturais. numa área de 53 milhões de hectares .

## 5.8 Huambo vai analisar impacto das queimadas no ecossistema

*Jornal Semanário Económico*  
13 De Maio de 2015

O Centro de Ecologia Tropical e Alterações Climáticas (CETAC) pretende realizar no ano em curso, na província do Huambo, um estudo para determinar os impactos que as queimadas causam no ecossistema, por tratar-se de um fenómeno comum na época seca, nas zonas rurais desta região.

Segundo o director do centro, Joaquim Lauriano, a investigação vai centrar-se, fundamentalmente, na divisão de talhões sujeitos a serem queimados de forma sucessiva, bem como na intensidade que devem ser feitas estas acções, com vista a se obter resultados concretos sobre a influência sobre o ambiente.

Informou estarem a decorrer, neste momento, trabalhos de recolha de informação para' posteriormente, passar-se à fase de investigação sobre a fumaça que esta prática liberta, além da promoção de debates e campanhas de sensibilização sobre a ecologia das queimadas na sociedade.

O Director afirmou que as queimadas trazem para o ecossistema impactos negativos e positivos, apesar dos negativos sobressaírem mais na sociedade, por desconhecer-se, em muitos casos, a importância do fogo do ponto de vista ecológico.

Por isso, esclareceu que um dos aspectos positivos das queimadas, sobretudo quando são bem acompanhadas e feitas nos meses de Julho e Agosto, tem a ver com facto de exercerem uma grande influência no ecossistema, visto que depois de serem efectuadas a vegetação rebrota logo que começam as primeiras chuvas (Setembro e Outubro), afigurando-se importantes no ciclo de crescimento da vegetação.

Joaquim Lauriano argumentou que, logo nas primeiras chuvas, depois das queimadas, surgem os nevoeiros, que, por sua vez, provocam as condensações nocturnas que resultam no orvalho e no aparecimento de um ambiente favorável ao desenvolvimento de insectos aproveitados para a alimentação dos vários processos ligados à fortificação dos solos e polinização do ambiente.

Sobre os factores negativos, disse ser do domínio de todos os cidadãos, na medida em que, ao serem efectuadas desordenadamente, destroem os pequenos animais, como coelhos, cobras, lagartos e outros insectos, além de prejudicar o desenvolvimento das plantas, o que, de certa forma, debilita a própria flora.

Sobre o CETAC

O CETAC, em funcionamento desde Novembro de 2012, destina-se ao estudo e investigação das alterações climáticas e preservação dos recursos naturais e dos ecossistemas. A criação do mesmo, o único do género no país, enquadra-se no programa do Governo para o relançamento do projecto de investigação científica e estudo das alterações climáticas, conservação e preservação do ambiente.

O aproveitamento das águas residuais, valorização dos solos degradados, constituição de equipas de investigação e apoio à elaboração e implementação de políticas e programas de preservação do ambiente constituem, entre outros, os objectivos da criação da instituição tutelada pelo Ministério do Ambiente. O Centro de Ecologia Tropical e Alterações Climáticas permite aos especialistas, estudantes dos institutos médios e superiores ligados à área aproveitar as possibilidades oferecidas para melhorar as condições de vida das populações, através da utilização racional dos recursos hídricos e climáticos.

## 5.9 Congo. Desastre ambiental aqui mesmo ao lado na floresta tropical

*Jornal Agora*

*15 De Maio de 2015*

*Texto: Sérgio Soares*

Mais de 50 mil quilómetros de estradas estão a ser abertos em pleno coração da floresta tropical congoleza, às portas de Angola, financiadas por grandes bancos de desenvolvimento internacionais. O impacto ambiental! é devastador, afecta 40 milhões de pessoas e já causou a morte a dois terços da população de elefantes

A última grande mancha de floresta tropical na África Sariana, no coração da República Democrática do Congo (RDC), está ameaçada pelo impacto de projectos rodoviários agressivos que a rasgam em todas as direcções para facilitar a vida aos madeireiros e a explorações mineiras.

No Congo, uma área de floresta tropical cinco vezes maior do que a Bélgica foi entregue à exploração madeireira desde 2002.

A segunda maior floresta tropical do mundo, berço de vida selvagem única, como os gorilas e elefantes, está a ser, desde então, gradualmente esventrada e os animais a ser extintos.

As companhias internacionais de extracção de madeira estão a instalar o caos social e a destruir o ambiente nesta parte de África e já actuam na região de Cabinda e no Norte de Angola.

Milhões de pessoas e de animais selvagens dependem deste ecossistema crucial para a regulação do clima local e global. Grandes secas ou inundações em Angola podem ter origem neste desastre ambiental em curso.

O alerta é renovado ao Semanário Agora pelo biólogo William Laurance da Universidade James Cook da Austrália.

"A experiência mostra que a abertura das primeiras estradas marca o início do fim dos habitats naturais", sublinha o investigador.

"A melhor analogia que posso usar é que a desflorestação actua como um cancro. Quando a primeira estrada é aberta para o interior de uma floresta virgem, a desflorestação tende a espalhar-se de forma contagiosa ao longo dessa estrada", explica.

Só na bacia do Congo estão em curso projectos de novas estradas com um total de 50.000 quilómetros. Quem promove o projecto são bancos de desenvolvimento e quem beneficia com a madeira, o marfim e os minérios retirados da floresta são empresas chinesas.

"Estou muito preocupado com os investimentos da China e com a remoção dos recursos naturais, nomeadamente madeira e minérios", diz ao Agora o eminente biólogo, que há dezenas de anos investiga os impactos ambientais nas florestas da Amazónia, Congo, e na savana do Serengeti, partilhada pelo Quénia.

"Neste momento, estão em curso projectos de obras em 29 corredores de desenvolvimento em África, e a China é o maior financiador, seguido da Índia, da Rússia e do Brasil.

"É muito difícil equilibrar o lado positivo destes investimentos e os seus impactos negativos", diz, salientando os desastres ambientais associados, a inflação causada por estes projectos e o facto de impedirem a diversificação da economia.

**BOOM DO SECTOR MINEIRO.** O continente africano está a viver um verdadeiro boom no sector mineiro, impulsionado por investimento estrangeiro.

A velocidade e a escala deste súbito desenvolvimento significam que a salvaguarda dos aspectos ambientais está em perigo de

marginalização ou mesmo de poder ser totalmente ignorada, afectando o património biológico, nomeadamente, da floresta tropical da África Central, denuncia o investigador David P. Edwards, do Centro para as Ciências do Ambiente Tropical e Escola de Biologia Marinha da Universidade James Cook.

O sector mineiro vai, indiscutivelmente, alterar a face de África nas próximas décadas. "Existem oportunidades para um desenvolvimento sustentável, combate à pobreza e protecção ambiental, mas estes desenvolvimentos positivos raramente serão atingidos sob regimes onde a corrupção e a governação frágil prevalecem".

O crescimento das explorações mineiras tem atraído biliões de dólares em investimento estrangeiro (Jannah & Ping 2011; Zhang 2011) e vai resultar num substancial crescimento económico e desenvolvimento, mas também trazer enormes riscos para as sociedades locais e para o meio ambiente.

As potenciais ameaças ambientais provocadas pela rápida desflorestação e exploração mineira - África representa cerca de 30% dos recursos minerais mundiais, nomeadamente, estratégicos como fosfatos, platina, ouro, diamantes, alumínio, urânio, ferro e carvão. Contudo, ainda menos de 5% da exploração mineira global ocorreu em África, e a maior parte do continente ainda está por explorar, segundo um estudo de Taylor e a I de 2009. No caso do investimento chinês em África, só no sector mineiro verificou-se que o mesmo quadruplicou entre 2000 e 2009, de USD 25,7 biliões para USD 103,4 biliões por ano (Zhang 2011).

Mas não foi só o investimento chinês a crescer, também o de outros BRIC (Brasil, Rússia, e Índia) e do Canadá e Austrália tem dado mostras de enorme crescimento.

Por exemplo, mais de 230 empresas mineiras australianas estão envolvidas em mais de 600 projectos de exploração mineira em mais de 42 países africanos.

Entre os países lusófonos, Angola é dos maiores alvos de investimento estrangeiro no sector rodoviário, ferroviário (corredor do Lobito), construção de barragens e sector mineiro, com potenciais perigos ambientais e sociais. Mas em

termos de riscos ambientais decorrentes da exploração mineira, Moçambique ocupa a primeira linha no que diz respeito à preocupação com as explorações de carvão de Moatize, entre outras.

## 5.10 Palanca Negra Gigante corre perigo

*Jornal De Angola*

*22 De Maio de 2015*

A situação actual da Palanca Negra Gigante está a preocupar as autoridades devido à continuação da acção ilegal dos caçadores furtivos, sobretudo na Reserva Natural Integral do Luando, em Malanje, disse, ontem, em Luanda, o director do Instituto Nacional da Biodiversidade e Áreas de Conservação (INBAC), Abias Huongo.

"Apesar dos esforços empreendidos para garantir o controlo da Palanca Negra Gigante, são precisos mais apoios, nomeadamente apoio financeiro, para que o projecto de conservação da Palanca Negra Gigante, lançado em 2009, seja um sucesso", disse Abias Huongo, que acrescentou: "As ameaças são contínuas na região e a caça ilegal periga a sobrevivência das Palancas que ainda sobrevivem."

Armadilhas específicas para a caça deste animal foram encontradas na Reserva Natural Integral do Luando, em meados de 2014, e uma fêmea da Palanca Castanha foi abatida por um caçador furtivo no Parque Nacional de Cangandala, na Província de Malanje.

A reprodução da Palanca, confio nada ao Santuário do Parque Nacional de Cangandala, continua e hoje há um total de 40 animais, incluindo crias muito jovens. O nível de reprodução ainda é insatisfatório, mas o número actual de palancas representa o resultado do trabalho árduo com vista a retirar o Parque Nacional de Cangandala da lista de extinção da Palanca Negra Gigante.

### Parque da Cangandala

O número de Palancas controladas no Parque de Cangandala e na Reserva Natural Integral do Luando encontra-se abaixo de 200, contra os 2.000 animais controlados no tempo colonial, informou

Abias Huongo, que adiantou: "Estudos continuam a ser feitos sobre a Palanca Negra Gigante, como é o caso das salinas e a sua importância para a sobrevivência do animal. A caça furtiva é um grande problema, assim como a destruição do habitat é outra ameaça frequente".

O Ministério do Ambiente pôs a circular um comunicado a informar que os caçadores furtivos e outras pessoas singulares que forem surpreendidas com animais e carne de animais cuja caça é proibida incorrem em multas de 300.000 a 600.000 kwanzas, além de serem responsabilizados criminalmente. Além das várias advertências feitas,

O Ministério do Ambiente começou a vedar o Parque Nacional de Cangandala. Para a reserva do Luando, Abias Huongo defendeu a necessidade de estimular o trabalho dos pastores da Palanca Negra Gigante para tomar a sua actividade oficial em função dos objectivos preconizados pelo Estado no processo da sua recuperação.

## 6. JUNHO

### 6.1 Degradação afecta maioria das províncias

*Jornal de Angola*  
19 De Junho de 2015

Doze das 18 províncias do país apresentam sérios problemas de degradação de terras e de seca, revelou, quarta-feira, em Luanda, o Ministério do Ambiente.

As províncias afectadas são o Bengo, Benguela, Bié, Cuanza-Sul, Cuando Cubango, Cunene, Huambo, Huíla, Lunda Norte, Lunda Sul, Malanje, Moxico e Namibe, refere o Ministério do Ambiente, em comunicado. "Adesertificação representa, a nível nacional e internacional, um grave problema com implicações sociais, económicas e ecológicas, pois é um fenómeno que corresponde à transformação de terras com potencial produtivo em áreas inférteis ou em desertos", diz o documento do Ministério do Ambiente.

O combate à desertificação, refere Ministério do Ambiente, pode ser feita através do uso sustentável de recursos naturais, da conservação do ambiente e da prática agrícola adaptada às condições ecológicas locais.

Nas zonas propensas à desertificação deve-se usar técnicas agrícolas adequadas, seguras e sustentáveis com vista a prevenir o fenómeno, acrescenta o comunicado do Ministério do Ambiente.

Para dar resposta a este problema em Angola, o Governo, através do Ministério do Ambiente, elaborou o Programa de Acção Nacional de Combate à Desertificação (PANCOD), que define os domínios prioritários de intervenção, o papel e as responsabilidades dos vários actores, estabelecendo parcerias para lutar contra o fenómeno da desertificação e a criação de mecanismos institucionais de coordenação.

#### Descargas das petrolíferas

As empresas petrolíferas devem cumprir com as descargas das aparas em terra, no quadro do Decreto Executivo 97-14 sobre "Descarga Zero", que entra em vigor em Julho deste ano, apelu

ontem, em Luanda, o director do Gabinete Jurídico do Ministério do Ambiente.

Miranda Kiala informou que o decreto proíbe a deposição das aparas que forem produzidas no decurso da exploração petrolífera têm de ser transportadas para terra para o devido tratamento, e advertiu que as empresas petrolíferas devem cumprir com a legislação ambiental em Angola, caso contrário estão sujeitas ao pagamento de multas, em função da natureza e da gravidade da infracção cometida.

O regulamento aplica-se a todas as descargas operacionais geradas no decurso das operações petrolíferas, quer em terra quer em mar, excepto quando as instalações se encontrem em trânsito, disse o director do Gabinete Jurídico do Ministério do Ambiente, que explicou que o diploma legal se destina a garantir um padrão de sanidade ambiental aceitável e recomendável na indústria petrolífera.

"Esperamos que as empresas petrolíferas estejam preparadas para implementação deste regulamento, depois da moratória dada para que as mesmas estejam preparadas tecnologicamente, a fiscalização vai ser rigorosa". Tal procedimento contribui muito para a melhoria do meio ambiente marinho, para a redução de impactes negativos para com os mamíferos e outras espécies que estiverem no raio das operações, sobretudo no momento da descarga das aparas, concluiu o director do Gabinete Jurídico do Ministério do Ambiente.

#### Projecto Kitabanga

O projecto Kitabanga, da Faculdade de Ciências da Universidade Agostinho Neto (UAN), contribui para um melhor conhecimento e conservação das tartarugas marinhas, ao longo da costa de Angola, revelou, ontem, em Luanda, a instituição de ensino superior.

Implementado desde 2003 nas regiões do Kissembro, Longa, Cuio e Manono, o projecto Kitabanga tem o objectivo de contribuir para o conhecimento da condição e protecção das tartarugas marinhas ao longo da costa de Angola.

### 6.2 Luta contra a desertificação absorve 20 milhões de dólares

*Semanário Económico*  
*18 De Junho de 2015*  
*Texto: Antónia Gonçalves*

A luta contra a desertificação no país ganha nova dinâmica no segundo semestre deste ano, quando foi assinado um memorando entre Angola e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

O acordo prevê um investimento de 20 milhões de dólares co-financiados pelo PNUD, para suportar o projecto "Adaptação das Alterações Climáticas". A província do Cunene será prioritária por ser a mais afectada pela desertificação e seca, segundo o chefe do Departamento de Seca e Desertificação do ministério do Ambiente.

Luís o Constantino disse que o projecto terá duração de cinco anos e visará o reforço da capacidade de adaptação climática para suportar riscos de desastres na bacia do Cuvelai e reduzir as vulnerabilidades relacionadas com o clima nas províncias da Huíla e do Namibe. "Queremos ampliar a rede de estação meteorológica. Não se pode falar de clima se não tivermos uma rede eficiente de estações meteorológicas porque o tempo precisa de ser monitorado constantemente", afirma o gestor. Constantino conta que a implementação do projecto consistirá na transferência de tecnologias apropriadas, desenvolvimento das capacidades infra-estruturais e monitorização climática.

Um segundo projecto, denominado "Reteza" está a ser desenvolvido na província de Benguela, nas regiões de transumância, tendo como objectivo o fortalecimento e restauração dos sistemas de produção agro-pastoris em áreas vulneráveis, segundo De acordo com outro técnico do Gabinete de Alterações Climáticas Consta do projecto a integração das alterações climáticas em políticas do sector agrícola e ambiental, bem como a capacitação e promoção das alterações climáticas através da fertilidade do solo e práticas de gestão sustentável de terras. João Vintém explica que estas regiões têm sérios problemas de degradação dos recursos naturais como a escassez da vegetação, de pastos, de água, sendo necessário resolvê-los para que as populações não tenham problemas.

O seu entender, a desertificação está relacionada com as actividades humanas e secundariamente por causas naturais, ligada ao uso do sistema sustentável da terra e das alterações climáticas.

"Enquanto o país depender maioritariamente da agricultura para a subsistência da população, acho que devemos começar a nos preocupar porque este fenómeno traz consigo muito a problemas e um deles e a fome", alerta.

Quanto ao contexto angolano explica que o país possui uma orla costeira de cerca de 1600 quilómetros que se situa na zona árida, semi-árida, ou seja, húmida e seca, desde o extremo sudeste do Namibe até a província de Cabinda.

"Uma parte da província de Cabinda tem um clima equatorial e semi-árido. Chove aproximadamente 650 a 800 milímetros de chuva por anos. O litoral de Cabinda tem problemas sérios. O nosso país infelizmente está muito ligado aos climas secos", diz.

O técnico diz ainda que o problema da desertificação é uma preocupação mundial porque abrange todos os países do mundo, nomeadamente os inseridos em climas inter-tropicais e tropicais, com climas áridos, semi-áridos e sub-húmidos secos.

O Dia Mundial de Combate à Desertificação e à Seca foi aprovado ao abrigo da Resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas A/RES/49/115), em 1994, para promover a consciencialização pública acerca deste tema.

O documento foi adoptado de modo a apoiar os países que sofrem secas severas e desertificação, particularmente em África, razão por que os Estados que subscreveram a Convenção celebram a data com actos de consciencialização das pessoas sobre o perigo deste fenómeno em todo o mundo.

### **6.3 Acções humanas sobre ambiente aceleram seca e desertificação**

*Jornal Republica*  
*19 De Junho de 2015*

A contaminação das águas dos rios, a desflorestação, a poluição atmosférica e dos solos foram apontadas, na cidade do Huambo, como

principais acções que aceleram a seca e a desertificação.

A afirmação é do ambientalista Gervásio Mendes Kaluhongue, em declarações à imprensa, a propósito do Dia Mundial de Combate à Seca e à Desertificação, afirmando que estes dois fenómenos representam uma ameaça à vida. Embora admita que a seca e a desertificação sejam causadas por factores naturais, o ambientalista diz acreditar que as acções humanas têm impacto muito significativo sobre ambos os fenómenos.

Gervásio Kaluhongue disse ser necessária a implementação de medidas que visem banir qualquer acção humana que danifique o ambiente, admitindo que a seca é um problema comum em Angola.

"A natureza não pode continuar a ser explorada de forma tradicional. É necessário promover a cultura da sustentabilidade dos recursos naturais", alertou.

O também docente da Escola Superior Pedagógica da província do Bié mostrou-se preocupado com a lavagem de viaturas nos rios, uma vez que os fluidos resultantes desta acção poluem as águas e contaminam o solo na zona adjacente. Quanto ao derrube da vegetação, particularmente de árvores, Gervásio Mendes Kaluhongue disse ser uma

prática que interfere directamente na manutenção do ciclo hidrológico, causando, por isso, irregularidade nas precipitações. Um outro problema que no entender do especialista em protecção e conservação do ambiente favorece a seca e a desertificação é o uso de fertilizantes e pesticidas na agricultura, por serem substâncias tóxicas que ao infiltrarem-se no solo contaminam e comprometem as nascentes de água doce. "Há ainda a deposição directa de resíduos sólidos nos rios que, associada ao aumento da temperatura, está a fazer com que muitos deixam de ser constante e passem a ter água apenas na época chuvosa", referiu.

O 17 de Junho foi instituído em 1995, pela ONU, com objectivo de promover a sensibilização pública relativa à cooperação internacional no combate à desertificação e os efeitos da seca.

A desertificação corresponde à transformação de uma área com potencial produtivo em terras

inférteis, já a seca ou estiagem é um fenómeno climático causado pela insuficiência de precipitações pluviométricas, ou chuva, numa determinada região por um período de tempo muito grande.

## 6.4 A defesa do Ambiente

*Jornal de Angola*

*4 De Junho da 2015*

A quinta edição da Feira Internacional de Tecnologias Ambientais começa hoje, 4 Junho, numa altura em que cresce o compromisso para a qualidade do ambiente em todas as esferas da vida do país. A feira inclui um ciclo de conferências temáticas sobre questões ambientais no âmbito das comemorações dos 40 anos de Independência Nacional. A feira representa não apenas a determinação do Executivo em retomar os desafios ambientais numa questão de Estado, como transforma-los também em assunto que deve preocupar os cidadãos,

Angola cresce economicamente, numerosas empresas instalam-se em varias parcelas do território nacional e é fundamental que elas observem as leis ligadas 11 preservação do ambiente. Temos um vasto território em superfície terrestre, uma longa fronteira marítima e vivemos ainda um processo de ocupação dos solos que nem sempre respeita as normas e boas praticas ambientais. E preciso, para a defesa do ambiente, identificar os principais problemas para encontrar as melhores soluções.

As boas praticas ambientais tem sido amplamente promovidas pelo Ministério do Ambiente, pela Comissão Multi-sectorial para o Ambiente, pelas associações ligadas ao sector, numa altura em que cresceu em todo O mundo a necessidade de respostas aos problemas com um impacto global. Se fizermos isso, apenas estamos a cumprir a nossa parte em beneficia de muitos milhões de pessoas.

As preocupações globais quanta à degradação dos solos, emissões de gases poluentes da atmosfera e O aquecimento global impõem regras de conduta que devem ser seguidas por todos, sobretudo na utilização dos solos, das águas e do ar.

Reconhecemos que estamos num processo, cujos resultados relativamente 11 implementação de politicas ambientais começam a revelar resultados



animadores em todo o país. Temos ainda muitos desafios ao nível de questões que dizem respeito ao ambiente, mas muitos passos foram dados no sentido da observância de regras.

A gestão ambiental em Angola e já uma realidade a que se dá, felizmente, bastante importância. Hoje podemos dizer com segurança que Angola tem condições para tratar em termos quantitativos e qualitativos os efeitos ambientais perniciosos que agredem o ambiente.

Acreditamos que, com a realização desta Feira Internacional de Tecnologias Ambientais, o país, as empresas e as pessoas singulares, ficam melhor preparados na medida em que se aprende mais e se trocam experiências, o que faz com todos nos ganhemos.

Como disse o secretário-geral da Rede Ambiental Maiombe, Rafael Neto, em declarações Angop, "desde a realização da primeira feira de tecnologias ambientais em Angola (2011) até aos dias de hoje, observamos que demos um salto positivo 11 medida que as empresas públicas e privadas continuam a mobilizar-se na aquisição de equipamentos que favorecem um ambiente mais sadio".

Durante a feira, os especialistas vão analisar os ganhos dos tempos modernos que tem haver, por exemplo, com o uso de energias renováveis como painéis solares foto voltaicos, produção de energia com base em combustíveis fósseis e construção de edifícios sustentáveis.

A reciclagem de resíduos sólidos e o aproveitamento dos que resultam das demolições, além do funcionamento das pedreiras, entre outros passos, podem contribuir para conseguirmos tomar efectivo um desenvolvimento sustentável para Angola baseada no equilíbrio entre a "preservação do ambiente e crescimento económico". Que a quinta edição da Feira internacional de Tecnologias Ambientais venha fazer boas opções e recomendações sobretudo para as empresas que, como sabemos, são os maiores poluentes.

Embora a pressão demográfica contribua para a degradação dos espaços geográficos, não há dúvida de que o impacto ambiental das actividades das empresas e maior, principalmente quando não reguladas.

É positivo que se promova a observância de normas ambientais e se mobilize a sociedade, as famílias e as empresas para as questões que tem a ver com o ambiente, cujo tratamento deve ser considerado assunto prioritário.

As boas práticas ambientais geram também uma boa qualidade de vida para os cidadãos. Auguramos todos que, com a realização do ciclo de conferências e com a quinta edição da Feira Internacional de Tecnologias Ambientais, venhamos a estar melhor preparados para implementarmos bons hábitos ambientais em todo o país. (o ambiente deve passar a fazer parte das nossas preocupações. Não se trata apenas de assunto de Estado. As comunidades em questões que lhes dizem directamente respeito, como o ambiente, é uma boa opção.

## 6.5 Mais de 9 mil toneladas de resíduos hospitalares serão produzido ainda este ano

*Jornal O País*

*12 De Junho de 2015*

*Texto: Afrodite Zumba*

O dado foi extraído do relatório divulgado no Seminário sobre a Gestão de Resíduos Hospitalares, organizado pelos ministérios do Ambiente e da Saúde que decorreu sob o lema: "Angola 40 anos, Ambiente Puro mais Saúde e mais qualidade de Vida".

Segundo o documento, estima-se que ainda este ano seja produzido mais de 9 mil toneladas de resíduos hospitalares, quantidades que tendem a multiplicar anualmente, como consequência do crescimento populacional e a modernização do sistema de saúde. Para garantia da execução do projecto traçado serão desembolsados 50 milhões de dólares, para a construção de infra-estruturas num período de seis anos, assim como 23 milhões de dólares para despesas operacionais.

Ao dissertar no evento, o Inspector-geral da saúde, Miguel Oliveira salientou que no país o decreto presidencial nº 160/14 De 18 de Junho, rege a Gestão de Resíduos Hospitalares e Serviços de Saúde, o responsável esclareceu que de acordo com aquele dispositivo legal, cada unidade geradora de resíduos deve possuir o seu respectivo

plano de gestão, bem como a incumbência de dar tratamento adequado as quantidades de substancias contaminadas que produzem.

Miguel Oliveira elucidou que neste grupo estão também incluídas as unidades farmacêuticas, prestadoras de serviços de radiologia, os laboratórios e as veterinárias. Ao fazer referencia ao actual acondicionamento dos resíduos hospitalares no território nacional, o gestor salientou que não é o mais correcto.

Prosseguiu dizendo que, por tal facto, desde Setembro do ano transacto tem sido desencadeadas acções de sensibilização a fim de se corrigir o processo.

"Depois da fase de sensibilização, orientar-nos as unidades geradoras para que se adequassem, com a aquisição de equipamentos tal como a formação de pessoal e a elaboração dos dispositivos manuais", detalhou.

O inspector-geral esclareceu que o término do período que visava o enquadramento das unidades geradoras ao projecto a ser implementado estava previsto para Fevereiro. Todavia, a falta de verbas, principalmente nas unidades públicas, fez com que se prorrogasse o prazo ate Maio.

O responsável declarou que no momento já existem condições para se verificar a implementação do programa em termos da segregação de resíduos e normas de acondicionamento, transporte, armazenamento temporário e tratamento. Concluiu tecendo que as unidades geradoras envolvidas no processo, que eventualmente infringirem as normas estabelecidas no diploma legal que rege a GRHSS, estão sujeitas ao pagamento de multas que variam dos 100 a 200 milhões de kwanzas ou o cancelamento da licença assim como a suspensão da sua actividade ou ate mesmo o encerramento do respectivo estabelecimento.

A Gestão de Resíduos Hospitalares no pais ainda e preocupante o ministro da saúde, José Van-Dunem ao intervir no fórum de debate, afirmou que o mesmo representa uma oportunidade para se avaliar a proposta do Plano estratégico da Gestão de Resíduos Hospitalares, PERH, que contribuirá para uma melhor defesa da saúde publica e do Ambiente.

A entidade ministerial realçou que no pais a temática em questão e preocupante, tendo em conta ao estado de vulnerabilidade do saneamento básico existente e o impacto que tais substancias causam no que se refere ao potencial infeccioso e poluente.

Prosseguiu dizendo haver a necessidade de capacitarem-se os profissionais do sector, de modo que saibam manusear de forma correcta os resíduos hospitalares sem colocarem em risco a sua saúde e a dos utentes que diariamente procuraram as unidades hospitalares.

O ministro acentuou também a importância das sinergias dos sectores empenhados na protecção da saúde e prevenção da doença, com vista a garantir o bem-estar de todos os angolanos, tal como preconizado no Plano Nacional de Desenvolvimento Sanitário 2012- 2025.

O responsável apelou a participação dos profissionais do sector, de modo a serem formuladas contribuições para o desenvolvimento do Plano Estratégico para a Gestão de Resíduos Hospitalares dos Serviços de Saúde, a fim de serem alcançados sucessos num futuro próximo.

## 6.6 Oceanos e resíduos sólidos

*Jornal Semanário Económico*  
*11 De Junho de 2015*

Os resíduos sólidos são uma das consequências da industrialização que acompanhada de pouca consciencialização ambiental dos intervenientes, em todo o processo de desenvolvimento, ao longo dos anos. Em muitos campos o Homem venceu o desconhecido, transformando matérias para produzir bens de consumo para a população, mas está a pagar pelo não acautelamento dos excessos e excedentes dos resíduos, no geral, e em particular dos resíduos sólidos resultantes.

Um dos grandes contribuintes da classe dos resíduos sólidos são os plásticos, produto fundamentalmente constituído por polímeros resultado dos produtos refinados do petróleo e outros materiais. Entende-se pois que a evolução da matéria plástica e sua utilização foi simultânea à evolução da indústria química' esta associada à indústria de transformação do petróleo, que como sabemos é matéria-prima fóssil e não renovável. Os produtos plásticos não são biodegradáveis,

com algumas excepções, e a sua degradação no ambiente desde décadas até centenas de anos para se realizar. Os oceanos são um dos biomas mais vulneráveis à poluição proveniente do continente por acção humana, que com a sua actividade contamina os afluentes e lança os resíduos sólidos (lixo). O lixo lançado ao mar põe em perigo a vida dos oceanos interferindo quer com os processos físicos e ou químicos mas também nos biológicos o leito marinho, o lixo acumula -se e aí permanece por centenas de anos, tempo que leva até à sua degradação. Para além da alteração física do leito, altera-se a dinâmica ecológica entre o meio e as comunidades utilizadoras das áreas afectadas.

A fauna marinha, é assim largamente afectada porque altera o seu habitat (organismos bentónicos) e passa-se a adquirir os elementos tóxicos, através da cadeia alimentar que transporta a contaminação para a população humana, afectando-a. E a porta de entrada é directa via o consumo dos recursos biológicos marinhos explorados (pesca) e que constituem uma grande fonte de proteínas para o Homem.

Outras espécies como tartarugas marinhas ingerem sacos plásticos, por exemplo, que são responsáveis pela morte de muitos animais que os confundem com medusas, alimento seu.

Um outro exemplo são as redes de pesca fantasmas, largadas em diferentes zonas da costa, e constituem barreiras físicas para peixes, tubarões, tartarugas e mamíferos marinhos, Quaisquer situações deste tipo têm, no geral, consequências nefastas onde a morte é uma das principais.

E não há muitos caminhos para a solução pois dois são claros e distintos: A primeira não alterar o quadro presente, sendo esta uma atitude tenebrosa que leva-nos a todos a afundar o Planeta, pois continuaremos a destruí-lo e aos seus habitantes! A segunda é inverter a situação através de um pacote de soluções locais estruturadas e ambientalmente responsáveis começando pela educação do Homem.

## 6.7 Crescimento urbano invade habitat de animais selvagens

*Jornal De Angola*

*29 De Maio de 2015*

*Texto: Manuel Fontoura*

O crescimento das áreas urbanas na periferia de Ndalatando, capital da província do Cuanza Norte, provocado pelo afluxo das populações, está a permitir a invasão de animais selvagens.

O chefe do departamento provincial do Instituto de Desenvolvimento Florestal, Guilherme da Costa, disse que o alargamento dos bairros resulta da elevada densidade populacional, assinalando que a deslocação de habitantes do interior para Ndalatando começou durante o conflito armado em que o país esteve mergulhado. Por isso, vastas áreas florestais foram ocupadas por habitações.

Guilherme da Costa deu como exemplo os bairros da Kitata e Kibuangoma, que recentemente foram invadidos por dois elefantes, deixando à população em pânico.

Para o responsável, nesta estação seca em que há muita concorrência sobre os resíduos hídricos e nutrientes, os animais invadem as lavras e acabam por destruir todas as culturas. "As populações depararam com elefantes a devorar as suas culturas e para afugentá-los decidiram arremessar pedras e paus. Na tentativa de se livrarem da agressão, os animais em desespero ao invés de tomarem a rota em direcção à floresta, passaram pelo interior do bairro, o que originou o pânico", explicou.

Para se defender dos ataques, um dos elefantes correu entre as habitações, de construção precária, acabando por destruir parcialmente uma delas, antes de se pôr em fuga, sem causar vítimas humanas.

"Não se pode dizer de concreto que seja o animal que tenha invadido o bairro periférico, mas tudo aconteceu pelo facto de as pessoas perseguirem o animal que se sentiu ameaçado e pôs-se em fuga, tendo encontrado depois passagem de volta para o mato", explicou Guilherme da Costa.

O chefe do departamento provincial do Instituto de Desenvolvimento Florestal condenou a atitude das pessoas que tentaram matar o animal, mas disse que "felizmente os elefantes conseguiram escapar.

Acho ser uma atitude reprovável da população que, ao invés de apenas afugentar o animal,

prendiam a todo custo matá-lo, o que não é o mais correcto", disse.

## 6.8 Buscar saúde entre o mar e o lixo

*Jornal Semanário Angolense*

*13 De Junho de 2015*

*Texto: Ilídio Manuel*

À entrada da ilha de Luanda, à esquerda, o mar estende-se para lá da linha do horizonte perdendo-se numa imensidão de águas de tons azuis-turquesas. Ao longe, algumas embarcações fazem-se ao mar.

À direita, sobre a língua de asfalto que serpenteia até ao Ponto Final, há um posto móvel da polícia que, a espaços, «filtra» os acessos dos meios rolantes à Ilha.

Na baía, navios fundeados aguardam à vez de acostagem. À noite, o cenário ganha outra dimensão e beleza, quando a iluminação dos barcos arreda a escuridão, desenhando no horizonte silhuetas de uma cidade flutuante, à deriva em pleno oceano.

A Ilha constitui, provavelmente, um dos melhores ângulos de observação do crescimento arquitectónico que a baixa luandense tem vindo a registar nestes últimos anos, ou melhor, da febre de arranha-céus que enxameiam a cidade, onde já não parece sobrar espaço de sobrevivência para casas térreas ou áreas de lazer.

Fruto da sua posição privilegiada, a Ilha continua a ser o local escolhido por muitos cidadãos para manter a sua saúde física e mental em dia, exercitando os músculos ou esticando as pernas, em passos largos ou cadenciados.

No ar, um' misto de cheiros pestilentos empesta a atmosfera, tornando-se mais forte à medida que avançamos em direcção ao interior da Ilha. O ardor fétido de excrementos humanos acentua-se junto aos esporões, locais transformados em autênticos sanitários a céu aberto.

No chão, um cenário de destruição: lixo a transbordar dos contentores, estilhaços de garrafas de cerveja, vinho e whisky que testemunham o grau de violência da noite anterior, ou, antes, os sinais indesmentíveis das bebedeiras colectivas a que se entregaram grupos de jovens noctívagos.

Por incrível que pareça, há bancos de cimento e passeios de betão arrancados à força do solo.

Sobre a areia fina da praia proliferam resíduos sólidos, alguns dos quais «esquecidos» pelos banhistas, outros devolvidos à terra pelas águas revoltas do oceano; há entulhos das obras de construção civil largados na calada da noite por empreiteiros do ramo.

No espaço destinado aos banhistas, há canoas e redes dos pescadores estendidas ao sol; montes de peixe miúdo sob o sol, provavelmente, à espera de clientela.

A contrastar com os sistemáticos apelos feitos no sentido de se manter o espaço limpo, uma placa enterrada na areia que convida os cidadãos a preservar «o que a Ilha de Luanda tem de mais belo»; uma mensagem apelativa que alguns municípios olham com indiferença.

Lamentavelmente, a Ilha representa uma referência negativa em termos de conservação das nossas infra-estruturas sociais, mesmo depois de terem sido reabilitadas em empreitadas que custaram aos cofres do erário público rios e rios de dinheiro.

O elevado grau de destruição e vandalização a que tem sido sujeita o património colectivo constitui também uma prova da falta de urbanidade e civismo de alguns cidadãos, assim como da ausência de uma fiscalização por parte das autoridades afins, mais concretamente da Comissão Administrativa da Cidade de Luanda.

Embora se saiba, à partida, que humanamente não é possível ter-se um agente policial para cada residente ou visitante que aporte à Ilha, há no entanto mecanismos de fiscalização modernos que já deveriam ser implementados no local, mais concretamente meios de vigilância electrónica, cuja instalação em muito ajudaria a polícia a localizar os vândalos que, pela calada da noite, têm andado a canibalizar o nosso património colectivo, como também os empreiteiros que fazem das nossas praias autênticos depósitos de lixo. Ou, ainda, identificar os automobilistas que têm andado a «varrer» impunemente os postes de iluminação pública e os sinais de trânsito plantados verticalmente na via.

Além da colocação de meios electrónicos de vigilância, o órgão afim deveria também apostar mais em patrulhamentos, a pé ou com velocípedes, de forma a dissuadir as transgressões administrativas e as acções criminosas.

Infelizmente, a Ilha tem estado a sucumbir a olhos vistos, a cada dia que passa, sob o olhar silencioso da sociedade, em particular das entidades que já deveriam mobilizar os meios ao seu alcance para defender o património colectivo.

Urge tomar as medidas que se impõe, colocar, quanto antes, termo às agressões ao meio ambiente que lá se registam, de forma a evitar-se o iminente desastre ecológico que se desenha no horizonte.

## 6.9 Milhares de pessoas são afectadas pela seca

*Jornal De Angola*

*18 De Junho de 2015*

*Texto: Dionísio David*

Mais de 40 mil famílias da comuna de Chiedi, município de Namacunde, na província do Cunene, necessitam com urgência de assistência alimentar e de água potável, em consequência da seca, apelou ontem, em Namacunde, o administrador municipal.

Miguel Kavaongelwa referiu que apesar de existirem alguns poços tradicionais de água e furos, a situação ainda é deficitária devido às distâncias entre as localidades onde há furos, situação que tem motivado a dispersão das comunidades. "Estamos preocupado com a situação, mas vamos continuar a trabalhar de modo a minimizar o sofrimento das populações", disse.

### Campanha de vacinação

Mais de dez mil cabeças de gado foram vacinadas na comuna de Chiedi, no município de Namacunde, província do Cunene, contra o surto de febre aftosa que provocou a morte a mais de duas dezenas de animais nas duas últimas semanas. O administrador da circunscrição, Miguel Kavaongelwa, informou que a área mais afectada é a de Ochana-Shanalama e as localidades próximas,

consideradas pontos de pastagem e transumância, e que fazem fronteira com a província do Cuando Cubango.

A Direcção Provincial da Agricultura lançou uma campanha de emergência de vacinação, para tranquilizar os criadores que manifestaram preocupação com o surgimento da febre aftosa nos bois.

## 6.10 Município de Namacunde é o mais afectado pela seca

*Jornal de Angola*

*06 De Junho de 2015*

A comuna de Chiedi, no município de Namacunde, é a área mais afectada pela seca devido às fracas chuvas registadas na região no ano passada, disse ontem o administrador municipal.

Apoio Ndinoulenga sugere como solução, para acabar com este problema, a instalação de placas solares, com vista a facilitar que o sistema de abastecimento se torne mais moderno e versátil, no sentido de garantir a sustentabilidade do fornecimento do produto.

O administrador disse também ser necessário mais furos de águas em áreas onde a situação é tida mais difícil, principalmente fontes com uma profundidade de 150 a 200 metros. Esta situação, explicou o responsável, que além de garantir o permanente abastecimento de água às populações, o sistema pode proporcionar o incentivo da produção de bens agrícolas, de sustentabilidade e água suficiente para os animais quer nas épocas chuvosas, quer seca.

O administrador falava durante uma visita de constatação feita ontem pelos deputados do círculo provincial do MPLA, para auscultar as populações das áreas mais críticas.

No âmbito do programa de avaliação do desempenho das autoridades administrativas locais sobre a resolução dos problemas das localidades que dirigem.

O grupo de deputados, liderados por Josefina Pandeingue, Haleinge visitou as localidades de Enhombui da Cadjuu, Onyombui e Ochana Shanalama, na comuna de Chiedi, e de Omukwashinjala, Nacacanga Onguma Ounonge,

em Namacunde. Nas referidas localidades, os parlamentares apelaram para as autoridades encontrarem soluções urgentes para os problemas que afectam as comunidades locais.

A coordenadora do grupo de deputados, Josefina Pandeinge, apelou as comunidades a se engajarem mais em actividades produtivas com vista a superar as dificuldades que a seca causa. Josefina Pandeinge ressaltou que a problemática da falta de água, para as populações e o seu gado, tem causado a escassez de pasto e ausência de mantimentos, daí serem as maiores preocupações do momento.

Na China Shanalama, os deputados constataram que a comunidade abastece-se de água, por meio de poços cavados com mais de dez metros de profundidade, um exercício feito por camponeses.

## 6.11 Consumo racional da água garante futuro

*Jornal de Angola*

*07 De Junho de 2015*

A necessidade da racionalização da água para preservar o desenvolvimento sustentável foi defendida ontem, em Luanda, por vários especialistas na Feira Internacional de Tecnologias Ambientais que termina hoje.

Djane Solange, que dissertava sobre o tema "Água e Desenvolvimento Sustentável", na sequência do ciclo de conferências da V edição da Feira Internacional de Tecnologias Ambientais - "Ambiente Angola2015", pediu à população para utilizar a água dos rios de forma racional por ser um recurso escasso no planeta.

Lucrécio Costa, antigo director da EPAL considerou as actividades agrícolas, industriais, domésticas e outras como potenciais poluentes da água.

"O desenvolvimento sustentável satisfaz as necessidades das pessoas sem comprometer o futuro das gerações vindouras", reforçou Lucrécio Costa.

Durante o debate, os participantes apontaram o reaproveitamento das águas pluviais e residuais como um dos métodos mais eficazes para a racionalização do líquido.

## Reaproveitamento de óleo

A exposição sobre reaproveitamento do óleo de fritura alimentar e para a produção de sabão neutro, sabonete e biodiesel da Universidade Metodista de Angola atrai a atenção dos visitantes e empresário.

No pavilhão da universidade, os visitantes procuram saber como são reaproveitados o óleo de fritura alimentar e equipamentos electrónicos, além de apreciarem a maquete de uma aldeia ecológica denominada "Odjango", feita de contentores.

Em fase experimental, o projecto elaborado por estudantes é desenvolvido pelo centro experimental de tecnologias e energias renováveis da Universidade Metodista de Angola, disse o seu pró-Reitor, André Filomeno Feijó.

André Feijó deu a conhecer que a recolha dos óleos de frituras alimentares é feita em restaurantes de hotéis, cantinas e em residências.

"A nossa intenção é expandir o projecto para que as pessoas possam também conhecer e saber como fazer, porque se não fizermos isso, o óleo de frituras é jogado nas sarjetas ou em algum lugar impróprio como solo", sublinhou André Filomeno Feijó. "A produção de sabão surge depois do aproveitamento do biodiesel, com base na reacção química envolvente neste processo, onde as substâncias ficam separadas e surge a glicerina para se fazer o sabão", explicou.

Ainda no quadro dos cursos de Biologia, Informática e Arquitectura, a universidade desenvolve trabalhos de reaproveitamento de resíduos como lixo electrónico de computadores, que são reciclados e enviados para escolas primárias, além de contentores para a montagem de residências ecológicas.

Nesta edição da Feira Internacional de Tecnologias Ambientais participam expositores nacionais e da África do Sul, Brasil, Espanha, França, Alemanha, Portugal, China. O evento que decorre sob o lema "Promover as normas ambientais em todos os sectores da economia", está a ser realizado numa área de exposição de seis mil metros quadrados nos pavilhões I e 11 da Feira Internacional de Luanda.

*Jornal de Angola*

*08 De Junho de 2015*

*Texto: Walter António*

## **6.12 Governo Provincial do Bié reforça acções de combate**

*Jornal de Angola*

*07 De Junho de 2015*

*Texto: João Constantino*

O Governo Provincial do Bié vai continuar a reforçar as medidas de combate ao derrube indiscriminado e queimada de árvores e à caça furtiva, consideradas as maiores causas do desgaste ambiental naquela região do país, assegurou o vice-governador local para a área Política e Social.

Carlos Ulombe da Silva, que falava por ocasião do Dia Mundial do Ambiente, celebrado na última sexta-feira, lembrou que o país é rico em recursos ecológicos, que devem ser preservados.

O vice-governador referiu que as instituições do Estado no Bié têm realizado acções em defesa do meio ambiente, dando como exemplo o programa de repovoamento florestal, a criação de polígonos e o controlo da caça e de queimadas.

O responsável lamentou o facto de se observarem muitos casos de abate indiscriminado de árvores, numa altura em que a sua reposição não corresponde ao número de unidades derrubadas.

Carlos Ulombe da Silva salientou, também, que a caça furtiva põe em risco a existência de muitas espécies animais.

O responsável disse que o Governo Provincial do Bié combate os actos que lesam o ecossistema, com a intervenção dos órgãos de fiscalização e da Polícia Nacional. Tais actos provocam danos nos solos, nas margens dos rios e desequilibram o meio ambiente.

Na província do Bié, as jornadas comemorativas do Dia Mundial do Ambiente foram marcadas com várias visitas a algumas aldeias do município da Nharêa, onde os técnicos do organismo que superintende o pelouro realizaram sessões de esclarecimento e sensibilização para a defesa do meio ambiente junto das comunidades.

## **6.13 Total arrebatou troféu em Luanda**

O trabalho de educação ambiental dirigido à população do Cazenga, em Luanda, a instalação de uma stand com produtos voltados para soluções de acesso à energia solar e a aposta na sustentabilidade estão na origem da atribuição, à petrolífera Total, do "Grande Troféu" da 58 Edição da Feira Internacional de Tecnologias Ambientais.

A Total mostrou aos visitantes o projecto Awango, que visa proporcionar soluções alternativas de energia, como a energia solar e foto-voltaica. O projecto compreende pequenos painéis solares que, no seu conjunto, dispõem de uma lâmpada de 12 volts, que, carregada, pode ficar ligada durante sete horas.

Gerson Gaspar, da área de Desenvolvimento Sustentável da Total, anunciou ao Jornal de Angola que os painéis solares começam a ser comercializados no próximo ano a preços que vão dos 1.500 kwanzas aos 15 mil kwanzas.

O director do Bloco 32 da Total, Pedro Ribeiro, disse, depois de ter recebido o prémio, que a petrolífera mantém o seu "compromisso inabalável com o meio ambiente em Angola e noutros países onde se encontra instalada".

A Total, acrescentou, tem uma política que orienta os quadros da empresa para nunca descarregarem nada para o mar e garante a integridade do meio ambiente.

"Além disso, antes das nossas operações, é feito um levantamento de dados sobre o ambiente", declarou Pedro Ribeiro, para quem "o futuro é construído hoje, com a educação das pessoas". A Feira Internacional de Tecnologias Ambientais, que decorreu até ontem nas instalações da Feira Internacional de Luanda, sob o lema "Promover as normas ambientais em todos os sectores da economia", registou a presença, além do país anfitrião, da África do Sul, Alemanha, Brasil, China, Espanha, Estados Unidos, Portugal e Suécia. Concorreram ao prémio 80 expositores, entre nacionais e estrangeiros, que participaram em onze categorias.

Empresas vencedoras

O prémio "Personalidade do ano" foi entregue à Fundação Quiçama, pelo trabalho desenvolvido na preservação do ambiente.

O município do Cazenga obteve o troféu de "Melhor participação municipal", enquanto a representação sueca arrebatou o prémio de "Melhor participação internacional".

A província de Malanje conquistou o troféu de "Melhor participação provincial", enquanto a Odebrecht e a Resurb ganharam, respectivamente, nas categorias "Exemplo de qualidade ambiental" e "Melhor projecto ecológico".

As empresas King Ligth Energia, Chevron e a Elisal conquistaram troféus nas categorias de "Inovação tecnológica", "Tecnologias ambientais" e "Melhor prestação de serviços". Já o prémio ligado à categoria "Melhor participação reciclagem" foi conquistado pela empresa John Ferreira Alberto.

A ministra do Ambiente, Fátima Jardim, disse, ontem, que a realização da feira é um "sinal positivo e claro" de que o Executivo continua atento às questões ambientais nas mais diferentes áreas.

"As questões ambientais continuarão a ter um tratamento responsável", declarou a ministra do Ambiente, Fátima Jardim.

## 6.14 África, a maior vítima do aquecimento global

*Jornal Expansão*

*19 De Junho de 2015*

*Texto: Benjamim Carvalho*

A temperatura em África é actualmente meio grau centígrado superior à que se verificava há 100 anos, o que gera uma maior pressão sobre os recursos hídricos. Nas previsões dos cientistas, em muitas partes do território africano o aumento de temperatura será o dobro do da média global, gerando diversas catástrofes climáticas.

E um novo recorde de calor foi atingido no decurso do primeiro trimestre deste ano. Segundo revelou a Administração Oceânica e Atmosférica Nacional norte-americana (NOAA), o mês de Março passado foi o mais quente desde 1880, ano em que aquela agência realizou as suas primeiras

medições. Com uma temperatura média de 13,6 °C, o mês de Março ultrapassou em 1,5 °C o recorde estabelecido em 2010.

Foi no Leste e Sul do continente que foram registadas as mais altas temperaturas. A África do Sul teve uma temperatura média superior em 2 graus à de Março de 2014, com uma máxima de 42°C no Cabo. Em Luanda, a temperatura média foi de 34 °C, superior em 4 graus à de Março de 2014.

Para o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), o aquecimento no continente está a ocorrer num ritmo mais rápido do que seria de esperar. Mesmo se os esforços internacionais forem suficientes para manter o aquecimento global abaixo dos 2 °C neste século, a adaptação climática teria um alto custo para África, que pode chegar aos 50 mil milhões USD até ao ano de 2050, um nível além da capacidade do continente.

Embora África produza menor quantidade de dióxido de carbono do que qualquer outra região do mundo, é considerada a mais vulnerável a secas, inundações e a outras intempéries, e os cientistas sustentam que vão aumentar com o aquecimento do planeta. Além de poder causar declínio na produção de alimentos e aumentar o nível do mar, a mudança no clima também vai incentivar mais guerra em África.

Pelas projecções do PNUMA, a temperatura média de África pode subir mais do que 2 °C nas últimas duas décadas do século, e existe até a possibilidade de alcançar entre 3 °C e 6 °C até ao fim do século. Os impactos para a produção agrícola, para a segurança alimentar, para a disponibilidade de água e para a saúde humana seriam severos.

Caso a temperatura média suba 4°C, o nível do mar pode aumentar mais rápido do que o esperado, causando cheias em Moçambique, Tanzânia, Camarões, Egipto, Senegal e Marrocos. O mapa de África já está a sofrer várias alterações, como confirmam as imagens de satélite. O principal responsável é o aquecimento global, embora a acção directa do Homem também tenha reflexos evidentes na geografia africana.

Num continente que contribui apenas com 4% das emissões globais de dióxido de carbono, as neves



do monte Kilimanjaro estão a desaparecer, o lago Chade está quase seco e os glaciares das montanhas Rwenzori, no Uganda, diminuíram 50% nas últimas décadas. Todos os anos desaparecem quatro milhões de hectares de florestas em África. Os terrenos aráveis sofrem com a erosão e os danos químicos, sendo que 65% desses terrenos estão degradados.

Oportunidade para a inovação tecnológica Os cientistas não têm dúvidas: todos os países serão afectados pelas alterações climáticas. Mas há uns mais vulneráveis que outros, e todos os anos saem listas de países que precisam urgentemente de ajuda para combater este fenómeno que, até 2100, provocará vagas de destruição e migração de populações, Baseado na história recente de conflitos e temperatura, um estudo feito por pesquisadores nos Estados Unidos indica que em 2030 a incidência de conflito em África subsariana será 54% maior, resultando num número adicional de 393 mil mortes em combate.

Sudão e Etiópia, assim como os países que cercam o lago Vitória na África Central e o canto sudeste do continente, onde se encontram parte da África do Sul, Moçambique e Zimbabué, deverão ter estações mais secas, com a redução de colheitas, enquanto as enchentes ocorrerão perto dos lagos.

Estas são as principais conclusões de um estudo que, pela primeira vez, identificou três regiões africanas que deverão preparar-se para enfrentar problemas múltiplos em 20 anos. Segundo cientistas alemães, elas encontram-se no nordeste, centro e sudeste do continente.

Há no entanto uma boa notícia: grandes países como a Nigéria e a região do Congo deverão ser muito menos impactados. O aquecimento é com certeza uma questão global, mas os efeitos têm ampla variação no tempo e no espaço.

As medidas de adaptação podem incluir melhor acesso aos mercados agrícolas internacionais para vender gado antes de secas, sistemas de seguros para a variabilidade crescente das colheitas ou armazenamento de água em sistemas de cisternas.

De facto, a mudança climática é uma realidade pessimista, contudo pode ser uma oportunidade para procurar novas formas de geração de energia como a eólica, a foto voltaica e as pequenas hidroeléctricas. Além disso, as medidas de

adaptação e mitigação podem impulsionar a inovação tecnológica na produção agrícola africana, como o uso da irrigação e de fertilizantes, diminuindo o impacto do aquecimento global na economia desses países, mas para isso é necessário consciencialização política doméstica e internacional.

## 6.15 Já se percebe a incapacidade dos sinistrados

*20 De Junho de 2015*

*Texto: Marcos António*

Se há três semanas, ainda antes da reportagem intitulada «Do Abalo das Chuvas à Casa Adequada», o Governo de Benguela permanecia fiel à sua posição inicial, agora, com o realojamento definitivo na ordem do dia, já admite que as vítimas das chuvas estão sem capacidade para construir casas condignas. Na hora do reconhecimento, numa recente visita do ministro do Interior à urbanização dos Cabrais, o vice-governador para a área Técnica e de Infra-estruturas salientou que a construção de urna casa representa mais do que um alicerce, areia, tijolos e cimento. Victor Sardinha Moita salienta, aliás, que o material de construção disponível, obtido durante a campanha de solidariedade que vinha decorrendo desde Março, altura das enxurradas, não é suficiente para as mais de trezentas casas projectadas para o local.

Moita, que respondia a questões formuladas por Ângelo da Veiga Tavares, disse que as autoridades locais também não dispõem de recursos para fazer mais do que as cinco casas! Modelo. Em resposta, naquele que foi o primeiro pronunciamento de um membro do Governo central, o ministro do Interior começou por lembrar que foi feita, no âmbito do Sistema Nacional de Protecção Civil, que tem em mãos propostas do Executivo de Isaac dos Anjos, uma profunda reflexão a propósito do assunto. Tanto é que o 22 de Junho, dia do MINIT, vai ter como ponto de partida outras reflexões sobre a catástrofe que desalojou mais de nove mil pessoas nas cidades de Benguela, Lobito, Catumbela e Baía Farta.

De volta à avaliação feita no quadro da Protecção Civil, Ângelo da Veiga acrescentou que a operação tendente ao realojamento das famílias em casas condignas implica custos bastante altos se

analisado o estado actual das finanças públicas. «Ternos, assim sendo, de continuar a dialogar e a interagir com o Governo de Benguela e com os diferentes departamentos ministeriais», reforçou o governante, que preferiu valorizar a necessidade de obras de qualidade na urbanização entre o Culango e o Biópio. Confrontado com o fim dos quatro meses estabelecidos para o abandono das tendas do Camuringue, respondeu, cauteloso, que o melhor é que as pessoas estejam bem alojadas, com condições não inferiores às actuais. As duas outras opções entregues à Protecção Civil sugerem investimentos de 700 milhões de Kwanzas e mais de mil milhões de Kwanzas, com o Estado a ter de aplicar investimentos avultados.

## 6.16 Angola lidera projecto Okavango-Zambeze

*Jornal de Angola*  
21 De Junho de 2015

Angola assumiu sexta-feira a presidência rotativa da Área Transfronteiriça de Conservação do Okavango/Zambeze (ATFC KAZA), organização de que também fazem parte o Botswana, Namíbia, Zâmbia e Zimbabwe.

Uma nota da Embaixada de Angola no Botswana refere que as pastas da presidência foram entregues pelo ministro zimbabweano do Ambiente, Água e Clima, Savior Kasukuwere, ao secretário de Estado angolano do Turismo, Alfredo Varo Kaputo, na sequência de urna reunião do comité de ministros da ATFC KAZA, decorrida a 18 de Junho, em Kasane (norte do Botswana). O Zimbabwe cessou o mandato após um período de dois anos.

Angola passa assim a coordenar as actividades da AFTC KAZA, cujo objectivo principal é o da conservação do ambiente, fauna e recursos naturais e o desenvolvimento do turismo da região partilhada pelos cinco Estados membros.

No final do encontro, os participantes emitiram um comunicado no qual felicitam o Governo angolano pelo progresso alcançado com o seu programa de desminagem, que permitiu que 70 por cento da área da AFTC KAZA estivesse livre de minas, melhorando o acesso à zona e a fiscalização da vida selvagem. Os ministros presentes apreciaram igualmente os esforços do

Executivo por ter iniciado já a aquisição de equipamentos para aumentar a eficácia das operações no campo e recomendaram várias acções com vista ao desenvolvimento dos programas da ATFC KAZA, entre as quais se destacam a revisão, a médio prazo, do projecto KAZA, a extensão do projecto-piloto Univisa KAZA, a cooperação com os parceiros e a estratégia de sustentabilidade financeira da organização.

A ATFC KAZA tem como parceiro principal o Governo da Alemanha, que através da sua agência KFW, garantiu um financiamento de 15,5 milhões de euros (cerca de 20 milhões de dólares) para o projecto. A próxima reunião da AFTCKAZA está marcada para Dezembro deste ano, no Zimbabwe, tendo a anterior sido realizada em Katima Mulilo, Namíbia, no mês de Março do ano passado. Além do secretário de Estado para o Turismo, integraram a delegação angolana à reunião de Kasane, o coordenador nacional do projecto, Miguel Ndawanapo, e representantes do Governo Provincial do Cuando Cubango e da Embaixada de Angola no Botswana.

## 6.17 Recursos florestais são fontes seguras de receitas públicas

*Jornal de Angola*  
21 De Junho de 2015

Os recursos florestais constituem uma das fontes de receita mais seguras da sociedade, por ser renovável, disse o secretário de Estado André de Jesus Moda.

O governante, que falava em Nambuangongo, província do Bengo, disse que estes recursos são a fonte mais sustentável, porque há países que dependem apenas destes e vivem melhor em relação àqueles que têm outros recursos como o petróleo que é esgotável.

O secretário de Estado frisou que petróleo, principal fonte de receitas para o Orçamento Geral Do Estado, é um recurso que sempre alavancou e sustentou o país, mas a fixação dos preços não depende de Angola, mas, no caso dos recursos florestais, o país pode ditar as regras, os preços, as normas, bem como explorar segundo as próprias metas.

André de Jesus Moda recomendou aos membros do conselho de concertação e auscultação social do município do Nambuangongo, autoridades tradicionais, madeireiros, empresários e a população local maior vigilância e fiscalização dos recursos florestais.

O secretário de Estado para os Recursos Florestais exortou os habitantes a elevar a capacidade na gestão e uso destes meios da natureza que pertence a um território bem delimitado, cuja população está a crescer. O governante mostrou-se satisfeito pela forma como as instituições do município do Nambuangongo estão unidas. "Devemos estar todos unidos, colaborarmos, respeitarmo-nos e seguirmos aquele rumo orientado pelo Presidente da República, para conseguirmos vencer as grandes dificuldades", precisou.

André de Jesus Moda considerou ainda a exploração ilícita dos recursos florestais como uma ameaça à riqueza natural do país. Adiantou que, para estancar este mal, o Governo tem já elaborada a Lei das Florestas que brevemente passa pelo Conselho de Ministros para os devidos debates naquele nível, para depois ir ao parlamento para aprovação.

### 6.18 A importância da população na preservação do ambiente

*Jornal de Angola*  
22 De Junho de 2015

A conjugação de esforços entre instituições do Estado, famílias e madeireiros é importante para conter "o abate indiscriminado de árvores", disse na quinta-feira à Angop, o chefe da Administração Municipal da Banga.

Domingos Gomes referiu o interesse de iniciativas de esclarecimento sobre as vantagens da preservação da flora e fauna para o equilíbrio ecológico e que para tal tem de se evitar o abate indiscriminado de árvores e queimadas desnecessárias, como se tem registado.

O responsável lembrou que nesta época de Cacimbo o abate de árvores é mais frequente e que apesar de isso não ser proibido quem o faz deve observar as regras da preservação da flora e fauna.

"A participação de todos é determinante no combate à desflorestação que atinge contornos

alarmantes no município e afecta o ecossistema da região", disse.

Domingos Gomes, que responsabilizou madeireiros e as famílias camponesas de serem os principais responsáveis pela destruição das florestas, pediu a colaboração das instituições escolares e associações ambientalistas nas acções de sensibilização sobre o interesse de preservar o ambiente.

A Administração Municipal, em parceria com o Instituto de Desenvolvimento Agrário, realiza campanhas de esclarecimento junto da população em geral e dos madeireiros em particular sobre a necessidade de repovoamento florestal.

### 6.19 Cegueira dos rios faz dezenas de vítimas

*Jornal de Angola*  
06 De Junho de 2015

Um surto de oncocercose, que afecta a comunidade de Cachirandanda, município da Quiçama, Luanda, Já provocou cegueira a mais de 20 pessoas, revelou ontem a directora do Gabinete Provincial da Saúde de Luanda, Rosa Bessa.

Para fazer face à doença, mais conhecida por "cegueira dos rios", o Governo Provincial de Luanda fez deslocar uma equipa de profissionais de saúde à Quiçama constituída por enfermeiros, médicos, epidemiologistas e técnicos do programa de luta anti-vectorial.

Transmitida por uma mosca preta, a zimúlio; a oncocercose ocorre geralmente em regiões próximas de rios e com vegetação abundante, provocando igualmente infecções na pele, que se manifestam pela despigmentação e prurido persistente, sendo conhecida precisamente por "cegueira dos rios", pela sua consequência mais gravosa.

Além do tratamento aos doentes afectados, a equipa de profissionais de saúde pública está igualmente a recolher amostras da água para posterior análise no Laboratório Nacional de Saúde Pública.

Rosa Bessa disse que os técnicos de saúde enviados para o município da Quiçama encontraram um

número considerável de pessoas em risco cegueira, que já não conseguem ver a cem metros.

Além da cegueira dos rios, disse, o município da Quiçama enfrenta um surto de chistosomiase, doença causada pela ingestão de água infectada com caracóis, retirada de lagoas ou rios e que afecta o tracto urinário, sobretudo em crianças.

Uma equipa avançada, integrada por médicos, enfermeiros e técnicos de diagnóstico, está no local, onde permanecem por uma semana para prestar assistência médica e medicamentosa gratuita a população, com consultas de medicina, pediatria, pré-natal e planeamento familiar. O Governo Provincial de Luanda, devido à inacessibilidade da zona, apoiado de avionetas da

Força Aérea Nacional que ajudam no transporte de pessoal, material gastável e medicamentos.

Cachirandanda, com cerca de 950 habitantes, carece de estruturas sanitárias, pelo que os moradores são obrigados a percorrer longas distâncias para conseguirem assistência médica.

A cegueira dos rios é a segunda principal doença infecciosa causadora de cegueira no mundo. Dados do Programa Africano de Luta Contra a Oncocercose referem que a doença coloca em risco de cegueira mais de dois milhões e meio de pessoas em 44 municípios de Angola e é endémica em nove províncias.

O Governo de Angola tem em execução oito projectos, sob direcção comunitária, que cobrem mais de 3.240 comunidades endémicas apoiadas pela Organização Mundial de Saúde e APOC.

Angola beneficiou de 2005 a 2010 de uma contribuição financeira do APOC de 1,3 milhões de dólares para combater a doença.

## 6.20 Consumo racional da água garante futuro

*Jornal de Angola*  
*07 De Junho de 2015*

A necessidade da racionalização da água para preservar o desenvolvimento sustentável foi defendida ontem, em Luanda, por vários especialistas na Feira Internacional de Tecnologias Ambientais que termina hoje.

Djane Solange, que dissertava sobre o tema "Água e Desenvolvimento Sustentável", na sequência do ciclo de conferências da V edição da Feira Internacional de Tecnologias Ambientais - "Ambiente Angola2015", pediu à população para utilizar a água dos rios de forma racional por ser um recurso escasso no planeta.

Lucrécio Costa, antigo director da EPAL considerou as actividades agrícolas, industriais, domésticas e outras como potenciais poluentes da água.

"O desenvolvimento sustentável satisfaz as necessidades das pessoas sem comprometer o futuro das gerações vindouras", reforçou Lucrécio Costa.

Durante o debate, os participantes apontaram o reaproveitamento das águas pluviais e residuais como um dos métodos mais eficazes para a racionalização do líquido.

### Reaproveitamento de óleo

A exposição sobre reaproveitamento do óleo de fritura alimentar e para a produção de sabão neutro, sabonete e biodiesel da Universidade Metodista de Angola atrai a atenção dos visitantes e empresário.

No pavilhão da universidade, os visitantes procuram saber como são reaproveitados o óleo de fritura alimentar e equipamentos electrónicos, além de apreciarem a maquete de uma aldeia ecológica denominada "Odjango", feita de contentores.

Em fase experimental, o projecto elaborado por estudantes é desenvolvido pelo centro experimental de tecnologias e energias renováveis da Universidade Metodista de Angola, disse o seu pró-Reitor, André Filomeno Feijó.

André Feijó deu a conhecer que a recolha dos óleos de frituras alimentares é feita em restaurantes de hotéis, cantinas e em residências.

"A nossa intenção é expandir o projecto para que as pessoas possam também conhecer e saber como fazer, porque se não fizermos isso, o óleo de frituras é jogado nas sarjetas ou em algum lugar impróprio como solo", sublinhou André Filomeno Feijó. "A produção de sabão surge depois do aproveitamento do biodiesel, com base

na reacção química envolvente neste processo, onde as substâncias ficam separadas e surge a glicerina para se fazer o sabão", explicou.

Ainda no quadro dos cursos de Biologia, Informática e Arquitectura, a universidade desenvolve trabalhos de reaproveitamento de resíduos como lixo electrónico de computadores, que são reciclados e enviados para escolas primárias, além de contentores para a montagem de residências ecológicas.

Nesta edição da Feira Internacional de Tecnologias Ambientais participam expositores nacionais e da África do Sul, Brasil, Espanha, França, Alemanha, Portugal, China. O evento que decorre sob o lema "Promover as normas ambientais em todos os sectores da economia", está a ser realizado numa área de exposição de seis mil metros quadrados nos pavilhões I e 11 da Feira Internacional de Luanda..

## 6.21 Governo Provincial do Bié reforça acções de combate

*Jornal de Angola*

*07 De Junho de 2015*

*Texto: João Constantino*

O Governo Provincial do Bié vai continuar a reforçar as medidas de combate ao derrube indiscriminado e queimada de árvores e à caça furtiva, consideradas as maiores causas do desgaste ambiental naquela região do país, assegurou o vice-governador local para a área Política e Social.

Carlos Ulombe da Silva, que falava por ocasião do Dia Mundial do Ambiente, celebrado na última sexta-feira, lembrou que o país é rico em recursos ecológicos, que devem ser preservados.

O vice-governador referiu que as instituições do Estado no Bié têm realizado acções em defesa do meio ambiente, dando como exemplo o programa de repovoamento florestal, a criação de polígonos e o controlo da caça e de queimadas.

O responsável lamentou o facto de se observarem muitos casos de abate indiscriminado de árvores, numa altura em que a sua reposição não corresponde ao número de unidades derrubadas.

Carlos Ulombe da Silva salientou, também, que a caça furtiva põe em risco a existência de muitas espécies animais.

O responsável disse que o Governo Provincial do Bié combate os actos que lesam o ecossistema, com a intervenção dos órgãos de fiscalização e da Polícia Nacional.

Tais actos provocam danos nos solos, nas margens dos rios e desequilibram o meio ambiente.

Na província do Bié, as jornadas comemorativas do Dia Mundial do Ambiente foram marcadas com várias visitas a algumas aldeias do município da Nharêa, onde os técnicos do organismo que superintende o pelouro realizaram sessões de esclarecimento e sensibilização para a defesa do meio ambiente junto das comunidades.

## 6.22 Total arrebatou troféu em Luanda

*Jornal de Angola*

*08 De Junho de 2015*

*Texto: Walter António*

O trabalho de educação ambiental dirigido à população do Cazenga, em Luanda, a instalação de uma stand com produtos voltados para soluções de acesso à energia solar e a aposta na sustentabilidade estão na origem da atribuição, à petrolífera Total, do "Grande Troféu" da 58 Edição da Feira Internacional de Tecnologias Ambientais.

A Total mostrou aos visitantes o projecto Awango, que visa proporcionar soluções alternativas de energia, como a energia solar e foto-voltaica. O projecto compreende pequenos painéis solares que, no seu conjunto, dispõem de uma lâmpada de 12 volts, que, carregada, pode ficar ligada durante sete horas.

Gerson Gaspar, da área de Desenvolvimento Sustentável da Total, anunciou ao Jornal de Angola que os painéis solares começam a ser comercializados no próximo ano a preços que vão dos 1.500 kwanzas aos 15 mil kwanzas.

O director do Bloco 32 da Total, Pedro Ribeiro, disse, depois de ter recebido o prémio, que a petrolífera mantém o seu "compromisso

inabalável com o meio ambiente em Angola e noutros países onde se encontra instalada".

A Total, acrescentou, tem uma política que orienta os quadros da empresa para nunca descarregarem nada para o mar e garante a integridade do meio ambiente.

"Além disso, antes das nossas operações, é feito um levantamento de dados sobre o ambiente", declarou Pedro Ribeiro, para quem "o futuro é construído hoje, com a educação das pessoas". A Feira Internacional de Tecnologias Ambientais, que decorreu até ontem nas instalações da Feira Internacional de Luanda, sob o lema "Promover as normas ambientais em todos os sectores da economia", registou a presença, além do país anfitrião, da África do Sul, Alemanha, Brasil, China, Espanha, Estados Unidos, Portugal e Suécia. Concorreram ao prémio 80 expositores, entre nacionais e estrangeiros, que participaram em onze categorias.

Empresas vencedoras

O prémio "Personalidade do ano" foi entregue à Fundação Quiçama, pelo trabalho desenvolvido na preservação do ambiente.

O município do Cazenga obteve o troféu de "Melhor participação municipal", enquanto a representação sueca arrebatou o prémio de "Melhor participação internacional".

A província de Malanje conquistou o troféu de "Melhor participação provincial", enquanto a Odebrecht e a Resurb ganharam, respectivamente, nas categorias "Exemplo de qualidade ambiental" e "Melhor projecto ecológico".

As empresas King Ligth Energia, Chevron e a Elisal conquistaram troféus nas categorias de "Inovação tecnológica", "Tecnologias ambientais" e "Melhor prestação de serviços". Já o prémio ligado à categoria "Melhor participação reciclagem" foi conquistado pela empresa John Ferreira Alberto.

A ministra do Ambiente, Fátima Jardim, disse, ontem, que a realização da feira é um "sinal positivo e claro" de que o Executivo continua atento às questões ambientais nas mais diferentes áreas.

"As questões ambientais continuarão a ter um tratamento responsável", declarou a ministra do Ambiente, Fátima Jardim.

## 6.23 África, a maior vítima do aquecimento global

*Jornal Expansão*

*19 De Junho de 2015*

*Texto: Benjamim Carvalho*

A temperatura em África é actualmente meio grau centígrado superior à que se verificava há 100 anos, o que gera uma maior pressão sobre os recursos hídricos. Nas previsões dos cientistas, em muitas partes do território africano o aumento de temperatura será o dobro do da média global, gerando diversas catástrofes climáticas.

E um novo recorde de calor foi atingido no decurso do primeiro trimestre deste ano. Segundo revelou a Administração Oceânica e Atmosférica Nacional norte-americana (NOAA), o mês de Março passado foi o mais quente desde 1880, ano em que aquela agência realizou as suas primeiras medições. Com uma temperatura média de 13,6 °C, o mês de Março ultrapassou em 1,5 °C o recorde estabelecido em 2010.

Foi no Leste e Sul do continente que foram registadas as mais altas temperaturas. A África do Sul teve uma temperatura média superior em 2 graus à de Março de 2014, com uma máxima de 42°C no Cabo. Em Luanda, a temperatura média foi de 34 °C, superior em 4 graus à de Março de 2014.

Para o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), o aquecimento no continente está a ocorrer num ritmo mais rápido do que seria de esperar. Mesmo se os esforços internacionais forem suficientes para manter o aquecimento global abaixo dos 2 °C neste século, a adaptação climática teria um alto custo para África, que pode chegar aos 50 mil milhões USD até ao ano de 2050, um nível além da capacidade do continente.

Embora África produza menor quantidade de dióxido de carbono do que qualquer outra região do mundo, é considerada a mais vulnerável a secas, inundações e a outras intempéries, e os cientistas sustentam que vão aumentar com o

aquecimento do planeta. Além de poder causar declínio na produção de alimentos e aumentar o nível do mar, a mudança no clima também vai incentivar mais guerra em África.

Pelas projecções do PNUMA, a temperatura média de África pode subir mais do que 2 °C nas últimas duas décadas do século, e existe até a possibilidade de alcançar entre 3 °C e 6 °C até ao fim do século. Os impactos para a produção agrícola, para a segurança alimentar, para a disponibilidade de água e para a saúde humana seriam severos.

Caso a temperatura média suba 4°C, o nível do mar pode aumentar mais rápido do que o esperado, causando cheias em Moçambique, Tanzânia, Camarões, Egipto, Senegal e Marrocos. O mapa de África já está a sofrer várias alterações, como confirmam as imagens de satélite. O principal responsável é o aquecimento global, embora a acção directa do Homem também tenha reflexos evidentes na geografia africana.

Num continente que contribui apenas com 4% das emissões globais de dióxido de carbono, as neves do monte Kilimanjaro estão a desaparecer, o lago Chade está quase seco e os glaciares das montanhas Rwenzori, no Uganda, diminuíram 50% nas últimas décadas. Todos os anos desaparecem quatro milhões de hectares de florestas em África. Os terrenos aráveis sofrem com a erosão e os danos químicos, sendo que 65% desses terrenos estão degradados.

## 6.24 'Alterações climáticas é um assunto de bandeira em todos os países'

*Jornal o PAÍS*

*5 de Junho de 2015*

Temos sabido lidar com a questão do ?

Há várias tentativas de reagir ao problema. Ainda não estamos naquela fase de ser proactivos. Quando digo ser proactivos é que estamos sempre a olhar para a limpeza e na recolha do lixo. Ainda

não estamos a fazer questões relacionadas com a reciclagem e a reutilização, que vai fazer com que haja uma diminuição do volume de resíduos. Temos um contentar se a gente puser o lixo orgânico, papelão e vidro, em duas horas enche. Se só pusermos o lixo orgânico e os outros tipos de lixo têm outro destino, então esse contentar vai demorar mais tempo. É preciso começar a pensar nessas centrais de triagens, ecopontos e pontos de recolha para posterior reciclagem. Isso vai fazer com que o lixo se tome uma matéria-prima e não seja tratada apenas como lixo, só vai para o aterro aquilo que não tem um destino final adequado. Vai fornecer emprego, impostos para o país e vamos fazer com que o volume de lixo que é produzido, que vai parar para o aterro e para a lixeira, seja reduzido.

Estamos atrasados nesta matéria da reciclagem?

Estamos. Há o Plano Estratégico de Gestão de Resíduos Sólidos e Urbanos (PFSGRU), desenvolvido e aprovado pelo Ministério do Ambiente, que tem uma série de metas para serem desenvolvidas ao longo dos anos. Acontece que isso tem que ser mesmo desenvolvido no cumprimento das metas. Há prazos e têm que ser cumpridos.

Os prazos e as metas estão a ser cumpridos?

Ainda não foi feito um balanço deste plano. Julgo que alguns passos estão a ser dados. Essa nova metodologia de recolha e de limpeza da província de Luanda é resultado disso. O surgimento de aterros sanitários em algumas províncias, porque o objectivo é ter em todas as províncias, também é resultado disso. A melhor avaliação e cadastramento dos operadores de resíduos é resultado disso. Existem algumas coisas e passos que estão a ser dados. Mas os passos fundamentais ainda vão levar algum tempo, porque dependem também da dinâmica do sector privado, incentivos fiscais para reciclagem, de terem acesso da água da conduta e da energia da rede e não de geradores e de cisternas.

E os lixos hospitalares e electrónicos?

Está tudo previsto neste diploma, mas não há resposta adequada. Os resíduos hospitalares, alguns são incinerados porque há unidades hospitalares que têm pequenas incineradoras, outros não, e às vezes é misturado com o lixo

comum. O lixo electrónico vai certamente ser um problema bastante grande em Angola nos próximos anos. Os telemóveis trocam -se mensalmente em alguns casos ou anualmente. São muito baratos. As baterias de alguns mais sofisticados não se vêem, porque não dá para trocar. Portanto, há muito lixo electrónico a ser produzido, UPS, impressoras, que hoje são mais baratas do que os tonéis. Portanto, é muito resíduo que não havendo ainda tratamento vai criar muitos problemas para as comunidades.

Há informações de que se vai taxar os sacos plásticos nas superfícies comerciais. E a favor dessa medida?

Sim, isso foi feito na África do Sul e executado há cerca de 10 anos. O Ministério do Ambiente depois de muita dificuldade conseguiu fazer isso. O importante é que essa taxa, na realidade o que acontece é o cidadão quando vai para fazer compras a qual quer superfície comercial vai pagar por cada saco uma quantia módica. Cinco ou 10 kwanzas. O objectivo é ele saber porquê que está a pagar, para estar consciente de que está: a proteger o ambiente. Não é mais um negócio para a entidade ou para a superfície comercial. É uma forma de sensibilizar que estás a pagar isso porque esse saco vai poluir o ambiente e esses recursos devem ser revertidos a favor de projectos ambientais. Não é para o lucro de quem está a comercializar, porque ele antes já oferecia o saco. É o seu contributo para que haja um fundo que possa proteger, a julgar nos projectos de limpeza, sensibilização e fazer surgir um mercado que já existe, que são os sacos reutilizáveis. Em algumas superfícies, principalmente em Luanda, as pessoas podem levar os seus sacos, pôr as compras e outra vez que for levar o mesmo saco. Respondendo a sua pergunta, posso-lhe dizer que estou de acordo, mas desde que o valor recolhido com a venda de sacos plásticos seja revertido a favor de projectos ambientais.

A exploração desenfreada de inertes em todo o país é outra questão preocupante. O que pode ser feito?

Aí está aquela questão da aplicação da lei. Existe lei específica que regulamenta os trabalhos de exploração mineira, quer seja de diamantes, pedras, burgau ou areia. Devem ser feitos estudos de impacto ambiental, planos de recuperação paisagística. A questão é saber se estão a ser

implementados? Não na sua totalidade. Por um lado, vemos empresas que cumprem, apresentam os seus estudos, apresentam as suas medidas e fazem os seus projectos sem danificarem o ambiente, ou danificarem minimamente possível, mas depois de acabarem fazem a reposição. Mas noutros casos isso não acontece, porque há urna exploração desenfreada de inertes e têm sempre aquela noção de que vamos proteger os embondeiros. Então vêem sempre os embondeiros lá no pedestal, mas nada de solos para suportar os embondeiros. Isso é de facto contra a lei. É daquelas situações em que existe legislação, mas não é cumprida na sua totalidade.

Fala-se muito dos projectos de impacte ambiental. Quem acompanha vê que só as grandes parecem estar na vanguarda. E as pequenas e médias empresas?

O que acontece é que todo o empreendimento, segundo a legislação, que potencialmente venha a causar um impacto sobre o ambiente, eventualmente deverá realizar um estudo de impacte ambiental. De facto, este é um trabalho que o Ministério do Ambiente tem feito com algum sucesso e é possível verificar que grande parte dos empreendimentos, pequenos, médios está a fazer os estudos de impacte ambiental. Acontece que a consulta pública' que é um processo ímpar depois do estudo ser feito, é apenas realizada para grandes projectos. Os condomínios em zonas já urbanizadas, por exemplo, loteadas, os prédios e outros, são projectos de pequenas indústrias, que de acordo com o Ministério do Ambiente não justificam a realização de consultas públicas. Já aqueles projectos grandes, como barragens, estradas, centrais térmicas, linhas de transmissão, têm um impacto maior, esses sim vão a consulta pública e aparecerem no Jornal de Angola. Os dados que tenho são de que desde 2009, quando começou a haver uma pressão maior do Ministério do Ambiente para a realização de estudos de impacte ambiental, há cada vez mais estudos a serem feitos e sectores a aderirem.

O ambiente é uma questão global. Estamos a nos proteger em relação ao aquecimento global?

A questão das alterações climáticas é um assunto de bandeira em todos os países e estão a tentar



encontrar uma solução. Vai haver uma reunião este ano em Paris, onde se vai tentar definir qual vai ser o próximo acordo climático. Angola tem estado a acompanhar através da elaboração de instrumentos importantes, seja a estratégia de alterações climáticas. Fez há alguns anos um inventário nacional da emissão de gases de efeito estufa e com base nisso desenvolveu um plano de acção de adaptação. Isto é um documento que vai permitir Angola desenvolver acções de modo que possa adaptar-se as alterações climáticas. Havia uma visão inicial de mitigar os efeitos, mas não é possível só mitigar. É preciso nós nos adaptarmos. Por exemplo, se houver temperaturas extremas como é que a agricultura se vai adaptar a isso? Que tipo de sementes ou quais são as culturas que vamos semear para que essa agricultura prevaleça? Ou seja, olhar a sementes resistentes à seca. E daí aquela minha conversa de que é um processo transversal porque já Ministério do Ambiente, da Cultura, Segurança Alimentar e Instituto Nacional de Meteoroloste uma série de instituições, do Ministério da Saúde, que trabalhar de forma conjunta para identificar soluções em conjunto. Existem alguns passos sobre isso. Angola, que é um país que não tem de emissão, tem ainda potencial de poder desenvolver o seu parque industrial, mas tem estar atenta a das alterações climáticas.

Gostaria de acrescentar a essa conversa?

Talvez que amanhã (hoje) será o , Junho, o lema definido pelo na das Nações Unidas para o Ambiente é: 7 biliões de sonhos, um , consuma com cuidado. A própria Nações Unidas está a se afastar um bocado daqueles temas que eram o ambiente, a biodiversidade, a floresta, porque tudo isso é ido fruto do que nós consumirmos. Quer dizer que somos 7 biliões de pessoas, cada um com o seu sonho, mas apenas é um planeta. Vamos consumir com cuidado. É importante divulgar essa informação.

## 6.25 “ O lixo electrónico vai ser um problema em Angola nos próximos anos”

*Jornal O PAÍS*

*5 de Junho de 2015*

*Texto: Dani Costa*

Por quê escrever sobre o ambiente para as crianças?

Este projecto que desenvolvo junto com a Fundação Kissama 'Estórias para conversar' tem três objectivos primordiais. O primeiro é dar a conhecer ao público mais jovem, porque é uma colecção infanto- juvenil, sobre as espécies de animais que temos em Angola e quais são os perigos que elas enfrentam. É dar a conhecer um bocado para além daqueles animais que normalmente se falam. Ir buscar animais e falar da importância do habitat, a casa dos animais, O outro é permitir que as crianças interajam com a leitura, promovendo o gosto pela leitura, pela escrita e pela poesia. Que as crianças usem a palavra para aprender e também para ensinar. Porque estes textos são aprovados pelo Ministério da Educação para estarem enquadrados no curriculum escolar. O terceiro objectivo é para servir como um veículo de educação ambiental. Temos um problema muito sério no país que é a dificuldade de encontrar materiais para falarmos do ambiente. Com as crianças é muito mais fácil falar com aquilo que a gente chama de material de apoio e aprendizagem. Podiam ser imagens, vídeos e teatro. Neste caso, é o livro que é utilizado como veículo de transmissão de conhecimento e de sensibilização para a protecção do ambiente e da qualidade de vida das pessoas.

Têm tido o feed back dos primeiros livros lançados?

Sim. Os livros lançados vão para as escolas, associações e outras entidades' maioritariamente para as escolas. Portanto, os feed back que recebemos é extremamente positivo, principalmente aqueles que são lançados fora de Luanda. Tivemos por exemplo no ano passado o lançamento de um livro sobre o manatim do Kuanza, que é um animal que muito pouca gente conhece, e que foi lançado na fronteira entre uma escola em Malanje e outra no Kuanza - Norte. As crianças ficaram maravilhadas. Seria, digamos, o primeiro livro, porque eram crianças que faziam parte de um programa de alfabetização, e iam ter contacto com isso. Fizemos, por exemplo, no Namibe com a chita e o deserto do lona, está a resultar num aprendizado, mas também para os professores puderem utilizar essa matéria para as suas aulas. Vi recentemente a prova de uma escola em que a redacção era uma estória sobre um livro

que tivesse gostado. E uma aluna fez um resumo sobre um livro da Fundação Kissarna. Portanto, temos esse feedback de que as crianças estão a ler, anseiam por um próximo livro. Tentamos manter algumas personagens sempre no livro e a mesma metodologia, porque não é só a estória infantil. São as informações sobre as espécies e o habitat que sustentam o livro. No entanto, temos um feedback bastante positivo e estamos a tentar alargar mais para todas as crianças. Não é possível chegar a todas do nosso país, mas vamos fazendo em orfanatos para que também as crianças que não têm essa possibilidade possam conhecer também a nossa biodiversidade.

As crianças já vão percebendo que é necessário preservarmos o ambiente?

Se tivesse de comparar as palestras que damos actualmente com as que dávamos há cinco ou sete anos atrás, nota-se um apetite por informação sobre as espécies nas crianças. Uma forma de medir é que há cinco ou sete anos atrás as perguntas vinham no fim, umas quatro ou cinco crianças timidamente as faziam, mas actualmente no primeiro minuto já há crianças a fazerem perguntas. Portanto, as crianças estão mais curiosas e têm mais apetite por informação, principalmente informação nossa. É fácil aceder a livros do Mickey, do Noddy e de bonecos e informações que não são nossas, não têm nada ver com a nossa realidade. Mas ter acesso a essa informação é mais difícil. Só isso é um dos indicadores que, de facto, há mais apetite e que as crianças depois levam para as suas casas para ensinar os seus familiares.

São os mais velhos que mais poluem. Por quê razão começar pelas crianças?

Está é uma decisão da Fundação Kissama. O nosso projecto de educação ambiental é direccionado a um público específico que está no primeiro e no segundo ciclo. Por vezes fazemos actividades com universidades ou institutos médios, mas o nosso enfoque principal são as crianças. As crianças poderão ser o futuro do amanhã, transmitir essa informação aos pais e se calhar levar a uma atitude de mudança dos pais. Ou se calhar levar a um questionamento das acções que os pais, mães, primos e parentes têm na sociedade. Portanto, o nosso objectivo concreto para este projecto é este público. Temos outros projectos em que temos um outro público-alvo

mais académico, como por exemplo na conservação da palanca negra gigante, turistas quando falamos em comunidades piscatórias, da conservação de tartarugas marinhas, mas esse específico é para crianças. Achamos que deveremos dar essa oportunidade porque muitos de nós não tivemos. É dar uma oportunidade de as crianças conhecerem a nossa fauna, a nossa flora com base nestes livros.

Os angolanos, no geral, já têm uma outra consciência ambiental?

Há cada vez mais consciência. Mas também há cada vez mais tentações, mais consumismo. Há cada vez mais informação, mas que por vezes desinforma. Então, temos um conjunto de cidadãos que estão cada vez mais informados, têm acesso às redes sociais, vários canais de televisão nacionais e internacionais, informação nos jornais, rádios, etc, mas essa informação que é passada não é depois posta em prática. Vimos que de facto há muito mais problemas ambientais, porque de facto somos mais, comparados com o que éramos há 10-15 anos, a população de Angola aumentou bastante, e a passagem da informação apesar de lá estar não é suficiente para acompanhar esse aumento populacional. É importante perceber que o processo de educação ambiental tem que ser contínuo, porque hoje estou a educar uma criança de cinco, seis ou sete anos, mas alguém tem que continuar depois dos 12 aos 18, e por aí além. Se a gente só incide para um grupo durante um ano, não podemos esquecer que as crianças que hoje têm quatro, amanhã têm cinco. E, se calhar, não tiveram essa oportunidade de serem sempre sensibilizadas. Então, tem que ser um processo contínuo, coerente a nível da escola, da família e da sociedade.

Quais são os grandes problemas ambientais que enfrentamos no país?

Temos problemas diferenciados de acordo com as zonas do país. Se olharmos o que diz o Relatório sobre o Estado do Ambiente de 2012, vamos focar resíduos sólidos, a produção

e destino final dos resíduos sólidos é um dos problemas sérios devido à contaminação que faz, os vectores das doenças. Temos derrubes de árvores de uma forma geral, quer para abertura de campos agrícolas, quer para criar centralidades, caça. Portanto, há uma série de aspectos associados

às queimadas e também à caça. Há caça furtiva. Com o advento da paz e com o processo de reconciliação nacional, o cidadão pode chegar a qualquer parte do país, tem acesso e está desmuniado. Isso está a resultar num aumento da caça, da comercialização das espécies vivas, particularmente macacos, aves, que são capturados devido a essa facilidade e entram num mercado de comércio dessas espécies. Portanto, a caça é também um dos problemas. Temos também já alguns problemas de poluição, particularmente a atmosférica nos grandes centros urbanos, alguns problemas de poluição dos solos devido às práticas agrícolas e a contaminação de determinadas actividades industriais, isto é contaminação industrial e das águas que ainda não temos a capacidade de verificar in loco e de medir. Mas de facto existem em muitas partes do país. Depois temos aqueles problemas que estão associados aos processos de desenvolvimento e também as acções naturais, que são as alterações climáticas que ainda tão se sente muito, mas é um problema que iremos ter no futuro e a questão das ravinas, associada a erosão. Há uma série de problemas, há muitas soluções e alguns projectos a serem implementados, mas de facto a localização dos problemas depende das províncias e da região.

Temos mecanismos legais para sancionar convenientemente aqueles que atentam contra o ambiente?

Sim. O país está provido de legislação de protecção do solo; da água e da biodiversidade. Portanto, a maior parte dos problemas que temos - e que descrevi - têm algum respaldo legal. Poderemos não ter algo muito detalhado no que diz respeito às emissões atmosféricas, mas a poluição de uma forma geral está regulamentada. Falta um instrumento importante que é a tipificação do crime ambiental, porque no nosso código o crime ambiental não configura, é uma coisa muito recente. Há um processo de elaboração da lei de crimes ambientais e depois a tipificação no novo código de crime, para deixar de ser apenas uma penalização administrativa. Isto é, se alguém é apanhado a prevaricar contra o ambiente, seja por poluição, corte, etc, não seja apenas uma coima, multa, mas que dê também direito à prisão. Só a tipificação do crime ambiental é que vai permitir isso. Existe em algumas outras leis avulsas artigos específicos. A

lei da probidade tem, do branqueamento de capitais tem artigos específicos de protecção do ambiente, temos uma lei sobre a responsabilidade civil por danos ao ambiente. Existem vários instrumentos, o que é preciso é tipificar os crimes ambientais e fazer 'com que os tribunais estejam preparados para julgar estes casos.

Os nossos tribunais estão preparados?

A meu ver ainda não. É um processo que está a começar. Tivemos recentemente um julgamento de cidadãos que foram apanhados a cortar árvores no Maiombe. Foi feito um julgamento sumário, aplicada uma multa e uma ' pena de prisão suspensa. Mas foi um dos primeiros casos. Tem havido alguns casos, mas ainda não estamos preparados. Nem os tribunais nem os cidadãos estão conscientes de que podem levar alguém a tribunal por verem os seus direitos constitucionais afectados.

Mas há casos de pessoas que vivem daquele meio, por exemplo do carvão que exploram. Como enquadrar isso?

Nós temos aquilo que é previsto, que é a subsistência. Não podemos prejudicar uma pessoa que vive no campo e que vá caçar para a sua subsistência, porque é da mesma forma quando ele vai fazer agricultura para a sua subsistência. Esse cidadão não pode ser penalizado. Estamos a falar daqueles que usam o subterfúgio da subsistência para fazer comércio. O cidadão que vive numa aldeia, que vem alguém de Luanda que quer comprar 200 sacos de carvão, ele está a fazer negócio e não tem licença para isso. Está a destruir a sua saúde para fazer negócio. Aí tem que haver essa separação: entre aquilo que é subsistência, que é para proveito próprio e em pequena escala, e aquilo que passa a ser para comércio. Os grandes carvoeiros, a caça que é feita para a carne de caça, que é ilegal, ou mesmo o cidadão que por causa da subsistência vai utilizar métodos ilícitos. Por exemplo a pesca com granadas, envenenamento dos animais, armadilhas. Há mecanismos que não são permitidos por lei. Portanto, há que diferenciar aquilo que é subsistência e o que é pequeno, médio e grande comércio. Isso está de certa forma regulamentado.

Recentemente um cidadão foi apanhado com enormes quantidades de marfim no Aeroporto 4 de Fevereiro e dias depois o Ministério do Ambiente publicou um comunicado anunciando Multas pesadas para pessoas que atentassem contra os animais em vias de extinção. É a melhor forma para inibirmos as pessoas?

O comunicado do Ministério do Ambiente apenas veio referir o que já existe. Portanto, as leis existem. Têm é que ser cumpridas e aplicadas. Pode-se fazer vários comunicados, que tem sempre um efeito persuasor, as pessoas podem naquele mês refrear a sua actividade, mas se no terreno não houver fiscalização, nas alfândegas ou nos postos fronteiriços, mas uma fiscalização que puna. Por exemplo, quando há caça não é só prender o artefacto da caça, as peças de animais, mas sim os equipamentos utilizados na caça. As motos, viaturas, armamentos. É preciso que isso também seja feito. Sensibilizar, palestrar, divulgar a lei, mas sem uma aplicação da lei... Vemos por exemplo os carros que estão mal estacionados. São rebocados e há uma penalização. Mas vamos continuar a ter sempre pessoas que estacionam mal os carros. É preciso essa divulgação, actuação e essa proximidade com o cidadão. E onde é nítido que há uma prevaricação, que as pessoas não estão a cumprir, fazer uma actuação exemplar.

Se tivesse poder de facto, o que é que gostaria de fazer em relação ao ambiente?

Nós temos três áreas que são fundamentais: primeiro é de facto continuar a sensibilizar e ter a certeza que a matéria ambiental é transversal. Porque solicitar ao Ministério Ambiente que por si só faça tudo é injusto. Temos transgressões que acontecem na agricultura, nas pescas, F. I no comércio, na hotelaria e turismo. Há uma série de sectores que contribuem para a degradação ambiental. Então um dos aspectos principais é isso, a transversalidade das questões ambientais e a responsabilização das pessoas que estão nestes cargos políticos de fazer a actuação. A formação de quadros porque temos de ter fiscais nos parques, a andarem nas ruas, a visitarem os empreendimentos mais susceptíveis de causar problemas. Esses fiscais têm que ter formação e experiência suficiente para detectar o problema, porque é muito fácil ver que nas superfícies está tudo bem, mas há muitos problemas que são silenciosos e estão a afectar.

Principalmente os relacionados com a poluição dos solos, das águas e do ar, que não vemos e podiam ser detectados se houvessem mais recursos humanos e mais formação desses quadros. Seria formação de quadros para colocação a nível das províncias e não ver Luanda como o país. Depois temos o terceiro aspecto que é a aplicação da lei. É a aplicação exemplar da lei de forma, por um lado, a permitir que as pessoas fossem levadas à prisão - e tem que ser - e, por outro lado, pudessem produzir recursos que seriam utilizados para projectos. As coimas podem ser repartidas entre o Ministério das Finanças e a instituição que aplica as multas e esses valores podem ser utilizados para os projectos de sensibilização e de formação. É arranjar urna forma para que a aplicação da lei não seja só do ponto de vista punitivo, da apreensão e multas, mas que possa resultar em fundos para execução de projectos.

Falou dos problemas ambientais silenciosos. Um deles é a poluição, sobretudo a causada pelos automóveis. Existem muitos, carros sobretudo chineses, que nem deveriam estar a circular no país. Qual é a sua opinião?

Temos uma lei bastante clara que não permite a compra de carros com mais de três anos. Claro que isso é uma lei que foi imposta. Três anos para os ligeiros e cinco anos para os pesados. Essa mesma lei diz que todas as viaturas deveriam ser avaliadas anualmente, isto é vão para um processo de inspecção, onde se vai garantir se a viatura pode ou não circular. O que é que está a faltar? A aplicação da lei. Porque se a lei fosse aplicada, essas viaturas não poderiam circular. Não adianta ter leis que não são aplicadas. Quando se fazem leis é com um propósito, que na maior parte das vezes é para proteger o cidadão, o Estado. É muito visível e quem circula por Angola vê viaturas em mau estado de conservação a circular, com eixo quebrado, sem iluminação e sem condições técnicas para funcionarem. Elas passam pelos postos de controlo e circulam com um documento de multa. Mas uma coisa é uma multa por faltar um pisca, um retrovisor e outra coisa é um carro que não está em condições de circular. Não pode circular com ou sem papel. A aplicação da lei é extremamente importante para evitar que essas viaturas que poluem, geradores, estejam a funcionar.

Como é que está o nosso ecossistema?

Temos aspectos que são positivos, onde se nota uma recuperação de algumas zonas florestais, principalmente aquelas onde o ser humano tem dificuldade de chegar. Vamos assistindo a reabilitação de alguns projectos. Temos alguns problemas com algumas zonas húmidas. Problemas associados aos mangais, o corte de mangal para a construção, edificação, e temos o problema da destruição de florestas para a produção de madeira e carvão. Acho que em termos de degradação de ecossistema temos mangais, áreas protegidas e as zonas florestais. Esses, digamos, são os mais visíveis. Há outros que a gente não vê, que são os ecossistemas das zonas ribeirinhas, como rios e lagoas. Como disse são silenciosos, o despejo de químicos que não se nota, não é visível a olho nu e isso pode provocar alguma destruição destes habitats aquáticos.

Estivemos durante muito tempo centrados na palanca negra. Há outras espécies no país que correm o risco de extinção?

Estes livros que temos estado a produzir é exactamente para alertar sobre aquelas espécies que estão numa situação semelhante ao da palanca negra gigante. As tartarugas marinhas, por exemplo. Há uma mortandade muito grande das tartarugas marinhas por altura da desova. Temos o caso da chita e da hiena no deserto do Namibe, que são espécies que temos números bastante reduzidos. O manatim, que é uma espécie que existe apenas do rio Kuanza para norte. É bastante caçado. Há dois anos, com a estiagem, foi muito mais caçado, porque os animais que vivem em lagoas com pouca água são mais fáceis de caçar. O gorila, o papaio cinzento da floresta do Maiombe, em Cabinda, são outras espécies. Os leões também estão a desaparecer. Elefantes. Temos algumas espécies que têm problemas e dificuldades mais do que as outras. De facto, vamos tentando em termos de divulgação fazer alguma coisa, já que em termos de projectos são sempre muito caros, difíceis de gerir e temos estado a trabalhar na palanca negra gigante e nas tartarugas marinhas como projectos de bandeira.

O projecto Arca de Noé, que serviu para o repovoamento animal na Kissama, não podia ser intensivo a outras províncias?

O projecto de reintrodução de espécie em áreas protegidas, espécies que já existiram, tem regras. A biologia animal tem regras. É possível apenas

reintroduzir as espécies que existiam nessa área. É algo que é feito em todo o mundo, mas para que isso aconteça é preciso garantir que essas espécies serão protegidas. Isso foi feito na operação Arca de Noé, uma operação desesperada que foi feita nos anos 2000- 2001, e que surtiu efeito porque os animais estão a repovoar. Mas se a gente quiser fazer isso noutros parques tem que garantir a segurança dos animais. Fizemos isso com a palanca, onde tiramos alguns exemplares da reserva do Luando para o Parque de Cangandala, num santuário melhor protegido. Poder-se-á fazer isso no Bicular, na Chimalavera, mas é preciso ter a certeza de que há condições de segurança para os animais. Segurança do ponto de vista dos caçadores furtivos e do próprio habitat, se sustenta a quantidade de animais que serão colocados.

É verdade que a palanca negra estará propensa a algum tipo de doença, que poderá pôr em causa a sua existência, tal como se noticiou recentemente?

Acontece que a proximidade dos animais domésticos com os selvagens, : a probabilidade e propagação de doenças é bastante grande. Portanto, temos casos em que os parques são fronteiras com fazendas, particular mente de bovinos. Qualquer problema de transmissão de doenças de um animal doméstico para um selvagem, que não é monitorado, não é feito um acompanhamento a nível veterinário, poderá levar ao desaparecimento da espécie, independentemente da doença. As espécies têm menos resistência aos parasitas e aos vírus que têm os animais domésticos, que estão vacinados, tratados e com um controlo rigoroso. Os animais selvagens estão no mato. Em alguns casos é possível um controlo veterinário, mas muito reduzido e não havendo não é possível detectar sinais de doenças no início. Portanto, se houver essa transmissão de gado suíno, bovino, poderá levar ao desaparecimento de espécies numa área específica.

## 6.26 Protecção e melhoria do meio ambiente na ordem do dia

*Semanário Angolense*

*6 De Junho de 2015*

O Dia Mundial do Meio Ambiente, foi instituído pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 1972, durante a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, em Estocolmo, passando desde então a ser comemorado, anualmente, a 05 de Junho.

A data foi escolhida para coincidir com a da realização daquela conferência, que teve como objectivo principal chamar a atenção de todas as esferas da população para os problemas ambientais e para a importância da preservação dos recursos naturais, que até então eram considerados, por muitos, inesgotáveis.

Na conferência, que ficou conhecida como «Conferência de Estocolmo», iniciou-se uma mudança no modo de ver e tratar as questões ambientais ao redor do mundo, além de serem estabelecidos princípios para orientar a política ambiental em todo o planeta. Apesar do grande avanço que a mesma representou, não se pode afirmar, no entanto, que todos os problemas foram resolvidos a partir daí.

Actualmente existe uma grande preocupação em torno do meio ambiente e dos impactos negativos da acção do homem sobre ele. A destruição constante do habitat e a poluição de grandes áreas, por exemplo, são alguns dos pontos que exercem maior influência na sobrevivência de diversas espécies.

Tendo em vista o acentuado crescimento dos problemas ambientais, muitos pontos merecem ser revistos, tanto pelos governantes quanto pela população, para que os impactos sejam diminuídos. Se nada for feito, o consumo exagerado dos recursos e a perda constante de biodiversidade poderão alterar consideravelmente o modo como se vive actualmente, comprometendo, inclusive, a nossa sobrevivência.

Dentre os principais problemas que afectam o meio ambiente, pode-se destacar o descarte inadequado de lixo, a falta de colecta selectiva e de projectos de reciclagem, consumo exagerado de recursos naturais, desmatamento, inserção de espécies exóticas, uso de combustíveis fósseis, desperdício de água e esgotamento do solo.

Esses problemas e outros poderiam ser evitados se os governantes e a população se

consciencializarem da importância do uso correcto e moderado dos nossos recursos naturais.

Em razão da importância da consciência e da dimensão do impacto gerado pelo homem, o Dia Mundial do Meio Ambiente é uma data que merece bastante destaque no calendário mundial. Entretanto, não basta apenas plantar uma árvore ou separar o lixo nesse dia, é necessário que sejam feitas campanhas de grande impacto que mostrem a necessidade de mudanças imediatas nos nossos hábitos de vida diários.

Apesar de muitos acreditarem que a mudança deve acontecer em escala mundial e que apenas uma pessoa não consegue mudar o mundo, é fundamental que cada um faça a sua parte e que toda a sociedade reivindique o cumprimento das leis ambientais. Todos devemos assumir uma postura de responsabilidade ambiental, pois só assim conseguiremos mudar o quadro actual.

Segundo a declaração de Estocolmo sobre o ambiente humano de 1972, «a protecção e o melhoramento do meio ambiente humano é uma questão fundamental que afecta o bem-estar dos povos e o desenvolvimento económico do mundo inteiro, um desejo urgente dos povos de todo o mundo e um dever de todos os governos».

## 6.27 Executivo combate alterações climáticas

*Jornal de Angola*  
*25 De Junho*

Um projecto denominado "Integração da Resiliência Climática em Sistemas de produção agrícola e agropecuária através da gestão da fertilidade do solo em áreas produtivas e vulneráveis", é executado nas províncias do Huambo, Malanje, Huíla e Bié pelo Ministério do Ambiente, disse, ontem, em Luanda, o chefe do Departamento de Seca e Desertificação do Ministério do Ambiente.

Luís Constantino falava no âmbito do Dia Mundial de Combate à Seca e à Desertificação e explicou que o Ministério do Ambiente executa projectos que visam mitigar os efeitos das alterações climáticas no planalto central. Com a integração das alterações climáticas e as políticas agrícolas e ambientais.

"O Ministério do Ambiente conta com o apoio do Fundo das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), na qualidade de agência responsável pelo projecto, enquanto o Ministério da Agricultura e os governos provinciais beneficiárias do projecto são parceiros na execução", esclareceu o chefe do Departamento de Seca e Desertificação do Ministério do Ambiente.

Para a província do Cunene, acrescentou Luís Constantino, o Ministério do Ambiente, em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), tem outro projecto, denominado " Promoção do Desenvolvimento Resiliente ao Clima e Reforço da Capacidade de Adaptação para Suportar Riscos de Desastres na Bacia Hidrográfica do rio Cuvelai". O projecto visa reduzir as vulnerabilidades relacionadas ao clima que enfrentam os habitantes da Bacia Hidrográfica do rio Cuvelai em Angola, através de investimentos direccionados e de desenvolvimento de capacidades.

Luís Constantino explicou serem perdidos anualmente, em todo o país, cerca de 20 milhões de toneladas métricas de solo, o equivalente à perda da possibilidade de alimentar 50 mil pessoas por ano, devido à desertificação. "Entre 1990 e 2000, Angola perdeu uma média de 124.800 hectares de floresta por ano e esse número aumentou 2,1 por cento entre os anos de 2000 a 2005, tendo o país perdido um milhão e 872 mil hectares de floresta, o que representou cerca de 3,1 por cento da superfície florestal do país", referiu.

"Só a agricultura familiar enquadrrou entre um milhão e 200 mil a dois milhões e 400 mil famílias, com cerca de um hectare de superfície para cultivo, que é abandonado quando a produção agrícola diminui", concluiu o ambientalista Luís Constantino.

## 6.28 Queimadas de cacimbo devastam florestas

*Jornal de Angola*

*28 de Junho de 2015*

*Texto: António Canepa E*

*Tatianamarta*

As queimadas anárquicas que nesta época de Cacimbo devastam florestas um pouco por todo o país e em particular na região do Planalto Central preocupam os ambientalistas, o Governo Provincial e sociedade civil do Huambo, disse na cidade do Huambo o director provincial da Agricultura, Pescas e Desenvolvimento Rural.

Em declarações ao Jornal de Angola, Emitério Tiago explicou que as queimadas são muitas vezes justificadas pelas populações com a abertura de novas áreas de cultivo, recuperação de pastos, afugentamento de animais selvagens, obtenção de peças de caça ou a criação de acessos às vias de comunicação.

No Huambo esta prática devasta milhares de hectares de florestas e destrói polígonos criados para a preservação ambiental e equilíbrio do ecossistema e áreas utilizadas para a agricultura e criação de gado, disse o director provincial da Agricultura, Pescas e Desenvolvimento Rural, que informou ser a queimada uma prática comum entre os agricultores e camponeses no país, fundamentalmente aqueles que têm poucos recursos financeiros.

"Do ponto de vista agronómico, as queimadas não são recomendadas, porque o fogo elimina os nutrientes essenciais às plantas, como potássio, nitrogénio e fósforo. O fogo prejudica a flora e a fauna de uma determinada área e também reduz a humidade do solo".

Além dos efeitos nefastos que as queimadas têm sobre o solo, Emitério Tiago salienta a deterioração da qualidade do ar pelo fogo, que reduz a biodiversidade e prejudica a saúde humana.

"A maioria das queimadas resulta Pescas e Desenvolvimento Rural, ta da actividade humana, quer dizer só é admissível a realização das queimadas que cerca de 90 por cento das queimadas são efectuadas pelo homem, apenas dez por cento são geradas por causas naturais, como relâmpagos e faíscas em locais de vegetação seca", disse Emitério Tiago. Do ponto de vista técnico, considera o director provincial de Agricultura, Pescas e Desenvolvimento Rural, só é admissível a realização das queimadas nos campos em situação de emergência, como na fitossanitária, na ocorrência de pragas e doenças na altura da lavoura." Quer dizer que esta prática devia ser

efectuada em situações pontuais e por recomendação de um especialista”, referiu.

As queimadas tendem a generalizar-se a quase toda a dimensão da província do Huambo por volta do mês de Agosto, mas quando amassa vegetal o justifica, fazem-se queimadas já no mês de Maio, disse Emitério Tiago, que aconselhou o Governo a elaborar planos de acção para prevenção e controlo das queimadas e reduzir gradualmente esta prática destrutiva do Ambiente.

O representante do Instituto de Desenvolvimento Florestal (IDF) e ambientalista Hamilton Caetano disse, na cidade do Huambo, que as queimadas empobrecem os solos e põem em risco a fauna, a flora e a sobrevivência do próprio homem.

O técnico esclarece que a prática das queimadas de florestas constitui o sistema de mais baixo custo utilizado para limpar uma área, por isso é muito utilizada nesta época da seca ou Cacimbo, pelos camponeses no acto de preparação da terra para as lavouras.

As queimadas muitas vezes são utilizadas para controlar as pragas, além de limpar as áreas de cultivo, noutros casos servem para renovar as pastagens ou facilitar a colheita, no caso da cana-de-açúcar, mas pode provocar danos ao património público e privado, sobretudo quando ocorrem próximas às instituições, estradas, redes eléctricas ou mesmo entre limites de áreas cultivadas, explicou Hamilton Caetano.



## 7. JULHO

### 7.1 Benguela investe milhões de kwanzas

*Jornal De Angola*  
27 De Julho de 2015

O Governo Provincial de Benguela vai investir, ainda este ano, 44,2 mil milhões de kwanzas na implementação do plano director de drenagem para o município sede, com vista a permitir o escoamento de água.

A informação foi avançada sábado durante a apresentação do plano pela empresa Dar AI Handasah, responsável pela construção da drenagem. A obra é implementada em três fases, para reduzir os danos provocados com a passagem das águas das zonas mais altas para o mar.

O administrador municipal de Benguela, Leopoldo Muhongo, disse que a obra engloba o desassoreamento das valas de drenagem, a construção de diques, protecção das margens, assim como a sensibilização das populações para não construírem junto das linhas de água.

O município de Benguela possui dois rios principais, Cavaco (a Norte da cidade) e Uche (a Sul), além dos afluentes Damba ya Mina e o Monnolo.

Leopoldo Muhongo disse que a população comprometeu-se perante a administração municipal a não ocupar as zonas ribeirinhas, a fim de permitir a movimentação das máquinas.

Ainda no município de Benguela, a empresa Odebrechet está a construir canais de escoamento das águas do rio Engue, afluente do Cavaco, evitando inundações como as que vitimaram dezenas de pessoas em Março último, nos bairros da Santa Teresa e Pecúria.

Outra preocupação para a administração municipal está dirigida para a vala do Coringe, que se encontra entupida por resíduos sólidos junto ao mar. Por isso, os administradores comunais receberam instruções para impedir que os habitantes da zona depositem lixo na vala.

### 7.2 Drenagem de águas pluviais antes do início das chuvas

*Jornal De Angola*  
25 De Julho de 2015  
Texto: Leonor Mabiala

As obras de construção de sistemas de micro-drenagem no troço entre o supermercado Simbila e o entroncamento do rio Lucola, para permitir a evacuação das águas pluviais até ao mar, ficam concluídas antes do início da época chuvosa, garantiu ontem o secretário provincial de Cabinda das Obras Públicas, Juliano Capita.

Segundo o responsável, as obras, iniciadas há um mês e meio, incluem também a colocação de novo asfalto no referido troço, já que os trabalhos de construção das valetas provocaram cortes na via. O secretário provincial das Obras Públicas anunciou também a construção em breve de uma nova ponte sobre o rio Lucola, nas imediações da Estação de Tratamento de Água nº 1, para facilitar a circulação de veículos, no sentido Tchizo-Cabassango.

Para facilitar os trabalhos de construção de sistemas de micro drenagem no troço entre o supermercado Simbila e o entroncamento do rio Lucola foi interrompida a circulação de viaturas.

Juliano Capita apelou aos automobilistas a terem uma condução prudente e alertou-os para utilizarem as vias alternativas já reabilitadas pelo governo da província, nos bairros Amílcar Cabral, Tchizo e Lombo-Lombo.

### 7.3 Nevoeiro denso é causador da chuva fraca em Luanda

*Jornal De Angola*  
30 De Julho de 2015  
Texto: Walter António

A chuva fraca que tem caído em Luanda resulta do facto de estar a registar-se, nos últimos dias, nevoeiro denso, inabitual nesta época do ano, disse, ontem, *Jornal de Angola*, em Luanda, o chefe de Departamento de Vigilância

Meteorológica do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica (INAMET).

Lutumba Tima explicou que o fenómeno ocorre ao longo do litoral, nas províncias do Zaire, Uíge e Malanje e em algumas províncias do centro, sul e leste, onde, quase todos os dias, pela madrugada e manhã, nesta época do ano, é registado nevoeiro denso, que provoca precipitação. O nevoeiro denso, sublinhou, é consequência da presença de gotas de águas suspensas no ar que, depois de ganharem volume e peso, levam à precipitação.

"Só não há precipitação quando o nevoeiro é menos denso. Quando estamos na presença de nevoeiro denso, mesmo a dez metros não se consegue ver", explicou Lutumba Tima, acrescentando que "o nevoeiro é formado pelo arrefecimento do ar, o que provoca a condensação do vapor de água contido na atmosfera".

O fenómeno não foi registado pela Estação Meteorológica de Luanda, localizada no Aeroporto Internacional 4 de Fevereiro, a única existente em Luanda, por o seu raio de acção ter apenas um alcance de 50 quilómetros, informou o chefe de Departamento de Vigilância meteorológica do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica.

"De acordo com as orientações da Organização Meteorológica Mundial (OMM), em cada 50 quilómetros deve existir uma estação meteorológica com igual raio de acção:", acrescentou Lutumba Tima.

"E por isso que em alguns locais de Luanda foi registada chuva fraca e a estação não registou a ocorrência", concluiu o chefe de Departamento de Vigilância Meteorológica do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica.

#### 7.4 Elisal não consegue dar soluções na recolha de lixo no Distrito Urbano do Sambizanga.

*Jornal a República*  
17 De Julho de 2015

Os moradores reclamam de cheiros nauseabundos, moscas, baratas, que o lixo produz e muitos vermes que chegam a entrar nas residências que se encontram próximas dos montões de lixo. Para

além desta situação, os resíduos sólidos interrompem a transição dos moradores, bem como de taxistas que fazem a via que dá acesso ao bairro da Simangol a Praça. Regista-se montões de lixo a partir do bairro Petrangol, Goma, Socola, Refinaria até à rua direita do mercado dos Kwanzas. A Administração Municipal do Distrito Urbano do Sambizanga, por seu turno, está rodeada de resíduos sólidos, assim como o cheiro produzido pelo lixo que incómoda os utentes que solicitam os serviços da mesma Administração. Segundo os moradores, as empresas que recolhiam o lixo naqueles bairros estão em greve "para mostrar as autoridades que eles trabalham", ou seja, que retiraram os contentores de depósito de lixo.

Manuel Pedro, morador do bairro Petrangol, há 10 anos, conta que a problemática da não recolha de lixo é antiga. "O lixo está assim espalhado em qualquer 'sítio, porque as empresas de recolha já não prestam os seus serviços há dois meses. Por outra, não há contentores de lixo, porque levaram os contentores de lixo para mostrar ao Estado que eles estão em greve e que também trabalham. Queremos que o novo Administrador faça alguma coisa par acabar com o lixo", disse.

Segundo o mesmo, o município do Sambizanga regista mais lixo do que os municípios de Cacuaco e Cazenga, defendendo que têm maior parece na com as empresas. "A operadora que limpa Cacuaco, por exemplo, só chega apenas até ao bairro Socola, o que já não se regista no Sambizanga (particularmente na Petrangol)", afirmou. Adão Miguel pede, à Administração Municipal, que se reúna com os munícipes e que paguem as operadoras para melhorar a situação do saneamento básico do município e terminar com o lixo no Sambizanga.

A nossa equipa de reportagem chegou também ao Hoga, onde constatou muito lixe na parte exterior do referido hospital. Dona Joana, que comercializa ao lado da unidade hospitalar, reclamou das moscas que saem do lixo ('posam' nos alimentos e frutas que vende. A mesma afirmou que o lixo é depositado pelos moradores e pelos comerciantes que saem no Parque do Mercado dos Kwanzas.

O jornal 'A REPÚBLICA contactou a Directora-geral do Hospital em causa, par, justificar a existência constate do lixo no exterior de

Hospital, mas sem sucessos. De recordar que o jornal 'P REPÚBLICA' já publicou matéria falando do lixo no Sambizanga há mais de três semanas, na qual o actual administrador disse-nos que fora nomeado recentemente e, por isso, não sabe ainda do! muitos problemas que o município tem. E o que se registre actualmente é o aumento excessivo do lixo naquele Distrito Urbano.

## 7.5 Senhor Governador, vem aí as chuvas

*Jornal República*  
17 De Julho De 2015

Com o aproximar do período chuvoso, é relevante realizar-se os devidos trabalhos de profilaxia, antecipação e de protecção do possível temporal chuvoso que pode assolar a província de Luanda, isto é, criando enchentes ao longo do percurso das valas de drenagem que até hoje estão por se construir. É visivelmente notório a quantidade de lixo que existe nas valas de drenagem entre a zona da Calemba, Catinton até ao Rio Cambamba, aproximadamente na zona do Benfica.

Nesta zona, não existem contentores de lixo expostos, nem muito menos contentores grandes para resíduos (entulhos de obras), fazendo-se as descargas do lixo das obras de construção no decurso das valas de drenagem e obstruindo todo o percurso das possíveis águas pluviais. Esta situação pode causar enchentes ao longo da trajectória da cova devido ao desaguar das águas da chuva para o percurso da vala de drenagem ainda não con-Governador Provincial de Luanda - Graciano Francisco Domingos destruída. Se não se executar as limpezas e as escavações para tomar possibilidade dos fluxos do caudal, ou as correntes das águas das chuvas possíveis sem obstruções por causa do lixo, possivelmente teremos, mais uma vez, enchentes nas zonas ribeirinhas ao longo do percurso das valas de drenagem ainda não construídas.

Este trabalho deve ser executado com alguma celeridade, para evitar danos maiores que acontecem praticamente todos os anos, ou seja, provocando inundações, destruindo habitações, mortes por afogamento, etc.

Estas pequenas obras de manutenção e de precaução devem ser realizadas com um custo mínimo sem nenhum aproveitamento económico, de maneira a tomar o custo da obra exactamente real e justo. Uma máquina buldózer e 5 camiões podem executar a obra normalmente, sem nenhum custo adicional ao longo de todo o percurso das valas de drenagem ainda por se construir.

É importante que se governe Luanda demonstrando de facto a capacidade e ausência que todos os luandenses esperam da nova governação provincial.

## 7.6 Produtos que não ajudam a economia da província

*Novo Jornal*  
10 De Julho de 2015

SE NO SECTOR comercial a situação é preocupante, a exploração da madeira pouco ou nada ajuda ao desenvolvimento da província mesmo tratando-se de uma região rica.

"A madeira é saqueada de uma forma desenfreada", queixa-se o empresário deste ramo António Gombo.

Abordado pelo Novo Jornal à margem do quinto fórum de oportunidades de negócio que ocorreu na cidade do Uíge, Gombo pede a intervenção por parte do Governo a fim de se pôr cobro à situação.

"O corte selectivo de um pequeno número de espécies de árvores pelos empresários florestais e a não especialização das empresas do sector pode ocasionar a sua extinção", queixaram-se os participantes ao encontro.

Os conferencistas concluíram ser necessária a criação de condições e incentivos para a construção de entrepostos de comercialização da madeira, evitando o enorme prejuízo à economia local e a aceleração da degradação das infra-estruturas rodoviárias, que propicia o aumento da sinistralidade rodoviária na região.

Pediram ao governo da província e ao Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural que reflectam e analisem conjuntamente a legislação sobre a matéria e as condições técnicas para o

relançamento do café e que a partir do próximo ano se proíba a saída massiva de madeira da província.

Os participantes ao fórum de oportunidades de negócios exigiram ao Governo e às empresas privadas existentes na região a criação de condições para o fomento e arranque de centros de formação profissional em diversas especialidades florestais e a engajar a juventude em tarefas úteis.

O comunicado refere ainda que nos próximos Fóruns sobre o café o Ministério da Agricultura possa apresentar um estudo exaustivo sobre a situação do café a nível nacional, balanceando o grau do cumprimento dos planos sobre a matéria apontados pelo governo para 2013/2017.

## 7.7 Governo combate corte ilegal de madeira

*Jornal De Angola*

*5 De Julho de 2015*

*Texto: Nicodemos Paulo*

O Fórum de Oportunidades de Negócios realizado no Uíge é uma excelente oportunidade para reflectir sobre a Importância dos recursos florestais, disse, na sexta-feira, no Unge, o secretário de Estado para os

Recursos Florestais.

José de Jesus Moda falava na abertura do V Fórum de Oportunidades de Negócios e Investimentos, sob o lema "Unge e os desafios da diversificação da economia", no âmbito dos 98 anos da cidade, e afirmou que o país possui uma capacidade permissível de corte anual de madeira em toro calculado em 3.600 metros cúbicos. "A província do Uíge apresenta nos últimos anos grandes volumes de produção de madeira em toro, seguida pelas províncias de Cabinda, Cuanza Norte e Bengo. E também a província com maior concentração de concessionários florestais, cerca de 50 empresas, porque a região apresenta boas condições para se tomar o maior centro produtor de madeira do país", disse José de Jesus Moda.

A valorização e a gestão sustentável dos recursos florestais, acrescentou José de Jesus Moda, constituem a preocupação central das políticas do

Estado, dada a sua capacidade de produção de bens e serviços destinados à satisfação das necessidades básicas da população, alta capacidade de absorção de mão-de-obra e contribuição para a segurança alimentar.

José Moda destacou a aprovação da Política Nacional de Florestas, Fauna Selvagem e Áreas de Conservação, que define os objectivos e estratégias de actuação do sector. Trata-se de um documento que descreve a visão de longo prazo bem como os objectivos e estratégias a adoptar, o uso sustentável e a conservação dos recursos florestais e faunísticos. O secretário de Estado dos Recursos Florestais recomendou às autoridades tradicionais e às comunidades rurais que prestem uma colaboração activa às autoridades competentes do Estado na execução de tarefas de fiscalização, protecção e conservação de recursos florestais, prevenindo os actos lesivos e denunciando a acção dos agentes ilegais.

"Aos empresários e concessionários florestais cabe, dentro das condições de investimentos, agregar aos programas de exploração florestal uma adenda social em benefício da comunidade e da área onde realizam a extracção da madeira, que deve ser feita mediante participação activa nos programas das administrações locais do Estado", apelou o secretário de Estado dos Recursos Florestais.

### Exploração racional

O governador do Uíge, no discurso de boas-vindas, defendeu uma exploração racional e sustentável dos recursos florestais e seus derivados para aumentar as receitas do Estado e melhorar as condições de vida das populações, sem alterar as características climáticas da região. Sobre o Fórum de Oportunidades de Negócios, Paulo Pombolo considerou imperativa a realização das conferências sobre a "Problemática da exploração, industrialização e comercialização de produtos florestais e madeira", a "Reflexão sobre as perspectivas do desenvolvimento da aqui cultura na província do Uíge" e sobre "O Café, produção, comercialização e incentivos aos produtores e empresários", por reunirem grandes possibilidades de fortalecer o desenvolvimento da província.

O Fórum teve como objectivo analisar a organização dos processos de exploração da madeira, examinar a relevância da problemática florestal, a comercialização e aproveitamento dos

recursos florestais e informar a arrecadação de receitas provenientes da exploração de madeiras a nível da província.

O empresariado local e estrangeiro foram incentivados a ver no sector das pescas, indústria alimentar e de bebidas, áreas propícias a encetar negócios na província do Uíge. "Preocupa-nos a forma desenfreada como foram exploradas as florestas nos municípios de Quitexe, Bembe e Songo, por exemplo, sem acautelar a conservação de espécies raras ou a perpetuação de tais recursos, o que coloca em perigo a estabilidade ambiental e a fertilidade dos solos", disse o governador provincial, que acrescentou:

"Por este andar, dentro de 25 anos o país pode não ter mais nada para as próximas gerações usufruírem, porque existem operadores que, sem licença de exploração, trabalham na calada da noite, não pagam impostos e os poucos que o fazem pagam na Repartição Fiscal de Luanda, em detrimento da província produtora da madeira explorada", sublinhou.

O governador Paulo Pombolo disse ser necessário passar da teoria à prática, sobretudo no que diz respeito ao financiamento destinado aos produtores de café e defendeu que os bancos comerciais e o Ministério da Agricultura devem adoptar um sistema viável que potencie o sector com meios financeiros e materiais capazes de garantir a maximização da produção.

## 7.8 Ministério desencoraja uso de plásticos

*Jornal De Angola*  
5 De Julho de 2015  
Texto: João Gomes

O Ministério do Ambiente elaborou um decreto sobre resíduos específicos, que entre outros objectivos, desencoraja a utilização de sacos plásticos descartáveis, com a aplicação e cobranças de taxas.

A chefe de Departamento de Gestão de Resíduos do Ministério do Ambiente, Joana Bernardo, citada

ontem pela Angop, disse que o decreto, já aprovado pela titular da pasta, Maria de Fátima Jardim, pode entrar em vigor este ano, depois de

receber o parecer e aprovação dos órgãos superiores competentes.

Joana Bernardo referiu que os sacos plásticos têm impactos negativos no meio ambiente, sobretudo na morte de várias espécies de animais, que confundem estes produtos com alimentos.

"A dispersão dos sacos plásticos constitui um perigo para a sociedade, visto que a sua decomposição varia entre os 450 a mil anos, um aspecto que ainda continua a ser ignorado pelas pessoas", sublinhou.

Com a eventual entrada em vigor do decreto, o Ministério do Ambiente quer ver reduzida a utilização de sacos plásticos, de acordo com Joana Bernardo.

Uma empresa portuguesa está interessada em montar uma indústria para o reaproveitamento dos sacos plásticos de Luanda, onde a produção de resíduos continua elevada, a julgar pelo número dos seus habitantes, estimados em seis milhões.

Este projecto é uma mais-valia, tendo em conta os impactos negativos causados pelos plásticos ao meio ambiente. No quadro da aplicação deste decreto, o Ministério do Ambiente e seus parceiros têm feito campanhas de sensibilização da população nas principais superfícies comerciais do país.

Mais divulgação

O presidente da Juventude Ecológica de Angola, lamentou ontem em Luanda que o Dia Internacional Sem Sacos Plásticos, que anualmente se assinala a 3 de Julho, seja pouco conhecido no país e defendeu a sua divulgação para maior reflexão sobre o impacto deste produto no meio ambiente. O ambientalista disse ontem à Angop, a propósito da data, que a JEA está a trabalhar na recolha de informações para que a efeméride passe a constar do livro oficial de datas ambientais.

"Os sacos plásticos são vistos em vários pontos das cidades, desde os pequenos aos grandes espaços comerciais, que constituem os principais focos deste tipo de resíduo", observou. José Silva advogou a elaboração e aprovação de diplomas específicos para regular o uso de sacos plásticos, à semelhança de outros países africanos, como Cabo Verde.

"A JEA prevê estabelecer parcerias com grandes superfícies comerciais e realizar campanhas de promoção e sensibilização aos seus clientes em relação à temática", avançou. O dia 3 de Julho é comemorado para alertar a sociedade sobre a necessidade de redução do consumo e utilização excessiva de sacos de plástico descartáveis que, na maioria das vezes, terminam no lixo após uma única utilização, ou acabam por ser libertados no ambiente, o que constitui um problema ambiental grave em termos de poluição.

A iniciativa surgiu em 2008, na Espanha, com o projecto "Catalunha livre de sacos plásticos" e foi promovida em vários países europeus. Em 2010, foi feita uma convocatória internacional, por várias organizações mundiais, que se associaram à iniciativa, nascendo assim o "Dia internacional sem sacos plásticos".

#### Entrada de equipamentos

O presidente da Juventude Ecológica de Angola disse que as autoridades angolanas devem aperfeiçoar os mecanismos de entrada de determinados equipamentos, uma vez que nem todas as tecnologias são amigas do ambiente. "Podemos estar a comprar gato por lebre e a criar constrangimentos, quando permitimos a entrada em Angola de equipamentos que já não são usados noutros países", realçou.

A proibição de entrada de determinadas viaturas é um bom exemplo desta situação. "Agora, é necessário prestar atenção a outros equipamentos." Nas organizações, disse, é necessário que haja sistemas de gestão ambiental, para certificar certas actividades e estabelecer normas locais ou adaptar algumas internacionais ligadas à qualidade e à produção.

José Silva advogou "maior dinâmica no estabelecimento de acordos de parcerias, a nível da cooperação internacional, quer no sector público, quer no privado, sempre com vantagens mútuas, que permitam a transferência destas tecnologias para o nosso país".

"O desenvolvimento de tecnologias com baixa geração de resíduos constitui-se no foco central de minimização de resíduos", defendeu.

## 7.9 Produção de madeira atrai empresas do sector

*Jornal Agora*

*10 Julho de 2015*

*Texto: Miguel Daniel*

De acordo com o comerciante, os preços da venda, quer de toro, quer da madeira em tábua ou barrote, variam de região em região, mas não vão além dos 2.500 kwanzas para cada tábua de moreira, contra os 2.000 kwanzas de outras marcas.

"O metro cúbico do toro de moreira custa 25.000 kwanzas, enquanto os demais, como o Munguba e mudianunim estão fixados em 2.000, contra os 550 kwanzas para um barrote de quatro metros por sete", salientou, lembrando que estes são os valores monetários praticados na mata ou zona de exploração.

Macaia disse, igualmente, possuir uma fábrica de materiais de madeira, mas lamenta o facto de muitos ainda preferirem mobília importada e de pouca duração, ao esclarecer que uma cama feita na sua marcenaria é comercializada por 50 mil kwanzas, contra os 200 mil para uma mobília de cozinha com dois metros e meio, e a cadeira fica por 5.000 mil kwanzas.

Recordar que, na província, ainda se vislumbram vestígios de pequenas marcenarias, que trabalham com equipamentos manuais, mas muitos jovens que labutam com esta matéria-prima são formados no único centro da Igreja Católica.

#### Produção de mandioca

A província do Uíge é, actualmente, a maior produtora de madeira e touros a nível do país, que tem uma capacidade total estimada em 360 metros cúbicos, dos quais, 95 mil produzidos nas terras do bago vermelho, por ano, o que representa 25%, garantiu o secretário de Estado para os Recursos Florestais, André de Jesus Moda.

O governante avançou esta informação durante a conferência sobre a exploração, industrialização e comercialização de produtos florestais, tendo anunciado, para breve, a instalação de entrepostos de comercialização de madeira, sendo Cabinda a primeira beneficiária.

"Os entrepostos vão facilitar, também, o trabalho das autoridades no controlo e na fiscalização da madeira produzida antes do seu destino final, seja para o efeito de controlo estatístico, e para efeitos de controlo das características técnicas, incluindo a sua origem", ressaltou.

"A moda não fugiu da moda" é a frase actualmente usada nos discursos dos governantes, no que à diversificação da economia diz respeito, em substituição do combate à pobreza, até porque, segundo ele, Angola dispõe de recursos florestais de grande dimensão, que podem ser explorados a médio e longos prazos.

"Segundo estimativas, o país possui uma capacidade permissível de corte anual estimado em 360 mil metros cúbicos de madeira em touro de floresta natural", assegurou, acrescentando que o potencial em exploração na província permite a instalação de um parque industrial de transformação desta matéria-prima, capaz de abastecer o mercado local e nacional e exportar o excedente.

De acordo com o secretário de Estado, torna-se importante conhecer a situação prevalente na região, para que se tomem medidas acertadas na gestão dos recursos florestais e o desenvolvimento das actividades de exploração madeireira.

Em contrapartida, revelou estar em curso a elaboração e a aprovação de diversas normas legais no quadro da reestruturação e reorganização do sector florestal, visando substituir a legislação colonial e ultrapassar os constrangimentos e limitações estruturais ainda existentes para o desenvolvimento sustentável do sector.

Em contrapartida, mais de 90 empresas do sector estão legalizadas, das quais 50 operam no Uíge, 23 no Bengo, 11 em Cabinda e 9 no Cuanza Norte, mas as regiões perdem, uma vez que cerca de 95% do produto vai parar em Luanda, em forma de touros.

Conforme ele, as acções governamentais privadas precisam de ter como metas a diversificação e o aumento da produção, bem como a prestação interna de bens e serviços, a revitalização da economia rural e dos circuitos económicos e comerciais.

Plano do Executivo.

O Governo Angolano prevê, a curto prazo, instalar e reabilitar, nas 18 províncias, grandes, médias e pequenas indústrias de exploração e transformação de madeira.

O Ministério da Indústria tem um programa destinado ao estabelecimento de indústrias de exploração e transformação de madeira no país, sendo visível o interesse de investidores estrangeiros.

IDF não tem meios.

O Instituto de Desenvolvimento Florestal (IDF) no Uíge controla 23 empresas ligadas ao sector das 50 licenciadas.

Indagado pelo Agora sobre o processo de repovoamento florestal, visando garantir a sustentabilidade das espécies, o responsável respondeu que o IDA possui um viveiro com cerca de 10 mil espécies, que não são repovoadas, pois os sobas não permitem.

Pegado revelou as pegadas das autoridades tradicionais, sublinhando que alegam que as empresas, ao repovoarem as árvores, podem, no futuro, apoderar-se das terras, mesmo sendo esta uma das responsabilidades legais, o que requer, conforme ele, um trabalho aturado e concertado.

"Concluimos que a exploração da madeira pouco beneficia a região pela saída massiva de touros, em virtude de muitas empresas não serem residentes fiscais", deplorou, ao apontar que o corte não selectivo de outras espécies de árvores pelos empresários florestais, por falta de especialização, pode causar sua extinção.

Artésio da Rosa conclui ser necessária a transformação da madeira localmente, para se evitar a degradação das infra-estruturas rodoviárias, o que pode resultar na redução da sinistralidade, visto que tem havido muitos caminhões avariados na via e outros acidentados que abandonam os touros.

## 7.10 Mais de 750 mil pessoas afectadas pela seca

*Jornal Manchete*

*3 De Julho de 2015*

O governo identificou 755.678 pessoas afectadas pela seca que assola a província do Cunene e 508.483 cabeças de gado que correm o risco de morrer em consequência da situação. O governador da província, António Didalelwa, ao abordar a situação na cerimónia de abertura das festividades dos 45 anos daquela região, apontou a necessidade do reforço do abastecimento alimentar e do fornecimento de água potável aos afectados. António Didalelwa, citado pela Angop, disse que o governo provincial, em coordenação com o executivo central, adoptou como medidas de emergência o abastecimento alimentar, a abertura e reparação de pontos de água, entre outras.

Do plano consta ainda o estabelecimento de um sistema de alerta contra as calamidades, o apoio a fazendeiros com material de irrigação, criação de silos e outras medidas de médio e longo prazo.

O Cunene enfrenta desde 2011 uma situação de seca contínua, que tem afectado as populações e o gado. Recentemente, o Rede Angola noticiou que a segurança alimentar e nutricional do Cunene, Namibe, Cuando Cubango e Huíla será avaliada durante oito meses por um projecto de parceria entre o governo e a União Europeia através do Fundo das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO).

Segundo o coordenador do programa, António dos Santos, os períodos de seca recorrentes na região sul estão na base da escolha das quatro províncias para a sua implementação. Saiba mais.

## 7.11 Cabinda Forma Activistas Ambientais

*Jornal De Angola*

*23 De Julho de 2015*

*Texto: Bernardo Capita*

Um grupo de 150 mulheres dos municípios de Cabinda, Cacongo, Bucu Zau e Belize participaram, na aldeia de São Vicente, num seminário de formação de activistas de educação ambiental, informou, ontem, a coordenadora do projecto.

Joana Bernardo referiu que o seminário foi promovido pelo Ministério do Ambiente e consta de um projecto nacional denominado "Novo

Rumo", virado para a educação ambiental das mulheres.

"Pretende-se formar activistas ambientais em todas as províncias do país, com o objectivo de sensibilizar as comunidades rurais e peri-urbanas para a necessidade da protecção do ambiente", explicou Joana Bernardo, que acrescentou: "O projecto "Novo Rumo" preconiza a formação até final deste ano de cerca de três mil activistas ambientais, em pelo menos dez províncias".

A governadora provincial de Cabinda, Aldina da Lomba, presente no seminário do projecto "Novo Rumo", aconselhou as mulheres da região a tirarem maior proveito do ambiente, evitando acções que possam causar danos à protecção da natureza.

As educadoras ambientais das comunidades rurais e peri-urbanas da província de Cabinda receberam, durante o seminário, conhecimentos sobre a preservação do ambiente, como técnicas de reciclagem de resíduos sólidos e recuperação de sucatas e outros detritos produzidos pelo ser humano.

## 7.12 Administrações devem impedir novas tragédias

*Jornal de Angola*

*24 De Julho de 2015*

*Texto: Arcângela Rodrigues*

As administrações municipais de Luanda foram, ontem, em Luanda, exortadas, pela vice-governadora de Luanda para a Área Técnica e Infra-estruturas, a criarem condições que evitem a ocorrência de "situações catastróficas" para a população durante a época chuvosa.

Njila de Carvalho disse, na abertura da reunião da Comissão Provincial de Protecção Civil e Bombeiros de Luanda, ser importante que durante o tempo de cacimbo "se criem estratégias e condições de modo a evitar-se situações catastróficas para a população", e acrescentou que as administrações municipais devem ter um domínio das zonas de risco.

"As campanhas de sensibilização devem ser reforçadas nos órgãos de comunicação social, solicitando o apoio da sociedade civil, igrejas,



comissões de moradores, escolas e sementeiras de forma a encontrarmos uma (mica linha de trabalho para a redução da sinistralidade que tem vitimado muitas famílias na nossa província", disse a vice-governadora na reunião que analisou a época chuvosa 2014-2015 e plano de contingência até 2017.

O chefe de secção de Planeamento e Operações do Comando Provincial de Luanda dos Serviços de Protecção Civil e Bombeiros, Flávio Chibumdi, informou que os municípios de Viana, Cacuaco, Cazenga, Luanda e Icolo e Bengo são os que registaram mais vítimas humanas e prejuízos materiais.

### 7.13 Fome e seca agravam nos Gambos

*Jornal O PAÍS*

*10 De Julho 2015*

*Texto: Norberto Sateco*

Nos zona dos Gambos tudo está em risco permanente de morrer: aldeões e as suas principais culturas alimentares, animais e plantas. A região encontra-se literalmente devastada por uma das piores secas da sua história.

Nos Gambos, há cerca de três meses que as culturas, que pareciam resistentes, ficaram totalmente devastadas em consequência de uma seca "terrível e jamais vista" conforme considerou um especialista em Mesologia, que se pronunciou sob anonimato.

"Vivo e cresci nesta região. Não me lembro de ter visto uma seca igual" disse.

Houve quem tivesse apontado a situação como sendo consequência do aquecimento global da terra, bem como, para o caso concreto, o avanço do deserto do Namibe onde as árvores e os arbustos são cada vez mais escassos.

População alimenta-se de frutos silvestres

Na comuna de Fimo Tyipeio a população está a alimentar-se de frutos silvestres, e, como resultado, o estado em que se encontra a maioria é de desnutrição aguda. Os poucos riachos que continham alguma água, embora não adequada para consumo humano, acabaram por secar por completo.

As doenças de fórum nutricional, respiratório e a malária são as mais frequentes e preocupantes. Os cidadãos de terceira idade, viúvas, crianças e deficientes físicos são os mais afectados, ao nível de todo o município. Dados da Administração local confirmam a existência de mais de 11 mil pessoas nesta condição.

As próprias comunidades, face a este quadro, desconhecem os números exactos de óbitos ocorridos desde 2013 para cá. O velho Luelio Luelio, por exemplo, refere-se à morte de um senhor de 70 anos, alegadamente vítima de fome, na localidade da Taka, (um dos pontos também críticos da região). "Estava muito fraco e não resistiu. Não tinha nada para comer. Nem mesmo se levantava para ir ao Centro de Saúde lá existente", disse. Segundo relatou, este é um dos muitos casos que vêm sendo registados ao longo destes últimos anos.

À semelhança da localidade de Fimo, outras também vivem o mesmo drama, nomeadamente, Kafela, Tyitongotongo, Luvota, Katoho, Tapu, Kafela Nguelengue, Mapupu, entre outras. "Neste momento não há cereais nos celeiros. Alguns recorrem ao mercado paralelo para fazer permuta e adquirir alimentos" disse a senhora Muandaninavo, com o filho ao colo, também aparentemente debilitado. A mesma lembrou com alguma nostalgia os anos de abundância, tendo enumerado as culturas típicas que não foram poupadas, designadamente, o massango, a massambala, o feijão frade, o milho, a batata doce e a abóbora.

Por isso mesmo as populações têm estado a lançar o grito de socorro clamando por uma maior intervenção das autoridades. Alegam que o pior já está a acontecer e só não sabem o que mais lhes aguarda.

As fontes deste jornal reconhecem o apoio feito pelo Governo sob a forma de mantimentos, como o milho, o feijão e a fuba mas, lamentam que as respectivas quantidades muitas vezes "não passam dos cinco dedos de uma só mão". Uma delas acrescentou que uma das medidas a adoptar para mitigar a situação seria a abertura de furos para a extracção de água subterrânea.

O gado não resiste

Apesar de estar visível aos olhos de qualquer um, a crise alimentar e a escassez de água que atingem aproximadamente mais de 80 mil pessoas, as zonas mais “crucificadas” são aquelas afastadas da sede municipal. Daí que, mesmo com as crateras exacerbadas e com enormes pedras a obstaculizar a passagem, a equipa deste jornal, rondou algumas das aldeias duramente atingidas. Fimo Tyipeio foi a primeira comuna a ser visitada, num percurso de cerca de 50 quilómetros.

A comuna, isolada das restantes, aparenta estar desabitada devido às distâncias que separam os “kimbos” uns dos outros, algo típico da tradição dos Nhanekas e Muhakahonas.

Os amontoados de areia, as árvores secas e o gado pálido, denunciavam nitidamente a gravidade da situação.

“Já perdemos muitas cabeças de gado. Morreram porque não tem pasto, nem água para beber” disse um dos sekulos, tendo acrescentado que a situação está mesmo crítica, pois os nativos temem perder mais animais, a julgar pelo estado de desnutrição que o gado apresenta, com sérias dificuldades para realizar a transumância de longas distâncias.

“Já perdi 20 cabeças do meu rebanho. Estamos mal. É ali onde saí o nosso sustento. Agora o gado não tem o que beber, o pasto secou todo”, disse, Tchapinga, outro velho pastor local. Uma situação que tende a entrar no seu quarto ano, sem resoluções à vista, segundo fontes locais.

Ao longo deste tempo de crise, os pastores têm preferido levar os animais aos mercados da Chibia e do Lubango para comercializá-los, “quer queira quer não”. Esta foi a única forma encontrada para se evitar perdas maiores com a morte súbita dos bois. “Preferimos vender o gado. Mas a preço baixo, devido ao estado em que os mesmos se encontram”, disse o pastor Tchiapinga.

#### A luta pela sobrevivência

Não têm sido poucos os que ultimamente têm preferido prestar determinados serviços nos locais em que já se regista algum progresso social e oportunidades.

A par do município sede, a vila de Chibemba, as cidades do Lubango e de Luanda, têm sido os principais destinos de muitos residentes seus, principalmente jovens.

A justificar isso está o facto de este jornal ter encontrado mais de meia centena de membros de distintas comunidades acampados num quintal, na sede municipal. Questionados, apontaram como razão a crise alimentar e a escassez de água que assola as suas áreas de origem. Dentre estas pessoas, encontram-se senhoras com crianças de tenra idade e também adultos.

Os velhos só não o fazem devido às longas distâncias que teriam de percorrer. De acordo com fontes locais, muitos destes ganham a vida transportando areia de um lado para outro para obras em curso, de pessoas singulares. Por cada saco de 100 quilogramas de areia recebem em troca 100 kwanzas que no final do dia, dizem dar para comprar qualquer coisa para a alimentação.

“Não dá para muita coisa, mas vale a pena do que esperar morrer no kimbu de braços cruzados, tal como aconteceu com muito dos nossos irmãos”, declarou um dos prestadores de serviços ambulantes, de 48 anos, que disse chamar-se Luelo Lueilo.

Do grupo de cidadãos que se aglomerou em volta da equipa de reportagem, num sinal claro de que uma mensagem precisava de ser passada ou simplesmente para matar a curiosidade das lentes da câmara fotográfica que o repórter transportava ao peito, uma fonte admitiu mesmo que a região está diante de uma situação de êxodo rural massivo.

Trata-se de uma questão recorrentemente referenciada por especialistas comunitários, quando o assunto é desenvolvimento sustentável que, em princípio, devia ser sustentada a partir do campo para a cidade ao invés do inverso.

“A pessoa fica mesmo cansada, bem partida. Aqueles dias que não consegue nenhum cliente fica-se mesmo assim, sem comer”, disse.

Um dos maiores sonhos da fonte, conforme afirmou, é avançar para o Lubango, ou até mesmo Luanda, para passar a mandar dinheiro para a família deixada na comunidade dos Gambos.

#### Sociedade civil diz-se cansada de alertar

De acordo com o activista comunitário Pio Wakussanga, a situação da fome já se arrasta há muito tempo e várias vezes alertou este facto para que as autoridades tomassem medidas urgentes,

com alguma eficácia, visando controlá-la. Porém, segundo sustenta a fonte, as medidas do Governo até ao momento têm sido diminutas e paliativas. O entrevistado é de opinião que as mesmas não deviam ser só consubstanciadas no fornecimento de alimentos, o que também acontece de forma tímida, por entender que não colmatará definitivamente o problema.

Wakussanga faz duras críticas às autoridades em virtude daquilo que chamou de “politização do problema”, uma vez que “ao invés de se encarar a realidade como tal, procuram escamoteá-la”.

Deste jeito, na visão do também clérigo da Igreja Católica, será difícil, encontrar soluções sólidas para a situação dessas comunidades. “Nós chamamos várias vezes a atenção, mas temos sido confundidos e rotulados como agitadores e a cada ano que passa a situação agudiza-se, com relatos de mortes até” disse.

Algumas entidades singulares têm apoiado com alimentos, “mas não tem chegado para suprir as necessidades de toda a gente” admitiu. Uma das saídas apontadas como medidas de emergência, seria o aprovisionamento de alimentos de forma regular. Outra, segundo referiu, passaria pela criação de condições para a criação de mecanismos de renda familiar, com destaque para a feitura de materiais de olaria, jóias tradicionais e artesanato para comercialização. A abertura de furos e a construção de uma barragem também são apontados como iniciativas que podiam favorecer a agricultura familiar de regadio, para a subsistência e com culturas resistentes à falta de água como a mandioca, bem como serviria de igual modo para o aceleramento do gado.

## 8. AGOSTO

### 8.1 Cortina florestal trava desertificação

*Jornal de Angola*  
23 De Agosto de 2015

A cidade do Tômbwa conta este ano com uma nova cortina florestal, num perímetro de oito quilómetros, para protegê-la dos avanços das areias (dunas) que há mais de quatro anos tentam engolir a região, em virtude dos ventos fortes, anunciou ontem o chefe de departamento do Instituto de Desenvolvimento Florestal (IDF).

De acordo com Pedro Chivela Joaquim, existe um projecto financiado por uma linha de crédito israelita que prevê a instalação do segundo anel de plantação de árvores.

No quadro deste projecto, precisou, várias espécies de árvores, como prosopis hetiflosa, shinus molle, leocena, gliricidia sapium e acácia nilótica são plantadas a partir de Outubro.

"O projecto está muito avançado e contempla a construção de um centro logístico com salas de aulas para a formação de jovens que pretendem seguir a cadeira do Ambiente e sobre várias matérias ligadas à desertificação", acrescentou.

No projecto, segundo o responsável, são plantadas mais de 36 mil árvores. "Se temos problemas de ventos no Namibe, no Tômbwa temos dois fenómenos (ventos e dunas), porque são os ventos que movem as areias e estes formam as dunas e se nos descuidarmos, em pouco tempo teremos o Tômbwa soterrado. Esta é a preocupação do Governo para esta cidade piscatória." O projecto anti-desertificação, destinado à contenção da progressão das areias no município do Tômbwa, esteve paralisado desde o primeiro trimestre de 2014, devido à falta de financiamento e equipamentos de irrigação da cortina florestal.

"No anterior projecto, a idade era garantida por um camião cisterna com capacidade para 25 mil litros de água, um tractor e um viveiro com capacidade de produzir 150 mil mudas de plantas e uma força de trabalho de 500 funcionários.

O polígono ficou reduzido a 60 trabalhadores para efectuar a manutenção de 300 mil árvores", acrescentou. O projecto anti-desertificação, criado há mais de 10 anos, com o objectivo de conter os avanços das areias para a cidade do Tômbwa, contava com a ajuda do Programa Alimentar Mundial (PAM) e outras organizações não governamentais.

Em Novembro de 2004, o Governo aprovou o projecto de apoio ao combate à desertificação das cidades do Tômbwa e Namibe, para proteger a vida das populações, infra-estruturas económicas e sociais, a biodiversidade terrestre e aquática, bem como garantir a gestão sustentável dos recursos naturais.

### 8.2 Huambo intensifica fiscalização das obras

*Jornal de Angola*  
23 De Agosto de 2015  
Texto: António Canepa

A administração municipal do Huambo vai intensificar, nos próximos dias, as acções de fiscalização e sensibilização das populações, com vista a desencorajar a construção anárquica de moradias em locais de risco, garantiu sexta-feira, ao Jornal de Angola, o administrador municipal adjunto, João Figueiredo.

O administrador municipal adjunto do Huambo considerou preocupante o surgimento desordenado de residências, moradias e casebres na cidade e em alguns quintais, o que deixa descaracterizada a paisagem do Huambo, João Figueiredo considera também preocupante a construção de residências ao longo do rio Calohumbula, devido ao risco de desabamento que correm.

Neste momento, acrescentou, decorre o levantamento do número de famílias que residem naquela zona, com vista à sua transferência para zonas mais seguras.

Ambientalistas e arquitectos contactados pelo Jornal de Angola avisam que a construção de habitações em zonas de pouca segurança constitui uma ameaça séria para as populações e aconselham a tomada de medidas preventivas. Eles argumentaram que os terrenos localizados nas

linhas de drenagem de água e próximo de ravinas não estão preparados para receber habitações, uma vez que podem ceder facilmente em casos de erosão e chuva.

Dados do Serviço Provincial de Protecção Civil e Bombeiros indicam que existem no Huambo muitas pessoas a construir em locais de risco. Num encontro entre ambientalistas e arquitectos, a especialista Sofia Santana sublinhou que a construção de casas nas áreas de risco deve ser evitada, pois põe em causa a saúde pública.

Especialistas apontaram os bairros do Cambiote e São Pedro como os que mais têm habitações ao longo das linhas de drenagem e próximo de ravinas.

#### Casas demolidas

O governador provincial do Huambo, Kundi Paihama, numa visita à empresa de distribuição de água, determinou este ano a demolição de 375 residências e outras infra-estruturas construídas de forma ilegal ao longo da conduta de transporte para a cidade.

A medida foi adoptada para facilitar a manutenção da tubagem e a distribuição da água à cidade.

Quanto às famílias afectadas, garantiu que aquelas que tiverem as construções autorizadas pela administração vão ser realojadas em locais mais seguros.

A cidade do Huambo regista muitas construções anárquicas ao longo da conduta de água, principalmente nos bairros da Bomba Baixa, São José, Bom Pastor e na rua do Comércio.

### 8.3 Angola com níveis aceitáveis de emissão de gases de efeito de estufa

*Jornal O País*

*28 De Agosto de 2015*

A ministra do Ambiente, Maria de Fátima Jardim, disse Segunda-feira, em Luanda, que Angola tem níveis de emissão de gases de efeitos estufa baixos, estimando em 1,6 toneladas ano per capita.

"Relativamente aos países industrializados emergentes e alguns africanos, prognostica-se atingir níveis de 3,5 vezes mais baixos que esta média", disse a ministra na abertura da Primeira Conferencia sobre Alterações Climáticas.

Sem avançar dados, referiu que em Angola os sectores da agricultura e energia são os que mais causam a emissão de gases de efeito de estufa à atmosfera.

Perante membros do Executivo, deputados da Assembleia Nacional, representantes da sociedade civil e do corpo diplomático acreditado em Angola, Fátima Jardim referiu que o Governo de Angola não tem poupado esforços para integrar a componente das alterações climáticas na sua agenda de prioridades.

Frutos dos esforços empreendidos, apontou a aprovação do primeiro projecto para o mercado de emissões, a Barragem Hidroeléctrica do Gove, pelo Comité de Cumprimento de Metas do Protocolo de Kyoto das Nações Unidas, como o primeiro projecto de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) de Angola. Além disso, avançou que outros quatro projectos estão a ser preparados para serem submetidos a este organismo para a sua análise e possível aprovação.

"Em parceria com as Nações Unidas estamos a desenvolver o projecto de adaptação das alterações climáticas nas áreas costeiras de Angola, além de outros, como o projecto de promoção do carvão sustentável de Angola, o plano de emissões, estratégia das energias renováveis, a protecção das florestas, educação e consciencialização ambiental", apontou. Acrescentou que se iniciou a elaboração da contribuição nacional para edificação de uma economia de "baixo carbono" em território nacional, um trabalho que conta com a Agência Francesa para Cooperação, conforme acordado durante a visita do Presidente da República Francesa, François Hollande.

### 8.4 Lixo e insegurança nas praias de Luanda

*Jornal Manchete*

*28 De Agosto de 2015*

*Texto: Moreira Mário*

A época quente ou estação chuvosa já começou. Neste período que normalmente é caracterizado por temperaturas elevadas e precipitações variáveis e que decorre de 15 de Agosto a 15 de Maio, conseqüentemente, resulta também ao surgimento da "Época Balnear" com maior destaque nas cidades litorais, como no caso de Luanda.

Daí que na medida em que o clima começa tomar-se mais quente, a presença de banhistas nas praias também vai aumentando, de forma progressiva a cada final de semana. Praias do Mussulo, Cacucaco, Cemitério dos Navios, Ilha de Luanda, Praia da Nicha, Morro dos Veados, só para fazer referência, são as mais frequentadas por parte dos cidadãos que buscam nestes lugares, momentos de diversão.

A par da abertura da "Época Balnear 2015", recentemente, pelo Serviço Nacional de Protecção Civil e Bombeiros, o Manchete esteve no domingo, 22, na praia da Vila de Cacucaco e da Nicha, este último situado no Benfica, com o propósito de constatar o nível de conservação de higiene das mesmas, bem como da questão da segurança dos banhistas.

Em nenhum dos lugares notamos a presença de agentes salva-vidas para caso de afogamentos ou para outro tipo de emergência. A limpeza é deficiente, não foi para menos que encontramos pequenos amontoados de lixo espalhado pelo areal e mar adentro.

Segundo os frequentadores da orla marítima da Vila de Cacucaco, quando chove, nesta zona a água do mar apresenta-se turva e acastanhada. Para eles, este cenário representa um perigo para a saúde pública e a segurança, uma vez que retira visibilidade a quem nada ou, simplesmente, a quem banhe à beira-mar.

Quanto a situação do lixo, os mesmos reconheceram tratar-se de um problema de consciência de cada cidadão e manifestaram a necessidade da polícia marítima punir severamente todos aqueles que teimosamente insistem em deitar os detritos para o chão, "já põem em perigo a vida até daqueles que primam pela higiene".

Na praia da Nicha a realidade é mesma ao da praia de Cacucaco, um cenário se comparado, idêntico às demais existentes em Luanda.

## Banhistas Ignoram Placas De Proibição

O porta-voz do Serviço Nacional de Protecção Civil e Bombeiros, Faustino Sebastião, confirma que as pessoas que morrem por afogamento nas zonas consideradas perigosas de se tomar banho, muitas vezes são mesmo por negligência e por ignorância das placas de proibição, havendo mesmo aqueles que as arrancam para deitar fora e aproveitarem os ferros. Aquele responsável pediu os mesmos para respeitarem as placas de sinalização colocadas pelos bombeiros e autoridades em algumas zonas da Ilha de Luanda, Morro dos Vedados e Museu da Escravatura (Samba), entre outras, para protegerem as suas próprias vidas.

## 8.5 Sector da agricultura com futuro ameaçado

*Jornal Manchete*

*28 De Agosto de 2015*

*Texto: Moreira Mário*

A necessidade de se duplicar a produção de alimentos, para poder fazer face à carência de pelo menos três milhões de pessoas nos próximos 30 anos, poderá diminuir, ou seja, a produção agrícola e segurança alimentar (inclusive o acesso a alimentação) em muitos países e regiões africanas, será fortemente comprometido pelos impactos climáticos.

"Haverá períodos de seca em consequência da redução da quantidade de chuvas o que poderá acelerar a desertificação, originando desta forma, problemas sérios de segurança alimentar", afirmou o responsável pelo gabinete sobre Alterações Climáticas do Ministério do Ambiente, Luís Constantino, que falava, esta semana, em Luanda, na Conferência Nacional sobre Alterações Climáticas.

O evento que decorreu sob o lema "Desafios e Oportunidades" e que analisou as políticas e estratégias de mitigação dos seus efeitos no país, o responsável acrescenta que outros sectores serão também vulneráveis ao fenómeno. No caso concreto de Angola, segundo Luís Constantino, o país está a preparar-se com medidas que vão permitir identificar desastres naturais a curto e longo prazo.

"Portanto, temos a elaboração da Estratégia Nacional sobre as Alterações Climáticas, do Programa de Acção Nacional para Adaptação, entre outros", disse, adiantando que estas são algumas das medidas implementadas pelo Executivo angolano na prevenção dos desastres naturais.

País Precisa Mais De 40 Biliões De Dólares

Entretanto, a titular da pasta do Ministério do Ambiente, Fátima Jardim, que fez o discurso de abertura da conferência assegurou que o país precisa mais de 40 biliões de dólares para investir na capacitação, adaptação e realização de 57 projectos sustentáveis de baixa emissão de gases e estufas.

A ministra referiu por outro lado, que as alterações climáticas podem ser combatidas através do crescimento do emprego, inclusão social e sobretudo o combate à pobreza no meio rural, aproveitando os recursos naturais de forma sustentável.

O programa de combate à seca e à desertificação, o programa de gestão de catástrofes e calamidades naturais e outros instrumentos, a governante diz que este passo coloca Angola numa posição de prestígio, relativamente a presidência do ambiente dos designados países menos avançados.

"Com esta posição única adquirida através de esforços prestigiantes do poder Executivo, para combater as alterações climáticas, é possível ligar as novas gerações ao compromisso de sustentabilidade", sublinhou Fátima Jardim.

Já o director nacional do Serviço de Protecção Civil e Bombeiros, António Vicente, entende ser necessário compreender a origem dos vários factores que influenciam para as alterações climáticas, tendo apontado o caso concreto dos resultados da actividade humana.

"Este ano tivemos registos bastante tristes como as ocorrências de Lobito, na província de Benguela, em que pereceram muitas vidas humanas. Tal situação poderia ser evitada caso fossem tomadas medidas de forma antecipada e não permitisse que a população construísse as suas moradias em zonas de risco", referiu.

## 8.6 «Ingestão de água salobra provoca problemas graves à saúde»

*Semanário Angolense*  
*1 De Agosto de 2015*

A afirmação é do médico e especialista em Saúde Pública, Zola Messo, que assegura que aquela água é imprópria para consumo humano e pode acarretar vários problemas por não conter as propriedades de uma água normal para o uso humano.

Zola Messo explica que a água salobra é um líquido que pode trazer consequências graves como doenças do fórum digestivo e diarreias; mas se por ventura encontrar-se outro tipo de bactéria naquele liquido, pode provocar outras doenças, como infecções da pele ou urinárias, sobretudo para o sexo feminino.

«Sabemos que há carência de água em algumas zonas de Luanda, mas não é aconselhável usar esse líquido. Devemos utilizar aquilo que é propício ao ser humano», aconselhou.

O médico disse que só o facto de a casa ficar toda húmida, «o chão traz também problemas à saúde, porque numa casa tem de haver um ambiente normal. Essa água nasce da terra, cria humidade dentro da residência, danifica a própria casa que perde a propriedade de habitabilidade, daí algumas pessoas deixarem essas casas devido às infiltrações que provavelmente danificam as paredes, o chão e o local deixa de ser próprio para habitar».

O especialista disse que a água salobra não é aconselhável nem para o banho, lavagem de roupa, louça, beber, cozinhar e até para lavagem de viaturas porque nota-se também alteração na cor dos carros. «É um líquido que não contém propriedades da água normal».

O médico realçou que a saúde deve começar em nós próprios, porque o sistema preventivo custa mais barato que o tratamento.

«Só o facto de as pessoas usarem essa água para beber e tomar banho, já estão sujeitas a apanhar variadíssimas doenças, por isso o melhor é não usar», reforçou.

Algumas áreas do Cazenga também estão afectadas com água salobra, quintais inundados e húmidos. Também algumas pessoas já abandonaram as suas residências.

Referindo-se a isso, Zola Messo, que é também o chefe do Gabinete de Saúde do município do Cazenga, disse não ter conhecimento dessa situação, mas apelou à população para informar os serviços técnicos da administração, no sentido de detectarem o problema e buscarem soluções imediatas porque, se o problema se arrastar, as consequências serão drásticas. «Não é saudável as pessoas habitarem em locais que não oferecem condições para viver», afirmou.

O médico é de opinião que as causas devem ser estudadas e rapidamente retirar-se as pessoas que estão nessa situação para evitar o pior. Por outro lado, alertou a população para não consumir essa água sob pena de contraírem doenças.

Entretanto, a reportagem do SA esteve também no Cazenga, nomeadamente na zona do Patrício, bairro que, à semelhança do Rangel, vive exactamente os mesmos problemas. Consulte o artigo referente.

## 8.7 «Ingestão de água salobra provoca problemas graves à saúde»

*Semanário Angolense*  
1 De Agosto de 2015

A afirmação é do médico e especialista em Saúde Pública, Zola Messo, que assegura que aquela água é imprópria para consumo humano e pode acarretar vários problemas por não conter as propriedades de uma água normal para o uso humano.

Zola Messo explica que a água salobra é um líquido que pode trazer consequências graves como doenças do fórum digestivo e diarreias; mas se por ventura encontrar-se outro tipo de bactéria naquele líquido, pode provocar outras doenças, como infecções da pele ou urinárias, sobretudo para o sexo feminino.

«Sabemos que há carência de água em algumas zonas de Luanda, mas não é aconselhável usar esse

líquido. Devemos utilizar aquilo que é propício ao ser humano», aconselhou.

O médico disse que só o facto de a casa ficar toda húmida, «o chão traz também problemas à saúde, porque numa casa tem de haver um ambiente normal. Essa água nasce da terra, cria humidade dentro da residência, danifica a própria casa que perde a propriedade de habitabilidade, daí algumas pessoas deixarem essas casas devido às infiltrações que provavelmente danificam as paredes, o chão e o local deixa de ser próprio para habitar».

O especialista disse que a água salobra não é aconselhável nem para o banho, lavagem de roupa, louça, beber, cozinhar e até para lavagem de viaturas porque nota-se também alteração na cor dos carros. «É um líquido que não contém propriedades da água normal».

O médico realçou que a saúde deve começar em nós próprios, porque o sistema preventivo custa mais barato que o tratamento.

«Só o facto de as pessoas usarem essa água para beber e tomar banho, já estão sujeitas a apanhar variadíssimas doenças, por isso o melhor é não usar», reforçou.

Algumas áreas do Cazenga também estão afectadas com água salobra, quintais inundados e húmidos. Também algumas pessoas já abandonaram as suas residências.

Referindo-se a isso, Zola Messo, que é também o chefe do Gabinete de Saúde do município do Cazenga, disse não ter conhecimento dessa situação, mas apelou à população para informar os serviços técnicos da administração, no sentido de detectarem o problema e buscarem soluções imediatas porque, se o problema se arrastar, as consequências serão drásticas. «Não é saudável as pessoas habitarem em locais que não oferecem condições para viver», afirmou.

O médico é de opinião que as causas devem ser estudadas e rapidamente retirar-se as pessoas que estão nessa situação para evitar o pior. Por outro lado, alertou a população para não consumir essa água sob pena de contraírem doenças.

Entretanto, a reportagem do SA esteve também no Cazenga, nomeadamente na zona do Patrício, bairro que, à semelhança do Rangel, vive



exactamente os mesmos problemas. Consulte o artigo referente.

## 8.8 Água salobra obriga moradores do Rangel a abandonar as suas residências

*Semanário Angolense*

*1 De Agosto de 2015*

*Texto: Maria Kiluanji*

O distrito urbano do Rangel, de uns tempos a esta parte, é um dos mais afectados por este fenómeno

natural que, além dos transtornos que causa, está a obrigar dezenas de famílias a abandonarem as suas residências.

A água, brota lentamente do solo, enche os quintais e espaços adjacentes, como as ruas e vai humedecendo os soalhos e paredes. Pouco depois, as próprias casas acabam por ficar inundadas.

O *Semanário Angolense* (SA), constatou no local o sofrimento porque passam tantas famílias que, por não terem para onde ir, estão sujeitas a viver por cima e rodeados por água, com todos os constrangimentos a que isso obriga, principalmente para quem tem crianças.

Só para ter uma ideia, na muito conhecida «rua da Vaidade», actualmente mais chamada por «rua do Imperial Santana», existem mais de 30 residências abandonadas e, como consequência disso, intensificou-se o índice de delinquência naquela zona.

Os marginais fazem das casas abandonadas o seu esconderijo predilecto, assim como também fomentam a prostituição e o tráfico de drogas. Segundo os moradores, os amigos do alheio preparam as acções malfeitoras nessas casas e é nelas onde, depois dos assaltos, dividem o pecúlio e violam meninas e senhoras e «estão constantemente a consumir liamba a pontos do cheiro intoxicante espalhar-se pelas ruas e casas vizinhas», explicou uma das vítimas desses assaltantes.

A mesma jovem afirma ter muita dificuldade de transitar no beco em que vive, uma vez que a sua casa é a única habitada, como foi confirmado pela

reportagem do SA, que ainda foi intimidada por pessoas estranhas. Graças a um jovem do bairro que acompanhava os repórteres, nada de mal aconteceu. Mesmo assim, preocupado, o jovem pediu para sair do local por ser perigoso. Soube-se depois que os meliantes queriam roubar os aparelhos dos repórteres, sobretudo a máquina fotográfica.

Durante a reportagem no Rangel, visitou-se também uma família de nove membros que vive actualmente reduzida a um quarto e sala. A casa já teve três quartos e duas salas mas foi repartida porque a outra parte da casa ficou totalmente inundada, sem possibilidades de melhoria.

De acordo com um dos membros da família, a parte que está a servir para habitar «também não está em bom estado e corre o risco de desabar, mas como não há condições financeiras para obter outra residência, somos obrigados a viver assim», lamentou.

Por outro lado, explicou que as crianças andam constantemente com meias devido à humidade e evitar doenças. No mesmo quintal há um pequeno que está constantemente doente e a sua irmã mais velha acredita que o problema de saúde do irmão deve estar associado às condições da casa.

Para minimizar o problema, de acordo com os moradores, as pessoas são forçadas a gastar dezenas de sacos de cimento, areia e burgau para reabilitar constantemente a casa, sobretudo o chão e as paredes, por causa da humidade. «É terrível viver assim», lamentam.

Para escapar da humidade do chão, na hora de dormir as pessoas juntam vários cobertores e lençóis por baixo e colocam o colchão por cima, com mais mantas e vários lençóis para minimizar a situação e prevenir as doenças.

Dona Luzia Alberto Cahumba, moradora do Rangel há mais de 20 anos, disse com muito pesar, que é triste ver famílias e amigos muito próximos a deixarem as suas residências para viverem em casas de parentes e amigos por conta deste mal que enferma o bairro.

Outro problema que preocupa aquela população, segundo dona Luzia, são as doenças provocadas por essa água que fica estagnada dentro e fora das

residências durante muito tempo e a criar imensos transtornos às pessoas, sobretudo crianças.

A dona de casa disse que basta os pais ou os adultos distraírem-se alguns minutos para que os mais pequenos usem aquela água para o banho e, às vezes mesmo, chegam a bebe-la, pois a água parece tão limpa que se confunde com a potável.

O Rangel, para além de ter vários problema de saneamento básico, é também um dos distritos de Luanda que mais sofre com a falta de abastecimento de água potável. Dai a necessidade das pesso consumirem o líquido com todos os riscos possíveis de contraírem doenças graves.

Por outro lado, os mesmos reconhecem os perigos que correm ao consumir a água salobra porque, contaram, o bairro está em cima de lixo, mas a tal água é tão limpa que as pessoas usam-na para lavar a louça, roupa, a casa e há quem mesmo se arisque em lavar o corpo, menos beber e cozinhar, porque ela é um tanto salgada.

Os cidadãos lamentam a situação afirmando que tudo começou pouco depois da independência, quando os cubanos, para construírem alguns edifícios residenciais na zona do antigo Caputo, cortaram os eucaliptos, árvores que os portugueses plantaram propositadamente para absorver as águas subterrâneas na zona.

«Nós não entendemos as motivações que levaram as pessoas a retirarem as árvores e por conta disso, hoje as consequências são drásticas, há pessoas desabrigadas, famílias desestruturadas, ruas alagadas e intransitáveis e o governo nem está aí para nós», queixam-se.

«Nós hoje vivemos em situação muito precária, tudo porque não temos para onde ir. Várias vezes pedimos apoio à administração local que prometeu ajudar, mas até aqui, nem água vem nem água vai e esse problema continua a causar sérios problemas à população», reiteraram.

«O governo angolano tem ajudado pessoas que vivem em situação de emergência, mas isso não acontece com as pessoas que têm as suas casas invadidas pelas águas salobras. Será que isso não se trata de uma situação de emergência?

Só os que vivem nas montanhas ou próximo das valas de drenagens e estradas é que merecem

atenção do governei», questionaram os nossos interlocutores desesperados.

Uma anciã do bairro, disse com muita tristeza que custa a acreditar que o Rangel foi um dos bairros de Luanda aonde alguns líderes angolanos de hoje sentaram-se e arquitetaram os métodos para que Angola fosse hoje um país independente. «As pessoas sofrem muito não só pela água salobra, mas também pelas péssimas condições de habitabilidade em que se encontram alguns quarteirões, com águas paradas de cheiro nauseabundo em todo lado. O Rangel cheira mal», desabafou a anciã, que apelou: «Tirem-nos daqui porque estamos a sofrer».

Alguns moradores disseram ao SA que há algum tempo os técnicos da administração visitaram o terreno e fizeram várias investigações, devido ao problema. Mas até agora nada foi feito para resolver esse drama que aflige dezenas de famílias; é complicado e isso compromete a saúde e o futuro das nossas crianças que vivem em condições desumanas».

## 8.9 Bairro da Polícia está intransitável e cheira muito mal

*Semanário Angolense*  
*1 De Agosto de 2015*

No distrito da Maianga, a realidade é igualmente bastante chocante, concretamente no bairro da Polícia, entre a Unidade Operativa de Luanda (UOL) e o hipermercado Jumbo.

Parte da deterioração da rua Comandante Arguelles, entre a Unidade Operativa de Luanda e o hipermercado Jumbo, pode ser caracterizada pela falta de manutenção, o que se nota com a degradação do asfalto e o entupimento dos esgotos. A degradação da via é causada por um conjunto de factores como a retenção das águas das chuvas, as más condições de saneamento básico, a acumulação de lixo e os esgotos entupidos.

Na rua do hotel Celeste, o cenário não é diferente: são buracos, lixo, esgotos entupidos e a presença de águas estagnadas. As ruas que serviriam como alternativa estão intransitáveis, porque buracos e águas paradas ocupam toda a faixa de rodagem.

Nenhum carro passa e quem arrisca corre o risco de ficar com a viatura fora de circulação. Marcos da Silva, morador há 26 anos naquela zona, afirma que nesta rua nunca houve melhorias e que a via só é reparada quando se aproxima o mês de Agosto, altura em que é feito um trabalho de terraplanagem.

Segundo Marcos «os moradores encontram-se preocupados com a aproximação das chuvas, já que se adivinha uma degradação ainda mais acentuada. Os esgotos não funcionam, o que dificulta a passagem das águas e a circulação de viaturas. A administração só se preocupa quando vai haver uma actividade de grande importância no distrito, depois disso nada é feito», conta.

A comissão de moradores tem reportado o estado da estrada, mas nada é feito. Marcos da Silva apela aos dirigentes para que façam o que lhes compete para acabar com esta situação que tem afectado negativamente a qualidade de vida dos moradores, devido aos mosquitos incontáveis e ao mau cheiro das águas.

Outra moradora é Tatiana de Sousa, de 20 anos, que lamenta a triste imagem da zona que a viu crescer. Questiona-se sobre o surgimento de buracos e águas paradas. «Os esgotos estão todos entupidos com lama e lixo e é por isso que há sempre presença de águas paradas nas estradas, o que se tem tornado fonte de algumas doenças como o paludismo e as diarreias, principalmente em crianças», frisou.

A jovem também aponta o dedo aos moradores que deitam água para o asfalto e contribuem para o aumento do mal. Já Adelina, outra jovem moradora, apela ao Estado para reparar a estrada e colocar novos esgotos, «porque os moradores já se encontram preocupados com a aproximação das chuvas».

Por incrível que pareça, o próprio hipermercado Jumbo é dos mais afectados por esta situação que já dura anos, a pontos de alguns dos seus armazéns já estarem afectados pelas águas podres. A Unidade Operativa de Luanda também sofre, mas o mal continua a alastrar-se sem que se faça algo para estancar a situação.

Mas que aquela zona precisa de intervenção urgente é óbvio e não são precisos binóculos para o constatar.

## 8.10 Cenário triste de alguns bairros de Luanda

*Semanário Angolense*

*1 De Agosto de 2015*

*Texto: Gaspar Faustino*

Os moradores dos distritos da Maianga e Kilamba Kiaxi estão preocupados com o mau estado de algumas ruas, que se encontram intransitáveis devido aos inúmeros charcos de águas pútridas e cheiros nauseabundos. Esta situação está a deixar os moradores destes dois distritos preocupados com os riscos de saúde que correm. A malária é um deles.

Numa ronda efectuada nesta semana, a reportagem do *Semanário Angolense* (SA) apurou que em alguns municípios e distritos de Luanda a preocupação com o mau estado das vias é generalizada. A situação é mesmo considerada muito grave nos distritos da Maianga e no do Kilamba-Kiaxi. Os enormes e inúmeros charcos de águas pútridas, com cheiros nauseabundos e o lixo nas ruas estão no topo das preocupações.

No distrito do Kilamba-Kiaxi, os moradores lançam gritos de socorro pedindo ajuda a quem de direito devido à vala de drenagem na rua D, do bairro Palanca, adjacente à Avenida Deolinda Rodrigues, vulgo estrada de Catete.

A referida vala ameaça a vida das pessoas já há alguns anos. Po'r esse motivo, a estrada continua interdita ao trânsito, as obras iniciadas há três anos arrastam-se sem fim à vista e a circulação é precária por causa dos buracos, lixo e cheiros nauseabundos que podem provocar graves situações de saúde.

«A poeira, águas paradas, lixo, vermes, mosquitos, estão na origem de doenças como a malária, diarreia, vômitos, problemas pulmonares e tosse», disse Miguel dos Santos, morador na zona do Palanca há mais de 25 anos.

Para ele, a situação tornou-se complicada depois da paralisação da obra que decorria a bom ritmo naquela vala. «Ninguém esclarece nada sobre este assunto que está a constituir um enorme perigo para os nossos filhos. Só este semestre, foram três casos que acabaram em desastre. Para além do risco de vida que nós enfrentamos por circular naquela zona, a outra questão é o aumento dos

mosquitos na rua F. Recentemente, morreram dois jovens com 13 e 15 anos, de malária», evidenciou.

Os moradores garantem que já recorreram várias vezes à administração comunal para resolver o problema, mas, infelizmente, os esforços efectuados não têm surtido efeito. «Acredito que o senhor Tondela, o administrador comunal, não está interessado em melhorar a situação do bairro e apenas se preocupa em cobrar taxas às vendedoras dos mercados informais que ele próprio cria», denunciam, mostrando por que não conseguem circular pelas ruas D e Zero por causa das águas pútridas e cheiros nauseabundos.

### 8.11 Enquanto isso a malária continua a matar

*Semanário Angolense*  
1 De Agosto de 2015

Entre os luandenses, o sentimento é de enorme revolta devido ao número de crianças que morrem diariamente por malária. Segundo um documento da Organização Mundial da Saúde (OMS), a que o SA teve acesso, a malária continua a ser a principal causa de morte em Angola, com mais de 16 óbitos por dia, apesar de ser considerado pelas autoridades da Saúde angolanas como um caso de saúde pública que tende a diminuir.

De acordo com números do coordenador do Programa Nacional de Controlo da Malária, Filomeno Fortes, divulgados recentemente em Luanda, Angola apresenta um registo anual de três milhões de casos clínicos, numa população que ronda os 24,3 milhões e seis mil óbitos.

Em 2013 foram registados seis mil e 916 mortes entre os dois milhões 592 mil e 742 casos de malária confirmados em Angola, afectando sobretudo crianças e mulheres.

Apesar destes números, o Ministério da Saúde considera a malária um caso de saúde pública está a diminuir e estabeleceu este ano o objectivo de avançar com uma redução de 20 por cento na mortalidade pela doença no país.

### 8.12 Aceitar viver mal na Boavista

*Jornal A Capital*

15 De Agosto de 2015

Texto: Manuel Alberto

Mesmo com as constantes chamadas de atenção das autoridades, populares teimam em continuar a viver em zonas extremamente críticas e precárias, sem quaisquer condições de habitabilidade. Tal e o caso da Boavista. A grande verdade é que a fotografia actual da zona transmite enorme preocupação e contrasta com a despreocupação da população que vê o lugar a se degradar cada vez mais, todos os dias.

E, o pior momento, como muitos deles considera, esta a se aproximar a passos largos. A época chuvosa. Isaias Luis, 27 anos, reside na Boavista há 11 anos com a sua família em situações extremamente críticas numa residência em condições desumanas, numa área que não oferece nenhuma segurança para a família, Ele reconhece este facto, mas por não ter meios, prefere continuar no local.

"Quando começaram os deslizamentos de terra, aqueles que tiveram possibilidades foram para outras áreas. Os que não tiveram, permaneceram até a data actual, como é o meu caso", argumentou, reforçando que continua no local até hoje, a espera do programa de desalojamento do Governo da província que visa dar outras moradias as populações.

"No ano passado foram enumeradas algumas casas, inclusive a minha, mas até aqui, não vemos nada", lamentou Luis, para depois? Que embora receie viver naquela zona, seu grande dilema é não ter condições nem meios de abandonar o local. Outro drama de Isaias Luis é o nível de delinquência. Segundo ele, o bairro oferece condições para a prática.

"Corremos risco de sofrer assaltos todos os dias", queixou-se, clamando pela intervenção do Governo no sentido de usar da situação. Pai de 9 filhos, todos naturais da Boavista José Vive no interior da Boavista desde o longínquo ano de 1992.

"Vivermos aqui sem condições. As que temos não favorecem a evolução da pessoa. Problemas de lixo e de outras situações, enfermam nosso quotidiano. Vivemos mal", lamentou Domingos, nos reiterando a seguir que os que à habitam são pessoas em condições para onde ir, "Aguardamos

pela promessa do Governo de nos mudar para outros sítios", manifestou, para depois adiantar que os problemas no dia-a-dia são constantes, desde as questões de roubo e casos de incêndios, que tern chegado mesmo a vitimar pessoas.

"As casas acabam por arder com o fogo, pelo facto, de a equipa de bombeiros não ter como acudir a situação. A época de chuva também é outro problema para muitos de nos", destacou. Por mais de meia hora, o A Capital viveu e conviveu de perto a realidade daquela comunidade, dura e sofrível, atendendo a maneira como muitas famílias lutam para sobreviver naquelas condições, onde o que tern de melhor parece ser a energia eléctrica,

No bairro falta água canalizada o mais marcante, mesmo, é as péssimas condições de muitos daqueles casebres, construídos de qualquer maneira, bem como o elevado número de crianças deixadas ao relento que fazem das lixeiras o seu parque de diversão. "Viver aqui e enfrentar a delinquência para além da falta de quase tudo", lamentou Domingos Luis Francisco, destacando que o problema da chuva tem sido o causador de muitos dissabores no seio da comunidade. "Tempo chuvoso e a época mais desagradável.

### 8.13 Associação ambiental elogia o novo modelo

*Economia e Finanças*  
21 De Agosto de 2015

O presidente da Juventude Ecológica de Angola, José Silva, enalteceu recentemente o modelo de limpeza e recolha do lixo em Luanda, que está a ser implementado de forma experimental desde dia 01 de Agosto deste ano para melhorar a imagem da capital do país.

José Silva exaltou os passos da implementação do modelo, que numa primeira fase abrange todos os municípios sem quaisquer taxas pela produção do lixo, como forma de os sensibilizar sobre a obrigação de pagar pelo lixo que produzem.

A fonte esclareceu que é altura de o Governo fazer maior contenção de despesas, sendo que os produtores de resíduos devem participar nos gastos com a recolha dos resíduos sólidos.

"É necessário criar consciência de que as nossas acções, quer boas, quer más, têm as suas repercussões, que acarretam deveres e obrigações", realçou, acrescentando que é necessário levar a informação à população e desfazer o mito de que é impossível acabar com o lixo. "O país começa a dar passos significativos, sobretudo na separação dos tipos de resíduos (sólidos, urbanos e industriais) como forma de proteger o ambiente e rentabilizar o próprio lixo", exemplificou.

### 8.14 Cortina florestal trava desertificação

*Jornal De Angola*  
23 De Agosto de 2015

A cidade do Tômbwa conta este ano com uma nova cortina florestal, num perímetro de oito quilómetros, para protegê-la dos avanços das areias (dunas) que há mais de quatro anos tentam engolir a região, em virtude dos ventos fortes, anunciou ontem o chefe de departamento do Instituto de Desenvolvimento Florestal (IDF).

De acordo com Pedro Chivela Joaquim, existe um projecto financiado por uma linha de crédito israelita que prevê a instalação do segundo anel de plantação de árvores.

No quadro deste projecto, precisou, várias espécies de árvores, como prosopis hetiflora, shinus molle, leocena, gliricidia sapium e acácia nilótica são plantadas a partir de Outubro.

"O projecto está muito avançado e contempla a construção de um centro logístico com salas de aulas para a formação de jovens que pretendem seguir a cadeira do Ambiente e sobre várias matérias ligadas à desertificação", acrescentou.

No projecto, segundo o responsável, são plantadas mais de 36 mil árvores. "Se temos problemas de ventos no Namibe, no Tômbwa temos dois fenómenos (ventos e dunas), porque são os ventos que movem as areias e estes formam as dunas e se nos descuidarmos, em pouco tempo teremos o Tômbwa soterrado. Esta é a preocupação do Governo para esta cidade piscatória." O projecto anti-desertificação, destinado à contenção da progressão das areias no município do Tômbwa, esteve paralisado desde o primeiro trimestre de

2014, devido a falta de financiamento e equipamentos de irrigação da cortina florestal.

"No anterior projecto, a idade era garantida por um camião cisterna com capacidade para 25 mil litros de água, um tractor e um viveiro com capacidade de produzir 150 mil mudas de plantas e uma força de trabalho de 500 funcionários.

O polígono ficou reduzido a 60 trabalhadores para efectuar a manutenção de 300 mil árvores", acrescentou. O projecto anti-desertificação, criado há mais de 10 anos, com o objectivo de conter os avanços das areias para a cidade do Tômbwa, contava com a ajuda do Programa Alimentar Mundial (PAM) e outras organizações não governamentais.

Em Novembro de 2004, o Governo aprovou o projecto de apoio ao combate à desertificação das cidades do Tômbwa e Namibe, para proteger a vida das populações, infra-estruturas económicas e sociais, a biodiversidade terrestre e aquática, bem como garantir a gestão sustentável dos recursos naturais.

### 8.15 Huambo intensifica fiscalização das obras

*Jornal de Angola*

*23 De Agosto de 2015*

*Texto: António Canepa*

A administração municipal do Huambo vai intensificar, nos próximos dias, as acções de fiscalização e sensibilização das populações, com vista a desencorajar a construção anárquica de moradias em locais de risco, garantiu sexta-feira, ao *Jornal de Angola*, o administrador municipal adjunto, João Figueiredo.

O administrador municipal adjunto do Huambo considerou preocupante o surgimento desordenado de residências, moradias e casebres na cidade e em alguns quintais, o que deixa descaracterizada a paisagem do Huambo, João Figueiredo considera também preocupante a construção de residências ao longo do rio Calohumbula, devido ao risco de desabamento que correm.

Neste momento, acrescentou, decorre o levantamento do número de famílias que residem

naquela zona, com vista à sua transferência para zonas mais seguras.

Ambientalistas e arquitectos contactados pelo *Jornal de Angola* avisam que a construção de habitações em zonas de pouca segurança constitui uma ameaça séria para as populações e aconselham a tomada de medidas preventivas. Eles argumentaram que os terrenos localizados nas linhas de drenagem de água e próximo de ravinas não estão preparados para receber habitações, uma vez que podem ceder facilmente em casos de erosão e chuva.

Dados do Serviço Provincial de Protecção Civil e Bombeiros indicam que existem no Huambo muitas pessoas a construir em locais de risco. Num encontro entre ambientalistas e arquitectos, a especialista Sofia Santana sublinhou que a construção de casas nas áreas de risco deve ser evitada, pois põe em causa a saúde pública.

Especialistas apontaram os bairros do Cambiote e São Pedro como os que mais têm habitações ao longo das linhas de drenagem e próximo de ravinas.

Casas demolidas

O governador provincial do Huambo, Kundi Paihama, numa visita à empresa de distribuição de água, determinou este ano a demolição de 375 residências e outras infra-estruturas construídas de forma ilegal ao longo da conduta de transporte para a cidade.

A medida foi adoptada para facilitar a manutenção da tubagem e a distribuição da água à cidade.

Quanto às famílias afectadas, garantiu que aquelas que tiverem as construções autorizadas pela administração vão ser realojadas em locais mais seguros.

A cidade do Huambo regista muitas construções anárquicas ao longo da conduta de água, principalmente nos bairros da Bomba Baixa, São José, Bom Pastor e na rua do Comércio.

### 8.16 Cortina florestal trava desertificação

*Jornal De Angola*

### 23 De Agosto de 2015

A cidade do Tômbwa conta este ano com uma nova cortina florestal, num perímetro de oito quilómetros, para protegê-la dos avanços das areias (dunas) que há mais de quatro anos tentam engolir a região, em virtude dos ventos fortes, anunciou ontem o chefe de departamento do Instituto de Desenvolvimento Florestal (IDF).

De acordo com Pedro Chivela Joaquim, existe um projecto financiado por uma linha de crédito israelita que prevê a instalação do segundo anel de plantação de árvores.

No quadro deste projecto, precisou, várias espécies de árvores, como prosopis hetiflora, shinus molle, leocena, glicíndia sapium e acácia nilótica são plantadas a partir de Outubro.

"O projecto está muito avançado e contempla a construção de um centro logístico com salas de aulas para a formação de jovens que pretendem seguir a cadeira do Ambiente e sobre várias matérias ligadas à desertificação", acrescentou.

No projecto, segundo o responsável, são plantadas mais de 36 mil árvores. "Se temos problemas de ventos no Namibe, no Tômbwa temos dois fenómenos (ventos e dunas), porque são os ventos que movem as areias e estes formam as dunas e se nos descuidarmos, em pouco tempo teremos o Tômbwa soterrado. Esta é a preocupação do Governo para esta cidade piscatória." O projecto anti-desertificação, destinado à contenção da progressão das areias no município do Tômbwa, esteve paralisado desde o primeiro trimestre de 2014, devido a falta de financiamento e equipamentos de irrigação da cortina florestal.

"No anterior projecto, a idade era garantida por um camião cisterna com capacidade para 25 mil litros de água, um tractor e um viveiro com capacidade de produzir 150 mil mudas de plantas e uma força de trabalho de 500 funcionários.

O polígono ficou reduzido a 60 trabalhadores para efectuar a manutenção de 300 mil árvores", acrescentou. O projecto anti-desertificação, criado há mais de 10 anos, com o objectivo de conter os avanços das areias para a cidade do Tômbwa, contava com a ajuda do Programa Alimentar Mundial (PAM) e outras organizações não governamentais.

Em Novembro de 2004, o Governo aprovou o projecto de apoio ao combate à desertificação das cidades do Tômbwa e Namibe, para proteger a vida das populações, infra-estruturas económicas e sociais, a biodiversidade terrestre e aquática, bem como garantir a gestão sustentável dos recursos naturais.

### 8.17 Huambo intensifica fiscalização das obras

*Jornal de Angola*

*23 De Agosto de 2015*

*Texto: António Canepa*

A administração municipal do Huambo vai intensificar, nos próximos dias, as acções de fiscalização e sensibilização das populações, com vista a desencorajar a construção anárquica de moradias em locais de risco, garantiu sexta-feira, ao *Jornal de Angola*, o administrador municipal adjunto, João Figueiredo.

O administrador municipal adjunto do Huambo considerou preocupante o surgimento desordenado de residências, moradias e casebres na cidade e em alguns quintais, o que deixa descaracterizada a paisagem do Huambo, João Figueiredo considera também preocupante a construção de residências ao longo do rio Calohumbula, devido ao risco de desabamento que correm.

Neste momento, acrescentou, decorre o levantamento do número de famílias que residem naquela zona, com vista à sua transferência para zonas mais seguras.

Ambientalistas e arquitectos contactados pelo *Jornal de Angola* avisam que a construção de habitações em zonas de pouca segurança constitui uma ameaça séria para as populações e aconselham a tomada de medidas preventivas. Eles argumentaram que os terrenos localizados nas linhas de drenagem de água e próximo de ravinas não estão preparados para receber habitações, uma vez que podem ceder facilmente em casos de erosão e chuva.

Dados do Serviço Provincial de Protecção Civil e Bombeiros indicam que existem no Huambo muitas pessoas a construir em locais de risco. Num encontro entre ambientalistas e arquitectos,

a especialista Sofia Santana sublinhou que a construção de casas nas áreas de risco deve ser evitada, pois põe em causa a saúde pública.

Especialistas apontaram os bairros do Cambiote e São Pedro como os que mais têm habitações ao longo das linhas de drenagem e próximo de ravinas.

#### Casas demolidas

O governador provincial do Huambo, Kundi Paibama, numa visita à empresa de distribuição de água, determinou este ano a demolição de 375 residências e outras infra-estruturas construídas de forma ilegal ao longo da conduta de transporte para a cidade.

A medida foi adoptada para facilitar a manutenção da tubagem e a distribuição da água à cidade.

Quanto às famílias afectadas, garantiu que aquelas que tiverem as construções autorizadas pela administração vão ser realojadas em locais mais seguros.

A cidade do Huambo regista muitas construções anárquicas ao longo da conduta de água, principalmente nos bairros da Bomba Baixa, São José, Bom Pastor e na rua do Comércio.

## 8.18 Nós e os efeitos das alterações climáticas

*Novo Jornal*

*28 De Agosto de 2015*

*Texto: Sérgio Calundungo*

Na segunda-feira, o Ministério do Ambiente, em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, realizou uma Conferência Nacional sobre as Alterações Climáticas. Um evento que espero tenha servido também para a identificação de possíveis acções de apoio as pessoas que sofrem os efeitos das alterações climáticas no nosso país.

Num contexto em que são cada vez mais frequentes a ocorrência de secas, inundações, variações de temperatura, desmoronamento de terras. Chuvas torrenciais, e outros fenómenos

naturais que tornam os solos improdutivos e perturbam a vida de milhares de pessoas, é importante perceber que nenhuma região dos países ficara imune aos efeitos a curto, médio e longos prazos.

Isto significa dizer que todas as pessoas nos países inteiros estão expostas, em maior ou menor grau, aos riscos, constrangimentos e impactos económicos e sociais provocados pelas variações de temperatura, inundações, secas e outros fenómenos decorrentes das alterações climáticas. Contudo, algumas pessoas são muito mais vulneráveis do que outras. Factores como as normas sociais discriminatórias, insuficiências de ordem institucional e outros, exacerbam a vulnerabilidade das pessoas.

Um exemplo do que afirmo, e a realidade vivida por todas aquelas populações que, na província do Cunene, sofrem com a falta de apoios, familiar comunitário e estatal, tão necessários para que possam recuperar dos impactos negativos da seca que há muito tempo se abateu sobre os seus meios de sustento.

Como apoiar essas pessoas, desafiando as normas e as instituições que enfraquecem ou limitam as suas capacidades para se prevenirem; absorverem e/ou recuperarem dos impactos provocados pelas alterações do clima?

Que peso este problema ocupa nas prioridades dos digníssimos membros do Executivo, Partidos Políticos, Comunidade Académica. Organizações da Sociedade Civil e outros interessados? Será que estas questões foram abordadas durante a conferência?

Apesar dos recentes progressos na redução da pobreza, os dados oficiais indicam que a maior parte das pessoas que habitam nas zonas rurais continuam a viver em situação de pobreza ou muito próximo dela. Por viverem em zonas com alta probabilidade de ocorrência de fenómenos naturais extremos. Estas pessoas integram o modelo dos mais vulneráveis face as alterações climáticas. A paradoxa é que elas não recebem suficientes apoios para fazer face a eventuais choques nem dispõem de qualquer mecanismo formal de protecção para o efeito.

A sua vulnerabilidade já vem de há muito e agravada por problemas que não são fáceis de



superar apenas com o envio apressado de bens de primeira necessidade, tais como roupa, comida e medicamentos enviados com urgência quando a sua situação atinge contornos mediáticos. A par das necessários ajudas com bens de primeira necessidade, estas pessoas enfrentam problemas ligados as questões de género, alta prevalência do HIV sida, acesso a serviços sociais básicos e outras barreiras, défices de serem ultrapassados apenas com apoios pontuais de emergência.

Sabemos que do ponto de vista formal possuem os mesmos direitos que todos nos, mas temos de ter a consciência que também enfrentam barreiras adicionais que os impedem de participar na vida económica social, política e de obter assistência adequada, quando confrontadas com ameaças ligadas a questão climática.

Não é só a falta de capacidade para lidar com um fenómeno natural recorrente que faz sofrer estes nossos compatriotas. Alguns sofrem em maior grau devido aos constrangimentos ligados ao acesso limitado aos sistemas formais da administração local do Estado, e preconceitos que remontam a tempos passados ou resultam do facto de viverem em zonas rurais. E por isso que, quando as inundações, secas, e outros fenómenos naturais resultam em catástrofes, percebemos facilmente que a maior parte das vítimas são pessoas cujo grau de vulnerabilidade está associado a situação de pobreza preexistente a ocorrência do fenómeno.

É certo que em toda a parte do mundo, as comunidades mais pobres são as mais vulneráveis aos impactos negativos decorrentes das alterações climáticas, mas não é justo aceitarmos isto como um dado adquirido. Sabemos que a maior parte das pessoas que vivem em zonas rurais do nosso país são pobres. E que, para sobreviver, dependem sobretudo da agricultura e de outros recursos proporcionados pela natureza. Expostos a ciclos implacáveis de baixa produtividade, desemprego sazonal e baixos salários, estão particularmente vulneráveis aos impactos provocados pelas alterações climáticas. Sabemos o que fazer para reduzir a sua vulnerabilidade?

## 8.19 Angola com níveis aceitáveis de emissão de gases de efeito de estufa

*Jornal O País*  
28 De Agosto de 2015

A ministra do Ambiente, Maria de Fátima Jardim, disse Segunda-feira, em Luanda, que Angola tem níveis de emissão de gases de efeitos estufa baixos, estimando em 1,6 toneladas ano per capita.

"Relativamente aos países industrializados emergentes e alguns africanos, prognostica-se atingir níveis de 3,5 vezes mais baixos que esta média", disse a ministra na abertura da Primeira Conferencia sobre Alterações Climáticas.

Sem avançar dados, referiu que em Angola os sectores da agricultura e energia são os que mais causam a emissão de gases de efeito de estufa à atmosfera.

Perante membros do Executivo, deputados da Assembleia Nacional, representantes da sociedade civil e do corpo diplomático acreditado em Angola, Fátima Jardim referiu que o Governo de Angola não tem poupado esforços para integrar a componente das alterações climáticas na sua agenda de prioridades.

Frutos dos esforços empreendidos, apontou a aprovação do primeiro projecto para o mercado de emissões, a Barragem Hidroeléctrica do Gove, pelo Comité de Cumprimento de Metas do Protocolo de Kyoto das Nações Unidas, como o primeiro projecto de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) de Angola. Além disso, avançou que outros quatro projectos estão a ser preparados para serem submetidos a este organismo para a sua análise e possível aprovação. "Em parceria com as Nações Unidas estamos a desenvolver o projecto de adaptação das alterações climáticas nas áreas costeiras de Angola, além de outros, como o projecto de promoção do carvão sustentável de Angola, o plano de emissões, estratégia das energias renováveis, a protecção das florestas, educação e consciencialização ambiental", apontou. Acrescentou que se iniciou a elaboração da contribuição nacional para edificação de uma economia de "baixo carbono" em território nacional, um trabalho que conta com a Agência Francesa para Cooperação, conforme acordado durante a visita do Presidente da República Francesa, François Hollande.

## 8.20 Lixo e insegurança nas praias de Luanda

*Jornal Manchete*

*28 De Agosto de 2015*

*Texto: Moreira Mário*

A época quente ou estação chuvosa já começou. Neste período que normalmente é caracterizado por temperaturas elevadas e precipitações variáveis e que decorre de 15 de Agosto a 15 de Maio, consequentemente, resulta também ao surgimento da "Época Balnear" com maior destaque nas cidades litorais, como no caso de Luanda.

Daí que na medida em que o clima começa tomar-se mais quente, a presença de banhistas nas praias também vai aumentando, de forma progressiva a cada final de semana. Praias do Mussulo, Cacuaco, Cemitério dos Navios, Ilha de Luanda, Praia da Nicha, Morro dos Veados, só para fazer referência, são as mais frequentadas por parte dos cidadãos que buscam nestes lugares, momentos de diversão.

A par da abertura da "Época Balnear 2015" , recentemente, pelo Serviço Nacional de Protecção Civil e Bombeiros, o Manchete esteve no domingo, 22, na praia da Vila de Cacuaco e da Nicha, este último situado no Benfica, com o propósito de constatar o nível de conservação de higiene das mesmas, bem como da questão da segurança dos banhistas.

Em nenhum dos lugares notamos a presença de agentes salva-vidas para caso de afogamentos ou para outro tipo de emergência. A limpeza é deficiente, não foi para menos que encontramos pequenos amontoados de lixo espalhado pelo areal e mar adentro.

Segundo os frequentadores da orla marítima da Vila de Cacuaco, quando chove, nesta zona a água do mar apresenta-se turva e acastanhada. Para eles, este cenário representa um perigo para a saúde pública e a segurança, uma vez que retira visibilidade a quem nada ou, simplesmente, a quem banhe à beira-mar.

Quanto a situação do lixo, os mesmos reconheceram tratar-se de um problema de consciência de cada cidadão e manifestaram a necessidade da polícia marítima punir severamente todos aqueles que teimosamente insistem em

deitar os detritos para o chão, "já põem em perigo a vida até daqueles que primam pela higiene".

Na praia da Nicha a realidade é mesma ao da praia de Cacuaco, um cenário se comparado, idêntico às demais existentes em Luanda.

### Banhistas Ignoram Placas De Proibição

O porta-voz do Serviço Nacional de Protecção Civil e Bombeiros, Faustino Sebastião, confirma que as pessoas que morrem por afogamento nas zonas consideradas perigosas de se tomar banho, muitas vezes são mesmo por negligência e por ignorância das placas de proibição, havendo mesmo aqueles que as arrancam para deitar fora e aproveitarem os ferros. Aquele responsável pediu os mesmos para respeitarem as placas de sinalização colocadas pelos bombeiros e autoridades em algumas zonas da Ilha de Luanda, Morro dos Vedados e Museu da Escravatura (Samba), entre outras, para protegerem as suas próprias vidas.

## 8.21 Sector da agricultura com futuro ameaçado

*Jornal Manchete*

*28 De Agosto de 2015*

*Texto: Moreira Mário*

A necessidade de se duplicar a produção de alimentos, para poder fazer face à carência de pelo menos três milhões de pessoas nos próximos 30 anos, poderá diminuir, ou seja, a produção agrícola e segurança alimentar (inclusive o acesso a alimentação) em muitos países e regiões africanas, será fortemente comprometido pelos impactos climáticos.

"Haverá períodos de seca em consequência da redução da quantidade de chuvas o que poderá acelerar a desertificação, originando desta forma, problemas sérios de segurança alimentar", afirmou o responsável pelo gabinete sobre Alterações Climáticas do Ministério do Ambiente, Luís Constantino, que falava, esta semana, em Luanda, na Conferência Nacional sobre Alterações Climáticas. O evento que decorreu sob o lema "De-safios e Oportunidades" e que analisou as políticas e estratégias de mitigação dos seus efeitos no país, o responsável acrescenta que outros sectores serão

também vulneráveis ao fenómeno. No caso concreto de Angola, segundo Luís Constantino, o país está a preparar-se com medidas que vão permitir identificar desastres naturais a curto e longo prazo.

"Portanto, temos a elaboração da Estratégia Nacional sobre as Alterações Climáticas, do Programa de Acção Nacional para Adaptação, entre outros", disse, adiantando que estas são algumas das medidas implementadas pelo Executivo angolano na prevenção dos desastres naturais.

País Precisa Mais De 40 Biliões De Dólares

Entretanto, a titular da pasta do Ministério do Ambiente, Fátima Jardim, que fez o discurso de abertura da conferência assegurou que o país precisa mais de 40 biliões de dólares para investir na capacitação, adaptação e realização de 57 projectos sustentáveis de baixa emissão de gases e estufas.

A ministra referiu por outro lado, que as alterações climáticas podem ser combatidas através do crescimento do emprego, inclusão social e sobretudo o combate à pobreza no meio rural, aproveitando os recursos naturais de forma sustentável.

O programa de combate à seca e à desertificação, o programa de gestão de catástrofes e calamidades naturais e outros instrumentos, a governante diz que este passo coloca Angola numa posição de prestígio, relativamente a presidência do ambiente dos designados países menos avançados.

"Com esta posição única adquirida através de esforços prestigiantes do poder Executivo, para combater as alterações climáticas, é possível ligar as novas gerações ao compromisso de sustentabilidade", sublinhou Fátima Jardim.

Já o director nacional do Serviço de Protecção Civil e Bombeiros, António Vicente, entende ser necessário compreender a origem dos vários factores que influenciam para as alterações climáticas, tendo apontado o caso concreto dos resultados da actividade humana.

"Este ano tivemos registos bastante tristes como as ocorrências de Lobito, na província de Benguela, em que pereceram muitas vidas humanas. Tal situação poderia ser evitada caso fossem tomadas

medidas de forma antecipada e não permitisse que a população construísse as suas moradias em zonas de risco", referiu.

## 8.22 Madeireiros são obrigados a substituírem árvores abatidas

*Jornal de Angola*  
29 De Agosto de 2015

O secretário de Estado dos Recursos Florestais avisou quinta-feira, no Huambo, que os madeireiros devem substituir as árvores abatidas em áreas de exploração, para garantirem a defesa do meio ambiente e a sustentabilidade da indústria da madeira.

Andre Moda reuniu com representantes de empresas e associações de exploração florestal e advertiu que a longo prazo, o abate indiscriminado de árvores, sem reflorestação, coloca em risco a sobrevivência das florestas. O sector necessita de uma classe empresarial forte, para contribuir para a diversificação da economia, de forma organizada, para combater os exploradores ilegais dos recursos florestais, considerou o secretário de Estado.

O processo de reflorestação, afirmou o secretário de Estado, também ajuda a preservar o ecossistema e a fazer com que este recurso esteja disponível para as futuras gerações.

Milhares de mudas

Há uma semana, o Instituto de Desenvolvimento Florestal (IDF) do Huambo anunciou que 150 mil mudas de eucaliptos, cedros e pinheiros estão disponíveis em viveiros para o repovoamento florestal daquela província.

A informação foi prestada na sexta-feira 11 agência de notícias Angop pelo responsável do IDF na cidade do Huambo, Andrade Bahu, que declarou que a produção satisfaz parcialmente as necessidades do sector.

Andrade Bahu disse que existem outros viveiros em fase de crescimento, com 500 mil plantas para a próxima campanha florestal, embora a meta estabelecida seja de um milhão por ano. A prioridade para o repovoamento é as áreas que mais sofrem com o constante abate

indiscriminado de árvores para o aproveitamento de carvão.

O IDF do Huambo tem dificuldade em vigiar as florestas, por possuir apenas sete técnicos, muito aquém das exigências, já que a região possui várias áreas que estão a ser alvo de exploração ilegal. Os madeireiros furtivos abatem as árvores de noite e transportam a madeira para outras províncias onde o negócio é lucrativo, sendo o pinheiro a espécie mais sacrificada..

## 9. SETEMBRO

### 9.1 Madeiros aconselhados a repovoarem as áreas de exploração

*Jornal Semanário Económico*

*03 De Setembro de 2015*

*Texto: Maria da Sorte*

O apelo foi feito durante encontro com representantes de empresas e associações de exploração florestal, no termo da sua visita de trabalho de dois dias, a esta região, Andre de Jesus Moda referiu que o não repovoamento das áreas de exploração da madeira ainda se regista no país, por esse motivo coloca em risco a continuidade das florestas. "Sector florestal do país necessita de uma classe empresarial forte, facto que exige organização e combater os exploradores ilegais dos recursos florestais", explica.

O responsável salientou que o processo de reflorestamento contribui na preservação o ecossistema e fazer com que este recurso esteja disponível para as futuras gerações.

Devastação das florestas da província esta controlada

A devastação dos perímetros florestais da província do Huambo, que nos últimos sete anos atingiu proporções alarmantes, esta controlada, com o reforço das acções de Fiscalização. O facto foi dado a conhecer recentemente, pelo responsável provincial da brigada do Instituto de Desenvolvimento Florestal (IDF), Andrade Moreira Bahu,

Disse que outro factor que esta a reduzir o abate indiscriminado de árvores na província tem haver com a colaboração da população e do efectivo da polícia de ordem publica, visando por fim a exploração exagerada de recursos florestais. Ainda assim, Andrade Moreira Bahu admitiu que a província do Huambo esta entre as que apresentam elevadas taxas de desflorestação no país, facto que obriga o redobrar de acções visando conservar e proteger os perímetros florestais.

O perímetro florestal do Sanguengue, no município do Cachiungo, e o que mais área de

plantação perdeu, seguindo-se o de Sandenda, no município da Caála.

A exploração anárquica de recursos florestais, de acordo com o relatório que a imprensa teve acesso afectou sete mil dos 18 mil hectares que o perímetro de Sanguengue possuía, enquanto o de Sandenda (5 mil hectares) perdeu uma área de dois mil e 650 hectares. O perímetro florestal do Cuima (Caala) perdeu 850 hectares dos 17 mil que ocupa, ao passo que o do Mundundo, no município do Ucuma, sofreu uma destruição de 800 hectares dos oito mil que possui.

"A desflorestação é preocupante, mas esta controlada, nota-se, nestes primeiros meses do ano, uma redução acentuada de devastação de recursos florestais", enfatizou.

IDF licencia duas empresas de exploração de madeira

No decurso dos primeiros seis meses, deste ano, o Instituto de Desenvolvimento Florestal (IDF) licenciou duas empresas angolanas que se vão ocupar a explorar madeira em grande escala na Lunda Sul, disse nesta segunda feira, 31, o director provincial da Agricultura.

Elias Zeca disse que a taxa paga pelas empresas de exploração ao processo de legalização, somando a outros emolumentos arrecadados pelo IDF naquela região, atingiu um milhão e 686 mil kwanzas.

Explicou que as referidas empresas vão explorar madeira nas localidades do Luele e Mwalenge, no município do Dala, 160 quilómetros a Sul da cidade capital da província da Lunda Sul (Saurimo).

Actualmente, IDF controla 60 exploradores amadores de madeira que sustentam o mercado provincial.

### 9.2 Limpeza nas valas para escoamento da água das chuvas

*Jornal De Angola*

*4 De Setembro de 2015*

*Texto: Bernardo Capita*

A Administração Municipal de Cabinda efectua trabalhos de limpeza das valas de drenagem das

águas pluviais na cidade, com vista a facilitar o escoamento das águas das chuvas para o mar e evitar, assim, inundações provocadas pelas enxurradas.

O administrador Artur do Carmo Manuel afirmou que os bairros A Luta Continua, A Vitória é Certa e algumas ruas do bairro 4 de Fevereiro e do Luvassa são as zonas onde decorrem os trabalhos de saneamento.

"Estamos a trabalhar a contar já com a época chuvosa, para evitar com que haja inundações em alguns pontos da cidade e que a população tenha dificuldade de se deslocar. Vamos é limpar as valas para permitir o escoamento da água", disse. A desobstrução de valas de drenagem na Avenida Duque de Chiazzi e na Rua de Tchinzembo, assim como a reabilitação das vias secundárias e terciárias nos bairros Amílcar Cabral, Mongo Suila, Comandante Gika, são obras prioritárias.

"Todo esse esforço em curso visa tão somente preservar a imagem da nossa cidade e do município, para que possamos ter uma vida saudável e habitar num ambiente propício", disse Arturdo Carmo Manuel. O administrador deplorou a atitude errada de alguns cidadãos que continuam a depositar o lixo nas valas de drenagem, "num desrespeito total às regras de boa convivência" e do trabalho feito pelo Governo em prol da população.

### 9.3 O Cansaço das Vítimas De Sempre

*Novo Jornal*

*4 De Setembro de 2015*

*Texto: Hortêncio Sebastião e Isabel*

*João*

COMO FORMA de acautelar os riscos da época o NJ procurou alguns pontos críticos de Luanda, para perceber até que ponto avançou-se ou não nos problemas de drenagem das águas das chuvas.

Um dos itinerários escolhidos é a Ponte Partida em Viana. Situada a cerca de 12 quilómetros da capital, em plena estrada de Catete, uma infraestrutura construída na época colonial, colocada em paralelo à linha férrea dos Caminhos de Ferro de Luanda que servia de elo de ligação entre a vila

de Viana e o bairro Morro de Areia, nas imediações da Cadeia de Viana

Segundo populares da zona a ponte terá desabado, na sequência de falta de manutenção e do seu estado antiquado. Daí que, para acudir à travessia dos transeuntes, optou-se por se colocar uma escadaria passando pelo troço ferroviário, sendo no entanto, desprovido de quaisquer dispositivos de protecção, o que torna eminente o surgimento de eventuais acidentes na área.

Ao lado do bairro, mesmo à beira do troço ferroviário, emerge um mercado informal que serve os moradores locais, sob o perigo permanente dos comboios que circulam entre Viana e Luanda e vice-versa.

"Quando chove aqui ninguém consegue transpor esta passagem, visto que o nível das águas fica alto, de tal forma que para irmos para o trabalho ou para levar os filhos à escola temos que contornar outros locais mais distantes", afirma Luís Kitamba, morador do bairro Morro de Areia.

Ele disse ainda que as autoridades do município de Viana várias vezes inspeccionaram o local, no sentido de colocar uma nova ponte, mas até hoje nada foi consumado.

#### Zango Entre Troços Cortados

Outro lugar visitado pela equipa do NJ foi a estrada que liga Viana à localidade do Zango, que então emergiu da necessidade de realojar centenas de famílias, depois de terem sido retiradas das zonas de risco nas encostas da Boavista. ex-bairro da Coreia e os municípios alvo de obras de requalificação (Sambizanga e Cazenga).

Aqui o trajecto na tela asfáltica faz-se de forma tranquila e mais ou menos cómoda durante um percurso de 5 quilómetros. Logo após a primeira rotunda, perto do colégio Magnólia, passe a publicidade, um troço esburacado de cerca de 50 metros provoca transtornos ao tráfego automóvel, ainda em pleno tempo seco.

"Estes buracos agora ainda são visíveis, mas, com as chuvas, a tendência será tomar-se mais profundos. E daí o aumento dos riscos que os automobilistas irão enfrentar para transitar de um lugar para o outro", lamenta Diogo Mário, um taxista que opera na área.

### Cassequel Sem Saídas

Contam os habitantes locais que outrora a ligação entre os bairros Cassequel e o Balumuka era feito através de um pontão, actualmente inexistente por acção de inúmeros acidentes de viação que

danificaram a infra-estrutura e também a sua longevidade. Hoje, a ligação entre os dois pontos da zona é feita apenas por meio de um estreita e improvisada ponte de ferro, unicamente destinada a peões, enquanto os veículos limitam-se a permanecer do outro lado da margem do canal de drenagem, onde aguardam pela chegada de pessoas que acorrem ao mercado Catintom e vice-versa.

No local, pode divisar-se uma moto-niveladora, que os moradores dizem ter sido para ali enviada para trabalhos de reabilitação da ponte. A mesma permanece estacionada há duas semanas, sem que seja notório algum avanço nas referidas obras.

### Samba Pequena: Terra Planagem Não Resolve

Tal como ocorre em várias municipalidades de Luanda, no município da Samba, a estrada que serve de alternativa ao troço principal, nos casos dos frequentes engarrafamentos, foi submetida a trabalhos de terraplanagem marcando pela positiva alguns eixos que ligam à circunscrição.

Fontes oficiais sustentam que estas empreitadas paliativas decorrem devido à insuficiência de verbas para reabilitar as estradas. Vozes discordantes indicam que, embora essa tarefa facilite o tráfego automóvel, provoca imensa poeira, ao ponto de num futuro breve colocar em risco a saúde dos moradores que inalam constantemente o pó resultante do movimento dos veículos.

"Antigamente a câmara possuía um camião que logo de manhã molhava as estradas. Hoje estes carros existem, mas para acarretar somente água", deplora o habitante da área, Julião Pedro.

Ainda assim, na zona da Samba Pequena, as águas nauseabundas permanecem estagnadas, as sarjetas encontram-se entupidas e há residências que estão submersas. Os moradores sentem-se impotentes para darem solução ao problema que já atingiu proporções acima do comum. Com a chegada das

chuvas resta assistir (e sofrer ...) ao agravamento deste estado de coisas.

## 9.4 País caminha perigosamente para a desertificação

*Jornal Agora*

*4 De Setembro de 2015*

*Texto: Júlio Gomes*

A contínua exploração desmedida da selva natural, com o objectivo da extracção de madeira ou de carvão, juntando-se à anarquia das queimadas levadas a cabo por caçadores furtivos à busca de animais para consumo, é um dos factores que podem levar um dia o País a uma irreparável desertificação.

Percorrendo por estrada entre Luanda e Malange, só para ilustrar, encontraremos na mata, se não for capim a arder, troncos frescos cobertos de terra a fumegar, para dar lugar ao carvão, que depois é comercializado no mercado.

É a luta pela sobrevivência que está a danificar o ambiente, por falta de políticas governamentais mais abrangentes, capazes de impedir que os habitantes do meio rural vejam o abate de árvores e as queimadas como uma alternativa viável para a satisfação das suas necessidades básicas.

"Aqui não há emprego, além disso, esta malta do projecto BIOCUM em curso dão prioridade às pessoas de outras paragens, incluindo estrangeiros. Somos 'enteados' dos programas do Governo. É por isso que o senhor encontra, na mata, determinados jovens a caçarem, por falta de ocupação e de orientação", fez saber, há dias, ao *Agora*, no município de Cacuso, um funcionário público de Malange, agastado com a incapacidade das autoridades no combate à destruição ambiental na província e não só ...

UMA VERDADEIRA TRAGÉDIA. A dimensão do problema é alarmante. Dados avançados recentemente. a que o *Agora* teve acesso, indicam que Angola perdeu só entre 2000 e 2005 um milhão e 872 mil hectares, cerca de 3,1 por cento das florestas nativas.

De acordo com fonte das Nações Unidas, perto de 100 mil pessoas estão envolvidas no negócio do carvão, afigurando-se necessário haver maior

controlo nas licenças que têm sido emitidas pelo Instituto de Desenvolvimento Florestal (IDF), visando a exploração deste recurso que bem poderia ser substituído por outras fontes de calor e energia de menor desgaste ambiental!

Os apelos para a consciencialização do cidadão para a preservação do ambiente têm soado muito pouco, ou melhor, praticamente caem em 'saco roto'. Por exemplo, na província do Huambo, mais concretamente na cornuna do Cuima, a Sul da capital do Planalto Central, um elevado número de árvores do polígono florestal foi abatido indiscriminadamente este ano pela população. Trata-se de matas artificiais de pinheiros e cedros, que estão a desaparecer rapidamente sem a devida reposição que, à semelhança dos eucaliptos, pertencem aos Caminhos-de-Ferro de Benguela (CFB).

O desaparecimento das florestas artificiais na cidade do Huambo não deixa de ser preocupante, em virtude de terem sido concebidas para proteger a urbe dos ventos fortes provenientes do deserto do Kalahari.

"As matas de eucalipto, cedro e pinheiro serviam como uma cortina para proteger a cidade, para além de terem grande influência na navegação aérea, no caso concreto da aterragem e descolagem dos aviões, a partir do Aeroporto 'Albano Machado'. Está tudo a ser desmedidamente destruído e as consequências disso são desastrosas para a nossa qualidade de vida", referiu um 'velho' engenheiro agrónomo da região, abordado por tetemóvel.

#### ESTAS 'BOCAS' VALEM ALGUMA COISA?

O secretário de Estado para os Recursos Florestais,

André de Jesus Moda, estava, na semana passada, a trabalhar no Huambo e expressou que a preservação das florestas passa pela consciencialização da população sobre a necessidade da conservação do meio ambiente.

Falando no município da Caála, depois de visitar o polígono florestal do Cuima, em decadência, o governante referiu que se deve fomentar o diálogo constante com a população, adopção de programas específicos de valorização dos recursos florestais e a protecção do meio ambiente.

Para ele, os líderes das instituições do Estado e do sector privado devem estar envolvidos na missão de esclarecimento sobre os valores ecológicos, para que a população possa contribuir com conhecimento de causa na gestão da terra.

Moda entende que a pobreza está na mente, por isso reputa de fundamental o trabalho em projectos de sensibilização e de consciencialização sobre a importância do meio ambiente e a preservação do ecossistema.

As palavras estão lançadas, mas resta saber se estas trarão alguma mudança no modus operandi da população que, por causa da extrema pobreza, não vê outra alternativa senão o abate de árvores para a venda em touros, ou a sua transformação em tábuas para a confecção de mobiliário e obras de construção civil.

**SOLUÇÕES PARA A CAÇA.** Representantes do países-membros da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) estiveram recentemente reunidos, em Joanesburgo, África do Sul, e traçaram estratégias de combate à caça furtiva, até 2020.

De acordo com o director nacional da Biodiversidade do Ministério do Ambiente de Angola, Joaquim Manuel, a estratégia tem por objectivo informar os Estados da SADC da necessidade de uma abordagem colectiva para a conservação e protecção da fauna selvagem na região, bem como a busca de melhor coordenação entre os vários intervenientes na área da defesa das mais variadas espécies no seio e fora dos Países da comunidade.

Na região da SADC enfrenta o desafio de um aumento na caça furtiva dos elefantes, rinocerontes e outros da fauna selvagem, devido ao lucro fácil e ao aumento do preço destes produtos nos mercados asiáticos", declarou Joaquim Manuel, exemplificando que o quilograma de cornos de rinoceronte chega a ser vendido no mercado negro internacional a cerca de 65 mil dólares, o que incentiva cada vez mais a caça furtiva.

Fez saber que três mil 668 rinocerontes foram abatidos na África do Sul desde 2009. Em todo o mundo, foram confiscadas grandes quantidades de marfim, na sua maioria originárias de África, que excederam os limites sustentáveis até 2013.



Em contrapartida, a África Austral ainda contém as maiores populações remanescentes de elefantes no mundo, que precisam de ser conservados e protegidos...

No caso angolano, revelou ter sido elaborado o Plano de Acção Nacional do Marfim 2015-2016, para se evitar o tráfico deste e de cornos de rinoceronte, acrescentando o facto de ter sido feito o projecto sobre 'O Conflito Homem Animal', que, após a sua cabimentação orçamental, será implementado nas zonas mais susceptíveis aos referidos conflitos.

Outras iniciativas não menos importantes, tais como: o levantamento da flora e da fauna da Lagoa do Carumbo, o levantamento da vegetação da Floresta do Maiombe e o da biodiversidade nos rios Cuito e Cubango pela National Geographic, entre outros, são iniciativas que vêm fornecendo dados à ciência e aumentando o conhecimento nacional sobre os recursos florestais e os animais selvagens do País.

Estes projectos, resumiu Joaquim Manuel, dão maior possibilidade de decisão com base nas informações científicas.

Fazem parte da SADC, para além de Angola, África do Sul, Botswana, República Democrática do Congo, Lesoto, Madagáscar, Malawi, Maurícias, Moçambique, Namíbia, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbabwe.

## 9.5 Estudos analisam motivos do uso excessivo do carvão

*Jornal de Angola*  
*05 De Setembro de 2015*

Grelhados como churrasco, pincho, peixe, picanha, linguça, cabrité, franguté, já fazem parte da dieta alimentar do angolano. Pelas ruas de Luanda é frequente ver fogareiros escuros com carvão aceso e todos esses alimentos na brasa. Mas afinal de onde vem esse carvão? É legal a sua produção? O assunto é sério e o Executivo quer acabar com a anarquia no abate Indiscriminado de árvores e na produção Ilegal de carvão.

O secretário de Estado dos Assuntos Florestais, André de Jesus Moda, diz que está a ser feito um estudo para entender os motivos que estão na base

do uso excessivo de carvão no país, quando existem outras opções como a energia eléctrica e o gás.

A reportagem do Jornal de Angola esteve na localidade de Quitendele, localizada na Estrada Nacional 1230, a mais de cem quilómetros de Luanda, para conhecer o processo de produção de carvão e observar de perto o abate indiscriminado de árvores e produção de carvão.

Depois de passar pelas vilas de Catete, Maria Teresa e o posto de controlo do Nzenza do Itombe, o Jornal de Angola seguiu por mais alguns quilómetros pela Estrada Nacional 230, virando depois para a esquerda por uma estrada de terra batida até chegar a casa do carvoeiro José Jaime, onde, numa grande área à esquerda de uma casa de pau-a-pique simples, estão muitos quilos de carvão guardados dentro de grandes sacos de serapilheira.

O cenário no local de produção de carvão é desolador. Os carvoeiros cortam as árvores de forma indiscriminada, sobretudo o pau de carvão, mas também arrancaram as raízes das árvores. É um autêntico desastre. Para os carvoeiros isso é indiferente, quando questionados se por caso nos locais onde abatem as árvores plantam outras.

"Plantar outra árvore porquê?", questiona uma mulher produtora de carvão que não quer identificar-se. "Não é preciso, ela cresce por si.

E a natureza. Vocês são mesmo fiscais, porque é que a primeira coisa que querem saber é se plantamos árvores", diz a senhora desconfiada, negando-se a dar explicações sobre a produção de carvão.

O local não tem acesso para viaturas e fica muito distante da zona habitacional mais próxima, Para lá chegar a reportagem do Jornal de Angola teve de seguir o grupo de carvoeiros a pé por uma mata densa até ao local dos fornos de carvão.

De forma descontraída mantivemos uma conversa calma com os carvoeiros, que com o passar do tempo, começaram a falar abertamente sobre o seu trabalho. O cenário é mesmo de chorar, pois dói o que se vê no local, a floresta que se quer protegida já está completamente destruída, pois existem enormes clareiras nos locais onde se produz o

carvão. Um sinal do abate indiscriminado de árvores.

Mais descontraído que os seus colegas, José Jaime aceitou contar a sua história. Natural de Benguela, ele deixou, há 12 anos, para trás o serviço de táxi para se dedicar à produção de carvão na localidade de Quitendele. A sua jornada começa às primeiras horas da manhã e prolonga-se até ao princípio da noite. Por cada saco de carvão, Tio Zé, como é chamado pelos mais próximos, recebe 1.200 kwanzas.

A sua área de produção, conta, foi comprada a um ancião da região por 50 mil Kwanzas. Acompanhados por ele, visitamos as três áreas onde produz o carvão. A entrada da carvoaria está o forno de carvão e a madeira, colocada de forma circular e dividida em troncos grandes e pequenos, pronta para ser carbonizada' uma grande área reservada para o serviço de empacotamento do produto resultante do trabalho dos carvoeiros. Tio Zé e os amigos, que não querem identificar-se, não utilizam equipamentos de protecção e não têm água potável à disposição. As refeições, trazidas de casa, são consumidas no próprio local de trabalho, próximo dos fornos. O processo começa com o abate das árvores, a arrumação das espécies de acordo com tamanho e qualidade e a colocação no forno, onde permanece durante três semanas para se transformar em carvão. A fase final é a da recolha e venda do carvão.

Estudo sobre consumo de carvão

O secretário de Estado dos Assuntos Florestais, André de Jesus Moda, lamenta a situação e diz que os carvoeiros além de cortarem as árvores, arrancam as raízes e não estão a reflorestar como determina a lei.

"Cortam e metem os troncos nos contentores e vão-se embora, sem dar nenhuma contrapartida para o sector", afirma André de Jesus Moda, acrescentando que o abate indiscriminado de árvores representa uma ameaça para as florestas do país. O exemplo é a zona de Quitendele, onde mais de 100 árvores de grande porte são abatidas por dia ilegalmente pondo em causa o ecossistema da região.

O secretário de Estado dos Assuntos Florestais disse que está em curso um estudo para determinar os

motivos do uso elevado de carvão no país, na medida em que a sua utilização é feita por pessoas de todos os estratos sociais. "O uso do carvão não é feito só na casa do pobre, mas também na casa do mais abastado.

Temos gás e energia eléctrica, mas por que usar o carvão? Antes de darmos algumas respostas, devemos fazer uma pesquisa para compreender este fenómeno", diz.

André de Jesus Moda assegura que o estudo, tão logo seja concluído, vai ser publicado, no sentido de apresentar ao país os motivos que levam as pessoas a insistir no uso de carvão. "O uso do carvão é um assunto universal, em toda a parte do mundo consome-se carvão, mas os outros países já tem medidas próprias para acautelar este fenómeno.

Nessa pesquisa, vamos apontar as medidas e políticas que vão acautelar este assunto", frisou. O administrador municipal de Icolo e Bengo, Adriano Mendes de Carvalho, defende que é preciso, primeiro, desincentivar a ocupação e cedência ilegal de terrenos para se acabar com o abate indiscriminado de árvores e com a produção ilegal de carvão.

"Vejo passar por aqui camiões carregados de madeira, que não sabemos se estão licenciados. Onde ele cortou, o que é que ele plantou? Cortou e deixou aquilo tudo à deriva. Temos de inverter o quadro, ele corta urna, mas planta mil", frisou.

Para o administrador municipal de Icolo e Bengo, o problema da produção ilegal de carvão pode ser resolvido com a aplicação daquilo que está legislado, na medida em que a legislação florestal actual, apesar ser anterior à Independência Nacional, existe para regular a actividade no país. "Não há necessidade de estarmos a ver carvoeiros, indivíduos que se dedicam à produção do carvão, numa grande desmatção, e que nada pagam ao Estado", sublinhou.

Concessões florestais

A assessora jurídica do director-geral do Instituto de Desenvolvimento Florestal (IDF), Luzia Correia, disse à reportagem do Jornal de Angola que urna das novidades contidas na futura Lei das Florestas é a concretização dos contratos de

concessão florestal, ao contrário do que acontece hoje, em que essa exploração é feita por via de licenças simples. "A legislação florestal vigente permite que a exploração florestal seja feita por via de licenças simples, isto na futura lei vai deixar de existir", disse.

A jurista reconhece que a legislação florestal está parcialmente desajustada dos conceitos actuais de sustentabilidade e com os princípios de desenvolvimento sustentável internacionalmente aceites.

"A legislação florestal data de um período anterior à nossa Independência Nacional. Entretanto, de lá para cá, os aspectos relacionados com as florestas foram abordados em legislação geral que se aplica aos recursos florestais", esclarece.

Luzia Correia critica as pessoas que, apesar de conhecerem a existência de uma instituição que licencia a actividade florestal no país, mas que por apetência pelo lucro fácil enveredam pelo abate indiscriminado de árvores. "Antes de cortar uma árvore, a pessoa deve dirigir-se ao Instituto de Desenvolvimento Florestal para se informar sobre os passos e procedimentos que deve dar para realizar essa actividade.

Não há falta de informação, porque temos realizado campanhas. Existe, sim, má-fé dessas pessoas", diz.

#### Cobrança de taxas

Existem instrumentos legais que definem as modalidades, formas e os valores em Unidade de Conversão Fiscal (UCF) que devem ser cobrados para a exploração de produto florestal.

O chefe do departamento provincial do Instituto de Desenvolvimento Florestal em Cabinda, Simão Zau, aconselha, por isso, que todo o interessado na exploração de produto florestal deve pagar uma taxa expressa em UCF, convertida em kwanzas, para que tenha direito a exploração florestal.

"É um recurso natural, um património público, que precisa de arrecadar receitas", sublinha Simão Zau, acrescentando que as tabelas para a cobrança de taxas estão definidas por lei, mas é urgente a revisão das taxas actualmente praticadas.

"Como se sabe, existe a evolução dos mercados. Num momento que o país precisa de arrecadar

receitas e diversificar a economia, é importante que estas taxas sejam revistas", disse. O chefe de departamento provincial do Instituto de Desenvolvimento Florestal em Cabinda explica que as taxas são cobradas por volume de madeira ou seja por metro cúbico. "Vamos supor que alguém vai cortar um determinado volume que é expresso em metros cúbicos de madeira em toro. Vai cortar 50 metros cúbicos de madeira, então ele vai pagar por metro cúbico uma determinada taxa", esclarece.

O metro cúbico, acrescenta, é cobrado em função da espécie, na medida em que há factores que são levados em conta, como a que grupo pertence determinada espécie de árvore e a classe de uso que essa madeira se agrupa. "Normalmente a taxa corresponde a dez por cento ou melhor deveria corresponder a dez por cento do valor a que o produtor vender a madeira", sublinha.

Simão Zau reconhece que a futura Lei das Florestas vai colocar ordem na exploração florestal no país, mas esclarece que a lei por si só não determina a tabela de taxa a ser praticada. Este assunto, acrescenta, é regulado por decreto ou despacho conjunto entre os Ministérios das Finanças e da Agricultura, que propõem as tabelas que devem ser actualizadas.

"Na região da SADC e mesmo na África Central, Angola tem as taxas de exploração florestal mais baixas, por isso há necessidade de serem actualizadas para que o Estado possa melhorar as suas receitas", concluiu Simão Zau.

## 9.6 Cuanza Norte pode ter sistema de alerta

*Jornal de Angola*

*06 De Setembro de 2015*

*Texto: André Brandão*

O encontro recomendou a criação de um centro de coordenação operacional, a realização regular de simulacros e a instalação de para-raios em edifícios públicos e privados de elevada habitabilidade para proteger os seus ocupantes das descargas eléctricas.

Os participantes aprovaram o plano provincial de contingência 2015-2017, para a resposta a calamidades e desastres naturais, e concluíram que

o mesmo deve ser incorporado no Programa de Investimentos Públicos (PIP) da província. Defenderam a Criação de um stock de material de socorros para assegurar apoios de emergência em casos de calamidade, assim como a reparação e o desassoreamento de diques para controlar as cheias.

Os participantes destacaram a importância da formação de agentes dos serviços de bombeiros e de outras instituições, para actuarem em situações de calamidades e desastres naturais. Num documento aprovado no final da reunião, criticaram o surgimento de novos bairros de forma desordenada em locais íngremes, o que tem dificultado a mobilidade e a intervenção dos serviços de emergência. Os participantes consideram os municípios do Cazengo, Lucala e Cambambe como os que mais registam inundações e o delegado provincial do Ministério do Interior no Cuanza Norte, Alexandre Canelas, qualificou o encontro de "muito útil e oportuno".

O fórum, referiu, abordou com clareza e profundidade riscos de desastres na província, na perspectiva da prevenção. O comissário Alexandre Canelas acrescentou que as conclusões produzidas reflectiram pragmatismo. mostraram-se preocupados com a frequência de descargas eléctricas. O encontro defendeu a criação de uma base de dados para actualizar o registo de vítimas assistidas e das que carecem de apoio.

Segundo o delegado do Ministério do Interior, a agenda da reunião foi abrangente e o debate dos assuntos propostos permitiu catalisar sinergias para encontrar métodos que garantam, no futuro, a redução as principais causas e efeitos de catástrofes e calamidades naturais.

"Estamos diante de responsabilidades complexas que exigem muita são e espírito de sacrifício", referiu Canelas, que desaconselhou a população a construir em zonas de risco, atear fogo a matas, permitir o acesso de crianças aos preços de água e tomar banho em rios caudalosos.

Participaram neste encontro membros da Comissão Nacional de Protecção Civil, do governo provincial, autoridades tradicionais e religiosas, representantes de organizações não governamentais, de agências das Nações Unidas e da sociedade civil.

Durante três dias, o fórum abordou temas importantes como o Plano Nacional de Contingência, Processo de Planeamento Provincial e Simulacro de Coordenação Operacional, entre outros.

## 9.7 Chuvas chegam a 'matar'

*Jornal O País*

*11 De Setembro de 2015*

*Texto: André Mussamo*

Um pouco por todo o país começam a registar-se as primeiras quedas pluviométricas. No litoral festeja-se a chegada da estação balnear e no interior os camponeses e agricultores rogam por chuvas regulares e abundantes para garantir a lavoura.

Entretanto, para outros, chegou o período de preocupações. Trata-se dos inúmeros moradores que residem em zonas de risco espalhados um pouco por toda a Angola e nas maiores cidades do país que com a chuva vivem redobrados constrangimentos. As autoridades vão-se precavendo com medidas profiláticas e alertas repetidos sobre eventuais sinistros e calamidades em consequência da chegada das precipitações que já deram provas de que voltaram com toda fúria e sem tréguas.

Um homem de 58 anos, residente no bairro Benfica, município do Ucuma, no Huambo, foi atingido mortalmente por uma descarga eléctrica, na Sexta-feira, 4. A descarga eléctrica causou ainda ferimentos graves a uma mulher de 38 anos. De acordo com os familiares, a tragédia ocorreu quando o homem se encontrava, na companhia de outras pessoas, debaixo de uma árvore a proteger-se da chuva. Na província da Lunda Norte as primeiras chuvas já destruíram 24 casas e desalojaram mais de 100 pessoas na localidade do Lubalo. Na Lunda Sul esta semana dezenas de famílias ficaram sem tecto. Entretanto o INAMET tranquiliza os mais cépticos assegurando que por enquanto não está a acontecer nada de anormal. O início das chuvas, à Norte da região Leste de Angola está dentro do comportamento previsto, enquanto o seu "aparente atraso no litoral" também era de esperar. "Por essa altura, via de regra, o litoral regista chuviscos e o norte alguma chuva. A partir de Outubro teremos profundas variações atmosféricas e de humidade, subida da

temperatura e nebulosidade o que pode, a seguir, proporcionar chuvas" disse o director do INAMET, Domingos Nascimento. O INAMET promete divulgar a previsão sazonal do país no próximo dia 25 de Setembro depois de consolidar os dados recolhidos do recente encontro do sector realizado em Kinshasa (RDC). Neste momento, a instituição "esta a consolidar os dados e adequá-los à realidade nacional para apresentar uma previsão fiável que permita produzir informação utilitária". O Instituto Nacional de Meteorologia de Angola está servido presentemente de 42 estações metrológicas número considerado insuficiente para cobrir a diversidade de relevo e a grande extensão do país. As duas próximas estações a serem instaladas, são as de Camabatela (Kuanza - Norte) e Baixa de Cassanje (Malanje).

O sistema vai ser alargado com a inclusão de outras estações nomeadamente as de fazendas e outros projectos interessados no fenómeno para o alargamento do volume de informação e fontes de sua recolha através da criação de uma base de dados única para a produção da informação meteorológica de Angola.

O director do INAMET, Domingos Nascimento revelou que actualmente o sector ainda não está bem servido de quadros, mas acredita que a situação melhora nos próximos tempos, pois conta com a chegada de novos quadros presentemente a fazerem licenciaturas e mestrados no estrangeiro, assim como com aqueles que poderão sair da nova licenciatura aberta na Faculdade de Ciências da Universidade Agostinho Neto.

## 9.8 Época Chuvosa. São Pedro ensaia na Luanda Sul

*Jornal Manchete*

*11 De Setembro de 2015*

As fortes chuvas que se fizeram sentir este mês na província da Lunda Sul destruíram parcialmente 34 casas no município de Dala, obrigando ao apoio da protecção civil.

Segundo fonte do Serviço de Bombeiros e Protecção Civil daquela província, as fortes chuvas dos últimos dias deixaram 256 habitantes da comuna de Cazenga, naquele município, sem casa. "Estivemos a distribuir chapas pelas famílias,

para reconstrução das casas, e podem entretanto começar a regressar. Mas ainda na quarta-feira (desta semana que termina) tivemos uma nova carga de chuva, mais moderada", disse a mesma fonte.

Em causa estão casas de construção artesanal, edificadas em zonas que segundo as autoridades são de risco, situação agravada com o início, este mês, da época de chuvas, que se prolonga até Maio. Foi entretanto criada localmente uma comissão responsável por fazer o levantamento dos prejuízos causados pela chuva e apoiar as famílias afectadas.

## 9.9 Equilíbrio ecológico cria ambiente saudável a sociedades

*Jornal Manchete*

*11 De Setembro de 2015*

*Texto: Albino Sampaio*

Os jovens associados na agremiação "Amigos do Bem e da Paz" realizaram nesta quarta-feira, 09 no Cemitério do Benfica, em Luanda, uma campanha de plantação de árvores naquela localidade. Segundo o presidente da associação, Helder Balsa, a iniciativa surge na sequência das actividades do Dia do Herói Nacional e dos 40 anos da Independência de Angola, a celebrara-se no dia 17 de Setembro e 11 Novembro do corrente ano, respectivamente.

A escolha do espaço santo, consistiu para despertar os jovens e as comunidades no geral, sobre a necessidade de respeitar os lugares santos para bem da própria humanidade. Helder Balsa considerou que, para equilíbrio ecológico e necessário qual a população seja a principal interessada para a contribuição significativa para arborização das comunidades no sentido de criar condições pá uma vida saudável.

"Devemos cultivar o espírito a lugares santos, respeito aos nossos ente queridos e promover o espírito de boas praticas as comunidades onde estamos inseridos," defendeu. Manifestou ainda, que nos próximos dias, poderão ser plantadas em diferentes zonas da província de Luanda, mais arvores no sentido de oferecer maior qualidade de vida as próprias populações.

Para o director provincial de Cemitérios e Morgues, Filipe Mahuapi, a iniciativa visa salvaguardar o estado saudável aos cidadãos residentes na referida circunscrição e assim também as famílias que aqui acorrem para o ultimo adeus aos seus entes queridos.

Filipe Mahuapi salientou que e necessário cultivar o desejo a respeito destes lugares porque ninguém podera escapar para o referido fim, quando o Deus Todo-poderoso assim quiser terminar com a sua vida. E de informar que a respectiva actividade filantrópica, realizada pelos Amigos do Bem e da Paz, teve apoio dos responsáveis do Ministério do Ambiente, enquadrado no programa de educação ambiental as populações.

## 9.10 Governo recua e constrói para sinistrados

*Jornal A Capital*

*12 De Setembro de 2015*

*Texto: Marcos António*

Governo de Benguela acaba de mudar a sua posição quanto ao realojamento das trezentas famílias que se encontravam no centro do Camuringue, arredores do Lobito, ao abraçar a etapa seguinte à instalação de alicerces na urbanização dos Cabrais, cedendo a pressões de cidadãos sem capacidade financeira.

Uma orientação baixada pelo governador, destinada a empresas que se encontram no terreno, sob supervisão do sector do Urbanismo e Ambiente, foi suficiente para colocar alguma água na fervura, sendo certo que já não se podia camuflar a revolta das vítimas das enxurradas do passado mês de Março.

Dos Anjos, que teve várias decisões contrárias à da estrutura central do Executivo, tomou esta medida quando confrontado com tendas na urbanização delineada para casas condignas, transformada, como se vê, numa espécie de "Camuringue II", Fontes bem posicionadas, em missão nos Cabrais muito antes do anúncio do "desmantelamento" do centro de concentração provisória, ressaltam que os últimos acontecimentos mexeram com o governador provincial, que chegou à conclusão de que "alguma coisa tinha de ser feita". Perante a movimentação das famílias, num claro sinal de

protesto, Isaac dos Anjos, dizem as mesmas fontes, entendeu que, apesar da escassez de recursos, é imperiosa uma engenharia no sentido de minimizar os danos. "O senhor governador pensa que devemos prestar um pequeno auxílio", sintetizou. Num breve contacto com o A Capital, o vice-governador para a esfera Técnica e Infra-estruturas, Victor Sardinha Moita, confirmou os dados acima descritos, salientando que as famílias mais desfavorecidas estão a receber uma ajuda pontual para o levantamento das paredes.

Sem ter prometido fosse o que fosse, até porque "não existem recursos", Moita admitiu que a construção de uma casa à dimensão do modelo patente na urbanização exige mão-de-obra qualificada e material de construção (ferro) adicional ao existente. "É nesta base que damos uma ajuda. São, na verdade, trezentas e setenta casas, uma vez que já lá estavam setenta famílias. As pessoas não devem, entretanto, ficar de braços cruzados, têm de fazer muito para que tudo corra bem", sintetizou. Importa recordar que o Estado gastou um milhão e cem mil Kwanzas em cada um dos trezentos e setenta alicerces construídos. Em cima da mesa estiveram hipóteses que representariam mais 720 milhões ou mil milhões de Kwanzas.

### Kangamba 'destronado' por Kissari

Quando os sinistrados, visivelmente agastados, diziam que "alguém prometeu casas" na altura em que se contabilizava o número de desalojados, saltou à vista um pronunciamento público de Bento Kangamba. Tanto é que o governador de Benguela, confrontado por jornalistas após a cerimónia de entrega de alicerces, há já mais de dois meses, afirmou, categórico, que os questionamentos deviam ter sido dirigidos a quem prometeu. "Vocês devem perguntar ao senhor Bento Kangamba, o governador não se responsabiliza pelo que os outros dizem", sustentava, recordamos, Isaac dos Anjos, que não se cansa de alertar para a hipótese de aproveitamento político. Agora, com a opinião pública conformada com uma promessa que não passou disto mesmo, surge o empresário Silvestre Kissari como uma espécie de bombeiro.

Já com anuência do Presidente José Eduardo dos Santos, Kissari vai começar com um Comité do MPLA nos Cabrais, devendo avançar, sabe o A Capital, para o apoio solicitado pelas famílias.

No acto de lançamento da primeira pedra, disse que o processo de realojamento deve ser visto como parte da política habitacional do Governo, mas não descartou, embora sem ter feito promessas, um empurrão nesse sentido. Fonte próxima ao empresário garante a oferta de uma elevada quantidade de adobe, que vai impulsionar o "levantamento das paredes". Em Benguela, onde começa a ganhar protagonismo político, Silvestre Kissari tem a parceria da empresa de Belito Xavier, outro "cabo eleitoral" que se fez à estrada em direcção ao crescimento do partido no poder.

### 9.11 Construção de casas para vítimas das cheias

*Jornal manchete*

*18 De Setembro de 2015*

Conhecido empresário dá mãos ao governo para ajudar no projecto O Governo de Benguela recuou na sua posição e prometeu apoiar a construção de casas para o realojamento das vítimas das cheias.

Uma outra ajuda, falhada a promessa de Bento Kangamba, chega de um grupo empresarial liderado por Silvestre Kissari, também membro do MPLA. Com efeito, depois de ter reafirmado que não ergueria mais do que as trezentas e setenta bases, o governo apoia agora a construção da habitação condigna.

### 9.12 Governo corrige obras dos diques do rio Cavaco

*Jornal O País*

*18 De Setembro de 2015-10-16*

*Texto: Constantino Eduardo*

O executivo de Benguela tenta agora corrigir aleados erros de engenharia cometidos pela empreiteira ODEBRECHT, responsável pela construção dos diques de protecção do rio Cavaco e que se estima terem estado na origem das inundações em Marco Ultimo.

O governador de Benguela, Isaac dos Anjos, no quadro da visita que efectuou recentemente ao município sede, constatou loco as obras e recebeu explicações técnicas em torno da empreitada e

garantias de que ate ao final deste ano a primeira fase da empreitada estará concluída.

Os técnicos da obra asseguraram ao chefe do Executivo de Benguela, que o trabalho de "regularização" vai evitar que em tempo chuvoso haja inundações, urna vez que os diques terão 4 metros de altura, nas margens direita e esquerda, num raio de 200 metros. " a parte da frente temos a protecção de 985 metros que será feita com pedra. O exterior do dique teremos esta protecção, repetidamente, o que quer dizer que quando a agua entrar vai encontrar a protecção", garantiu o engenheiro Sebastião Quibanda. O especialista disse estarem asseguradas todas as condições que vão permitir que" a agua, quando vier, roo vai gerar mais inundação" .

Segundo o engenheiro Sebastião Quibanda, os trabalhos consubstanciam-se na regularização da agua, urna vez que, na altura, o canal não permita o curso normal da agua dos afluentes Lengue e Mina para o rio Cavaco e consequentemente ao oceano atlântico.

Ele insistiu em como as chuvas já roo vão provocar danos a população, a escala da anterior. " Os estamos a fazer a regularização como tern sido feito sempre, para permitir que os taludes dos diques estejam seguros, para que não haja urn rompimento" disse o representante do Ministério da Construção, tendo sublinhado também que "as aberturas foram feitas para permitir que as aguas dos rios Lengue e Mina entrem pela protecção do Cavaco, numa extensão "de 4 mil metros do Lengue e 125 metros do Mina".

Por altura das últimas enxurradas ocorridas em Benguela, muitas vezes apontaram alegados erros de engenharia cometidos pela ODEBRECHT aquando da execução da obra de desassoreamento do rio Cavaco.

Alguns técnicos locais alertaram para o perigo latente caso" Benguela voltasse a receber grandes chuvas, sendo o bairro do Calomburaco o mais vulnerável "porque a agua não tem saída".

Aberto novo mercado

A administracao municipal de Benguela colocou a disposição das vendedoras ambulantes urn mercado de frutas, com capacidade para 240

feirantes e duas câmaras de conservação de produtos para evitar o comércio nos passeios em alguns pontos da cidade.

O governador provincial, a quem coube o corte de fita inaugural do Mercado, ouviu relatos de algumas vendedoras sobre a morte das suas companheiras, vítimas de doenças resultantes da exposição permanente ao sol e a poeira durante a venda ambulante, vulgo "zunga".

Todavia, dias depois de ter sido inaugurado o Mercado de Frutas, a reportagem de OPAÍS voltou a deparar-se, em varias artérias da cidade, com senhoras a venderem nos passeios, impossibilitando a circulação normal das pessoas. Interrogadas, elas responderam que não tinham sido seleccionadas e questionaram os critérios que ditaram a selecção para o novo mercado.

"Como e que todos foram e nos não?", questionaram.

Ministra das Pescas em visita de constatação a Benguela A ministra das Pescas, Vitoria de Barros Neto, que esteve em visita de 3 dias a província de Benguela, disse ter constatado "melhorias substantivas" nos empreendimentos a serem executados tanto por recursos próprios como recorrendo ao Angola Invest. "A maior parte das pescarias que nos visitamos estão a duplicar a capacidade de produção, aumentado as redes de frio, a capacidade de congelação e conservação. Ficamos também impressionados com os novos empregos que foram criados" disse a ministra Vitória Neto.

A auxiliar do Titular do Poder Executivo garantiu que o sector que dirige trabalha neste momento com O B A no sentido de viabilizar, principalmente, as necessidades cambiais que tern urn impacto directo e significativo na operacionalidade das unidades.

"Tratando-se de uma área que produz alimentos, tern sim prioridade", garantiu a governante a imprensa no termo da sua visita de campo que serviu para radiografar as infraestruturais afectas ao seu pelouro. Vitória de Barros de Neto visitou, com efeito, urn projecto de aquicultura e infra-estruturas industriais sedeadas na Baía-Farta, tendo constatado "in loco" as potencialidades de cada empresário neste domínio. Por outro lado, a ministra afirma que a veda da pesca do carapau

tern estado a dar "resultados positivos", tendo destacado que o recurso esta em franca recuperação.

Segundo disse, o seu pelouro continuara adoptar medidas de preservação "no sentido de termos respostas cada vez mais positivas e sustentáveis na recuperara deste importante recurso". Tendo ainda augurado que, no capítulo da aquicultura, Benguela faca o seu papel, com vista aumentar a produção pesqueira.

A ministra visitou, igualmente, as obras de construção da lota e um mercado de apoio a pesca artesanal. O empreiteiro da obra, Jorge Mestre, revelou a imprensa que a obra contempla a construção de dois cais, sendo urn para pequenas embarcações e outro para industriais. A obra está avaliada em 14 milhões de dólares americanos e o empreiteiro garante ter a empreitada concluída ate Marco de 2016.

### 9.13 Alterações climáticas pesam na agricultura

*Jornal de Angola*

*27 De Setembro de 2015*

As variações do clima na província do Huambo têm causado sérios problemas aos solos e criam embaraços à produção agrícola, devido à degradação das terras, advertiu ontem o director-geral do Centro de Ecologia Tropical e Alterações Climáticas (CETAC).

Joaquim Laureano referiu que as alterações climáticas causam a degradação de terras, das nascentes e de florestas onde existem espécies raras de animais, dai apelar as autoridades para tomarem medidas urgentes para preservar o ecossistema. "Estudos realizados, no ano passado, por especialistas do Centro de Ecologia Tropical e Alterações Climáticas indicam que a temperatura na província do Huambo registou, nos últimos 30 anos, um ligeiro aumento nos seus valores máximos e mínimos, em consequência da emissão de gases com efeito de estufa na atmosfera."

O estudo apurou que a temperatura máxima da província do Huambo aumentou 0,3 graus centígrados, enquanto a mínima subiu 1,3 graus centígrados, causando impacto negativo forte ao



ecossistema e prejuízos à produção agrícola, explicou Joaquim Laureano, que acrescentou: "É fundamental a criação de cursos de formação básica e técnico-profissional no domínio ambiental e defendeu o reforço da sensibilização junto da população sobre o ecossistema." A construção do primeiro Centro de Pesquisa e Implementação de Políticas e Programas de Preservação do Ambiente, na cidade do Huambo, em 2012, como um dos principais ganhos do país no domínio ambiental, disse Joaquim Laureano. "O Centro de Ecologia Tropical e Alterações Climáticas foi construído em nove meses, no âmbito do Programa de Investimentos Públicos num valor de cinco milhões de dólares e destina-se ao aproveitamento das águas residuais, valorização dos solos degradados, constituição de equipas de investigação e apoio à elaboração e implementação de programas de preservação do ambiente." destacou a contribuição do Centro de Ecologia Tropical e Alterações Climáticas na promoção e desenvolvimento de ações para a manutenção do equilíbrio ecológico do país. "É necessário o apoio de outras instituições ligadas ao ambiente natural nos trabalhos de investigação, no quadro da aposta do Governo Provincial do Huambo em tornar a cidade numa "capital ecológica".

#### Equilíbrio ecológico

O vice-governador do Huambo para os Serviços Técnicos e Infra-estruturas, Calunga Quissanga, destacou a contribuição do centro de ecologia tropical e alterações climáticas na promoção e desenvolvimento de ações para manutenção do equilíbrio ecológico do país; É necessário o apoio de outras instituições ligada ao ambiente natural nos trabalhos de investigação, no quadro da aposta do governo provincial do Huambo em tornar a cidade numa capital ecológica.

### 9.14 Alterações climáticas pesam na agricultura

*Jornal de Angola*

*27 De Setembro de 2015*

As variações do clima na província do Huambo têm causado sérios problemas aos solos e criam embaraços à produção agrícola, devido à degradação das terras, advertiu ontem o director-geral do Centro de Ecologia Tropical e Alterações Climáticas (CETAC).

Joaquim Laureano referiu que as alterações climáticas causam a degradação de terras, das nascentes e de florestas onde existem espécies raras de animais, daí apelar as autoridades para tomarem medidas urgentes para preservar o ecossistema. "Estudos realizados, no ano passado, por especialistas do Centro de Ecologia Tropical e Alterações Climáticas indicam que a temperatura na província do Huambo registou, nos últimos 30 anos, um ligeiro aumento nos seus valores máximos e mínimos, em consequência da emissão de gases com efeito de estufa na atmosfera."

O estudo apurou que a temperatura máxima da província do Huambo aumentou 0,3 graus centígrados, enquanto a mínima subiu 1,3 graus centígrados, causando impacto negativo forte ao ecossistema e prejuízos à produção agrícola, explicou Joaquim Laureano, que acrescentou: "É fundamental a criação de cursos de formação básica e técnico-profissional no domínio ambiental e defendeu o reforço da sensibilização junto da população sobre o ecossistema." A construção do primeiro Centro de Pesquisa e Implementação de Políticas e Programas de Preservação do Ambiente, na cidade do Huambo, em 2012, como um dos principais ganhos do país no domínio ambiental, disse Joaquim Laureano. "O Centro de Ecologia Tropical e Alterações Climáticas foi construído em nove meses, no âmbito do Programa de Investimentos Públicos num valor de cinco milhões de dólares e destina-se ao aproveitamento das águas residuais, valorização dos solos degradados, constituição de equipas de investigação e apoio à elaboração e implementação de programas de preservação do ambiente." destacou a contribuição do Centro de Ecologia Tropical e Alterações Climáticas na promoção e desenvolvimento de ações para a manutenção do equilíbrio ecológico do país. "É necessário o apoio de outras instituições ligadas ao ambiente natural nos trabalhos de investigação, no quadro da aposta do Governo Provincial do Huambo em tornar a cidade numa "capital ecológica".

#### Equilíbrio ecológico

O vice-governador do Huambo para os Serviços Técnicos e Infra-estruturas, Calunga Quissanga, destacou a contribuição do centro de ecologia tropical e alterações climáticas na promoção e desenvolvimento de ações para manutenção do

equilíbrio ecológico d pais ;E necessário o apoio de outras instituições ligada ao ambiente natural nos trabalhos de investigação, no quadro da aposta do governo provincial do Huambo em tornar a cidade numa capital ecológica

.

## 10. OUTUBRO

### 10.1 Actos de vandalismo com dias contados

*Jornal de Angola*  
2 De Outubro de 2015

O chefe do Departamento do Instituto de Desenvolvimento Florestal (IDF) da Direcção Provincial da Agricultura do Huambo manifestou-se ontem preocupado com o aumento, nos últimos tempos, do abate Indiscriminado de árvores.

Andrade Baú disse ser urgente a tomada de medidas para se pôr cobro os actos de vandalismo que se registam nos últimos tempos e lembrou que o Governo Provincial tem em vista acções que visam desencorajar os prevaricadores e também de protecção dos polígonos florestais existentes na província.

O abate indiscriminado de árvores está a criar sérios problemas ambientais, como a desflorestação, erosão, surgimento de ravinas, seca, produção agrícola, alteração do ciclo hidrológico, diminuição da fertilidade dos solos, contaminação das águas e alterações climáticas.

O secretário de Estado dos Recursos Florestais, Francisco André Moda, visitou a província do Huambo, onde fez uma avaliação do sector e inteirou-se estado do polígono florestal do Cuima, na Caála, do abate indiscriminado de árvores e das queimadas.

Francisco André Moda não gostou do que viu e recomendou o reforço dos serviços de fiscalização para se evitar o abate indiscriminado de árvores, como se tem registados nos últimos tempos. "Vamos enviar alguns meios para ajudar a proteger o polígono florestal do Cuima, visto ser o maior e o único do Huambo, já que o de Sanguengue foi extinto devido a esta má prática. Por isso temos de proteger o do Cuima para não correremos o mesmo risco", alertou. Para se conter a onda de abate indiscriminado de árvore, o Instituto de Desenvolvimento Florestal tem aplicado multas pesadas aos transgressores, mas muitos escapam porque normalmente actuam na calada da noite.

O chefe do Departamento do Instituto de Desenvolvimento Florestal, Andrade Baú, reconheceu que a falta de meios tem contribuído para o fraco desempenho no serviço de fiscalização, sublinhado que anteriormente os fiscais estavam munidos de armados, mas com o processo de recolha de armas complicou ainda mais trabalho. "Temos um protocolo com a Policia Nacional e quando surgem situações de vandalismo nos polígonos florestais, accionamos o comando para a pronta intervenção", precisou.

Andrade Baú considerou preocupante o processo de exploração de madeira na província e disse não existir equilíbrio entre a exploração e a reposição de árvores. Em função do actual quadro, o Instituto de Desenvolvimento Florestal vai ainda este ano exigir que todas as empresas que exploram madeira reponham o que extraem, sob pena de lhes serem retirados o contrato de exploração.

Na próxima campanha, que começa em Novembro próximo, e até Fevereiro de 2016, estão previstas a plantação de várias árvores que se encontram nos viveiros. Vão ser repostos eucaliptos, pinhos, cedro e outras plantas de menor quantidade, como casuarinas, acácias e as árvores ornamentais.

### 10.2 Praias de Luanda devem ser evitadas

*Jornal de Angola*  
3 De Outubro de 2015

Os banhistas foram ontem aconselhados a não frequentarem algumas praias por causa das fortes calemas registadas nos últimos dias na costa marítima de Luanda, pelo porta-voz do Comando Provincial do Serviço de Protecção Civil e Bombeiros, Faustino Minguenji.

O caso do afogamento de dois pescadores e uma menina de na terça-feira na Ilha do Cabo, foram consequências das calemas, mas os corpos já foram resgatados pelo serviço de bombeiros até quinta-feira. Faustino Minguenji afirmou que as calemas destruíram oito residências nas Zona da Camuxiba e do Cabo Ledo, no município de Belas, desalojando seis famílias de pescadores artesanais residentes à beira-mar, e acrescentou que em algumas zonas da costa de Luanda, com realce

para Cabo Ledo e Ilha do Cabo, os ventos e as ondas atingiram dois metros de altura, e por este facto aconselham aos banhistas a não utilizar as praias, até que se ultrapasse o mau tempo.

"Estamos a criar condições de segurança nas regiões mais afectadas, com homens e meios, 110 sentido de prevenir os banhistas, residentes e curiosos, que em muitos casos pretendem assistir de perto este fenómeno natural", garantiu. O reforço de medidas de prevenção, disse Faustino Minguenji, vai implicar o aumento do número de salva-vidas nas zonas de risco. Quanto à Ingombota, prosseguiu, neste momento existem restaurantes e moradias inundadas e vias atingidas pelas águas do mar.

### 10.3 Calemas continuam a fustigar a Camuxiba

*Jornal de Angola*

*7 De Outubro de 2015*

Famílias desabrigadas e muito lixo e o rescaldo das últimas calemas mas atingiram a Ilha de Luanda, na Ingombotas e no bairro da Camuxiba na Samba, na madrugada da última quarta-feira. No bairro da Camuxiba, as ondas, além de deixarem as ruas sujas, provocaram Inundações e destruíram residências.

Muitas famílias abandonaram as suas casas, enquanto outras insistem em permanecer, alegando não ter onde se abrigar apesar da iminência de novos perigos.

Na rua da Cabeleira, no interior da Camuxiba, por exemplo, boa parte das casas que se encontram na contra costa foram atingidas pelas fortes ondas. Houve quem nem tempo teve para retirar os seus bens.

Domingas Mujingo viu uma das paredes da sua casa, construída com blocos, "demolidas" pelas calemas. Com quatro quartos, cozinha e casa de banho, restou apenas um quarto e a cozinha. Sem condições para continuar, a mãe de seis filhos pede a intervenção da Comissão Administrativa de Luanda. "É triste o que estamos a viver aqui. Sabemos que o Governo Provincial de Luanda tem o projecto de realojar os moradores desta área num local mais seguro. Mas quanto mais cedo

melhor, porque o perigo é iminente", rogou com um semblante carregado de tristeza.

Visivelmente emocionada, Domingas disse que por trás da sua casa havia outras duas que desabaram devido às calemas. "Hoje não durmo bem devido à situação das calemas. Mesmo o cheiro do mar faz mal às crianças", reconheceu, considerando urgente a ajuda do Governo Provincial de Luanda.

Na rua do Silêncio, também no interior da Camuxiba, muitas outras casas foram atingidas. Da porta da casa, uma mulher natural de Mbanza Congo conseguia ver as calemas. Eram cerca de 15h00 quando pela terceira vez no dia as ondas voltaram a bater em muitas casas que se encontram na contra costa. "Parecia brincadeira, mas eram mesmo ondas de grandes dimensões, porque depois todo o mundo entrou em pânico."

Com 60 anos, arrependida por construir naquele local, chama a atenção ao Governo Provincial de Luanda para acudir à situação com urgência. "Vivo na Camuxiba há muitos anos e se as pessoas continuarem a construir aqui vai haver mais problemas perigo", desabafou Domingas.

As calemas, além de trazerem lixo e destruírem casas, também provocam prejuízos aos pescadores locais. Domingos Ventura sabe bem o que são as calemas. Dos 56 anos de mar, disse que o fenómeno é natural e acontece em algumas épocas do ano. "Normalmente em Outubro registamos este fenómeno, mas os meses de maior perigo são os de Janeiro, Fevereiro, Março e Abril, período em que se registam fortes chuvas que provocam a subida da maré e subsequentemente as calemas", disse.

#### Fortes ondas

Na Praia Branca a reportagem do Jornal de Angola encontrou o pescador Domingos Ventura a coser a rede e ele foi dizendo que embora o tempo esteja quente, as ondas estão cada vez mais fortes, daí a necessidade de maior prudência quando se "navegar" no mar. "Embora saibamos nadar devemos respeitar a natureza, porque quando as calemas vêm arrastam tudo que encontram."

O pescador de marisco disse à reportagem do Jornal de Angola que as calemas acontecem

durante quatro dias seguidos. "As calemas não só acontecem de madrugada como também à tarde. Destroem as casas embarcações e o pouco pescado que encontram em seca", disse.

Na Areia Branca a quantidade de lixo é cada vez maior. Os pescadores continuam a coser as redes e aguardam pelo bom tempo para voltar a pescar. "Já tínhamos acordado com a rua molhada e sabíamos que a qualquer hora podíamos ter um segundo desastre", concluiu.

#### 10.4 Fortes chuvas destroem casas

*Jornal de Angola*  
9 De Outubro de 2015

Um conjunto de 30 casas dos bairros Bela Vista, Ngamba e Gerico, município do Mussende, ficaram destruídas devido à forte chuva que se abateu nos últimos dias sobre a região.

A forte chuva, acompanhada de rajadas de vento, provocou danos a muitas famílias e instituições do Estado. Um grupo dos Serviços de Protecção Civil e Bombeiros está a proceder ao levantamento da situação para apoio às famílias.

Além das casas, a chuva destruiu 1 igrejas e escolas.

#### 10.5 Fundo Soberano fica com Eucaliptos

*Jornal Terra Angolana*  
9 De Outubro de 2015

O Fundo Soberano de Angola (FS-DEA) vai assumir a concessão da produção de eucaliptos nas províncias de Benguela, Huambo e Huíla, segundo despacho presidencial a que a Lusa teve ontem acesso.

De acordo com o documento, assinado pelo presidente José Eduardo dos Santos, de 28 de Setembro, em causa está o "elevado potencial económico que representam os perímetros de eucaliptos" localizados naquelas três províncias, ainda sob tutela dos ministérios da Agricultura, Transportes e Indústria.

"Havendo necessidade da preservação, gestão e exploração sustentada daqueles perímetros, quer por razões de racionalidade económica e protecção ambiental, quer para, num conceito de

industrialização, viabilizar o surgimento de várias actividades, incluindo a geração de energia", lê-se no despacho que autoriza o negócio, mas sem adiantar os valores envolvidos.

O acordo de parceria para a preservação, gestão e exploração sustentada daquele perímetro de produção de eucaliptos, agora aprovado pelo governo, envolve uma empresa participada pelo FSDEA, que vai desta forma assumir a concessão de gestão desta exploração. Aquele fundo é liderado por José Filomeno dos Santos, filho do presidente, que o reconduziu no cargo em Agosto passado.

O Rede Angola noticiou a 1 de Outubro que mais de um terço do capital do fundo soberano, que conta com activos de USD 4,88 mil milhões, estava investido na Europa, tendo em conta a auditoria realizada às contas de 2014, realizada pela consultora Deloitte & Touche e divulgada pelo FSDEA, 37 por cento da carteira de investimentos do fundo estava alocada, à data de 31 de Dezembro último, na Europa.

Os investimentos em África tinham um peso de 34 por cento e na América do Norte de 18 por cento, além de opções por outras geografias (11 por cento).

O Fundo Soberano de Angola foi criado pelo executivo em 2012, com uma dotação inicial de USD cinco mil milhões, já totalmente transferidos pelo Estado, nomeadamente com recurso às receitas provenientes da exportação de petróleo.

Este fundo, explica o Governo, visa "promover o crescimento, a prosperidade e o desenvolvimento socioeconómico" do país, com recurso a uma carteira de investimentos distribuída por várias áreas, incluindo obrigações, compra de moeda estrangeira, de derivados financeiros, títulos do tesouro, de fundos imobiliários e de fundos de investimento.

No final de 2014, os activos de renda fixa deste fundo correspondiam a USD 2,7 mil milhões, representando 56 por cento da carteira de investimentos, enquanto investimentos em ramos

de infra-estrutura e hotelaria correspondiam a USD 1,6 mil milhões e a um peso de 34 por cento.

O FSDEA refere que tem vindo a investir, este ano, em vários fundos de investimento de sectores de forte crescimento na África Subsariana, como infraestruturas, hotelaria, agricultura, minas, saúde e silvicultura, como estratégia para os "activos alternativos". Dos USD 3 mil milhões atribuídos para estes fundos de investimento já constituídos, mais de USD 1,1 mil milhões encontram-se "comprometidos com implementação, diligência devida ou revisão de projectos comerciais em Angola e outras nações da região subsariana".

Este fundo é alimentado com parte das receitas petrolíferas - em 2014 não voltou a receber transferências -, que por seu turno estão em queda face à quebra da cotação internacional do barril de crude, tendo José Filomeno dos Santos admitido alterações a alguns planos de investimento e gastos no curto prazo.

## 10.6 PGC oferece arvores aos cidadão

*Jornal Terra Angolana*  
9 De Outubro de 2015

O projecto apresentado quarta-feira, 9 aos membros do conselho provincial de auscultação e concertação social do Cunene visa a a plantação de 240.000 arvores ao ano de 2017. Cujas a proposta será enquadrado no orçamento da província para 2016.

Ao apresentar o plano, chefe do Instituto de Desenvolvimento florestal do Cunene, Abel Alcina Zamba, disse que se pretende com o projecto a ser implementado num período de 2 anos a distribuição de 4 plantas por famílias sendo duas florestais e 2 fruteiras de modo a garantir e a melhoria ambiental Urbes. Bem como a segurança alimentar e nutricional das famílias.

De acordo com o responsável, a produção das mudas será feita num viveiro florestal de Changongo (no município de Ombadja) que prevê a plantação de espécie florestais e orlametais flotíferas cuja a gestão será da responsabilidade das administrações municipais.

Fez saber que o plano prevê um novo modelo de gestão de espaço verdes que contempla o

acompanhamento de ruas arborizadas e por arborizado, responsabilização na rega tratamento de planta bem como a sensibilização dos municípios no sentido destes se solidarizar-se com essa causa e incentiva-los a plantar arvores diante das suas residências, com vista a se melhorar o ambiente.

Por seu turno o governador do Cunene, António Didalelwa disse que a pretensão do projecto tem como objectivo de abordar a importância de arborização para o meio ambiente e das cidades. Deu a conhecer que o projecto será extensivo nas zonas rurais, no sentido de repor a flora destruída pelas comunidades.

Por sua óptica, o plano visa igualmente por fim o abate indiscriminada de arvores em alguns perímetros florestas nas reservas florestais desta região

## 10.7 Produção petrolífera fomenta alterações climáticas

*Jornal O PAÍS*  
9 De Outubro de 2015  
Texto: Afrodite Zumba

As discussões em torno do aquecimento global não são recentes. O director da Associação de Políticas da Terra e pesquisador do Instituto de Ciências política de Paris, François Gemenne alerta que os países cujas economias dependem do petróleo, como Angola, devem idealizar o futuro além da sua produção, porquanto os efeitos resultantes da mesma contribuem para o aumento das alterações climáticas.

Ao dissertar no fórum de debate organizado pelo Centro Cultural Português em parceria com a Alliance Français e, nesta Segunda - Feira, 5, em Luanda, François Gemenne, disse que esta medida pode afectar muitas economias, inclusive a angolana.

O especialista em Geopolítica, prosseguiu explicando que, deste modo, é de crucial importância que os países dependentes da produção petrolífera esbochem estratégias para impulsionar as suas economias sem que para isso recorram frequentemente à esta actividade, que muito contribui para emissão de gases para a atmosfera, provocando o efeito de estufa.

Justificou dizendo que, para se reduzir os efeitos das alterações climáticas "é preciso que se reduza, pouco a pouco, a produção petrolífera", apontou.

Nesta vertente, François Gemenne afirmou também que muitos representantes governamentais, participantes nas cimeiras organizadas pelas Organizações das Nações Unidas, ONU, sobre o "Aquecimento Climático", não se revêem nas propostas apresentadas porque as mesmas contrapõem os seus interesses políticos e económicos.

"Deste modo, fica evidente que não podemos analisar as questões climáticas apenas como problemas ambientais. Enquanto assim o fizermos, não se resolverá o problema", defendeu.

Ao fazer referência à 21<sup>a</sup> Conferência sobre o Clima (COP 21), a ser realizada em Dezembro de 2015 em Paris (França) François Gemenne, 'realçou que o processo de negociações do Fundo Verde Climático será um dos pontos fulcrais do evento.

O especialista argumentou que a resolução dos problemas ligados ao Aquecimento Climático envolve custos e, num período em que os países estão envoltos numa crise financeira, há a necessidade de se avaliar quais irão contribuir para o Fundo Verde, que percentagem doarão e como a mesma será distribuída.

No que tange à participação de Angola no evento, François Gemenne considera importante, uma vez que a mesma tem o desafio de "esboçar o futuro pós petróleo".

Disse ainda que, para tal, as entidades responsáveis devem emitir as contribuições nacionais junto das instâncias competentes antes da COP 21. Concluiu dizendo que estudos feitos por especialistas apontam que, em consequência das alterações climáticas' até 2100 pode registar-se o aumento da temperatura em quatro graus célsius, assim como a subida em um metro do nível do mar.

"O Senegal é um país que regista temperaturas muito elevadas. Com mais quatro graus célsius existiriam constrangimentos habitacionais. Não obstante, o aumento do nível do mar pode causar retracção da costa marítima' muitos países

perderão extensão territorial. E isso fomentará guerras", advertiu.

O evento decorreu sob o lema "Os desafios do Aquecimento Climático e a Geopolítica" e reuniu funcionários das embaixadas de Portugal, França, estudantes universitários e membros da sociedade civil e visou sensibilizar o público sobre a importância desta temática.

## 10.8 Arborização vai proteger ambiente

*Jornal de Angola*

*10 De Outubro de 2015*

Mais de 200 mil árvores vão ser plantadas até 2017 em vários centros: urbanos do Cunene pelo Governo Provincial no âmbito do programa de urbanização, anunciou na quinta-feira, em Ondjiva, o chefe do Instituto de Desenvolvimento Florestal.

Abel Zamba disse que a iniciativa foi decidida no encontro do Conselho de Auscultação e Concertação Social do Cunene e que proposta vai constar no orçamento do Governador Provincial do próximo ano.

O chefe do Instituto de Desenvolvimento Florestal declarou que o objectivo é distribuir quatro plantas por família, duas florestais e duas de frutas, para garantir a melhoria ambiental dos meios urbanos, bem como a segurança alimentar.

Abel Zamba referiu que a produção das mudas é feita no viveiro florestal de Xangongo, que está previsto a plantação de espécies florestais, ornamentais e de frutos e que a gestão é das Administrações Municipais.

O plano prevê um novo modelo de gestão dos espaços verdes que inclui o acompanhamento de ruas arborizadas e por arborizar, responsabilização na rega e tratamento das plantas, bem como a sensibilização dos munícipes sobre a importância na melhoria do ambiente de plantarem árvores em frente às casas onde moram.

A iniciativa é numa segunda fase extensiva às zonas rurais para repor a flora destruída pelos habitantes.

O governador provincial, António Didalelwa, disse que com a iniciativa se pretende acabar com o abate indiscriminado de árvores em alguns perímetros florestais e nas reservas naturais.

## 10.9 Actos de vandalismo com dias contados

*Jornal de Angola*  
2 De Outubro de 2015

O chefe do Departamento do Instituto de Desenvolvimento Florestal (IDF) da Direcção Provincial da Agricultura do Huambo manifestou-se ontem preocupado com o aumento, nos últimos tempos, do abate Indiscriminado de árvores.

Andrade Baú disse ser urgente a tomada de medidas para se pôr cobro os actos de vandalismo que se registam nos últimos tempos e lembrou que o Governo Provincial tem em vista acções que visam desencorajar os prevaricadores e também de protecção dos polígonos florestais existentes na província.

O abate indiscriminado de árvores está a criar sérios problemas ambientais, como a desflorestação, erosão, surgimento de ravinas, seca, produção agrícola, alteração do ciclo hidrológico, diminuição da fertilidade dos solos, contaminação das águas e alterações climáticas.

O secretário de Estado dos Recursos Florestais, Francisco André Moda, visitou a província do Huambo, onde fez uma avaliação do sector e inteirou-se estado do polígono florestal do Cuima, na Caála, do abate indiscriminado de árvores e das queimadas.

Francisco André Moda não gostou do que viu e recomendou o reforço dos serviços de fiscalização para se evitar o abate indiscriminado de árvores, como se tem registados nos últimos tempos. "Vamos enviar alguns meios para ajudar a proteger o polígono florestal do Cuima, visto ser o maior e o único do Huambo, já que o de Sanguengue foi extinto devido a esta má prática.

Por isso temos de proteger o do Cuima para não correremos o mesmo risco", alertou. Para se conter a onda de abate indiscriminado de árvore, o Instituto de Desenvolvimento Florestal tem aplicado multas pesadas aos transgressores, mas muitos escapam porque normalmente actuam na calada da noite.

O chefe do Departamento do Instituto de Desenvolvimento Florestal, Andrade Baú, reconheceu que a falta de meios tem contribuído para o fraco desempenho no serviço de fiscalização, sublinhado que anteriormente os fiscais estavam munidos de armados, mas com o processo de recolha de armas complicou ainda mais trabalho. "Temos um protocolo com a Policia Nacional e quando surgem situações de vandalismo nos polígonos florestais, accionamos o comando para a pronta intervenção", precisou.

Andrade Baú considerou preocupante o processo de exploração de madeira na província e disse não existir equilíbrio entre a exploração e a reposição de árvores. Em função do actual quadro, o Instituto de Desenvolvimento Florestal vai ainda este ano exigir que todas as empresas que exploram madeira reponham o que extraem, sob pena de lhes serem retirados o contrato de exploração.

Na próxima campanha, que começa em Novembro próximo, e até Fevereiro de 2016, estão previstas a plantação de várias árvores que se encontram nos viveiros. Vão ser repostos eucaliptos, pinhos, cedro e outras plantas de menor quantidade, como casuarinas, acácias e as árvores ornamentais.

## 10.10 As calemas continuam a fustigar a Camuxiba

*Jornal de Angola*  
11 De Outubro de 2015  
Autor: Cristina da Silva

Famílias desal5rlgadas e muito lixo é o rescaldo das últimas calemas que atingiram a Ilha de Luanda, na Ingombota e no bairro da Camuxiba, na Samba, na madrugada da última quarta-feira. No bairro da Camuxiba, as ondas, além de deixarem as ruas sujas, provocaram Inundações e destruíram residências.



Muitas famílias abandonaram as suas casas, enquanto outras insistem em permanecer, alegando não terem onde se abrigar apesar da iminência de novos perigos.

Na rua da Cabeleira, no interior da Camuxiba, por exemplo, boa parte das casas que se encontram na contra costa foram atingidas pelas fortes ondas. Houve quem nem tempo teve para retirar os seus bens.

Domingas Mujingo viu uma das paredes da sua casa, construída com blocos, "demolidas" pelas calemas. Com quatro quartos, cozinha e casa de banho, restou apenas um quarto e a cozinha. Sem condições para continuar, a mãe de seis filhos pede a intervenção da Comissão Administrativa de Luanda.

"É triste o que estamos a viver aqui. Sabemos que o Governo Provincial de Luanda tem o projecto de realojar os moradores desta área num local mais seguro. Mas quanto mais cedo melhor, porque o perigo é iminente", rogou com um semblante carregado de tristeza.

Visivelmente emocionada, Domingas disse que por detrás da sua casa havia outras duas que desabaram devido às calemas. "Hoje não durmo bem devido à situação das calemas. Mesmo o cheiro do mar faz mal às crianças", reconheceu, considerando urgente a ajuda do Governo Provincial de Luanda. Na rua do Silêncio, também no interior da Camuxiba, muitas outras casas foram atingidas. Da porta da casa, uma mulher natural de Mbanza Congo conseguia ver as calemas. Eram cerca de 15h00 quando pela terceira vez no dia as ondas voltaram a bater em muitas casas que se encontram na contra costa.

"Parecia brincadeira, mas eram mesmo ondas de grandes dimensões, porque depois todo o mundo entrou em pânico." Com 60 anos, arrependida por construir naquele local, chama a atenção ao Governo Provincial de Luanda para acudir à situação com urgência. "Vivo na Camuxiba há muitos anos e se as pessoas continuarem a construir aqui vai haver mais problemas", desabafou.

Pesca parada

As calemas, além de trazerem lixo e destruírem casas, também provocam prejuízos aos pescadores

loais. Domingos Ventura sabe bem o que são as calemas. Dos 56 anos de mar, disse que o fenómeno é natural e acontece em algumas épocas do ano. "Normalmente em Outubro registamos este fenómeno, mas os meses de maior perigo são os de Janeiro, Fevereiro, Março e Abril, período em que se registam fortes chuvas que provocam a subida da maré e subsequente mente as calemas", disse.

Na Praia Branca a reportagem do Jornal de Angola encontrou o pescador Domingos Ventura a coser a rede e ele foi dizendo que embora o tempo esteja quente, as ondas estão cada vez mais fortes, daí a necessidade de maior prudência quando se "navegar" no mar. "Embora saibamos nadar devemos respeitar a natureza, porque quando as calemas vêm arrastam tudo que encontram."

## 10.11 Fortes chuvas deixam 34 famílias sem casas

*Jornal Grandes Notícias*  
11 De Outubro de 2015

As fortes chuvas que se fizeram sentir este mês na província da Lunda sul destruíram parcialmente 34 casas no município de Dala, obrigando ao apoio da protecção civil.

Fonte do Serviço de Bombeiros e Protecção Civil daquela província as fortes chuvas dos últimos dias deixaram 256 habitantes da comuna de Cazage, naquele município, sem casa. "Estivemos a distribuir chapas pelas famílias. Para reconstrução das casas, e podem entretanto começar a regressar. Mas ouve uma nova carga de chuva, mais moderada" disse a mesma fonte.

Em causa estão casas de construção artesanal, edificadas em zonas que segundo as autoridades são de risco, situação agravada com o início, este mês, da época de chuvas, que se prolonga até Maio.

Foi entretanto criada localmente uma comissão responsável por fazer o levantamento dos prejuízos causados pela chuva e apoiar as famílias afectadas.

## 10.12 Cunene arboriza centros urbanos

*Jornal de Angola*  
 13 De Outubro de 2015  
 Texto: Elautério Silipuleni

O Governo da Província do Cunene projecta para o próximo ano a criação de viveiros nas sedes de comunas e dos municípios para a dinamização do Programa de Arborização dos Centros Urbanos da Província.

Abel Zamba, chefe do departamento provincial do Instituto de Desenvolvimento Florestal (IDF), revelou que o projecto de arborização prevê a plantação de mais de 240 mil árvores de diversas espécies até 2017, com encargos suportados pelo orçamento para 2016 destinado à província do Cunene.

O chefe do Departamento do Instituto de Desenvolvimento Florestal do Cunene manifestou ontem a sua preocupação com o aumento do abate indiscriminado de árvores pela população, para fins comerciais. Abel Zamba disse ser urgente a tomada de medidas para pôr cobro ao abate de árvores que se regista em grande proporção nos últimos tempos. O chefe do departamento provincial do IDF acrescentou que o Governo Provincial do Cunene tem programadas acções que visam desencorajar esta prática, de modo a proteger os polígonos e reservas florestais existentes na província.

Segundo o responsável do Instituto do Desenvolvimento Florestal, o abate desordenado de árvores cria problemas de desflorestação, surgimento de ravinas, ausência de chuva, diminuição de fertilidade dos solos e alterações climáticas.

"É necessário reforçar a fiscalização para se evitar o corte desordenado de árvores, como se verifica actualmente na província do Cunene", disse Abel Zamba.

O projecto do Governo Provincial do Cunene, para ser desenvolvido durante dois anos, prevê a distribuição de quatro plantas por família, duas florestais e igual número de fruteiras, de modo a garantir e contribuir também para a segurança alimentar e nutricional das famílias.

O local escolhido para a produção das mudas é o viveiro do Xangongo, situado 100 quilómetros a oeste de Ondjiva, onde são plantadas várias

espécies de árvores ornamentais e frutícolas. A gestão do espaço é da responsabilidade das administrações municipais.

O plano prevê ainda a implantação de um novo modelo de gestão dos espaços verdes, contemplando o acompanhamento das ruas arborizadas, responsabilização pela rega e tratamento das plantas, educação e sensibilização dos municípios para plantarem árvores nas suas residências.

### **10.13 Eugénio Laborinho defende a adopção de medidas de construção de resilientes**

*Jornal Manchete*  
 16 De Outubro de 2015

o Secretário de Estado do Interior, Eugénio Laborinho, defendeu, quarta-feira, em Luanda a necessidade de se adoptar medidas de construção de comunidades resilientes, capazes de gerirem os riscos a longo prazo, sendo essa a única via para um mundo mais seguro.

O governante que falava durante o "Programa Alusivo ao dia Internacional para a Redução dos Riscos de Desastres" sob o lema "Nos 40º Anos de Independência, Protecção Civil Somos Todos Nós," reforçou que o momento deve servir de reflexão sobre as acções no presente e no futuro.

O dia internacional para redução de risco de desastre foi instituído pela Assembleia-Geral das Nações Unidas e celebra-se anualmente na segunda quarta-feira do mês de Outubro.

### **10.14 Secretário de estado do interior defende a adopção de medidas de construção de resilientes**

*Jornal Republica*  
 16 De Outubro de 2015

O Secretário de Estado do Interior, Eugénio Laborinho, defendeu, em Luanda a necessidade de se adoptar medidas de construção de comunidades resilientes, capazes de gerirem os riscos a longo prazo, sendo essa a única via para um mundo mais seguro. O governante que falava durante o "Programa Alusivo ao dia Internacional para a Redução dos Riscos de Desastres" sob o lema "Nos 40º Anos de Independência, Protecção Civil Somos Todos Nós," reforçou que o momento deve servir de reflexão sobre as acções no presente e no futuro. Segundo o responsável, é importante reaprender a conviver com natureza, não alvitrando respostas assentes em tecnologias muito avançadas nem ao regresso de um mundo mais básico. "Propomos uma teoria de medição, buscando compreender e controlar melhor os perigos face a vulnerabilidade destes desastres perante o homem", disse. Fez saber que o Executivo angolano, tem apoiado incondicionalmente os esforços que vêm sendo implementados na redução de desastres, desenvolvendo políticas e criando instrumentos legais que dão corpo as acções de protecção civil. "Celebramos este dia, num momento festivo em que a nação angolana completa 40 anos de independência e é com este sentimento de continuar a lutar contra os desastres naturais que reafirmamos o compromisso de levar avante as acções de prevenção e construção de resiliência", sublinhou. O dia internacional para redução de risco de desastre foi instituído pela Assembleia-Geral das Nações Unidas e celebra-se anualmente na segunda quarta-feira do mês de Outubro.

### 10.15 Lixo virou obra

*Jornal A Capital*  
17 De Outubro de 2015

De onde veio este Rio Verde? Esta foi a pergunta pública que o A Capital fez há pouco menos de um mês, na esteira do medo que paira sobre todos os habitantes da cidade de Luanda, à luz das enormes pirâmides de lixo que se vêem um pouco por cada esquina e rua.

O que nutria esse medo era, sem dúvidas, o aproximar das chuvas que, como ninguém, cada munícipe desta urbe sabe o quanto são impiedosas e destruidoras.

Com esse lixo todo, mais inundações, não se sabe quantas mais estranhas doenças nos esperam. A isso tudo que já parecia demasiado, juntam-se casos como o que se via na rua que separa o supermercado Jumbo e o centro de logística da Polícia Nacional.

Tal como as imagens indicam, estas águas esverdeadas, pútridas e misturadas com lixo, estavam lá há bastantes meses.

Só o aspecto da água era bem indicador de que ali moravam, reproduziam-se, hibernavam e renasciam, milhares e milhares de parasitas para a nossa desgraça. O que parece estranho é que esta rua era transitável tanto por automóveis como por pedestres.

Até àquela data, ninguém conseguia sequer aproximar-se. Na verdade, valeu termos levantado a questão. Hoje, voltados ao lugar e deu para constatar que alguém compreendeu a mensagem das imagens. O cenário é actualmente de trabalho e vontade de mudança.

Máquinas e homens fazem a transformação do dramático visual sujo e inóspito, devolvendo aos moradores e transeuntes um ar mais saudável e adaptado ao espírito de sanidade que o Estado angolano advoga nos seus planos e programas de sanidade das comunidades.

E como os factos falam por si, o Rio Verde, desapareceu, na prática.

### 10.16 Representante das Nações Unidas para o Ambiente Regional em Luanda

*Jornal de Angola*  
20 De Outubro de 2015

Angola prepara a agenda para a sua participação na 21.ª Conferência do Clima (COP 21), a ter lugar em Dezembro, em Paris, anunciou ontem, em Luanda, a ministra do Ambiente.

Fátima Jardim disse, por ocasião da visita a Luanda da directora e representante do Programa das Nações Unidas para o Ambiente Regional (UNEP), Juliette Biao Koudoukou, que "Angola está a preparar uma agenda dinâmica para a sua contribuição no novo acordo visando a

diminuição da emissão de gases de efeito de estufa".

O objectivo fundamental do acordo, acrescentou a ministra, é limitar o aumento da temperatura global em dois graus centígrados até 2100. Fátima Jardim afirmou que neste momento está uma equipa do Ministério do Ambiente a participar na Conferência sobre a Seca e a Desertificação, em Bona.

"Estamos em crer que é preciso integrar as alterações climáticas nos desafios do desenvolvimento", disse a ministra, referindo que no quadro dos desafios do desenvolvimento, as alterações climáticas são um pilar importante na preservação da vida aquática, terrestre e das cidades sustentáveis.

Todos devem ter como compromisso "melhorar as nossas políticas e programas para até 2030 tenhamos uma Angola que evidencie os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), já cumpridos em 50 por cento", disse a ministra do Ambiente. Este repto, disse, é para todos os angolanos. "Temos a certeza de que vamos continuar a dignificar o país com a nossa participação na COP 21 e reafirmamos o engajamento de Angola no que toca aos compromissos com o ambiente."

A ministra disse que visita da directora e representante do Programa das Nações Unidas para o

Ambiente Regional enquadra-se no contributo de Angola para os desafios do ambiente. "Estamos satisfeitos com a sua visita e trazemos a mensagem de continuarmos, através do Ambiente, a confirmar os nossos compromissos com o desenvolvimento sustentável". Fátima Jardim sublinhou que África tem como prioridades a Agenda Sustentável questões que se diluem em muitos propósitos aprovados no último encontro de apreciação dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda pós-2015.

Angola, disse, vai continuar empenhada no desenvolvimento sustentável que assegure o progresso e o bem-estar, a melhoria da qualidade de vida e a valorização do capital natural.

A ministra considerou a educação ambiental uma responsabilidade de todos. Neste quadro,

acrescentou, o Ministério está a desenvolver acções que envolvem as populações e maior responsabilidade na preservação do ambiente. "Estamos no bom caminho, temos de envolver todos para uma maior aliança com vista ao desenvolvimento do nosso país".

A directora e representante do Programa das Nações Unidas para o Ambiente Regional (UNEP), Juliette Biao Koudoukou, disse que a preservação do Ambiente é um elemento crucial em que todos devem estar envolvidos.

"É preciso continuarmos a trabalhar de mãos dadas para levar avante as cores de África", concluiu.

### 10.17 Vítimas da seca recebem apoio

*Jornal de Angola*

*22 De Outubro de 2015*

*Texto: Dionísio David*

A estiagem está a afectar um número elevado de pessoas e animais na província do Cunene, apesar da Intervenção dos Serviços de Protecção Civil no fornecimento de água, disse ontem a autoridade tradicional da aldeia Naulila, no município do Cuanhama, Fernando Mandume.

O líder tradicional disse que as comunidades nas diferentes aldeias já não dispõem de reservas alimentares, uma situação associada à falta de água para o consumo de pessoas e animais.

O porta-voz dos Serviços de Protecção Civil, Paulo Kalunga, considerou a situação preocupante na província, a julgar pelo elevado número de pessoas afectadas, estimado em mais de 700 mil.

Para Paulo Kalunga, a situação é inquietante, por se tratar de uma região em que a maior parte da população depende da agricultura de substância e da criação de gado. Desde as cheias de 2008, a produção agrícola tem vindo a baixar, provocando escassez de alimentos.

O porta-voz da Protecção Civil adiantou que em algumas comunas, como Evale e Nehone, e localidades nas comunas de Mongua, as populações não encontram alternativa de sobrevivência, já que os tradicionais reservatórios de água, cacimbas e chimpacas secaram.

Paulo Kalunga acrescentou que no Norte da província, em Capanda, uma localidade que dista 19 quilómetros de Ondjiva, a seca atingiu níveis preocupantes, obrigando a população a fazer escavações na esperança de conseguir obter água, mas quase sempre sem solução. Outra questão preocupante, disse o porta-voz da Protecção Civil, tem a ver com os camiões que já não oferecerem boas condições técnica. Os últimos dados da Protecção Civil tornados públicos indicam que mais de 50 mil cabeças de gado, na província do Cunene, correm o risco de morrer por falta de água.

## II. NOVEMBRO

### II.1 Zonas verdes do Lubango reforçadas

*Jornal de Angola*

*1 De Novembro de 2015*

*Texto: Arão Martins*

As zonas verdes do município do Lubango estão a ser reforçadas, com a plantação de milhares de árvores ornamentais e frutíferas, uma acção que está a ser desenvolvida pelo Instituto Superior Politécnico da província da Huíla, em parceria com a administração municipal, no quadro das comemorações dos 40 anos da Independência Nacional, a 11 de Novembro.

O vice-decano para a área científica do Instituto Superior Politécnico da Huíla (ISPH), Rafael Chinga-chiwa, disse ontem ao Jornal de Angola que na plantação de árvores participam mil alunos e que estão a ser plantados eucaliptos, cedros e jácarandás. O projecto está a ser implementado sob o lema "Pensar verde, para uma vida saudável".

Rafael Chingachiwa informou que a plantação de árvores abrange as comunas da Arimba, Huíla e Hoque. O Gango, disse, resulta da Reunião de Auscultação e Concertação Social do Governo Provincial da Huíla, que recomenda aos cidadãos e instituições públicas e privadas pautarem pelo comportamento de preservar as plantações já existentes na região e ao mesmo tempo plantar novas árvores.

A par da plantação, acrescentou, está a ser desenvolvido um conjunto de palestras e encontros de esclarecimento sobre a importância de plantar e preservar as árvores. O surgimento do Instituto Superior Politécnico da Huíla, que está a promover cursos de ciências e engenharia, é um ganho resultante da contínua promoção do programa do Executivo de formação de quadros, afirmou o vice-decano.

A instituição promove a formação de engenheiros e técnicos de que o país está cada vez mais a precisar, tais como cursos de engenharia, geologia e minas, construção civil, arquitectura, mecânica, agronomia, zootecnia e informática e computação.

A formação de quadros, disse, constitui uma prioridade do Executivo, que tem por objectivo criar competência e autonomia na interpretação dos fenómenos e dar solução às necessidades viradas para o desenvolvimento nacional, de forma sustentável.

O vice-decano disse que o Instituto Superior Politécnico da Huíla, aberto em 2012, por ser uma instituição de formação de quadros, aposta no capital humano. Os cursos ministrados pelo Instituto Superior Politécnico da Huíla, afecto à Universidade Mandume Ya Ndemufayo (UMN), vão muito de encontro àquilo que são as preocupações do Executivo, de diversificar a economia. Os primeiros licenciados pela instituição são colocados à disposição do mercado de trabalho em 2018, o que constitui uma mais-valia para aquilo que se pretende, tendo em conta a formação de quadros e valorização da mão-de-obra nacional.

" A formação está a ser feita por quadros capazes, muitos dos quais nacionais e estrangeiros (Cuba, Portugal). Embora seja um embrião, há certeza de que, com a dedicação e entrega, não só com os quadros ligados à Reitoria, Governo Provincial e Executivo, os resultados vão ser positivos.

Para este ano, mais de 1.800 al1r- nos frequentam aulas com normalidade, nos cursos de Engenharia, Agronomia, Computação, Construção Civil, Geologia, Informática, Mecânica, Minas e Zootecnia.

Construído de raiz e inaugurado em 2012, no quadro do programa de Expansão do Ensino Superior, a instituição está integrada na 6ª Região Académica da Universidade Mandume Ya Ndemufayo.

O Instituto Superior Politécnico da Huíla foi implantado numa - área de 10 hectares e dispõe de 23 salas, 20 gabinetes, um auditório" DI com capacidade para 120 pessoas, parque de estacionamento, campo polivalente, biblioteca central, ginásio e laboratório.

A par do número de salas existentes, tendo em conta a superfície existente, o Governo Provincial da Huíla promete construir mais 20 salas.

## 11.2 Seca provoca desistência escolar a muitas crianças

*Jornal de Angola*  
4 De Novembro de 2015

A seca que assola a comuna da Canganda, município do Cuvelai, leva muitos alunos a desistir das aulas, alertou o chefe do sector da Educação na circunscrição.

Salomão Ndumbu indicou que actualmente regista-se um elevado índice de absentismo dos alunos nas salas de aula por estarem envolvidos nas tarefas de acarretar água e de levar o gado ao pasto, situação que deixa a direcção preocupada com o futuro das crianças. Dos cinco mil alunos matriculados, mais de dois mil não assistem às aulas pois há famílias que estão a deslocar-se para zonas com maior segurança alimentar e com disponibilidade de água, sobretudo nas margens do rio Cunene, levando à desistência escolar de muitas crianças.

A comuna de Canganda, localizada a 341 quilómetros da cidade de Ondjiva, dispõe de 19 escolas, dos quais duas do segundo ciclo e 17 do ensino primário, e conta com 290 professores.

## 11.3 Seca provoca deslocações

*Jornal de Angola*  
10 De Novembro de 2015  
Texto: Adelaide Mualimusi

A população de algumas aldeias da comuna de Naulila, a 60 quilómetros de Xangongo, e do município de Ombadja, na província do Cunene, começou, há duas semanas, a abandonar as suas residências por falta de água e alimentos, foi informado ontem pela população durante uma visita de deputados do círculo provincial.

A acentuada seca que se faz sentir na região está a obrigar as populações a percorrerem grandes distâncias à procura de água e comida, sobretudo para avizinhar Namíbia e outras localidades do Cunene. Os deputados à Assembleia Nacional cumpriram um programa de visitas de trabalho de cinco dias, ao município de Ombadja, com objectivo de avaliar as condições socioeconómicas das populações.

A coordenadora do grupo de deputados, Josefina Pandeinge, afirmou que os parlamentares têm estado a trabalhar junto da população para explicar às comunidades as dificuldades que o país atravessa face à queda do preço do retróleo no mercado internacional e também auscultar os problemas com que se debatem. António José Haídenga, habitante de Naulila, disse que, a par da seca que afecta a região, a localidade precisa de uma escola do segundo ciclo do ensino secundário.

Os parlamentares visitaram a cintura verde de Calueque, a 90 quilómetros de Xangongo, onde existe uma cooperativa agrícola, particularmente activa na produção de alimentos no âmbito da diversificação da economia.

## 11.4 Província de Luanda sem casos de cólera

*Jornal de Angola*  
14 De Novembro de 2015

A directora do Gabinete Provincial da Saúde em Luanda pediu ontem à população para reforçar a prevenção contra a malária e doenças hídricas nesta época do ano, por haver proliferação de mosquitos e propensão para a ocorrência de problemas causados pela ingestão de água e alimentos contaminados com microrganismos.

A médica Rosa Bessa, que falava à agência Angop, garantiu que as autoridades sanitárias de Luanda estão a melhorar e a reforçar o funcionamento das unidades de tratamento criadas nos municípios.

A responsável pela saúde da população de Luanda alertou que, em caso de suspeita de cólera, os cidadãos devem acorrer a uma unidade próxima da sua residência e manter-se hidratada, mediante à ingestão de água ou outros líquidos.

Apesar de Luanda não registar casos de cólera desde 2013, as medidas de prevenção devem ser reforçadas, com a melhoria das condições de higiene dentro de casa e também no ambiente de trabalho, assim como a eficácia na recolha e tratamento do lixo.

A médica lembrou que devem ser adoptados cuidados básicos de higiene pessoal, como lavar as mãos antes de cada refeição e depois de utilizar o quarto de banho, e da abstenção de comer alimentos expostos ao ar livre ou sob suspeita de mau acondicionamento. Lavar as frutas e verduras em água desinfectada com lixívia (para cada litro de água 10 gotas) e deixá-las de molho, bem como a ingestão de água filtrada, fervida e desinfectada com cloro, são outras recomendações feitas por Rosa Bessa, para quem deve ser também evitado o contacto directo com água resultante de enchentes, por poder causar, além da cólera, outras enfermidades como hepatites e febre tifóide.

A cólera é uma doença causada pelo microrganismo "vibrião colérico", que tem a capacidade de multiplicar-se em grande velocidade dentro do intestino humano, provocando fortes reacções de fermentação dentro do aparelho digestivo e a libertação de uma toxina que provoca uma intensa diarreia. O contágio transmite-se, principalmente, através da água e de alimentos contaminados pelo vibrião colérico, tendo como principais sintomas a diarreia, vómitos, dores de barriga e calafrios, provocando uma enorme perda de água, que conseqüentemente gera desidratação intensa e risco de morte, caso a pessoa não seja socorrida com urgência por especialistas em saúde pública.

### 11.5 Centenas de habitações derrubadas pelas chuvas

*Jornal de Angola*

*18 De Novembro de 2015*

*Texto: Adriano Sapalo e Venâncio Victor*

Mais de duas mil pessoas ficaram desde o início do mês sem casa na província de Malanje devido à chuva constante, afirmou ontem ao Jornal de Angola o segundo-comandante dos Serviços de Protecção Civil e Bombeiros.

Miguel António, que referiu que as enxurradas destruíram 307 casas no município do Luguembo, 88 no Quirima, 35 em Calandula e sete no Quela, anunciou que o Serviço de Protecção Civil e Bombeiros entregou bens alimentares, chapas de zinco, roupa usada, material escolar, reservatórios

e água e materiais de construção às vítimas da comuna do Quinje...

O administrador de Calandula, Pedro Dembué, declarou que no sector do Quinje as chuvas destruíram 35 casas particulares, deixando em abrigo 26 famílias, bem como duas igrejas e que decorrem acções de esclarecimento sobre os perigos de construir em zonas de risco.

#### Prejuízo e Chicomba

No município de Chicomba, Huíla, a chuva e o forte vento que a tem acompanhado, destruíram parcialmente 35 casas particulares, escolas, igrejas e estabelecimentos comerciais.

O administrador municipal adjunto confirmou à Angop que a chuva destruiu, na vila de Chicomba, duas escolas do ensino primário e outra do primeiro ciclo, bem o mercado municipal que devia ser inaugurado em Dezembro.

"Felizmente, não houve danos humanos, apenas uma criança foi ferida por uma chapa de zinco, mas sem gravidade", disse.

António Guerra declarou que algumas das vítimas vivem em casas de parentes e vizinhos, enquanto aguardam por apoios da Administração Municipal e que o relatório sobre a situação já foi entregue ao Governo Provincial e ao Serviço Provincial de Protecção Civil e Bombeiros. O município de Chicomba tem 127.273 habitantes, que se dedicam maioritariamente à agricultura e a pastorícia.

### 11.6 Angola apresenta propostas para o novo acordo climático

*Jornal de Angola*

*19 De Novembro de 2015*

*Texto: Manuela Gomes*

O Ministério do Ambiente apresentou, em Luanda, as propostas do país para o novo acordo climático que espera venham a ser adoptadas na Conferência Mundial sobre Alterações Climáticas (COP), que tem lugar no próximo mês na capital francesa, Paris.

Agrupadas sob a designação genérica "Contribuições que se pretendem determinar a nível nacional", as propostas de Angola têm como documentos orientadores a Estratégia Nacional



para Implementação da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, o Protocolo de Kyoto, a Estratégia Nacional de Combate à Pobreza, a Estratégia de Longo.

Prazo para o Desenvolvimento de Angola 2025 e o Programa de Acção Nacional de Adaptação.

Presente na cerimónia, a ministra do Ambiente, Fátima Jardim, disse que Angola, sendo um país em vias de desenvolvimento, deve ter as suas posições alinhadas com as questões globais de desenvolvimento, tendo em conta as muitas imprevisibilidades.

"Aparte sul de Angola ainda regista um elevado nível de seca e desertificação", disse a ministra do Ambiente, salientando que as alterações climáticas constituem uma ameaça ao desenvolvimento sustentável.

"Precisamos de sentir neste acordo a justeza, equidade e transparência para que os países em vias de desenvolvimento, que trabalham e lutam para o bem-estar dos seus povos, possam sentir-se protegidos", disse Fátima Jardim.

Países como Angola, referiu, têm de ser financiados pela comunidade internacional, com vista à capacitação e realização de projectos para atenuar os efeitos das alterações climáticas no seu desenvolvimento e no impacto aos mais desfavorecidos.

O embaixador da França em Angola, Jean-Claude Moyret, considerou "ambiciosas" as contribuições de Angola para o novo acordo climático, sobretudo porque prevêm impulsionar o seu sector energético.

"Chegou a altura de as Partes da Convenção fazerem as grandes escolhas, sem perderem de vista que não é fácil tomar uma posição quando se trata de salvar a vida de milhares de pessoas", disse.

"Não é fácil juntar mais de 200 países para uma negociação e para que em conjunto façam esforços para salvar o clima do planeta", concluiu o embaixador da França Jean-Claude Moyret.

## 11.7 Desafios ambientais

*Jornal de Angola*

*19 De Novembro de 2015*

A aposta nas energias renováveis e limpas deixou de ser um luxo dos nossos tempos para passar a uma necessidade vital. O aquecimento global é uma realidade em todo o mundo e a necessidade de controlo sobre as emissões de gases poluentes da atmosfera tornou-se fundamental para continuidade da vida hoje e amanhã em condições normais no nosso planeta. Este debate, sobre a necessidade de se controlar melhor os índices de poluição, não pertence apenas aos países desenvolvidos que, como se sabe, são os que mais poluem.

Nem se trata de uma moda dos tempos modernos falar sobre as consequências do aquecimento global por causa das actividades humanas consideradas "inimigas do ambiente e da atmosfera". Contrariamente à ideia segundo a qual não temos um desenvolvimento industrial e aparentemente níveis de poluição que justifiquem falar sobre o controlo das emissões, não é inteligente esperar pelos problemas para agirmos. Isto, além de estar comprovado por vários estudos que as regiões do planeta que mais sofrem com os efeitos graves da poluição ambiental e atmosférica envolvem os países menos desenvolvidos e algumas denominadas economias emergentes.

O continente africano encontra-se entre as regiões que mais sofrem com os efeitos das alterações climáticas, razão pela qual urge repensar políticas e procedimentos que invertam não apenas os efeitos mas também as causas que derivam a degradação ambiental e atmosférica.

Como africanos faz todo o sentido estarmos preocupados com a tendência das emissões de gases poluentes da atmosfera e investir na criação de condições para abraçarmos as energias renováveis e limpas. Angola, que passou a ter um representante permanente junto da Agência Internacional de Energias Renováveis (IRENA), desde o dia 17, implementa numerosos programas que visam garantir a segurança energética e a sustentabilidade.

Atendendo à importância que possui um órgão da dimensão da IRENA, acreditamos que as parcerias que se estabelecem vão resultar em vantagens para o país. Com programas já em curso tais como o Programa de Acção 2025, para atestar a segurança energética, e o Projecto "Aldeia Solar", para a produção de energia, vai ser proveitosa a parceria

com a instituição criada com a finalidade de promover o uso das energias renováveis. Tratando-se de uma agência intergovernamental, vai ser estimulada a troca de experiências entre os Estados, a eventual ajuda e acompanhamento na prossecução de projectos que contribuam para um ambiente e atmosfera limpos.

Embora tenhamos condições favoráveis para implementar projectos hidroeléctricos para gerar energia eléctrica, o Executivo tem reafirmado o seu compromisso com a produção de energias renováveis e limpas. O Executivo está a implementar em todas as zonas rurais o Projecto "Aldeia Solar" com o objectivo de assegurar energia eléctrica às escolas e hospitais.

Na parte sul do país, mais concretamente na província do Namibe, há um potencial muito grande para a exploração de energia eólica cuja capacidade de produção de energia pode ter uma palavra a dizer no desenvolvimento sustentável de Angola. Caminhamos bem na procura das melhores

soluções para a preservação de condições ambientais e atmosféricas que estejam livres dos índices elevados de poluição.

Há lugares e regiões do mundo em que as chamadas partículas finas suspensas sobre o ar atmosférico são já uma ameaça grave à saúde pública.

Inaláveis, as partículas resultam muitas vezes da degradação ambiental, das emissões de gases poluentes por parte das fábricas, aparelho de frio, o funcionamento de motores, a queima de combustível fóssil, entre outros artefactos, que lesam gravemente a saúde dos seres humanos.

Temos muito trabalho pela frente na contenção das irregularidades verificadas na exploração de inertes um pouco por todo o país por parte de várias empresas. Temos leis ambientais inovadoras e dispositivos normativos que condicionam a realização de projectos com forte impacto ambiental, mas precisamos de evoluir muito mais.

Precisamos de criar condições para que as nossas instituições que superintendem o ambiente tenham mecanismos de controlo das emissões de gases poluentes e porque não ponderar a instalação de estações de medição da qualidade do ar. Numa altura em que o país evolui gradualmente para se transformar em país de

rendimento médio, esta realidade acentua o crescimento económico, alarga e modifica consideravelmente o "modus vivendi" das comunidades e com fortes implicações ambientais.

A saúde das pessoas está muito ligada à qualidade do ar que respiram, razão pela qual importa continuarmos a envidar esforços para aplicação das melhores práticas ambientais. Mas satisfaz saber que Angola não é seguramente dos países mais poluentes do mundo, nem pretende como modelo para o seu desenvolvimento sustentável padrões que acentuem a degradação ambiental e atmosférica. Em matéria de prevenção dos efeitos graves das alterações climáticas, redução da poluição ambiental e atmosférica, precisamos de nos antecipar aos desafios ambientais.

## 11.8 Árvores são abatidas sem controlo

*Jornal de Angola*

*20 De Novembro de 2015*

O abate Indiscriminado de árvores para fabrico de carvão feito por centenas de famílias camponesas é motivo de preocupação, disse ontem ao Jornal de Angola o chefe de departamento do Instituto de Desenvolvimento Florestal (I DF) no Cuando Cubango.

Leonardo Tavares lamentou que as actividades agrícolas tenham sido relegadas para segundo plano e que "muitas espécies florestais e animais" estejam a ser extintas, "o que causa mudanças no sistema ecológico".

As vias entre Menongue e Bié e entre Menongue e Cuito Cuanavale foram as mais atingidas por serem "alvos constantes de queimadas para o fabrico de carvão", disse Leonardo Tavares, que informou haver já desertificação na zona sul da província, sobretudo em Savate, Cuangar e Dirico.

Leonardo Tavares também lamentou que o Instituto de Desenvolvimento Florestal no Cuando Cubango tenha "apenas 25 fiscais", insuficientes para controlar toda a província e disse que devido à situação foi elaborado um programa de acções de sensibilização das comunidades para a inconveniência do abate indiscriminado de árvores.

No Cuando Cubango há 14 madeireiros autorizados, mas a maioria não exerce a actividade por falta de recursos financeiros.

Uma equipa técnica do Instituto de Desenvolvimento Florestal terminou recentemente no Cuando Cubango a primeira fase de uma inventariação dos recursos florestais nos municípios de Menongue, Cuchi, Cuangar e Cuito Cuanavale para definir "as espécies para produção de madeira em grande escala".

O chefe de departamento provincial do Instituto de Desenvolvimento Florestal disse que nesta acção foram recolhidas amostras de seis espécies diferentes que vão ser analisados em laboratórios de Luanda, "para se determinar o tipo predominante em cada município, bem como o tamanho, ciclo vegetativo e tempo de vida".

Das unidades de amostras, três foram obtidas no Cuangar e as outras no Cuchi e Cuito Cuanavale.

Leonardo Tavares afirmou que o estado de degradação das picadas impediu que a acção se estendesse aos municípios de Calai, Dirico, Nancova, Rivungo e Mavinga, mas as amostras recolhidas permitem ao IDF conhecer as espécies de árvores predominantes em toda a província. "Excepto as zonas que fazem fronteira com a Namíbia e a Zâmbia, que durante a guerra estiveram sujeitas ao abate indiscriminado de árvores para produção de madeira". Os recursos florestais da província "estão praticamente virgens", faltando apenas serem inventariados para exploração, explicou Leonardo Tavares, que sublinhou que "o Cuando Cubango tem boas espécies de madeira, como o girassonde, mussivi, mumué, mupanda e muienia, que bem exploradas podem ser a mola impulsadora do desenvolvimento socioeconómico da província".

Leonardo Tavares disse que seis apicultores dispostos a instalar colmeias modernas vão frequentar em Dezembro, em Luanda, uma acção de formação para ficarem aptos a formar técnicos em vários pontos da província. Leonardo Tavares recordou que o Cuando Cubango foi no período colonial grande produtor de mel e cera e que o objectivo é fazer com que volte a produzir estes bens em grande escala.

## 11.9 Acordo com Inamet vai avançar

*Jornal de Angola*  
21 De Novembro de 2015  
Texto: Josina de carvalho

O Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica (INAMET) e o Centro Comum de Investigação da União Europeia vão assinar, no decurso do primeiro trimestre do próximo ano, um Memorando de Entendimento de Cooperação na área de Investigação, no âmbito do Acordo "Caminho Conjunto" existente entre Angola e a União Europeia desde Julho de 2012.

O anúncio foi feito pelo secretário de Estado para o Planeamento e Desenvolvimento Territorial, Pedro Luís da Fonseca, ontem, durante uma conferência de imprensa, em Luanda. Pedro Luís da Fonseca informou que o Memorando de Entendimento visa o reforço da capacidade institucional do INAMET na área de agro meteorologia e acompanhamento hidrológico, formação, intercâmbio de dados e de modelos e produtos agro meteorológicos e hidrológicos.

"O Memorando de Entendimento está concluído. Falta apenas a sua tradução em língua portuguesa, para que as duas versões possam reflectir de forma fiel o que foi acordado nesta matéria", referiu. O secretário de Estado para o Planeamento e Desenvolvimento Territorial também deu a conhecer que Angola e a União Europeia avaliaram, na quinta-feira, em Luanda, o estado de aplicação das acções definidas na reunião ministerial realizada no ano passado e definiram outro conjunto de acções e projectos nos domínios político, económico, energia, alterações climáticas, investigação e inovação, que devem ser realizadas até à próxima reunião prevista para Outubro de 2016. Pedro Luís da Fonseca disse que as acções definidas no Plano de Acção para o período 2016-2017 vão ser executadas com base nas prioridades estabelecidas pelo Executivo angolano, no âmbito do Plano Nacional de Desenvolvimento (PND).

O Acordo "Caminho Conjunto", explicou, é um meio através do qual o Executivo angolano aplica a sua estratégia de Desenvolvimento. Durante a reunião ministerial que decorreu em Luanda, Angola e União Europeia registaram resultados positivos na aplicação das várias acções realizadas até ao momento, entre as quais a Conferência sobre Segurança Marítima e Energética, a

preparação da 21<sup>a</sup> Conferência das Partes das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas, que terá lugar em Paris, no próximo mês.

A assinatura do Programa Indicativo Nacional 2014-2020 para Angola em 26 de Outubro foi também um avanço registado. Para este programa, o 110 Fundo Europeu para o Desenvolvimento alocou 210 milhões de euros para os sectores da agricultura sustentável, água, saneamento básico, ensino e formação profissional.

O programa referente a 2008-2013 gastou 214 milhões de euros e de 2002-2006 um total de 146 milhões de euros.

O embaixador da delegação da União Europeia em Angola, Gordon Kricke, presente na conferência de imprensa, afirmou que Angola e a União Europeia estão a desenvolver esforços para aumentarem a cooperação existente.

Gordon Kricke considerou Angola um parceiro importante para a União Europeia e sublinhou que o Estado angolano tem assumido um papel de liderança na resolução dos conflitos em África e no mundo.

A próxima reunião ministerial Angola-União Europeia realiza-se em Outubro de 2016 em Bruxelas.

## 11.10 Novos espaços verdes

*Jornal de Angola*

*21 De Outubro de 2015*

*Texto: Maximiano Filipe*

Novos espaços verdes vão ser criados, ainda este ano, em Benguela para despertar nos cidadãos a consciência ecológica e aumentar a qualidade ambiental da província, anunciou ontem o director provincial do Instituto de Desenvolvimento Florestal (IDF).

Cipriano Avelino, que falava aos órgãos de comunicação social, revelou que a criação de novos espaços verdes deve-se a uma "forte necessidade" da população em abraçar acções das autoridades locais na preservação do património ambiental!

Para o êxito do programa de povoamento e repovoamento florestal na província de Benguela,

assegurou Cipriano Avelino, já foram preparados viveiros de plantas, entre as quais estão cedros, acácias e eucaliptos. "Com as condições criadas, pretendemos arborizar todas as zonas urbanas da província, com a distribuição de dez mil plantas até Dezembro de 2015", declarou Cipriano Avelino, que reconheceu que já existem na província cidadãos com um elevado nível de conhecimento ligado à educação ambiental e sustentabilidade do repovoamento florestal, uma realidade resultante das acções de sensibilização que o Instituto de Desenvolvimento Florestal tem realizado junto das comunidades.

O director do IDF acentuou que têm distribuído anualmente plantas às escolas e aos mercados paralelos.

## 11.11 Seca afecta população e gado em Olupale

*Jornal de Angola*

*22 De Novembro de 2015*

*Texto Nicolau Vasco*

A aldeia de Olupale, município do Cuangar, no limite entre a província do Cuando Cubango e Namacunde (Cunene) e a região namibiana de Okongo, vive momentos difíceis devido à seca. Os cerca de quatro mil habitantes da região dependem em exclusivo da agricultura de subsistência e da pastorícia.

As únicas infra-estruturas de carácter definitivo de Olupale são uma escota de quatro salas do ensino primário, um posto médico, cinco apartamentos para professores e enfermeiros e o posto da Polícia de Guarda Fronteira.

Olupale é uma zona de difícil acesso. Fica a 162 quilómetros da sede municipal do Cuangar, mas para lá chegar, as autoridades administrativas e a população têm de entrar em território namibiano até à cidade de Okongo e a partir desta percorrer 30 quilómetros até à aldeia.

A região é de vegetação pouco densa, o que facilita a pastorícia, a principal riqueza dos habitantes, uma mistura de cuanhamas e ganguelas que ali se fixaram para a prática da agricultura e criação de

animais. As casas dos habitantes distam entre si 15 quilómetros ou mais.

Uma comitiva governamental encabeçada por Eusébio de Brito Teixeira, então governador do Cuando Cubango, visitou esta localidade pela primeira vez em 2010, alertada pelas constantes queixas dos populares, que acusavam os criadores namibianos de invasão do local, com grandes manadas de gado em busca de pasto. A situação foi solucionada depois de contactos com as autoridades da região de Ohangwena.

Neste momento, no Olupale existe um pouco mais de 70 mil cabeças de gado bovino, além de caprinos e suínos, e é a região do Cuando Cubango mais rica neste domínio. Devido à escassez de chuvas, que afecta várias regiões da província, homens e animais partilham o mesmo bebedouro.

O soba António Cambinda disse ao Jornal de Angola que, além do gado, as culturas de milho, massambala e massango, alimentos mais consumidos pela população, estão ameaçadas porque há muito não chove e o rio Cubango, o mais próximo, fica a 120 quilómetros da aldeia de Olupale.

Os habitantes uniram esforços e abriram furos artesanais, mas para encontrar água foi preciso escavar a grande profundidade. Nem todos conseguem manter reservas de água na época do Cacimbo, o que torna complicada a vida dos camponeses. Nos meses de Maio até Setembro, são forçados a percorrer longas distâncias até à comuna do Savate, onde passa o rio Cubango.

#### Transumância do gado

De acordo com o soba António Cambinda, no período de Maio a Setembro assiste-se aos maiores movimentos de transumância de gado até às margens do rio Cubango. Quem não quiser passar por essa situação, é obrigado a pagar de duas a quatro cabeças de gado a membros da comunidade especialistas em escavar poços de água.

No Olupale existem mais de mil criadores de gado. Os menos abastados têm cerca de 60 cabeças de gado, mas a maioria tem mais de 600 animais, e só conseguem manter o gado na região com pastos frescos e água em abundância quando as chuvas caem com regularidade.

A tarefa de dar de beber a uma grande manada na localidade é esgotante, pois pode levar até três horas devido à grande profundidade em que é retirada a água.

O soba aproveitou a presença do administrador adjunto do Cuangar, João Henrique Malaquias, que acompanhou os jornalistas ao Olupale, para solicitar uma vez mais às autoridades provinciais que resolvam o mais rápido possível o problema da água na localidade.

Outra situação que inquieta os criadores de gado, sobretudo na época do Cacimbo, é a invasão do território por grandes manadas oriundas da Namíbia em busca de pastos. "Na volta, acusam os pastores angolanos, arrastam consigo os nossos animais que encontram pelo caminho", disse. Por esta razão. António Cambinda pediu ao Governo Provincial do Cuando Cubango e à Administração do Cuangar para que, junto das entidades da região de Ohangwena, em particular da cidade de Okongo, voltem a tratar desse assunto e alertem os criadores namibianos para deixarem tais práticas, de modo a evitar conflitos.

#### Abandono escolar em alta

O director da única escola, Fausto Sacundino, disse que a falta de água é uma das causas de abandono escolar. As crianças deixam de estudar para ajudarem os pais na transumância do gado para Savate, junto às margens do rio Cubango, onde chegam a permanecer cerca de cinco meses.

O professor disse que o alto grau de absentismo também é provocado pelas longas distâncias entre a escola e os diferentes aglomerados populacionais, que estão muito afastados uns dos outros, um problema que o Governo tem de resolver com as autoridades tradicionais, no sentido de se definir um novo padrão de vida destas comunidades.

No presente ano lectivo, foram matriculados 517 alunos do ensino primário e do primeiro ciclo. Mais de metade já abandonou as aulas por falta de condições para prosseguir os estudos.

Lineke Ndumani, 13 anos, mantém-se na escola. Vive a 15 quilómetros e participa com regularidade nas aulas. A adolescente vai todos os dias à escola na companhia dos dois irmãos.

Utilizam o burro oferecido pelo pai como meio de transporte.

Tal como Lineke, muitas outras crianças utilizam este animal como meio de transporte e só persistem na escola aqueles que têm grande vontade de aprender e espírito de sacrifício. O facto de cada família constituir o próprio sobrado contribui para o atraso escolar. Alguns habitantes não falam português. O administrador adjunto do Cuangar, João Henrique Malaquias, disse que este ano vão ser instalados no Olupale três sistemas de captação, alimentados por placas solares, que vão bombear água a partir de furos. Geradores eléctricos devem também ser instalados, assim como estão previstas acções de incentivo à agricultura e pecuária.

#### Novas infra-estruturas

A construção de mais uma escola está também prevista, assim como a ampliação do posto de saúde e a instalação de vários bebedouros para o gado, com mangas de vacinação e tanque banheiro.

No quadro das boas relações bilaterais existentes entre a Namíbia e Angola, está para breve a extensão de uma linha de transporte de energia de média e baixa tensão até à localidade de Olupale, a partir de Okongo, bem como a terraplenagem do troço de 126 quilómetros desde o Savate.

## 11.12 Luanda responde a calamidades naturais

*Jornal de Angola*

*26 De Novembro de 2015*

*Texto: Nilza Massango*

A província de Luanda passa a contar nos próximos dias com um Plano de Preparação, Contingência, Resposta e Recuperação de Calamidades.

Desde terça-feira, decorre em Luanda um seminário para a elaboração do plano, com a participação de técnicos das comissões Nacional e Provincial de Protecção Civil, administradores municipais e distritais, autoridades tradicionais, consultores e representantes das Nações Unidas.

O secretário de Estado do Interior Eugénio Laborinho afirmou, na abertura do seminário, que

termina hoje, que a projecção de cenários de risco, a implementação de centros de coordenação operacional e a elaboração de planos provinciais de contingência são recomendações saídas de um encontro nacional realizado em Malanje, com o objectivo de se reforçarem as comissões provinciais de protecção civil.

As províncias do Cunene, Namibe, Huíla, Cuanza Norte e Uíge já contam com planos de contingência de calamidades, bem elaborados e testados com sucesso.

Eugénio Laborinho encara a elaboração do plano de Luanda como um dos processos mais complexos do planeamento provincial, visto que se trata da província com maior população do país e que concentra a estrutura central de governação.

"Tendo em conta as alterações climáticas, a degradação ambiental e os vazios no planeamento territorial, como causas principais do aumento das vulnerabilidades, urge a necessidade do aumento da protecção das populações através de acções e compromissos claros que reduzam o risco e melhorem a capacidade de resposta da província, das administrações municipais e locais".

O secretário de Estado apelou às instituições técnicas e científicas a contribuírem no processo, transmitindo as informações necessárias para uma compreensão detalhada sobre as ameaças existentes, e tendo em conta que o sector privado, corno motor fundamental da dinâmica económica da província deve ser chamado a colaborar nas acções em curso. O secretário de Estado lembrou que o Executivo estabeleceu como actividades prioritárias a gestão de riscos, a redução das suas causas e a protecção das pessoas e dos investimentos públicos e privados.

"A Comissão Nacional de Protecção Civil aprovou dois planos fundamentais para o desenvolvimento das acções de redução dos riscos e atenção aos desastres no país, sendo o Plano Estratégico de Prevenção e Redução do Risco de Desastre e o Plano Nacional de Preparação, Contingência, Resposta e Recuperação de Desastres 2015-2017", disse.

A vice-governadora provincial de Luanda para a área Política e Social, Jovelina Imperial, em representação do governador Graciano Domingos, na qualidade de coordenador da Comissão

Provincial de Protecção Civil, assegurou que o plano provincial de contingência vai ajudar a colmatar as várias necessidades que surgem, tendo em conta as calamidades que se abatem sobre a província de Luanda.

#### Cazenga acautelado

Para o administrador municipal do Cazenga, Tany Narciso, a elaboração do plano provincial de contingência vem reforçar as acções desenvolvidas pela Comissão Municipal de Protecção Civil.

Com as últimas chuvas na província, o administrador municipal revelou que cerca de 33 escolas ficaram inundadas, mas a administração soube dar uma resposta imediata com os meios disponíveis, nomeadamente moto bombas e carros de sucção. Ficou assim garantida a continuidade das aulas, visto que os alunos estavam em época de provas.

O município do Cazenga tem 32 áreas ou zonas de risco já identificadas. Tany Narciso revelou que o número de mortes por afogamento reduziu consideravelmente, mas lamenta o facto de haver muitas mortes por electrocussão, principalmente em tempo de chuva, facto que geralmente acontece por negligência da própria população. Por isso, reforçou a importância de alertar e informar as populações sobre como agir diante das várias situações de risco.

### 11.13 Chuvas deixam ao relento 40 famílias na província da Huíla

*Jornal Correio Sul*

*27 De Novembro de 2015*

*Texto: Elias Kahango*

Uma forte tempestade que se abateu sobre à sede municipal de Chicomba, a 232 km do Lubango, terá deixado ao relento perto de 40 famílias, na última sexta-feira, 13, segundo fontes oficiais deste jornal que seguiram de perto o curso dos acontecimentos, naquela região do eixo nordeste da Huila.

A forte tempestade acompanhada de ventos fortes e granizo pesado terá descoberto mais de 40 casas, duas escolas do ensino primário e uma do ensino secundário, a única pensão da sede municipal, as residências do comandante municipal da polícia

nacional e do delegado dos serviços de segurança do estado, SINSE, bem como a destruição parcial da administração municipal. O rasto de destruição da enxurrada, terá igualmente se estendido aos templos religiosos, aos estabelecimentos comerciais, e ao mercado municipal concluído há dias, e que seria inaugurado no próximo dia 10 de Dezembro, por altura das comemorações da fundação do MPLA.

Em declarações à imprensa local, o administrador municipal adjunto de Chicomba, Carlos Guerra, adiantou que a tempestade destruiu 35 residências de populares, e que se só não houve vítimas humanas, porque as chuvas começaram perto das 19 horas, numa altura em que a maioria já se encontrava recolhida nos seus aposentos. Carlos Guerra lançou um SOS, para acudir as populações sinistradas, uma vez que o seu 'pelouro' não dispõe de meios suficiente para atender à população afectada.

De acordo ainda com o administrador adjunto de Chicomba, a tempestade terá durado cerca de uma hora e meia, mas deixou um cenário catastrófico, que exige a conjugação de vontades e meios para que as comunidades afectadas refaçam os seus abrigos.

Fontes transversais no local asseveram que, para além dos prejuízos materiais com as famílias, as escolas e a administração municipal ficaram mais prejudicadas com a destruição da documentação, porquanto, o cenário deu-se ao princípio do fim-de-semana e as águas permaneceram quase 24 horas no interior das instituições, ante uma intervenção incipiente e com poucos meios dos serviços municipais de protecção e bombeiros.

Refira-se, entretanto, que, a sede municipal de Chicomba tem sido palco de correntes e estranhas calamidades naturais.

Em 2003 e 2006 a vila foi sacudido por um tremor sísmico que, para além de ter deixado em pânico as populações e as autoridades locais, também deixou fissuras e quebra de telhado de residências e uma rachadura enorme sobre a ponte da povoação de Chelequela, na região sul do município.

Curiosamente, esse fenómeno voltou a ser sentido em Junho do ano passado, mas as autoridades ao nível central, tanto prometeram enviar técnicos

para avaliar se a zona é ou não vulnerável aos fenómenos sísmicos, até à data não se conhecem estudos sobre essa matéria ao nível da região. E perante esse quadro alguns municípios já estão a condicionar a implementação de projectos pessoais, como a construção de residências de média e alta renda, lojas e outros estão a criar ideias de abandonar o município, face à sequência de imprevisíveis calamidades naturais, tal como salientou a este jornal, João Kundi, professor e dirigente da JMPLA em Chicomba.

### 11.14 Mudanças climáticas mitigadas

*Jornal de Angola*

*27 De Novembro de 2015*

A secretária de Estado da Biodiversidade e Áreas de Conservação do Ministério do Ambiente manifestou ontem, em Luanda, o desejo do Executivo e parceiros continuarem a trabalhar para mitigar os efeitos das alterações climáticas, sobretudo na vertente agrícola.

Paula Francisco falava na conferência de validação do projecto de integração da resiliência climática nos sistemas de produção agrícola e agro pastoril, por meio da gestão da fertilidade do solo em áreas-chave para a produção, realizada em parceria com o Fundo das Nações Unidas para a Agricultura (FAO)

"O impacto das alterações climáticas tem estado a afectar a biodiversidade angolana, sobretudo no que toca a agricultura e outros programas que visam o combate à pobreza", afirmou a secretária de Estado, que apelou ao reforço da implementação de políticas de integração de forma inclusiva da mulher e jovens em projectos e programas voltados ao empreendedorismo.

O Executivo trabalha com os parceiros na identificação das áreas afectadas pela estiagem em todo território, e os métodos que devem ser tidos em conta para mitigar os efeitos climáticos, assegurou a secretária de Estado.

O projecto agrícola e agro pastoril começa em Janeiro de 2016. A secretária de Estado referiu que o projecto contribui para o combate à fome e à pobreza nos 14 municípios seleccionados para a fase-piloto de implementação.

O representante do Fundo das Nações Unidas para a Agricultura em Angola, Mamoudou Diallo, referiu que o projecto reforça a cooperação entre o Ministério do Ambiente, a instituição que dirige e o Fundo Global. O projecto, garantiu, fortalece a produtividade e a competitividade entre os pequenos agricultores.

### 11.15 Um olhar sobre um "bairro de tropas" na cidade do Lobito

*Jornal Correio do Sul*

*27 De Novembro de 2015*

*Texto: Pedro Dumbo*

Cerca de trinta e oito famílias provenientes das províncias do Huambo, Bié e Moxico, que fugiram da guerra civil que assolou o país, continuam refugiadas arredores do bairro da Caponte, no município do Lobito, Província de Benguela. Há mais de duas décadas que vivem em condições desumanas. O acesso às necessidades básicas como alimentação, educação, emprego, água potável, saneamento básico, entre outras, é, à partida, para essa população, um sonho. Além de viverem num bairro de trapo, são alvo constante de maus tratos da polícia.

Junto do acampamento de quase setenta e cinco cabanas feitas de chapas, com papelão e com panos rasgados, a reportagem do Correio do Sul conversou com as famílias que ali residem. O conceito de pobreza é aqui onde mora. Neste bairro não há vitrina. As necessidades fisiológicas são feitas na rua. As refeições também.

No contacto com este jornal, Joaquim António, 47 anos, coordenador do bairro, disse que, no local, vivem cerca de cinquenta e duas pessoas, entre as quais, dezoito crianças, que no período do conflito armado, se deslocaram ao litoral em busca de protecção, mas também de melhores condições de vida. O resultado nenhuma nem outra foram bem sucedidas. Depois da conquista da paz em 2002, muitos deles voltaram às suas zonas de origem, mas já não tinham encontrado os seus parentes, daí decidirem voltar ao Lobito e se instalar no referido local para refazer a vida. Este desejo se esfumou com o tempo devido a muitos entraves que têm encontrado no meio social.

Adiante, Joaquim António conta que a sua família já foi rejeitada várias vezes ao aderir os serviços de



Identificação e de Saúde, por falta de um único documento que possa justificar a paternidade dele e dos seus restantes filhos. Visivelmente triste com a situação, o nosso interlocutor não guardava lágrimas e questionava insistentemente sobre o destino das trinta e oito famílias que vivem ao ar livre há mais de vinte anos.

Com esperança de uma vida melhor totalmente fracassada, Joaquim António, que é o rosto do bairro de trapo, disse que, tudo já foi feito junto das autoridades do município, mas até agora, nada se fez para resolver o estado de coisas e todas intenções das autoridades locais nunca passaram de promessas.

Disse ainda que, há dois anos uma equipa do Ministério da Assistência e Reinserção Social fez a recolha de dados de todos, mas até a presente data, não têm qualquer resposta do referido órgão, para uma provável integração social.

Somos vistos como lixo

Ana Maria, 41 anos, fala das condições desumanas a que estão expostas as famílias. Segundo ela, "o lixo, o mau cheiro dos mangais e os mosquitos são as nossas companhias, sem qualquer protecção e aponham-os muitas doenças e não conseguimos ir ao hospital, porque não temos dinheiro para pagar o tratamento", desabafou.

As vezes, segundo disse, pensa que nasceram para sofrer e que o melhor que podia acontecer para aquela comunidade é o facto de estarem em vida. "Vivemos como lixo, dormimos no lixo e somos vistos como lixo".

Paulino António, diz que para sobreviver, faz pequenos serviços, como desentupir, foças e vender garrafas. E através deste trabalho que consegue sustentar a família.

Por seu turno, o idoso Gaspar Afonso, provavelmente o mais velho do acampamento, diz estar cansado com as sucessivas corridas que a polícia tem estado a dar a eles, na tentativa de expulsá-los do local.

O grito de solidariedade que nunca foi ouvido

Já não restam dúvidas que a realidade das trinta e oito famílias acantonadas junto dos mangais do Bairro da Caponte é bastante desoladora. E o mais

grave é que todo grito de apoio nunca foi atendido pelas autoridades governamentais.

O porta-voz do grupo, salienta que "temos estado a pedir apoios às autoridades, mas infelizmente, nunca fomos atendidos, por razões que desconhecemos".

Apesar da ignorância das autoridades, Joaquim, volta a solicitar apoios a fim de pôr termo ao sofrimento que os aflige há mais de duas décadas. Para minimizar a carência, contam com ajuda instituições religiosas, que têm feito chegar os seus apoios atenuar o sofrimento daqueles populares.

A nossa reportagem procurou obter um esclarecimento junto da administração municipal do Lobito, mas o nosso esforço não foi bem sucedido.

## 11.16 Ausência de chuvas dificulta abertura da campanha agrícola

*Jornal de Angola*

*29 De Novembro de 2015*

*Texto: Carlos Paulino*

A província do Cuando Cubango vive dificuldades para proceder à abertura oficial do ano agrícola de 2015-2016 devido à falta de chuvas.

Centenas de associações e cooperativas de camponeses e agricultores familiares prepararam as terras, mas estão impossibilitados de lançar as sementes devido à estiagem que assola toda a província, disse à reportagem do Jornal de Angola o director provincial da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas, Manuel Alexandre.

Pelo facto de ainda não se ter registado precipitação desde o início da época chuvosa, em Setembro último, a preparação das terras e o início das sementeiras estão atrasados, explicou Manuel Alexandre. Os camponeses e agricultores foram aconselhados a cultivar em zonas baixas ou próximas dos rios.

Para a presente campanha de 2015-2016, previa-se o cultivo de 186 mil hectares em toda a província, para produzir mandioca, milho, massango, massambala, feijão, batata-doce, inhame, abóbora e legumes.

O ministério da Agricultura entregou ao Cuando Cubango dez toneladas de sementes de milho, 200 charruas de tracção animal e 25 toneladas de adubo do tipo 12-24-12, para apoiar 67.203 famílias camponesas, sobretudo as que tiveram grandes prejuízos na campanha anterior por causa da estiagem e invasão dos campos por animais selvagens, explicou ao Jornal de Angola Manuel Alexandre.

Devido à escassez de inputs agrícolas, alguns camponeses foram sensibilizados para utilizar as reservas de sementes da época passada, informou o director provincial da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas, que aconselhou:

"Apesar desta situação preocupante, os camponeses da província não devem baixar a cabeça ou ficar desanimados, mas arregaçarem as mangas para que até ao final desta época agrícola, produzam alimentos com fartura para o sustento das famílias."

No ano transacto, referiu Manuel Alexandre, as chuvas caíram com alguma regularidade nos municípios de Menongue, Cuchi, Cuito Cuanavale e Savate, mas este ano, a situação está a prolongar-se, o que constitui uma grande preocupação para o Governo Provincial do Cuando Cubango.

A situação de seca é influenciada pelo clima do Deserto do Kalahari. As temperaturas variam entre os 30 e 40 graus.

#### Situação de emergência

O director provincial da Agricultura, Mateus Alexandre, disse à reportagem do Jornal de Angola que, na campanha agrícola passada, a seca afectou mais de 40 mil famílias camponesas, com maior agressividade nos municípios de Calai, Cuangar, Dirico, Rivungo, Mavinga e Nancova, que já fizeram ouvir o seu pedido de socorro motivado pela necessidade urgente de assistência alimentar.

Neste momento, as empresas locais Fratchicote, Minga e Bela e Filhos lideram um projecto de recolha de bens de primeira necessidade para socorrer as vítimas da seca do município de Mavinga, acção que, segundo os promotores, pode estender-se a outras regiões atingidas.

Manuel Alexandre sublinhou que a Direcção Provincial do Ministério de Assistência e Reinserção Social também está atenta à situação e, logo que tenha condições, vai distribuir alimentos a centenas de famílias camponesas que perderam as culturas em mais de 70 por cento devido às altas temperaturas.

A produção de milho é a que mais prejuízos sofre nestas condições, uma vez que o crescimento dessa planta necessita de água com regularidade. Os tubérculos, sobretudo as variedades de mandioca precoce, batata-doce, inhame e alguns cereais como a massambala e massango, conseguem resistir.

Por esta razão, a Direcção Provincial da Agricultura tem apostado na intensificação do cultivo de mandioca, por forma a colmatar os efeitos da seca que assola o Cuando Cubango há quatro anos consecutivos.

As constantes avarias nos equipamentos da Mecanagro, empresa vocacionada para a preparação de terras, é outro motivo de preocupação, pelo que os camponeses foram aconselhados a optar por charruas de tracção animal.

#### Campanha anterior

Manuel Alexandre explicou à reportagem do Jornal de Angola que, para evitar danos maiores, a instituição que dirige está a trabalhar, em coordenação com as administrações municipais, na orientação dos agricultores, sobretudo aqueles que vivem próximo dos rios, para produzirem nas zonas ribeirinhas de modo a mitigar a fome nos próximos tempos.

Na época passada, foram produzidas 128 toneladas de mandioca, 44.937 toneladas de milho, 11.00 toneladas de massango, 8.107 toneladas de batata-doce, 6.906,6 toneladas de massambala, 5.644 toneladas de batata-rena, 3.759 de feijão vulgar, 2.998 de hortícolas, 2.035 de amendoim, 1.444,8 de feijão macunde e 1,5 toneladas de arroz.

Participaram na campanha 57.687 famílias camponesas, 408 associações e 27 cooperativas agrícolas, que produziram no total 212.921,8 toneladas de culturas diversas, numa área de 174.265 hectares.

O director provincial da Agricultura disse que, no período em referência, foram distribuídas aos agricultores 30 toneladas de massambala, 30 toneladas de massango, 30 toneladas de feijão macunde, 25 toneladas de milho, 3.075 quilos de mandioca, 50 toneladas de adubo, 20 toneladas de sulfato de amónio e 17 toneladas de ureia, 20 toneladas de har, 500 charruas de tracção animale271 enxadas.

#### Crédito agrícola

O director provincial da Agricultura lamentou, ao *Jornal de Angola*, o facto de os camponeses da região ficarem, pelo terceiro ano consecutivo, sem acesso ao crédito agrícola de campanha, no quadro do Programa de Combate à Fome e à Pobreza, para a compra de motobombas, adubos e sementes. Como resultado da estiagem, os camponeses utilizaram as poucas reservas alimentares que possuíam e o crédito agrícola de campanha era a única fonte para os agricultores relançarem a produção e fazer face aos quatro anos subsequentes de estiagem que assola a província.

Manuel Alexandre sublinhou que o Cuando Cubango possui grandes extensões de terras aráveis e recursos hídricos para a prática de uma agricultura em grande escala, mas faltam financiamentos para os projectos e maiores incentivos aos camponeses.

"Não temos dúvidas de que, solucionada esta situação nos próximos tempos, a província vai destacar-se na produção de hortícolas e cereais, que podem ser exportados para outras regiões do país ou até mesmo para a Namíbia, como acontece com o arroz produzido na Fazenda Agro-industrial do Longa."

#### Produção de peixe

Manuel Alexandre anunciou que dois empresários nacionais estão a trabalhar na construção de sete tanques para a produção de peixe, dos quais quatro na comuna do Missombo e três no bairro da Missão Católica, arredores da cidade de Menongue, no quadro do projecto de aquacultura.

Os tanques, a serem construídos no bairro da Missão Católica, têm uma dimensão de 60x20 metros e os do missombo 25x20 metros e estão na fase de conclusão. Com cerca de 40 por cento dos

recursos hídricos do país, com inúmeros rios, com destaque para o Cubango, Cuando, Cuanavale, Cuito, Cuebe, Cuele e Cuchi, a província possui excelentes condições para desenvolver este tipo de projectos, afirmou Manuel Alexandre. A falta de financiamentos tem sido a grande dificuldade para o desenvolvimento desta actividade na província. As cooperativas de pesca artesanal debatem-se com falta de equipamentos e meios financeiros para aumentar os níveis de captura de pescado.

O director provincial explicou que a sua instituição controla 33 cooperativas de pescadores, que desenvolvem a actividade de forma precária, sobretudo com redes adaptadas com mosqueteiros e anzóis, equipamentos que não permitem a captura de grandes quantidades de peixe.

"As nossas cooperativas necessitam de barcos, redes, anzóis, bóias, caixas térmicas para a conservação do peixe, entre outros instrumentos para desenvolverem a actividade pesqueira em grande dimensão, o que também só é possível com o apoio do microcrédito", concluiu Manuel Alexandre.

## 11.17 Construção em áreas de risco é sancionada

*Jornal de Angola*  
30 De Novembro

O governo está a preparar legislação para responsabilizar os chefes de família que edificam habitações em zonas de risco, pondo em perigo a família e para se evitar situações menos boas que ocorrem sempre que chove, anunciou o governador de Luanda, Graciano Domingos.

Em entrevista à Angop, o governador reconheceu que não há fiscalização que seja suficiente para estar em todo lado e a toda hora para impedir as construções em zonas de risco. "Acho que uma das grandes apostas que devemos fazer é na educação e consciencialização das pessoas; não podemos agir como se fôssemos irracionais".

Para Graciano Domingos, existe uma anormalidade mental, "porque é inconcebível que um chefe de família, sabendo do risco que corre, erga a casa em área de risco, pondo em perigo toda a sua família".

"Tem de haver aqui a intervenção dos assistentes sociais e até mesmo de psicólogos", frisou, tendo anunciado a actualização anual do Plano Provincial de Contingência e o reforço na educação das populações no sentido de não construírem em áreas de risco.

Graciano Domingos disse que o Governo Provincial de Luanda tem um plano provincial de contingência, que é actualizado todos os anos.

"Nós actuamos em cadeia. Há responsabilidades municipais, provinciais e responsabilidades do nível central. Por exemplo, sempre que ocorrem chuvas, o primeiro a actuar é o município e se este se sentir incapacitado acciona a província e este, por sua vez, recorre ao Ministério do Interior", explicou.

Segundo o governador, no que diz respeito à prevenção de desastres, tem de se continuar a insistir na educação das populações no sentido de não construírem em áreas de risco.

#### Plano Director de Luanda

O Plano Director Geral de Luanda, que aborda de modo integrado o desenvolvimento da província, possui soluções técnicas para a situação dos transportes na capital do país, disse o governador provincial, Graciano Domingos.

O governador adiantou que naturalmente que os recursos escasseiam para a sua implementação.

"Mas neste momento já existem obras a decorrer, como a questão do metro de superfície, a ligação ao novo aeroporto, a construção da via rápida para autocarros. Mas achamos que, para se melhorar a mobilidade em Luanda é necessário que se distribua a actividade económica por todo o território da província", esclareceu o governante. Segundo Graciano Domingos, neste momento, notam-se movimentos pendulares, onde de manhã todos saem da periferia para o centro e a tarde o inverso. A periferia pratica' mente desempenha a função de dormitório, o que faz com que todos tenham que se deslocar para o centro da cidade para resolvermos mais variados problemas.

O responsável adiantou que se existirem os serviços espalhado por toda província de Luanda não haverá necessidade de alguém que vive em Viana ter de vir ao centro para levantar dinheiro,

pagar uma multa, procurar emprego ou trata: um bilhete de identidade.

"Logo, é necessário que haja investimento na periferia, pulverizemos o desenvolvimento pelo território e evitemos ao mínimo possível os movimentos pendulares que actualmente notamos na nossa vida quotidiana", referiu. Quanto à conclusão das vias de Estádio 11 de Novembro/Estalagem e Benfica/11 de Novembro, o governador acredita que os "timings" serão cumpridos. No entanto, como a obra está a ser dirigida, da pelo Ministério da Construção ela é a melhor propriedade para fazer referência a isto.

Falando sobre o número de acidentes e suas consequências, Graciano Domingos adiantou que existem em Luanda 6,5 milhões de habitantes num espaço bastante exíguo, é natural que quando acontece um acidente existam graves consequências, mas deve-se continuar a investir na prevenção rodoviária e na coo locação de mais agentes de fiscalização na via e evitar que pessoas alcoolizadas, desencartadas conduzem..

## 12. DEZEMBRO

### 12.1 Baixo nível de água reduz produção de energia

*Jornal de Angola*  
03 De Dezembro de 2015  
Texto: Antonica Nepa

A actual capacidade de produção de energia eléctrica destinada às cidades do Huambo e do Cuito está longe de satisfazer a demanda dos consumidores, devido aos baixos níveis de água na albufeira da barragem, disse ontem o director provincial da Energia e Águas do Huambo.

Simão Canda, disse ao Jornal de Angola que a província tem um défice de produção de 40 por cento em relação à capacidade necessária para cobrir a procura.

Com capacidade instalada de 70 megawatts, a província do Huambo tem apenas disponíveis cerca de 37 megawatts, devido à baixa do nível de água na albufeira da barragem do Ngove, causada pelas fracas chuvas nos últimos dias.

Simão Canda referiu que, apesar de cáirem com frequência, as chuvas ainda não são intensas neste período, o que não permite às bacias acumularem água suficiente para passarem ao Ngove. "A principal matéria para se produzir energia numa barragem hidroeléctrica é a água e em caso da falta desta fica difícil produzir níveis desejados de energia eléctrica, para a nossa província", afirmou.

O director provincial da Energia e Águas explicou que da energia produzida na barragem hidroeléctrica do Ngove, inaugurada em 2012, dos 24 megawatts que a cidade do Huambo e arredores recebem cinco destinam-se à cidade do Cuito, capital do Bié, e quatro são para a cidade da Caála. A barragem gasta cerca de três centímetros de água por dia na albufeira e tem, na sua exploração, um nível máximo de 1.588 metros e um mínimo de 1.573 metros, estando hoje com 1.578, que permitem fornecer apenas 24 megawatts da capacidade de 60 instalados na barragem.

Para se manter este nível de exploração tem de se ter água disponível na albufeira, mas como a chuva não cai com a intensidade desejada o

Governo Provincial do Huambo tem feito o necessário para manter o fornecimento de energia dentro destas limitações. Enquanto persistir a situação, o director da Energia funciona com capacidade de nove megawatts, devido à falta de peças sobressalentes, o que leva ao recurso a outras províncias, onde também existem centrais térmicas.

O abastecimento de energia tem sido também prejudicado por perturbações na rede, causada por indivíduos de má fé, que, para conseguirem energia, recorrem às chamadas "puxadas".

"Quando há perturbações na rede a central térmica dispara, sai do serviço e as vezes quando isso acontece tem de se esperar muito tempo, porque não é a mesma coisa quando nós desligamos conscientemente", esclareceu o director provincial de Energia e Águas.

e Águas disse que o Governo adquiriu uma central térmica, localizada no bairro Benfica, para conciliar com a barragem do Ngove e cobrir o défice da produção.

A referida central tem uma capacidade instalada de 15 megawatts, que somados aos 24 produzidos actualmente na barragem do Gove dão aproximadamente 39 megawatts.

Simão Canda explicou que esta capacidade instalada não é a real e, por isso, considera que a central produz aproximadamente 13.2 megawatts, mas também nem sempre estão disponíveis, devido a avarias técnicas, serviços de manutenção e outras operações inerentes à exploração. Há um mês que a central da província conta com 135 postos de transformação de energia eléctrica, dos quais 45 privados, que são também responsáveis pela perturbação no fornecimento de energia; já que nem sempre cumprem com requisitos técnicos necessários para a instalação destes postos.

"Ao fazerem as suas instalações ou manutenções eles puxam um cabo de um lado ao outro e isto cria uma perturbação na rede, porque as fontes de alimentação são linhas que vêm do Ngove ou da central térmica e acabam por criar transformações em toda a rede", sublinhou director de Energia e Águas.

Os gestores de postos de transformação privados não pagam impostos, mas Simão Canda explicou que o Governo vai tomar rapidamente "medidas duras" para punir os que insistirem em não licenciar as instalações eléctricas, incluindo grupos geradores, estando já em estudo o respectivo projecto.

Simão Canda explicou que, depois de licenciados, os donos dos postos de transformação terão também a licença de exploração.

O Governo tem também o projecto de massificar, nos próximos tempos, o sistema pré-pago de energia, para rentabilizar melhor estes serviços e Criar ao mesmo tempo uma cultura de consumo regrado de energia. O sistema pré-pago vai ser convencional e será adoptado por todos os cidadãos. A rede de média tensão da província encontra-se em mau estado e está em curso o processo da sua requalificação.

## 12.2 Milhares de pessoas infectadas pela seca

*Jornal de Angola*

*5 De Dezembro de 2015*

*Texto: Dionísio David*

Mais de 700mil pessoas, além de 500 mil bovinos, são afectadas no Cunene pela seca que atinge aquela província há já três anos, revelam dados dos Serviços de Protecção Civil e Bombeiros divulgados ontem.

Os mesmos números mostraram que os municípios do Cuanhama e Namacunde e partes de Ombadja e Curoca são as zonas mais afectadas.

O vice-governador provincial para os Serviços Técnicos e Infra-estruturas reafirmou ao Jornal de Angola que a seca afecta a agricultura e gado, "os principais sustentáculos da economia da região".

Cristino Ndeitunga referiu que o Governo Provincial continua empenhado em encontrar soluções para os problemas do Cunene agravados pela crise económica.

## 12.3 Falta de recursos para combater a seca

*Jornal de Angola*

*8 De Dezembro de 2015*

A ministra do Ambiente, Fátima Jardim, afirmou ontem, em Paris, que Angola é atingida de forma cíclica por alterações climáticas e apontou os recursos financeiros como o elemento fundamental para o combate e mitigação dos efeitos desse fenómeno.

Ao intervir na 21 a Conferência das Partes sobre Alterações Climáticas (COP21), que encerra sexta-feira, a ministra referiu que, como consequência das alterações climáticas, Angola enfrenta períodos de seca prolongada em certas zonas a Leste e Sul do país, além das enchentes e queimadas das florestas.

Tais ocorrências, de acordo com a ministra do Ambiente de Angola, têm afectado "gravemente" a produção agrícola, provocam a indisponibilidade de água, e a danificação da biodiversidade marinha e terrestre.

"Há sectores da economia com maior índice de vulnerabilidade aos impactos resultantes das alterações climáticas, provocando riscos directos para a saúde, além de afectar a segurança alimentar, um potencial económico nacional", disse a ministra.

Durante a sua intervenção, Fátima Jardim endereçou uma mensagem de incentivo e solidariedade do Presidente José Eduardo Santos aos 49 Países Menos Desenvolvidos (PMD), que têm uma ambição colectiva para garantir um acordo climático robusto e vinculativo que limite a temperatura global abaixo de 2°C.

De acordo com Fátima Jardim, a maioria dos países menos desenvolvidos já apresentaram as suas contribuições nacionais, enquanto os países em desenvolvimento têm feito grandes avanços no sentido de melhorar as suas infra-estruturas sociais e económicas, tomando-as mais fortes aos efeitos das alterações climáticas. "Nos dias de hoje, a ideia de que os impactos do clima afectam a alimentação, saúde, água e a educação é cada vez mais real. O teor da contribuição Nacional de Angola expressa bem isso", sublinhou.

A ministra lamentou o facto de se registar uma fraca reacção financeira de apoio aos países mais afectados pelas alterações climáticas.

"Os projectos de mitigação nos países de renda média podem, certamente, ter melhor apreciação por parte de entidades públicas e privadas, tendo em consideração que os Países Menos Desenvolvidos têm necessidades urgentes de acesso aos fundos públicos", acrescentou Fátima Jardim. A ministra augurou que os líderes mundiais reunidos em Paris adoptem, até sexta-feira, um acordo vinculativo para os países, com responsabilidades comuns, mas diferenciadas.

Na última semana, os doadores anunciaram uma contribuição de 248 milhões de dólares para os Países Menos Desenvolvidos para apoio à adaptação às alterações climáticas. Estes valores constam de urna declaração conjunta dos governos dos Estados Unidos da América, do Canadá, da Dinamarca, Finlândia, França, Alemanha, Irlanda, Itália, Suécia, Suíça e do Reino Unido. "Hoje em Paris, anunciamos contribuições que totalizam 248 milhões de dólares para um Fundo para os Países Menos Desenvolvidos, que faz parte do Fundo Mundial para o Ambiente (GEF). "O LDCF desempenha um papel crucial na resolução das necessidades urgentes e imediatas de adaptação dos países menos desenvolvidos, incidindo na redução da vulnerabilidade de sectores e recursos que são fundamentais para o desenvolvimento nacional e humano, como a água, a agricultura e a segurança alimentar e as infra-estruturas, como identificado e priorizado nos seus Programas de Acção Nacionais de Adaptação", explicam os doadores no seu comunicado, citado pela Angop.

## 12.4 Plantados milhares de eucaliptos

*Jornal de Angola*  
8 De Dezembro de 2015  
Texto: Justino Vitorino

Mais de mil eucaliptos foram plantados ontem no perímetro florestal do Sacahala, arredores da cidade do Huambo, pelos militantes da Organização de Pioneiros Agostinho Neto (OPA), informou o primeiro-secretário provincial da OPA.

José Albano Manuel disse que a província está a registar, nos últimos meses, um aumento considerável do abate indiscriminado de árvores e garantiu que o Governo Provincial vai inverter a situação em breve.

Sem adiantar as medidas concretas que vão ser tomadas para a alteração do quadro actual, José Albano adiantou que é urgente pôr cobro à situação. "Por esta razão o Governo local começou já a fazer diligências para conter o corte indiscriminado de árvores e proteger os polígonos florestais da província."

O primeiro-secretário da OPA no Huambo referiu que o abate anárquico de árvores está a criar sérios problemas ambientais na província, tais como a desflorestação, a erosão dos solos, o surgimento de ravinas, a seca, a diminuição da produtividade agrícola, a alteração do ciclo hidrológico, a diminuição da fertilidade dos solos e a contaminação das águas.

"Esse é um assunto que a Organização de Pioneiros Angolanos abordou com as autoridades locais do Instituto de Desenvolvimento

Florestal, mas fomos informados de que os fiscais não têm meios materiais. Anteriormente andavam armados e podiam fazer frente aos prevaricadores no período nocturno. Mas o desarmamento dos fiscais complicou o seu trabalho, levando-os inclusive a correr risco de vida", salientou.

O director do Instituto de Desenvolvimento Florestal no Huambo, Andrade Baú, informou que o secretário de Estado para os Recursos Florestais, Francisco André Moda, esteve recentemente na província para fazer uma avaliação do sector e inteirar-se das preocupações do instituto, nomeadamente o estado do polígono florestal do Cuima, na Caála, o abate indiscriminado de árvores e as queimadas.

## 12.5 Cuidado com a chuva

*Jornal de Angola*  
9 De Dezembro de 2015

Estamos em época de chuva e, atendendo aos efeitos do aquecimento global em todo o mundo, todos os cuidados para minimizarmos os danos decorrentes das quedas pluviométricas são poucos. As alterações climáticas estão a ter um efeito pernicioso no funcionamento das leis que regem no equilíbrio térmico do planeta, razão pela qual a imprevisibilidade das chuvas e dos seus efeitos estão a vista de todos. Não podemos pensar que somos excepção quando se trata dos eventuais efeitos graves que resultam das chuvas.

Chegam-no todo os dias informações sobre cheias, chuvas torrenciais ou outras calamidades decorrentes das alterações climáticas. Não precisamos de esperar pelos efeitos das chuvas e independentemente da realidade que temos, as chuvas representam sempre uma espécie de faca de dois gumes. Se por um lado constituem uma bênção para o mundo agrícola, num país eminentemente agrícola, por outro lado acarretam também consequências por causa da desordem ainda verificada nos processos de ocupação dos solos.

Há alguns meses testemunhámos em Luanda e Benguela, apenas para mencionar estas províncias, chuvas que resultaram em mortes e danos materiais avultados. Noutras localidades, fenómenos naturais como ravinas também ameaçam a permanência de famílias, mas não há dúvidas de que as enxurradas constituem o principal mal cujos efeitos devem ser amplamente mitigados.

Não podemos lamentar os efeitos perversos da chuva quando inversamente não observamos às normas na construção civil, no depósito de lixo, entre outras práticas. Não é correcto imputar responsabilidades às instituições do Estado sobre os efeitos danosos das chuvas quando resulta claramente de comportamentos humanos irresponsáveis. Para minimizarmos muitos dos estragos provocado pelas chuvas precisamos de fazer a apologia prática dos bons comportamentos em sociedade, seja nas zonas urbanas seja nas zonas rurais. Precisamos de ter cuidado com as chuvas, sobretudo quando comparamos o potencial destruidor das enxurradas e a estrutura desordenada dos bairros e das habitações.

Ao redor da sedes das capitais provinciais, numerosos bairros cresceram desordenadamente, embora num contexto bastante conhecido, que precisa de ser invertido sob penas das consequências prevalecerem. A carência habitacional continua ainda como m desafio, mas numerosos passos têm sido feitos não apenas para minimizar a falta de habitações mas sobretudo para evitar que mais famílias continuem a viver em áreas de risco. O processo de requalificação por que passam numerosos bairros da cidade capital, realidade vivida noutras províncias do país, constituem uma das saldas para a redução dos efectos danosos das chuvas.

Deve continuar a ser encorajada a requalificação dos bairros com vista a redução a zero das mortes nas comunidades e uma diminuição significativa dos danos materiais.

Terminada a fase de emergência com que muitas famílias eram confrontados na busca de um abrigo, hoje nada justifica que as atenções para se alojar estejam em zonas de alto risco em épocas de chuva. Vivemos em paz e numa altura em que o Executivo se empenha para que cada família tenha possibilidades de acesso a uma residência condigna, devemos fazer todo o esforço para que essas expectativas se efectivem.

O Serviço Nacional de Protecção Civil e Bombeiros (SNPCB) tem efectuado um amplo trabalho de sensibilização junto das populações sobre os Cuidados em época chuvosa e de intervenção em casos de sinistro em todo o país. Acreditamos que a representações provinciais dos SNPCB, particularmente nas localidades de maior densidade pluviométricas, viram as suas responsabilidades acrescidas. Precisamos de redobrar os cuidados e procurar minimizar os efeitos das chuvas, com procedimentos pequenos e práticos. Certificarmo-no que a segurança da telha de casa, do muro e parede que cobrem a casa e o quintal, entre outra medida, podem ser vitais. Ouvimos todos os dias dizer que a "chuva é obra da natureza", facto elementar que nos indicam claramente que não fazer oposto quando da trata da adaptação às chuvas. São os seres humano que se devem adaptar ao fenómeno naturais, criando as condições básicas para evitar ou minimizar os seus efeitos.

Tratando-se de obra da natureza, contra a qual pouco e pode fazer, não há dúvidas de que a sociedade precisa de repensar os procedimentos para a construção de um abrigo. E as autoridades precisam de actuar rigorosamente, em conformidade com as leis, para impedir que a insistência, li irresponsabilidade e a negligência se sobreponham às leis e à boas práticas. Devemos ter cuidado com as chuvas à medida que as alterações climáticas influenciem negativamente na variação e carga das quedas pluviométricas em Angola. A mensagem que deve ser passada às famílias de Cabinda ao Cunene deve ser sintetizada nestas palavras muito simples: Cuidados com a chuva.



## 12.6 Luanda precisa de sistema de alerta

*Jornal de Angola*

*9 De Dezembro de 2015*

*Texto: Nilza Massango*

Luanda é uma cidade que precisa de ter centros de operações montados e equipados com câmaras de monitorização e outros mecanismos tecnológicos avançados capazes de alertar a população em caso de uma eventual calamidade natural, disse ontem o director nacional da Administração Local do Estado do Ministério da Administração do Território.

Belizário dos Santos falava depois da abertura do seminário sobre "Scorecard (sistema de pontuação) para Resiliência a Desastres, Província de Luanda", que termina hoje.

O sistema de monitorização, se for montado em Luanda, deve ser semelhante ao que existe no Rio de Janeiro, onde os moradores que vivem em zonas de risco e registados podem receber, por via de mensagem de telemóvel, alerta para serem tomadas rapidamente medidas para salvaguardar as suas vidas e bens, informou Belizário dos Santos, que acrescentou que a intenção é tornar as cidades cada vez mais inteligentes para protegerem os seus cidadãos das várias situações de risco.

O "scorecard", metodologia desenvolvida pela IBM e parceiros, disponibiliza um conjunto de critérios de avaliação, que permitem as cidades a compreender o quanto são resilientes.

A sua criação é resultante da campanha "Construindo Cidades Resilientes, lançada pelas Nações Unidas em 2010 e associada aos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável 2015-2030, a que Angola aderiu recentemente.

Discurso da vice-governadora

A vice-governadora provincial para a Área Política e Social do, Jovelina Imperial, que presidiu à cerimónia de abertura do seminário, disse que a redução de risco de desastres naturais é um compromisso sério para o Executivo.

Jovelina Imperial citou o Presidente José Eduardo dos Santos que, no discurso proferido na cimeira

China-Africa, realizada na África do Sul, fez menção ao combate à desertificação como uma das acções para contrapor os efeitos devastadores dos desastres naturais e as alterações climáticas.

A vice-governadora provincial falou da elaboração do Plano Provincial de Preparação, Contingência, Resposta e Recuperação que vai ajudar a resolver as várias necessidades que surgem, quando são registadas calamidades na província de Luanda.

"Angola assumiu a responsabilidade de maximizar os esforços práticos para a redução de risco de desastres, uma aposta para a melhoria das condições de vida das populações", declarou Jovelina Imperial, acrescentando que existe uma comissão multisectorial integrada por vários actores, como o Ambiente, a Polícia, a Protecção Civil e Bombeiros, cada um com o seu papel destinado à prevenção dos desastres naturais. "Com um trabalho concertado, podem surgir bons resultados", afirmou Jovelina Imperial.

O director-geral da IBM Angola, Paulo Falcão, disse à comunicação social que uma cidade resiliente é a que tem capacidade de responder a desastres naturais, mantendo a sua operacionalidade.

Sobre as condições básicas para uma cidade resiliente, Paulo Falcão disse ser necessário que, numa primeira fase, tenha uma radiografia do ponto de vista organizacional, a fim de serem apontadas eventuais falhas e definir planos de mitigação.

O primeiro dia do seminário, uma iniciativa do Ministério da Administração do Território em parceria com o Governo Provincial de Luanda e a IBM Angola, avaliou a situação actual da província de Luanda, no quadro daquilo que são os dez fundamentos para uma cidade resiliente que passam pela organização, identificação, compreensão, utilização de cenários actuais e futuros, fortalecimento da capacidade financeira, desenvolvimento de planos de urbanização resilientes e aumento da resiliência social e cultural.

## 12.7 Cerca 31 por cento da superfície do País está afectado pela seca

*Novo Jornal*

## 11 De Dezembro de 2015

O GOVERNO ANGOLANO diz que para conter o aumento das emissões de gases com efeito estufa serão necessários perto de 15 mil milhões de dólares.

Segundo a ministra do Ambiente, Fátima Jardim, que participa na cimeira do clima, em Paris, Angola quer ser compensada para abdicar do papel preponderante do petróleo no seu desenvolvimento.

Segundo a ministra, as alterações do clima estão a ter consequências visíveis, sobretudo nas regiões mais a sul. "O deserto está a aumentar, e não é por acção humana que isto se verifica. É uma das zonas menos povoadas do país", explica, acrescentando que: "Cerca de 31% da superfície do nosso território estão afectados pela seca e pela desertificação."

Angola tinha todos os seus planos de desenvolvimentos baseados num preço médio de 80 dólares para o barril de petróleo. Mas o valor está perto de 40 dólares.

"Vimos o nosso orçamento baixar para metade. Quem é que compensa? Outros países estão sair beneficiados com isso", afirma a ministra do Ambiente.

A reivindicação de Angola exemplifica a complexa teia de interesses em jogo nessa cimeira do clima Paris, no que toca ao financiamento.

Os 100 mil milhões de dólares anuais prometidos deverão SE para "atender às necessidades países em desenvolvimento".

### 12.8 Ninguém impede a chuva"

*Novo Jornal*

*11 De Dezembro de 2015*

*Texto: Isabel João*

As CONSEQUÊNCIAS das chuvas de terça-feira última ainda estão bem visíveis na maioria dos municípios de Luanda. No Cazenga, um dos mais afectados, há pelo menos algumas residências que ficaram inundadas em consequência da força das águas. Naquele município, as principais vias ficaram alagadas, não havendo espaço nem possibilidade de viaturas e pessoas circularem.

No Cazenga, a rua que liga a estrada da Cuca até à estrada da Siga não há como circular e a água da chuva misturada com o lixo é o cenário que se regista naquela zona.

Os moradores da zona dizem já ter contactado o administrador municipal do Cazenga, mas este mostra-se indisponível para se fazer presente no local. "O que nós queremos é que o chefe máximo do município venha ver esta situação e resolver. É muito triste isso que estamos a viver, todos os anos é a mesma coisa, não sabemos o que é que estes senhores andam a fazer. É muito sofrimento, na imprensa fala mas nada se resolve disse Rosa Adão, moradora do Cazenga, há 30 anos.

Já no distrito urbano do Sambizanga, na rua 12 de Junho, a situação é semelhante à da estrada da Siga. Durante a nossa reportagem, eram visíveis as dificuldades que as pessoas tinham para se poderem movimentar. Os automobilistas que têm a intenção de chegar até à zona da Cuca têm de passar pela zona do 'São Paulo, que apresenta exactamente as mesmas dificuldades. "Passar pela rua 12 de Julho só mesmo de botas; quem não tem botas pode ser transportado para outro lado a troco de 100 kwanzas", diz a moradora Francisca Bica.

Francisca Bica disse estar preocupada com as águas paradas e o lixo, pois levarão ao surgimento de uma série de enfermidades com consequências imprevisíveis.

De acordo com a moradora no interior do distrito do Sambizanga, muitas famílias mudaram-se para casas de familiares, amigos e vizinhos, que têm as casas junto à estrada principal, apesar de alguns não terem saído das suas residências por não terem pessoas próximas que vivam próximo da via menos afectada.

O porta-voz da comissão provincial de Protecção Civil e Bombeiros, Faustino Mingues, disse que mais de mil e 174 residências ficaram inundadas em consequência das últimas chuvas.

Segundo ainda o porta-voz, a chuva arrastou também enormes quantidades de lixo para algumas vias, o que continua a dificultar a circulação rodoviária em muitas zonas da cidade capital.

De acordo com Faustino Míngues, tivemos um registo de mil 174 residências e 13 escolas inundadas no município do Cazenga, bem como um posto médico. Já no município da Quissama, a comissão provincial registou um capotamento no troço Muxima Cabo-Ledo em consequência das chuvas. "Temos também aqui a realçar que o nível do rio aumentou consideravelmente e as pessoas transitam com muitas dificuldades".

Já em Março deste ano, mais de 1.600 residências foram arrastadas e oitocentas famílias ficaram desabrigadas em consequência das chuvas.

## 12.9 Seca arrasa Cunene

*Jornal Manchete*  
11 De Dezembro de 2015

As autoridades angolanas estão a ser acusadas de fazer ouvidos de mercador aos apelos da Igreja Católica, sobre a seca que afeita a província do Cunene, no sul do país;

Aquela instituição religiosa diz não ter meios para acudir às pessoas que diariamente pedem ajuda. Em declarações, esta semana, à agência Lusa, o bispo da diocese de Ondjiva, Pio Hipunhati, considerou preocupante a situação que é generalizada a toda a província. Segundo o bispo, a igreja está sem meios para acudir às "tantas pessoas" que batem por dia à porta da igreja "à procura de alguma coisa para enganar o estômago".

"Isto é generalizado a toda a província, porque no ano passado não houve colheita nenhuma. Toda a província se ressentiu disto", disse o bispo, acrescentando que a situação afeita mais de metade da população do Cunene, estimada em cerca de um milhão de habitantes, com destaque para o meio rural.

O prelado salientou que além da falta de alimentos, a população vive igualmente o flagelo da falta de água.

"Só para ter noção, só no sábado é que começou a chover. Desde o início da época [chuvosa], que em

condições normais deveria ter acontecido a partir de Outubro. Por cá nem há ainda erva verde, o gado está a morrer, nem havia água para os animais", frisou o bispo.

Pio Hipunhati avançou ainda que as autoridades têm realizado acções de distribuição de água, mas "são coisas localizadas", destacando que este ano não foi distribuída ajuda alimentar.

"A situação é preocupante. Agora se continuar a chover pode ser que o problema da água esteja resolvido, mas no que se refere aos alimentos, só daqui a Abril ou Maio, se a colheita for boa, é que a fome poderá ser minimizada. Nesse momento toda ajuda é bem-vinda", disse o bispo.

Assumiu ainda que todos os dias batem à porta de sua casa pessoas provenientes das aldeias, que procuram os hospitais, mas a igreja não tem como as ajudar.

"O que nós apelamos aos fiéis é a partilha do pouco que se tem, para que de facto ninguém morra à fome, a partilha dentro da solidariedade cristã, mas não temos ajudas de fora. As pessoas vão partilhando o pouco daquilo que têm", lamentou.

Para o bispo é urgente uma atenção especial sobretudo para o interior da província, caso contrário "nem sequer terão sementes para cultivar, porque consumiram as reservas que tinham".

Questionado sobre se há o registo de mortes devido à situação, o bispo disse que não, mas alertou que pode haver por derivação da situação.

"Porque as crianças chegam aqui muito desnutridas, a tuberculose que estava irradiada ultimamente ressurgiu", sustentou.

## 12.10 Zonas de risco são mapeadas

*Jornal de Angola*  
11 De Dezembro de 2015

Um mapeamento das zonas de risco está a ser feito pelo Comando Provincial de Luanda do Serviço de Protecção Civil e Bombeiros para a prevenção de desastres naturais e humanos que causam a perda de vidas e de bens da população e do Estado, informou ontem o responsável pela área de

Planeamento Operacional do órgão operativo do Ministério do Interior.

Flávio Chimbundi disse que, com o mesmo fim, são realizados também trabalhos de sensibilização nas comunidades para a necessidade de se pôr fim à ocupação ilegal de terrenos, sobretudo nas zonas de risco.

O Plano Provincial de Preparação, Contingência e Recuperação, que vai permitir aos órgãos intervenientes na gestão de calamidades fazerem a monitorização constante do estado da cidade de Luanda, com o envolvimento da população, foi elaborado há uma semana, explicou Flávio Chimbundi.

Um seminário sobre "scorecard (sistema de pontuação) para Resiliência a Desastres na Província de Luanda foi realizado em Luanda, pelo Ministério da Administração do Território, pelo Governo da Província de Luanda e pela IBM

O "scorecard", uma metodologia desenvolvida pela IBM e parceiros, disponibiliza um conjunto de critérios de avaliação, que permitem que as cidades compreendam o quanto são resilientes. A sua criação é resultante da campanha "Construindo Cidades Resilientes", lançada pelas Nações Unidas em 2010 e associada aos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável 2015-2030, à qual Angola aderiu recentemente.

#### Bombeiros em prontidão

O porta-voz do Comando Provincial do Serviço de Protecção Civil e Bombeiros, Faustino Miguêns, declarou quarta-feira que se pretende corrigir alguns défices registados no serviço de resposta a inundações que ocorrem no período das chuvas.

Faustino Miguêns, que falava durante o seminário sobre "scorecard para Resiliência a Desastres na província de Luanda, reconheceu que, às vezes, quando há inundações há um défice em termos de resposta na capital angolana.

"O investimento na preparação dos quadros é o método mais adequado para dar resposta aos desastres e o órgão operativo do Ministério do Interior participa em vários seminários no país e no estrangeiro a fim de recolher mais experiências a respeito de planos de contingência", disse Faustino Miguêns que acrescentou que o objectivo

das acções de formação é tomar Luanda numa província resiliente e adequar o país à actual realidade do mundo.

## 12.11 Chuva em Luanda destapa os mesmos problemas

*Jornal Grandes Notícias*  
12 De Dezembro de 2015

Esta semana, Luanda registou a primeira grande chuva do ano, que está prestes a findar. Foi um aguaceiro digno figurar nos anais da história da capital do país.

São Pedro não teve meias medidas: muitas zonas periféricas, sobretudo, suplicaram ao santo que parasse de mandar água cá para baixo. Como sempre, foram destapadas as carecas desta cidade que, sempre que cai uma bordoadada, põe-se de rastos.

O "fiscal das obras": como costuma ser apelidado no gozo pelos luandenses, mais uma vez, destapou novos buracos ou agravou a profundidade e largura de outros. O resultado, foi o mesmo de sempre. Estradas com enormes crateras, trânsito encravado e alguns acidentes.

Nos musseques, vielas, becos e algumas estradas ficaram intransitáveis. Nestas ocasiões, os cidadãos sofrem para chegar aos seus destinos: escolas e locais de trabalho. A situação agrava-se com a falta de transportes.

Tudo isso é previsível Entra ano, sai ano, e o cenário mantém-se. A novidade, talvez, tenha sido, desta vez, uma situação concreta retratada nas redes sociais, e que terá ocorrido na centralidade do "Kilamba"

O teste aplicado pelo "fiscal das obras" por aquelas bandas demonstrou que existem debilidades que não eram supostos "apoquentar" aquela centralidade. Fotos publicadas, abundantemente, nas redes sociais mostram algumas artérias daquela centralidade completamente inundadas.

Em algumas unidades residenciais a marca d'água situou-se próximo do meio dos apartamentos do rés-do-chão.

Nada podia prever o que ali ocorreu. Porém, doravante, as administrações das centralidades já

receberam o aviso do "fiscal": e para a próxima, que se cuidem, não vá o diabo tecê-las.

Uma cidade, costuma dizer-se, é considerada bem planificada quando suporta bem uma carga de água das chuvas.

E quando, apesar das chuvas, o seu trânsito corre com normalidade. É verdade que grandes cidades, como Chicago, Lisboa ou Madrid, por exemplo, não estão isentas deste tipo de constrangimentos. Recentemente, o Brasil, que tem muitas cidades no mesmo paralelo que algumas cidades angolanas, sofreram com o mesmo fenómeno. No Rio Grande do Sul ou Santa Catarina, inúmeras plantações foram arrasadas, e milhares de cidadãos ficaram sem abrigo. As autoridades, felizmente, já acostumadas com estas ocorrências accionaram, em tempo útil, os mecanismos de socorro à disposição. E convém não ficarmos de braços cruzados, uma vez que ainda temos pela frente uma longa temporada de chuvas.

É claro, que as chuvas são sempre bem-vindas no meio rural Sinal de bênção para as plantações, elas anunciam boas safras. E tal é benéfico.

Porque, na actual conjuntura que o país vive, a produção alimentar nacional é fundamental para colmatar o problema da fome.

Em anos anteriores à nossa independência, Angola já foi grande produtora de grandes variedades de alimentos naturais, sobretudo frutas, tendo chegado ao estatuto de exportador, principalmente de café, bananas e outras frutas tropicais.

Portanto, Luanda e outras cidades costeiras, em primeiro lugar, devem criar mecanismos de protecção para enfrentarem as chuvas. É preciso engenho e vontade política. O ano passado, tivemos o caso de Benguela. Oxalá, tão dramática situação não se volte a repetir. O aviso está dado.

## 12.12 Chuva volta a destapar a precariedade das obras realizadas

*Jornal Grandes Notícias*  
12 De Dezembro de 2015

Esta semana voltou a chover em Luanda e as consequências não se fizeram esperar. Mais de

1000 residências inundadas, estradas intransitáveis por falta do escoamento das águas, vários danos á viaturas, pessoas a pernoitarem fora das suas residências por falta de circulação automóvel etc. etc. Estradas como a Deolinda Rodrigues, Hoji-ya-Henda e tantas outras onde a circulação de pessoas e viaturas é constante e intensa, ficaram intransitáveis por acúmulo de água.

Acrescido á estes males, adiciona-se o roubo de vários bens em plena rua por falta de policiamento na altura em que chovia, tudo porque nessa altura os polícias que deviam manter a ordem, a tranquilidade e prevenir crimes dessa natureza, fugiram da chuva por falta de material adequado ao seu agasalho enquanto trabalham chovendo.

Para além disso, agora, três ou quatro dias passados após a enxurrada mais um problema, se calhar, o mais perigosos e danoso pode estar a vista. Trata-se da CÓLERA uma doença provocada por causa do lixo e do consumo da água não tratada. O que nós estamos a ver agora, é muito lixo misturado com as águas da chuva com crianças a bricarem ou a mergulharem em tais águas. Vai aí a chamada de atenção para quem de direito!

## 12.13 Grupo de jovens lança campanha de solidariedade

*Jornal de Angola*  
17 De Dezembro de 2015  
Texto: Domingos Calucipa

Uma campanha de angariação de donativos denominada "SOS Cunene" com o objectivo apoiar as populações da província do Cunene atingidas pela seca foi lança no princípio deste mês, por um grupo de jovens de Luanda, disse ontem ao Jorna de Angola o coordenador do projecto.

Isidro Fortunato explicou tratar-se de uma campanha de solidariedade que tem como meta a angariação de donativos diversos, desde água mineral, alimentos não perecíveis, roupa, calçados, medicamentos e outros bens de primeira necessidade para socorrer as populações do Cunene que estão a ser vítimas de estiagem.

O grupo de jovens comoveu-se com a situação da seca prolongada no Cunene e que está dizimar o

gado e a causar grandes transtornos à população, disse Isidro Fortunato.

"Por isso, mobilizamos a juventude para promover uma mega campanha, com a criação de vários pontos de recolha de donativos."

Isidro Fortunato disse que a campanha termina na primeira quinzena de Janeiro e neste momento já recolheram mais de duas toneladas de bens diversos.

A campanha conta com apoio de, várias organizações juvenis, conto' a associação "Faça-me Sorrir", Associação Cultural Afrocracia, Universidade Hip Rop de Angola, Movimento Underground do Murrão (MUM), Académia de Artes Marciais DBC 3 Letras e outras.

## 12.14 Regresso das chuvas satisfaz a população

*Jornal de Angola*

*17 De Dezembro de 2015*

*Texto: Estanislau Costa*

A chuva voltou a cair no sofrido município dos Gambos para gáudio dos agricultores e criadores de gado. A presença da água mais perto de casa alegra também os adolescentes que, em época de férias escolares, engrossam as fileiras dos pastores.

Fernando Tyipihe, 14 anos, e Jacinto António, 16, açoitam os bois que tentam pastar num campo de lavoura com milho e feijão a germinar. O estalo do chicote é suficiente para levar os animais a obedecer.

Nenhuma das mais de 50 cabeças de gado ousa penetrar na lavra.

Os rapazes, apreensivos com o afrouxar da marcha da viatura todo-o-terreno que transporta os repórteres do Jornal de Angola, avaliam a posição dos animais e acompanham os movimentos dos visitantes. Ao saberem ao que viemos, os pequenos pastores contaram sem qualquer receio que as férias lectivas renovaram a amizade água para os bois beberem. Mas, quando não chove, vamos muito longe à procura de água e bom pasto".

Os garotos estão felizes pela proximidade da água ser um factor de segurança tanto para eles quanto para os animais. "Andar dez quilómetros com os

bois à procura de água dá medo porque, às vezes, uns perdem-se ou podemos cruzar-nos com ladrões", diz Jacinto António.

Satisfação das autoridades

O administrador municipal dos Gambos, Elias Sova, demonstra a enorme satisfação pelo regresso das chuvas. As autoridades e a população sentem-se mais aliviadas e confortadas com a reposição paulatina da água nas chimpacas, riachos, facto que favorece também a prática da agricultura familiar, disse Elias Sova, que acrescentou: "Os longos períodos de estiagem, que periodicamente assolam o município, têm repercussões negativas no desenvolvimento socioeconómico dos Gambos, os pedidos de socorro são frequentes assim como a morte de animais e destruição das culturas."

Em Agosto passado, a Direcção Provincial da Assistência e Reinserção Social, Serviços de Protecção Civil e parceiros apoiaram com quantidades consideráveis de alimentos diversos, utensílios domésticos, roupas, equipamentos de sobrevivência e outros bens mais de 150 famílias vulneráveis que perderam as culturas e os animais.

Os dados dos Serviços de Protecção Civil mostraram que mais de 25 mil pessoas e muitas manadas de gado tinham sido afectadas pelas estiagens prolongadas.

Um número considerável de camponeses do município dos Gambos está agora empenhado na lavoura de 22 mil hectares previstos na presente campanha agrícola. Os homens do campo estão animados com a regularidade das chuvas por aumentar o caudal do rio Caculuar e reabastecer as chimpacas.

A Direcção Provincial da Agricultura e Desenvolvimento Rural distribuiu 22 toneladas de sementes de milho, massango, massambala e feijão e alfaias agrícolas. As autoridades tradicionais, religiosas e outras organizações têm sensibilizado a população para apostar no cultivo.

Os dados da Direcção da Agricultura atestam que os resultados da produção e o rendimento das culturas são ainda baixos em comparação com as campanhas agrícolas passadas. O período longo de estiagem é a causa principal e as zonas afectadas

são o Lubango, Cacula, Gambos, Chibia, Humpata e Quilengues.

#### Reservatórios de água

Estão a ser desenvolvidas acções para minimizar os efeitos negativos das estiagens prolongadas, que em determinadas épocas do ano afectam o município dos Gambos e outros pontos da província da Huíla. Já foram erguidos sistemas de captação e distribuição de água potável.

A solução duradoura, como disse o sob a do sector de Tchipeyo, Pedro Tchiavale, passa pela conclusão das barragens de retenção de água de Nongelo, nos Gambos, e de Nampombo-Quihita, na Chibia.

O governador provincial da Huíla, João Marcelino Typinge, garantiu, durante a visita a Chianje, sede dos Gambos, que as obras das barragens de retenção, iniciadas em 2014 e paralisadas no presente ano por razões financeiras, são retomadas em 2016.

"Foi já lançada a primeira pedra para a construção das represas e, apesar das consequências da crise causada pela queda do preço do petróleo, foram criadas as condições para as obras retomarem no próximo ano."

Os pontos de retenção a serem implantados ao longo da linha do rio Caculuvar vão permitir a conservação da água das chuvas por mais tempo e servir para ampliar a lavoura das terras férteis dos Gambos e Chibia, concluiu João Marcelino Typinge.

#### Novas infra-estruturas

O edifício da Administração Municipal dos Gambos, erguido de raiz, melhorou as condições de atendimento e alargou os serviços públicos. No âmbito das comemorações dos 40 anos da Independência Nacional, Chianje recebeu um novo edifício para a Repartição Municipal da Educação, no âmbito do Programa Municipal Integrado de Desenvolvimento Rural e Combate à Pobreza.

O administrador municipal Elias Sova disse à reportagem do Jornal de Angola que as estruturas antigas que acomodam os sectores da Administração Pública no município estão em

avanzado estado de degradação e são pequenas demais para corresponder à procura actual.

"Funcionamos apertados no edifício. A partir de agora, sentimo-nos mais aliviados e capazes para personalizar os serviços."

Crescemos para 75.988 habitantes, de acordo com os dados do Censo Geral da População e Habitação", anunciou Elias Sova, para acrescentar que há muito os dirigentes do município se ressentem da falta de espaço para atender a população.

"Nos festejos dos 40 anos da Independência Nacional, as autoridades e a população dos Gambos, receberam infra-estruturas capazes de assegurar um serviço público eficiente e de qualidade, que vem dignificar a posição do Estado no município", disse o administrador municipal Elias Sova.

## 12.15 Chuva em Malanje fora do normal

*Novo Jornal*

*18 De Dezembro de 2015*

*Texto: Isaiás Soares*

AS PRECIPITAÇÕES previstas para a província de Malanje durante o mês de Dezembro são de 127 mm pela sua localização na zona 2 a par das duas Lundas-Norte e Sul e parte do Moxico, confirmou terça-feira, 8, naquela cidade o chefe do Departamento Provincial do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica (INAMET), José Marcolino.

Em declarações à rádio estatal, Marcolino confirmou que "vai chover acima do normal nesta zona, no último trimestre do ano, quer dizer que está a chover bastante", alertando as populações para terem o máximo possível de cuidados para se evitarem danos possíveis, quer no domínio material quer humano.

As chuvas são normalmente acompanhadas com trovoadas intensas e raios, e é aconselhável evitar a permanência na rua, não se posicionar por baixo de árvores ou próximo de postos de electricidade.

"Quando temos a certeza que há descargas atmosféricas, temos que fechar as janelas, e

quando é intensa, aconselha-se desligar os quadros de energia eléctrica e os electrodomésticos".

## 12.16 O acordo do clima de Paris e a sua eficácia em Angola

*Jornal Folha 8*

*19 De Dezembro de 2015*

*Texto: Amadeu Cassinda*

Já há um acordo conjunto que visa dar resposta ao aquecimento global, que é a manifestação mais saliente da patologia ecológica do planeta terra, depois de onze dias de diálogos entre mais de uma centena e meia de chefes de Estado e de Governo na Cimeira do Clima em Paris, onde Angola também participou. Considerada, por Ban Ki-moon, como oportunidade única para definir o destino da humanidade, finalmente encontrou-se uma resposta para a redução da emissão de gases de efeito de estufa para a atmosfera com vista a reduzir o aumento da temperatura global de 3 graus celsius COC) a 1,5°C. Trata-se de um acordo proveniente da 21ª Conferência das Partes (COP21) da Convenção das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas, decorrida em França de 30 de Novembro a 12 de Dezembro. O acordo que entra em vigor em 2020 surge, entre outras causas, depois da organização "O Painel Inter-governamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC)" publicar um relatório subscrito por mais 800 climatologias a apelar o mundo para reduzir as emissões de gases nocivos à atmosfera e depois do Banco Mundial anunciar que se não se fizerem esforços para a redução das emissões destes gases, mais de 100 milhões de pessoas estarão em risco de cair na pobreza extrema até 2030. Além dos gases de efeito de estufa que adoecem o planeta, a capacidade da terra regenerar os recursos renováveis está também afectada pelo consumo irracional dos recursos pelos humanos. A organização internacional Global Footprint revela, por um estudo, que em apenas oito meses os seres humanos consumiram todos os recursos renováveis que a terra produz em um ano.

Dado que, de acordo com a organização, a humanidade passou, desde Agosto deste ano, a viver acima das possibilidades da terra. A referida organização faz este cálculo há mais de 20 anos a comparar a pegada ecológica do homem e a

capacidade da terra de se regenerar. "Se continuarmos a consumir os recursos desta forma, em 2030 serão necessários recursos gerados por dois planetas", alerta a Global Footprint Network. A situação ecológica mundial é crítica.

Pontos fulcrais do acordo

Com 48 páginas, o Acordo do Clima de Paris prevê entrar em vigor em 2020 e em cada cinco anos os países signatários deverão apresentar as suas contribuições para o combate contra as alterações climáticas. O objectivo é de manter a temperatura média entre 1,5°C e 2°C até ao final do séc. XXI. Exige-se aos países do primeiro mundo que reduzam as emissões de gases de efeito de estufa e os do 3º mundo ou em via de desenvolvimento são incentivados a limitar as suas emissões de acordo com as suas capacidades. O acordo prevê, igualmente, até 2020 a contribuição de 100 biliões de dólares para ajudar os países em desenvolvimento, mas os países ricos exigem que a China, Singapura, Coreia do Sul e os países ricos em petróleo também contribuam. Contudo, o acordo não prevê sanções aos países que não cumprirem com as normas estipuladas. Os Estados Unidos da América, por exemplo, que temia as sanções judiciais devido à sua responsabilidade histórica no aquecimento mundial, sente-se mais confortável, de tal maneira que conseguiu incluir uma cláusula que enfatiza a flexibilidade do acordo por excluir a iniciativa de processos de responsabilização e compensações. Este ponto vulnerabiliza o acordo. O Protocolo de Quioto é um exemplo. Porque um acordo como este belisca os princípios da economia e do capitalismo, onde o aumento da produção reflecte o aumento do lucro e a satisfação das necessidades através de recursos escassos constitui uma meta a alcançar. Se não se responsabilizar alguém, presume-se que, também ninguém vai levar como prioridade a resolução deste assunto de tamanha importância.

Angola e sua contribuição na degradação do meio ambiente

Dos países chamados à Conferência do Clima não há nenhum isento de culpa no aquecimento da terra, pois dentre as principais actividades humanas que contribuem para o aquecimento global, como: a geração de electricidade, transporte, lixo, a queima de combustíveis fósseis e outras actividades são praticadas por cada país



convidado, ainda que em escala inferior aos mais desenvolvidos e Angola não é excepção.

Manuel Domingos Vicente, então Presidente do Conselho de Administração da Sonangol e actual vice-presidente de Angola, encabeçou a delegação angolana na Cimeira do Clima em Paris. Nesta, Angola defendeu "a criação de metas a longo prazo, acções concretas de adaptação, clareza nos compromissos financeiros, compromissos evolutivos de cinco anos, estratégias e acções de mitigação, estabelecimento de mecanismos sobre perdas e danos, transparência nas acções de adaptação e mitigação, bem como o alargamento das áreas de capacitação", lê-se numa edição do Jornal de Angola.

Angola defende ainda que para o aumento das emissões de gases com o efeito de estufa serão necessários quase 15 mil milhões de dólares. De acordo com Fátima Jardim, ministra do Ambiente e membro da delegação que se fez presente na Cimeira: " Angola quer ser compensada para abdicar do papel preponderante do petróleo no seu desenvolvimento", citou o Novo Jornal na sua penúltima edição (NJ). Apesar dos efeitos visíveis das alterações climáticas pela desertificação "de regiões mais a sul" do país, onde "cerca de 31% da superfície" está afectada pela desertificação. Com o preço do barril do petróleo a rondar perto de 40 dólares, " vimos o nosso orçamento a baixar para a metade. Quem é que nos compensa?", interrogou a ministra do Ambiente citada pelo NJ. Portanto, é razoável concluir que o Acordo do Clima de Paris não terá pernas para andar em Angola, a menos que seja compensada. No âmbito da degradação do meio ambiente em Angola, encontra-se com mais incidência os sucessivos derrames de petróleos sobre o mar pelas petrolíferas existentes na província de Cabinda. Alega-se que a maior causadora dos derrames de crude nos mares de Cabinda é a petrolífera norte-americana Chevron, cujas consequências efectam, directa e consideravelmente, as espécies marinhas e fluviais (do rio Chiloango), a vida dos pescadores e desflorestação aquática do mangal da foz do rio Chiloango, por causa do crude derramado no mar! Não obstante, no contexto geral de Angola, a problemática da desflorestação tem conhecido níveis de progressão elevadas devido ao regresso das populações para as áreas de origem e, conseqüentemente, o acesso a espaços agrícolas

até então limitados durante o período armado (ZINGA, 2012).

Afinal", o que r efeito de estufa?

O efeito de estufa é um processo físico que ocorre quando uma parte da radiação terrestre (calor que a terra produz) é absorvida por gases de efeito de estufa presentes na atmosfera que dificultam a passagem de todo calor para o espaço a fim de manter a terra aquecida. É um fenómeno natural que ocorre desde a existência do planeta e sem ele a temperatura mais baixa da terra seria de 33°C, impedindo a vida no planeta. Entretanto, os gases de efeito de estufa conhecidos como: dióxido de carbono, metano, óxido nitroso, perfluorcarboneto e outros, estão cada vez mais a acumular-se na atmosfera, "potencializando este fenómeno" evidenciado pelo aumento da temperatura.

A desflorestação, a queima dos combustíveis fósseis (carvão mineral, gás natural e o petróleo) possuidores de alta quantidade de carbono, a produção de electricidade e outras actividades industriais constituem a causa fulcral das emissões em grande quantidade de gases de efeitos de estufa para a atmosfera.

## 12.17 Chuvas ameaçam a circulação rodoviária

*Jornal de Angola*

*24 De Dezembro de 2015*

*Texto: Francisco Curihingana*

As fortes chuvas que caem frequentemente na região do Quela, onde se encontra localizado o Morro de Cabatuquila, na comuna do Xandel, podem, a qualquer momento, Inviabilizar a circulação rodoviária em direcção ao Leste do país, disse ontem ao Jornal de Angola o administrador comunal, Ananias Gomes.

"As chuvas caem quase todos os dias e contribuem para a degradação da estrada. O nosso apelo vai para o INEA - Instituto de Estradas de Angola - para que tome conhecimento e faça alguma coisa no sentido de ser alterada a situação actual", sublinhou o administrador.

Ananias Gomes disse que a situação já se arrasta desde o ano passado, mas, realçou, "não era tão

grave como este ano. Está a chover com maior intensidade, às vezes temos quase duas semanas a chover todos os dias e a água está a corroer cada vez mais a estrada e se continuar assim teremos uma situação lamentável, com o corte desta estrada, que, como sabem, ainda é a via principal que dá acesso ao Leste do país".

O administrador defende uma intervenção urgente para se evitar o pior, pois no morro de Cabatuquila, quando chove, há deslizamento de terras, que dá lugar à abertura de ravinas, queda de pedras e árvores, que muitas vezes impedem o trânsito na estrada.

Para colmatar a situação, a administração municipal recorre muitas vezes às comunidades locais, que, com instrumentos rudimentares, enxadas, catanas e machados, cortam as árvores e retiram as pedras da estrada, para permitir a circulação de pessoas e bens. "Certamente que haverá um dia que serão tantas pedras e tantas árvores que ultrapassarão a nossa capacidade e as coisas ficarão pior", frisou.

Segundo o administrador, além dessa via, não existe alternativa para a passagem de camionistas para o Leste do país. Há relatos que apontam a morte de pessoas naquele local, há já alguns anos, devido à queda de pedras, segundo o administrador Ananias Gomes.

"Há pedregulhos que quando se soltam lá de cima colhem as pessoas que estiverem a passar e há relatos de mortes", concluiu.

O automobilista Albino Sindaco disse à reportagem que a situação daquele local já se arrasta há algum tempo. A acontecer o pior, as populações do Leste do país, nomeadamente, Lundas Norte e Sul e Moxico, vão ser as mais penalizadas, por utilizarem a mesma estrada.

Fernando Cazenga, outro camionista ouvido pela nossa reportagem, disse ser muito perigoso circular nesta altura em que as chuvas estão a cair constantemente, uma vez que é um dos sítios mais difíceis para se transitar. Os camionistas que utilizam a mesma via, aconselhou, não devem exceder a velocidade e devem evitar a circulação nocturna, uma vez que os locais degradados não estão devidamente assinalados.

O soba Alberto Domingos disse que caso a estrada não conheça uma intervenção com urgência, a população vai conhecer dias difíceis, porque a única via para adquirir bens de primeira necessidade passa pela utilização da estrada, que dá a possibilidade de se deslocar para Malanje e Luanda.

## 12.18 Chuvas estragam as festas

*Jornal O PAÍS*

*24 De Dezembro de 2015*

*Texto: Zimboto Kalanguifua*

Luanda volta parcialmente a receber chuvas. Os problemas são os mesmos. Deste modo, gostaria de saber quais são as atribuições do Governo Provincial e das administrações municipais.

Vivo no bairro da Sapu. Choveu, Senhor Governador não consigo deslocar -me até a casa do meu vizinho, porque a lama é enorme e não permite conviver tal como se previu na Angola do futuro.

Senhor Governador será que estou a exigir demais ou as vossas políticas é que estão aquém daquilo que se pretende em convivência sã e social porque as vezes vocês aparecem publicamente a defender políticas públicas fiáveis teoricamente.

O meu bairro está muito alagado. Há uma festa de quintal a antecipar o natal, porém não tenho condições de participar, porque a lama tomou conta da situação desde o momento em que São Pedro abriu as comportas.

Por este facto, os convidados que vivem em outros bairros, Senhor Governador Graciano Domingos, não terão vontade, ou seja, pernas para se deslocar a festa, porque não há condições. Afirmo. Como ficam os lucros cessantes e os danos emergentes, apesar de que a chuva é um fenómeno natural, mas é ponto assente que o Estado deve tomar medidas preventivas e condições de habitabilidade para os seus municípios.

Partindo do principio de o Estado é uma colectividade, não se pode deixar que as instituições hajam de forma unilateral, porque está em causa a unidade' do mesmo, uma vez que o fins e as suas funções dependem de quem governa.

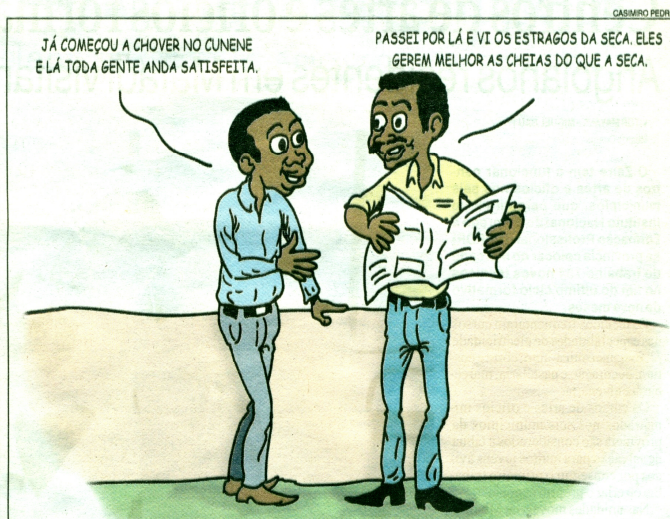
Para as administrações e os governos provinciais, o Executivo, nas vestes de Governo Central, não devem aparecer para resolver os problemas da lama e da falta de energia eléctrica no Palanca, no Golf 1, na Sapu ou no Bitá Tanque.

Senhor Governador, pelo facto de a chuva provocar danos somente na periferia de Luanda, faz com que não tenhas interesse em estender as suas orientações aos administradores e outros entes públicos.  
Fico por aqui. Há muita lama, as quantas andamos  
Senhor Governador Graciano Domingos. Sou um habitante da "polis".

## 12.19 Cartoon

*Jornal de Angola*  
10 De Dezembro de 2015

### CARTOON



### CARTAS DO LEITOR

